

## **CAPÍTULO 3. OLHARES, PERCURSOS E EXPERIMENTAÇÕES**

No contexto contemporâneo, o patrimônio arqueológico encontra-se inserido em uma multiplicidade de instituições, desde aquelas que trazem algumas peças arqueológicas desconectadas de outros segmentos patrimoniais, ou ocupando papel coadjuvante, até aquelas instituições especializadas, os museus de Arqueologia propriamente ditos, que traduzem heranças distintas dentro do quadro histórico desenhado pela Museologia.

Este Capítulo é voltado à compreensão dessa diversidade, por meio da análise de instituições brasileiras e de experiências de musealização da Arqueologia nas quais atuamos e envolveram ações em museus locais e regionais. Convém salientar que essa análise será voltada, sobretudo, à maneira como a Arqueologia musealizada aparece para o público, sendo enfatizados os discursos expográficos, uma vez que

*“C’est par l’exposition que le musée s’exprime. Forts de cette évidence, nous ajouterons que c’est avec ce langage que son équipe parvient à se faire connaître du public qui le fréquente, qu’elle lui témoigne respect et considération et peut l’intéresser, le séduire et le fidéliser (Duclos, 2008, p.1, grifo nosso)*

Dessa forma, selecionamos como fio condutor a reflexão acerca de como a arqueologia musealizada tem sido configurada nas exposições, identificando avanços e desafios. Compreendendo a exposição enquanto vetor de produção de sentido (Meneses, 1992), acreditamos que o aperfeiçoamento dessa linguagem pode possibilitar novas leituras dos ‘acervos herdados do passado’ e também das coleções, cada vez mais expressivas, geradas no cenário contemporâneo.

Dois modelos institucionais da Arqueologia musealizada vigoraram como padrões, vinculados às concepções científicas europeias, ressignificadas no Brasil: o museu arqueológico-artístico e o museu arqueológico-tecnológico, segundo conceito de Pomian (1988). Como vimos anteriormente, a Arqueologia musealizada no Brasil ultrapassa, e muito, os espaços dos museus especializados, desse modo, analisaremos essas configurações para além dos museus arqueológicos propriamente ditos.

O museu arqueológico-artístico apresenta os objetos de forma isolada, “destacando sua raridade e opulência artística” (Bruno, 1995, p.109). Suas origens remontam ao colecionismo e a captação de objetos raros e belos da Antiguidade Clássica, não priorizando o seu contexto de produção. Nesses contextos os objetos aparecem expostos isoladamente, bem iluminados, tendo como linguagem de apoio apenas etiquetas com alguns dados referenciais (Mortara, 1989).

O museu arqueológico-tecnológico, por sua vez, é constituído por objetos do cotidiano, contando com uma extensa linguagem de apoio – mapas, desenhos, cenários, maquetes que procuram contextualizar os objetos (Mortara, 1989). Para Bruno (1995), esse modelo pode ser entendido dentro do impacto causado na comunidade científica europeia pelas descobertas dos primeiros achados pré-históricos. A verificação da existência de uma

humanidade radicalmente diferente em sua estrutura física e em sua tecnologia causou uma revolução nas bases conceituais da Arqueologia e influenciou o surgimento de um novo modelo institucional: o museu arqueológico-tecnológico

“...se o museu artístico floresceu em função da preservação e divulgação dos então considerados grandes momentos civilizatórios, marcados, por exemplo, pelos processos culturais egípcios, gregos e romanos; os tecnológicos mostram um recuado passado pré-histórico, norteados por objetos com formas e funções consideradas obsoletas no presente” (Bruno, 1995, p.61),

A reflexão de Pomian (1988) diz respeito a períodos distintos da História das sociedades e de suas diferentes formas de relacionamento com o passado, expressando ainda uma divergência entre uma visão espiritualista - marcada nos museus arqueológico-artísticos, e uma visão naturalista - presente no museu arqueológico-tecnológico. Dessa forma, a referida classificação vai além do momento da extroversão institucional, aqui destacado. As ideias de Pomian (1984, 1988) são tomadas aqui como balizadoras no processo de classificação dos discursos museais, contudo, agregamos outras contribuições nessa análise.

Segundo Michel Thévoz, citado nos textos de Mario Moutinho (1994) e Judite Primo (2006), a exposição deveria encontrar, entre a demagogia e a provocação, o itinerário sutil da comunicação visual. Nesse itinerário os objetos museológicos seriam a alma da exposição, sendo classificados em Objetos Herdados e Objetos Criados.

Os **objetos herdados** são aqueles que constituem o essencial dos acervos museológicos e que se transmitem de geração em geração (Primo, 2006, p.3). A elaboração de Ulpiano T. Bezerra de Meneses (1992, 1994) acerca das quatro maneiras de ver os objetos herdados é de suma importância para o desenvolvimento das reflexões em epígrafe. Assim, teríamos:

- Objeto fetiche: é o objeto cujos atributos são aparentemente considerados próprios da sua natureza. No entanto, exceto os atributos de natureza físico-química, todos os demais atributos são aplicados às coisas. Exposições meramente taxonômicas reduzem os objetos a fetiches, mistificando-os (Menezes, 1992, p.110);
- Objeto metonímico: é o objeto que funciona como emblema, onde a parte vale pelo todo numa tentativa de ‘exibir culturas’, muito comum em exposições antropológicas. “Enquadra-se aqui o emprego do típico, do estereótipo, para fins de síntese (...) as simplificações sempre mascaram a complexidade, o conflito, as mudanças...” (Menezes, 1992, p.110);
- Objeto metafórico: o objeto que serve apenas de ilustração, levando a exposição “a reduzir-se a uma exibição de objetos que apenas ilustram problemas formulados independentemente deles” (Menezes, 1992, p.110);

- Objeto no contexto: por vezes associado à mera reprodução do contexto enquanto aparência. Onipresente nas exposições contemporâneas, essa abordagem desconsidera que os objetos têm trajetórias e que não há porque congelá-los em um dos vários contextos (Menezes, 1992).

Os **objetos criados**, por sua vez, são concebidos para fins de comunicação. Primo (2006) nos apresenta duas categorias de objetos criados. A primeira engloba os dioramas, cenarizações, modelos e maquetes e tem como característica o fato de servirem às coleções existentes. Na segunda categoria temos os objetos criados não para valorizar uma coleção, mas que são referências de ideias que se quer expressar (Primo, 2006, p.4).

Primo (2006) nos aponta que essa distinção, entre objetos herdados e objetos criados, resulta de certa forma das concepções formuladas por Hugues de Varine-Bohan, as quais contrastam o Museu Tradicional alicerçado sobre uma Coleção, um Público e um Edifício e o Ecomuseu baseado em um Patrimônio, uma Comunidade e um Território. Desse modo, teríamos a seguinte dualidade:

**Quadro 24.** Comparação entre expografias de acervos herdados e criados.

Acervo herdado	Museologia de objetos	Expografia como produto	Indicadores quantitativos
Acervo criado	Museologia de ideias	Expografia como processo	Indicadores qualitativos

Importante destacar que esses componentes se entrecruzam na prática museológica. É justamente nessa possibilidade de entrecruzamento que devemos apostar para uma musealização mais crítica dos objetos arqueológicos. Mesmo sendo objetos herdados, as peças arqueológicas podem ser articuladas a outros segmentos patrimoniais e aos objetos criados, permitindo ressignificações a partir dos problemas colocados pelo presente.

A Arqueologia constrói narrativas baseadas nos contextos arqueológicos, a Museologia, por sua vez, interage com essas narrativas, sendo a exposição a elaboração de um sistema estético para criar novos significados (Shanks & Tilley, 1987/1992). Nesse sentido, pretende-se que a exposição seja um “Laboratório da História” em contraponto a um “Teatro da Memória” (Meneses, 1994).

Não obstante, Meneses (2007a) aponta o perigo de uma série de dicotomias que afetam o mundo dos museus, como por exemplo, o dilema museu templo *versus* museu fórum, acervo de coisas materiais *versus* acervos de problemas ou ideias, entre outros. O autor aponta ainda o risco dos museus estarem transferindo-se para o “‘imaterial’ por comodismo e inércia, sem mesmo terem explorado suficientemente as dimensões da materialidade da vida humana expressas nos acervos ‘tradicionais’” (Meneses, 2007a, p.65).

Para Meneses, cabe aos museus aprofundarem todas as dimensões da nossa consciência do universo físico e sensorial no qual estamos imersos, abrindo possibilidades para diversas formas de comunicação museológica (Meneses, 2007a).

Na musealização da Arqueologia, a elaboração de réplicas ‘livres’ ou de outros segmentos de objetos como releitura das peças arqueológicas seria um caminho interessante, proporcionando a interlocução entre objetos herdados e objetos criados.

Bruno e Araújo (1989) trazem importantes questionamentos sobre a maneira como a exposição, que reúne características próprias, tem desempenhado seu papel de expressão última da linguagem museológica:

“Quais são os caminhos para que a Museologia não seja mais um elemento de colonização? (...) Como os museus podem atuar de forma significativa para os grupos sociais, se em muitos países as coleções são formadas por ‘referências culturais’ que foram arbitrariamente selecionadas?” (Bruno & Araújo, 1989, pp.15-16)

As coleções arqueológicas são objetos herdados, contudo, é importante diferenciar os **objetos herdados do passado**, inseridos nas instituições museológicas há anos, décadas ou séculos, que evidenciam as próprias trajetórias históricas dessas instituições, e os **objetos herdados gerados no presente**, advindos de pesquisas arqueológicas imediatamente anteriores ou paralelas ao processos de musealização. A construção de discursos baseados em um ou outro segmento de objetos arqueológicos deve considerar a especificidade desses contextos.

Os primeiros devem ser cotejados necessariamente por uma análise da trajetória do objeto e da respectiva instituição museológica. Como vimos no Capítulo 1, no Brasil, esses objetos herdados do passado estão muitas vezes associados, por exemplo, ao saque, espólio e extermínio de grupos indígenas. Para que a exposição não seja mais um elemento de colonização, há que se explicitar esses processos, ‘des-colonizando’ o discurso museológico.

Os objetos herdados de processos contemporâneos estão associados, no Brasil, sobretudo, aos estudos arqueológicos no âmbito do licenciamento de empreendimentos. Ao serem expostos, esses objetos arqueológicos deveriam ser acompanhados de argumentações a respeito dos empreendimentos, que deram origem às pesquisas arqueológicas e conseqüentemente às coleções. Ademais, pode-se prever o entrelaçamento das narrativas expográficas ao próprio trabalho de pesquisa, por meio de projetos que envolvam, simultaneamente, pesquisa e musealização<sup>108</sup>.

---

<sup>108</sup> Como, por exemplo, o projeto “Arqueourbs Campinas”, desenvolvido em 2004, pela Zanettini Arqueologia, na cidade de Campinas, interior do estado de São Paulo. O Projeto de Arqueologia Urbana no centro histórico da cidade englobou uma exposição e um ônibus que funcionava como laboratório multimídia. As peças e informações advindas das escavações eram musealizadas em ‘tempo real’ (Moraes Wichers, 2009b).

Shanks & Tilley (1987/1992) apresentam uma análise contundente da Arqueologia musealizada em exposições<sup>109</sup>. Partindo da premissa de que o museu é “the institutional connection between archaeology as a profession and discipline, and wider society” (Shanks & Tilley, 1987/1992), os autores apontam que o estudo do objeto arqueológico não pode ser desvinculado da sua musealização, defendendo que uma arqueologia crítica não pode ser separada de sua apresentação para a sociedade, destacando que essa apresentação é sempre uma narrativa subjetiva

“we argue against the possibility of a neutral presentation of an objective past by professional archaeologist or curator. All presentation of the artifactual past is rhetorical performance, an active project of persuasion, an active mobilization of particular modes of presentation” (Shanks & Tilley, 1987/1992, p.69)

Com base nas perspectivas apresentadas pelos autores mencionados (Shanks & Tilley, 1987/1992; Pomian, 1988; Primo, 2006; Meneses, 1992, 1994), elaboramos uma síntese propositiva dos diferentes arranjos presentes nas exposições de Arqueologia a serem analisadas nesse capítulo.

### **Arranjo estético**

- Objeto metonímico
- Objeto metafórico
- “Homo Artifex”<sup>110</sup> que aponta o triunfo técnico e artístico do homem
- O significado dos artefatos está na sua estética imediatamente perceptível

### **Arranjo tipológico**

- Objeto fetiche
- Perspectiva taxonômica
- Artefato como suporte para o sistema classificatório do arqueólogo
- Artefato como um objeto cronológico
- História de mudanças tecnológicas
- Suposta harmonia entre o passado e o presente
- Os objetos foram simplesmente ‘descobertos’
- O significado dos artefatos está na sua objetividade abstrata

---

<sup>109</sup> Meneses (1992) insere esses autores na vertente da crítica ideológica às exposições, trazendo ainda outras vertentes de análise do discurso museológico.

<sup>110</sup> Conceito oferecido por Shanks & Tilley (1987/1992), onde os autores apontam que os objetos arqueológicos são utilizados para expressar a “superioridade humana”.

### Arranjo contextual

- Objeto no contexto
- Objeto metafórico
- Reprodução do contexto enquanto aparência visual
- Informações contextuais (diagramas, mapas)
- Artefatos utilizados para autenticar as narrativas
- Passado vivo no presente ‘uma janela para o passado’ – ilusão de sincronismo
- Museus de sítio: podemos ‘visitar o passado’

### Arranjo meta-arqueológico

- Trabalho e descoberta: o arqueólogo como herói
- O passado foi descoberto e recuperado por meio da pesquisa

O arranjo estético é típico dos museus arqueológico-artísticos, enquanto os arranjos tipológicos, contextuais e o meta-arqueológico são comuns em museus arqueológico-tecnológicos. A perspectiva contextual é a que apresenta maior variabilidade interna, sendo marcada por uma ampla gama de potencialidades e perigos.

O arranjo meta-arqueológico raramente ocupa sozinho uma exposição, porém, é frequentemente associado aos arranjos tipológicos e contextuais. Consiste basicamente na apresentação do fazer arqueológico, sendo bastante comum a recriação de escavações e, até mesmo, de atividades de laboratório. Esse arranjo poderia expor as condições e contradições do processo de construção das narrativas arqueológicas, apesar disso, a despeito de esforços nesse sentido, tem resultado, sobretudo, no pensamento de que existe um passado literalmente enterrado, esperando ser descoberto pelo arqueólogo, que, com ‘dedicação’ e ‘paciência’, faz esse ‘importante trabalho’. Não raramente encontramos menção ao trabalho do arqueólogo como um misto de bravura e meticulosidade (Shanks & Tilley, 1987/1992, p.69)

Convém salientar que os arranjos aqui apresentados não são uma ‘maldição’, todos guardam limites e potencialidades. Shanks & Tilley, (1987/1992) apontam os seguintes caminhos para uma musealização crítica da Arqueologia

“(1) Introduce political content into conventional displays show how the past may be manipulated and misrepresented for present purposes (2 ) Break artifacts from fixed chronological narrative and from their original contexts and reassemble them with contemporary artifacts similarly decontextualized juxtaposition (...) (3) Supplement objective third person narrative’ with exaggeration irony, humour absurdity, as a means of stripping the self evident meaning of the artifact of its power (4) Avoid permanent displays, emphasis authorship and changing perceptions of the artifactual past (5) Encourage the use of artifacts of the past outside the institutional space of the museum Allow community use of museum artifacts, people constructing and presenting their own pasts in the museum” (Shanks & Tilley, 1987/1992, pp.98-99, grifo nosso)

Acreditamos que a introdução de conteúdos políticos nas exposições convencionais é uma caminho profícuo, pois permite mostrar como o passado pode ser manipulado e mal representado a partir de propósitos atuais. Outra linha de ação é a justaposição de objetos arqueológicos e objetos contemporâneos com as mesmas funções, deflagrando reflexões entre presente e passado. Dessa forma, essas propostas são particularmente interessantes para a abordagem aqui intentada, pois englobam a inserção de informações críticas quanto à origem desses artefatos, abre possibilidades de articulação com outros segmentos patrimoniais, principalmente, inserem-se nas discussões propostas pela Sociomuseologia, destacando a museografia como processo, como conjunto de técnicas museológicas e não como sinônimo de expografia.

Dessa maneira, pretendemos identificar os arranjos apresentados na análise dos discursos expositivos apresentados a seguir, assim como em algumas experimentações que desenvolvemos em alguns pontos do país. Por meio desse caminhar e desse experimentar, pretendemos reunir elementos para o aprimoramento da dimensão crítica da comunicação museológica da Arqueologia, almejada na construção do programa de musealização da Ferrovia Transnordestina, apresentado no Capítulo 4.

### **3.1. Olhares: análise dos discursos expográficos**

A seleção de instituições para a análise dos discursos expográficos foi realizada de modo a englobar instituições com perfis bastante diferenciados, envolvendo:

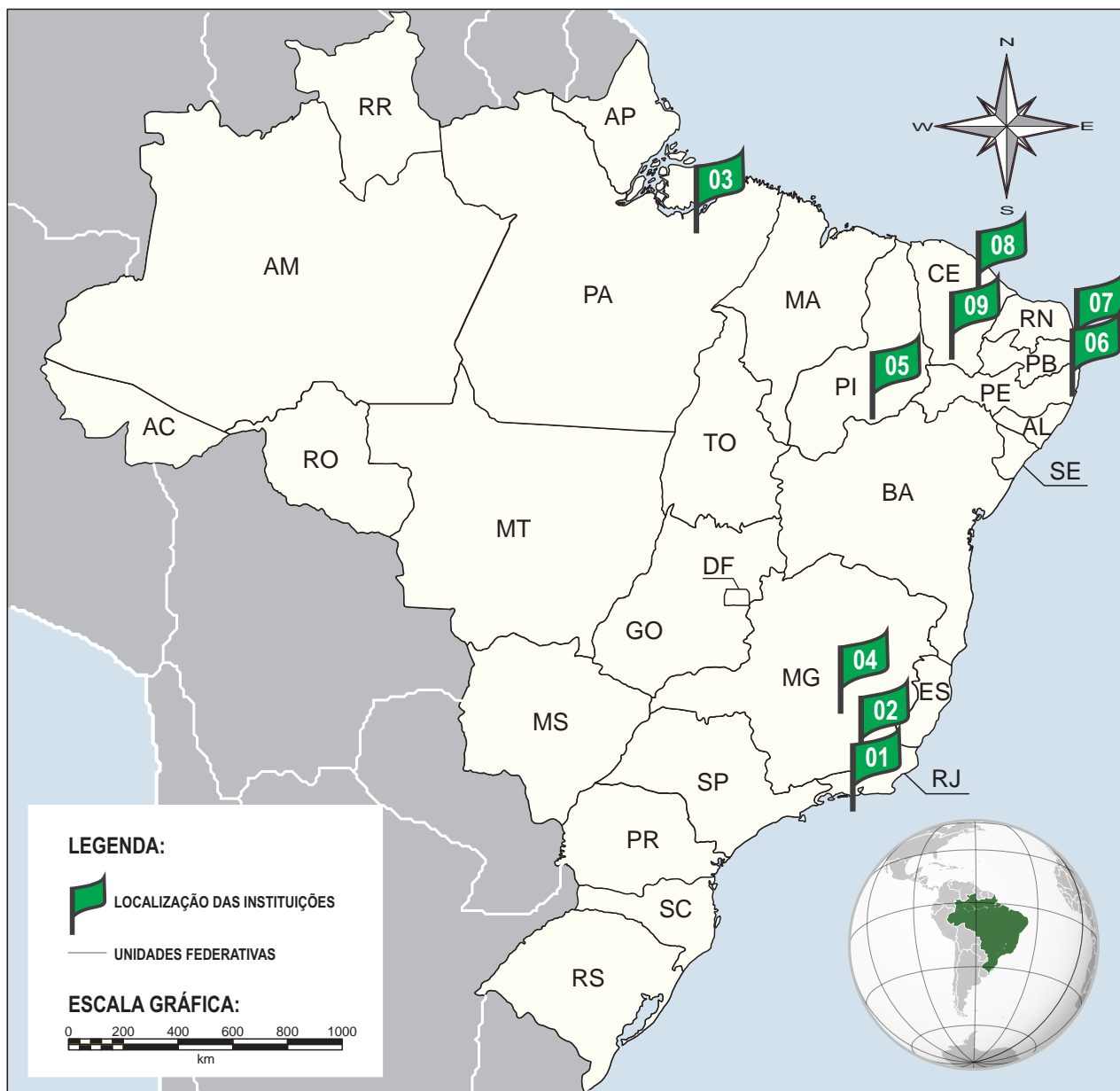
- museus nacionais, como o Museu Nacional e o Museu Histórico Nacional, o primeiro com tradição no patrimônio arqueológico e o segundo com perfil histórico;
- museus regionais, com larga tradição na área do patrimônio arqueológico, como o Museu Goeldi;
- museus universitários, como o Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais;
- museus regionais, cujas pesquisas arqueológicas têm projeção nacional e internacional, como a Fundação Museu do Homem Americano;
- museus estaduais de perfis ecléticos e históricos, onde as coleções arqueológicas advêm, sobretudo, de coleções particulares e doações, como Museu do Estado de Pernambuco e Museu do Ceará;
- museus regionais associados a institutos de pesquisa, que assumiram as premissas da Sociomuseologia, como o Museu do Homem do Nordeste;



- pequenos museus locais, onde a arqueologia ocupa papel de destaque na construção de uma identidade local, como o Memorial do Homem do Kariri da Fundação Casa Grande, também inserido na Sociomuseologia.

Importante destacar nossa predileção por instituições inseridas na região nordeste do Brasil, a fim de aprimorar nosso conhecimento dessa realidade, uma vez que nossa proposta de musealização da Arqueologia, apresentada no **Capítulo 4**, está inserida nessa região.

Mapa 11. Localização das instituições alvo de análise dos discursos expográficos



CÓDIGO	INSTITUIÇÃO
1	MUSEU NACIONAL (UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO)
2	MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (RIO DE JANEIRO)
3	MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI (BELÉM, PARÁ)
4	MUSEU HISTÓRICO NACIONAL E JARDIM BOTÂNICO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS)
5	MUSEU DA FUNDAÇÃO DO HOMEM AMERICANO (SÃO RAIMUNDO NONATO, PIAUI)
6	MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO (RECIFE, PERNAMBUCO)
7	MUSEU DO HOMEM DO NORDESTE
8	MUSEU DO CEARÁ (FORTALEZA, CEARÁ)
9	MEMORIAL DO HOMEM DO KARIRI DA FUNDAÇÃO CASA GRANDE (NOVA OLINDA, CEARÁ)

### 3.1.1. Museu Nacional (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro)

O Museu Nacional foi mencionado como instituição chave em todos os recortes cronológicos apresentados nos Capítulos 1 e 2. A atual exposição permanente do MN está organizada conforme as áreas de pesquisa: geologia/ paleontologia, antropologia biológica, zoologia, arqueologia e etnologia. No que concerne à Arqueologia, temos a seguinte subdivisão: Egito Antigo, Culturas do Mediterrâneo, Pré-Colombiana e Arqueologia Brasileira. Nos deteremos na análise de alguns aspectos da última seção.

A comunicação museológica da Arqueologia Brasileira está distribuída no Museu Nacional em três espaços da exposição permanente, contando ainda com mostras temporárias. A visita técnica à exposição ocorreu nos meses de março e agosto de 2008, sendo que na última visita havia também uma exposição temporária intitulada “Entre dois mundos”, que integrava peças arqueológicas advindas de escavações em sítios tupinambás do litoral do Rio de Janeiro com iconografias do século XV, abordando as relações entre franceses e esses grupos indígenas.



**Figura 27.** Aspecto da exposição temporária “Entre Dois Mundos” no Museu Nacional (Fonte: Arquivo Pessoal, Agosto de 2008). Embora tenha existido uma tentativa de contextualização a partir do uso da iconografia da época, o que predomina é o arranjo estético. Além disso, a associação direta entre as peças arqueológicas e cenas presentes na iconografia, as quais destacam o olhar estrangeiro em relação ao ritual antropofágico, pode levar o público a conceber ideias errôneas, confundindo, inclusive, antropofagia com canibalismo.

Passemos ao exame da Exposição Permanente. O primeiro espaço, no piso térreo, à direita da entrada do museu, apresenta peças advindas de estudos de sambaquis, destacando o papel de Luis Castro Faria na preservação desses sítios. Predomina o arranjo tipológico associado a painéis com imagens históricas de escavações em sambaquis. Nos parece que esse conjunto adveio de uma mostra temporária e foi se configurando como parte da exposição permanente.



**Figura 28.** Aspecto de um dos setores da exposição permanente do Museu Nacional que aborda a Arqueologia Brasileira, em especial os estudos em sambaquis (Fonte: Arquivo Pessoal, Agosto de 2008). Nessa sala, há um arranjo tipológico dos artefatos advindos dessa categoria de sítio.

O segundo espaço está associado à área de antropologia biológica que guarda íntima relação com a Arqueologia. Essa área é a de mais recente elaboração no âmbito da Arqueologia Musealizada no Museu Nacional. O conceito gerador é a evolução da espécie humana no mundo, sendo inseridos aspectos da antiguidade do homem no território brasileiro, com destaque para Luzia<sup>111</sup>. A expografia associa o arranjo tipológico e o arranjo contextual, com uma abordagem cronológica apoiada em diversos mapas, ilustrações e imagens. De forma geral, a narrativa desse módulo é bem conduzida se prestando aos objetivos a que se propõe.

---

<sup>111</sup> Encontrado na região de Lagoa Santa, Minas Gerais, na década de 1970, esse esqueleto foi retomado nos estudos do arqueólogo Walter Neves. O crânio pertenceu a uma jovem do sexo feminino, posteriormente denominado de Luzia, e foi datado com idade aproximada de 11,5 mil anos. O que mais espanta em Luzia é sua aparência fenotípica com os Aborígenes Australianos. Desse modo, o esqueleto tem embasado uma discussão mundial acerca a chegada destes povos aqui, visto que, há 12 mil anos, não existia nenhum tipo de embarcação ou, se existia, não seria capaz de atravessar o oceano e chegar até aqui (Neves et al, 2008)



**Figuras 29 a 31.** Aspectos da área de antropologia biológica “**Nos passos da humanidade**” do Museu Nacional (Fonte: Arquivo Pessoal, Agosto de 2008). Nesse setor, temos a apresentação da evolução da espécie humana. No âmbito da arqueologia brasileira, temas como a antiguidade da ocupação humana no território brasileiro e o “povo de Luzia” são destacados.

Por fim, há um terceiro espaço, denominado de Arqueologia Brasileira. Vejamos a descrição desse espaço presente no sítio da instituição:

“Essa mostra, que abrange tanto um vasto período de tempo quanto um imenso espaço territorial, apresenta muitos registros das culturas humanas que habitaram o território brasileiro. A primeira sala do circuito é representativa do Brasil pré-histórico, apresentando artefatos de pedra e de ossos, pontas de projéteis utilizadas na caça, além de lascas e artefatos para raspar, gravar, talhar e furar. A segunda sala exibe artefatos dos antigos habitantes da costa, os sambaquieiros. Sambaquis são morros e morrotes artificiais construídos com conchas, ossos de peixes, aves, mamíferos e répteis, onde também se encontram esqueletos humanos com elaborados acompanhamentos funerários, restos de fogueiras, evidências de habitações, corantes e artefatos para pescar, caçar e preparar alimentos. Por toda a costa brasileira, e também na Amazônia, foram encontrados sambaquis de diferentes tamanhos. As datações indicam que os sambaquis começaram a ser construídos há mais de 7 mil anos e foram abandonados mil anos antes da chegada dos europeus ao Brasil. Os maiores estão em Santa Catarina e chegam a ultrapassar 30 metros de altura. Nessa mostra destacam-se os artefatos líticos, esculturas de pedra – zoólitos, objetos em forma de peixes e aves – e uma rara escultura antropomorfa de pedra. A terceira e última sala deste circuito é representativa da grande diversidade da arqueologia brasileira, com artefatos produzidos por grupos Tupi-guarani e das culturas amazônicas Marajoara, Miracanguera, Maracá e Santarém – urnas funerárias, chocalhos, pratos, tigelas, tangas rituais, vasos, ídolos, muiraquitãs etc.” (MN, 2010)

A expografia nesse terceiro módulo segue primeiramente um arranjo baseado nos materiais, com a separação de artefatos cerâmicos, líticos e de outras matérias primas. Enquanto os artefatos cerâmicos ocupam um grande salão que corresponde à terceira sala mencionada no trecho acima, marcada pelo arranjo estético, as demais categorias de artefatos estão em salas anexas. No interior dessas salas, os artefatos foram organizados em um misto de arranjo estético e tipológico. Embora algumas lâminas de machado, tembetás e muiraquitãs estejam associados aos grupos apresentados na terceira sala – onde estão as vasilhas cerâmicas - encontram-se em outro espaço, pois são feitos em pedra. Essa separação das peças arqueológicas por matérias primas, como se objetos



feitos de diferentes matérias não participassem dos mesmos processos sociais, é recorrente na musealização da Arqueologia, não só no Brasil.

Convém destacar que, na terceira sala, existe um predomínio maior de um arranjo estético e a permanência mais acentuada de aspectos já presentes na Exposição Antropológica de 1882. Apenas as ‘culturas’ que possuem algum teor civilizacional – os tupi-guarani e as populações amazônicas – são apresentadas por meio de vasilhas cerâmicas ricamente decoradas. No que concerne aos recursos expográficos, temos problemas de diversas ordens: etiquetas caindo, ilustrações mal conservadas, suportes ultrapassados, iluminação inadequada, além das péssimas condições de preservação do acervo.



**Figuras 32 a 34.** Aspectos da área de “Arqueologia Brasileira” do Museu Nacional (Fonte: Arquivo Pessoal, Agosto de 2008). Na figura 32, temos um panorama geral da sala onde estão os objetos cerâmicos de grupos ‘civilizados’, ‘dignos’ de figurar na exposição. Esses grupos estão apresentados de forma separada em armários ao redor da sala. Nessa porção da exposição, o arranjo estético é marcadíssimo. Artefatos líticos pertencentes aos mesmos contextos culturais e cronológicos são apresentados em salas anexas. Na figura 34 exemplo de vitrine com materiais líticos em uma das salas anexas.

A pesquisa Perfil-Opinião 2005 do Observatório de Museus e Centros Culturais (Köptcke et al, 2006) apontou que o Museu Nacional é aquele que obteve a pior avaliação entre os museus analisados no Rio de Janeiro, evidenciando que os problemas aqui apontados ultrapassam a área da Arqueologia, resultando na má avaliação dos visitantes.

A situação obsoleta da exposição do Museu Nacional como um todo é reconhecida pela própria instituição (MN, 2000), fruto do abandono a que foi submetida nas últimas décadas. Desde 1995, iniciou-se um projeto que envolve a recuperação do prédio, um dos bens arquitetônicos mais significativos do país, e a formulação de uma nova exposição. A proposta é que a área acadêmica e de pesquisa seja transferida para prédios externos ao museu, fazendo com que o prédio histórico seja totalmente dedicado à exposição permanente, às mostras temporárias e ao setor de Museologia. Esse projeto permitiria que o

Museu Nacional assumisse sua “tarefa de promover o desenvolvimento do saber científico e a integração do indivíduo no âmbito da sua cultura” (Museu Nacional, 2000).



**Figura 35.** Projeto da Nova Exposição do Museu Nacional – piso onde será inserida a Arqueologia (Fonte: Museu Nacional, 2000).

Entretanto, ao examinarmos a proposta inicial da inserção da Arqueologia no novo projeto expográfico, a qual ocuparia o segundo piso no âmbito do circuito denominado “Cultura Humana”, nos perguntamos se o discurso museológico a ser engendrado envolverá uma maior problematização das trajetórias de suas coleções arqueológicas – os acervos herdados do passado – assim como da complexidade das sociedades humanas abordadas. Como apontado no Capítulo 1, o Museu Nacional guarda um perfil de museu metropolitano, o que nos explica o destaque dado ao mundo egípcio, às culturas mediterrânicas e assim por diante. A comunicação museológica desses contextos se coaduna com sua missão institucional. Contudo, não elimina a necessidade de uma perspectiva crítica a respeito das trajetórias históricas dos acervos que a instituição salvaguarda.

### 3.1.2. Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro)

O Museu Histórico Nacional foi inserido como instituição chave da musealização da arqueologia no século XXI devido à inauguração, em 2006, de uma exposição que engloba o patrimônio arqueológico. A exposição “Oretetama” é organizada em quatro módulos: dois dedicados à Arqueologia – denominados Pré-História, e dois dedicados à Etnologia – denominados Artes da Vida e Rituais. Faremos o exame dos dois módulos associados ao patrimônio arqueológico. A visita técnica ocorreu em Agosto de 2008.

O primeiro módulo da pré-história é composto por uma réplica de um paredão da Serra da Capivara, Piauí, com grafismos e pinturas rupestres. Ressalta-se a importância das

pesquisas realizadas no Parque Nacional Serra da Capivara, localizado na cidade de São Raimundo Nonato, sudeste do Piauí, sob a coordenação da arqueóloga Niède Guidon. A antiguidade da ocupação humana no território também é ressaltada.



**Figura 36.** Primeiro módulo da exposição **Oretama** no Museu Histórico Nacional: uma pré-história nacional a partir do Parque Nacional da Serra da Capivara (Fonte: Arquivo Pessoal, Agosto de 2008).

O segundo módulo apresenta vitrines organizadas por matérias primas dos artefatos<sup>112</sup>, trazendo também a identificação das 'culturas' as quais pertencem, no âmbito de um arranjo tipológico. É apresentado um mapa no qual a pré-história brasileira é dividida nos seguintes itens: Norte – Cerâmica Amazônica; Nordeste – Sítios de Arte Rupestre; Centro-Oeste - Sítios de pintura rupestre; Sudeste – Sítios em Duna; Sul – Sambaquis e Casas Subterrâneas. Também é apresentada uma linha do tempo com informações acerca da pré-história brasileira.

---

<sup>112</sup> Saladino (2010, p.242) menciona que cerca de vinte peças apresentadas nessa exposição – cuja identificação destaca sua procedência do sítio arqueológico Duna Grande - pertencentes ao Museu Arqueológico de Itaipu, não são identificadas como oriundas da Coleção Hildo de Melo Ribeiro do referido museu, revelando um silenciamento da atuação desse indivíduo no Museu Arqueológico de Itaipu.





**Figura 37.** Segundo módulo da exposição “Oreretama” no Museu Histórico Nacional: informações errôneas e expografia debilitada constroem a imagem de um passado pobre. (Fonte: Arquivo Pessoal, Agosto de 2008).



**Figuras 38 e 39.** Mapa com a pré-história brasileira no Museu Histórico Nacional: síntese problemática (Fonte: Arquivo Pessoal, Agosto de 2008). Exemplo de vitrine com material lítico no Museu Histórico Nacional: esses artefatos, de difícil leitura, perdem sua força nesse tipo de abordagem onde a taxonomia arqueológica é colocada como uma essência, imanente dos objetos (Fonte: Arquivo Pessoal, Agosto de 2008).

A tentativa de síntese e de construção de uma pré-história da ‘Nação’ não poderia ser mais problemática. Começa apresentando a narrativa advinda das pesquisas no Piauí como emblema da Arqueologia Brasileira, sem problematizar que essa é uma, dentre muitas, narrativas possíveis para o início da ocupação humana no território brasileiro. O mapa mencionado leva o visitante a pensar que nas regiões indicadas só existem sítios das categorias mencionadas e que as sociedades humanas só deixam um tipo de vestígio material. Termos como “homem primitivo” também são utilizados. Embora imaginemos que a ideia de construção dessa exposição esteja assentada em um anseio em mostrar que a história desse território não foi iniciada a partir da colonização europeia, a expografia apresenta uma visão errônea e estática desses grupos, muito aquém da produção arqueológica contemporânea e das possibilidades museológicas existentes para abordagem do tema.

### 3.1.3. Museu Paraense Emílio Goeldi (Belém, Pará)

Da mesma forma que o Museu Nacional, o Museu Paraense Emílio Goeldi é considerado uma instituição chave da arqueologia musealizada brasileira desde o século XIX, tendo sido mencionado nos Capítulos 1 e 2 dessa tese.

Mesmo não possuindo atualmente uma exposição de longa-duração de Arqueologia, optamos por inserir o Museu Goeldi neste capítulo. Propomos uma reflexão sobre o significado dessa ausência em um museu dessa envergadura, com longa tradição de pesquisas arqueológicas na Amazônia e com uma das mais expressivas coleções arqueológicas do país. A parte dedicada à exposição de Arqueologia está passando por reformas. Cabe destacar que, diversas exposições temporárias foram realizadas em Belém, em outros locais dentro e fora do país. Segundo Pereira (2009, pp.180-181), entre os anos 1998 e 2008, foram realizadas 17 exposições em cinco países e em cinco estados brasileiros.

Visitamos a Reserva Técnica do museu e realizamos algumas entrevistas sobre a salvaguarda das coleções. A visita técnica ocorreu no mês de Setembro de 2009. Regina Farias, técnica em Museologia do museu, nos apresentou o banco de dados das coleções, onde estão cadastradas atualmente 94.563 peças<sup>113</sup>. O acervo arqueológico é composto por coleções coletadas desde o século XIX e por crescentes acervos vindos da Arqueologia Preventiva. Contudo, esses últimos não passam pelo mesmo processo de documentação das 'coleções herdadas', ficando sob a responsabilidade das equipes de pesquisa. Dessa forma, assim como Carneiro (2009) diagnosticou uma separação entre ações educativas realizadas a partir do Serviço de Educação do museu e os ações educativas no bojo dos projetos de Arqueologia Preventiva<sup>114</sup>, temos a mesma separação na salvaguarda museológica.

A diversidade e importância científica das coleções arqueológicas do Museu Goeldi são inquestionáveis, tanto que identificamos que diversas pesquisas são realizadas com base nesse acervo, verdadeiras 'escavações' na Reserva Técnica. Dessa forma, existe uma boa política de uso das coleções, tanto para fins didáticos - o museu disponibiliza a educadores um conjunto de objetos para o trabalho em sala de aula e promove trabalhos educativos com a comunidade como para desenvolvimento de pesquisa – quanto o fomento a bolsistas para que desenvolvam projetos junto do acervo. Entretanto, mesmo existindo um

---

<sup>113</sup> Essa é uma das poucas coleções arqueológicas registradas no Livro de Tombo do IPHAN

<sup>114</sup> A autora afirma que é evidente a falta de relacionamento entre as equipes de profissionais [do museu e dos contratados pelos projetos de Arqueologia Preventiva]: "fica evidente que não houve (e até o presente momento não há) relação entre as equipes de profissionais tanto no aspecto de participação efetiva das pessoas quanto da apropriação das estratégias metodológicas." (Carneiro, 2009 p. 152).

Serviço de Educação (Carneiro, 2009), a dimensão dessas coleções enquanto recursos arqueológicos no presente encontra-se prejudicada com a ausência de uma exposição de longa-duração.



**Figuras 40 e 41.** Aspectos da Reserva Técnica de Arqueologia do Museu Paraense Emílio Goeldi: um patrimônio arqueológico inacessível para o público não especializado (Fonte: Arquivo Pessoal, Setembro de 2009).

Conforme apontado no Capítulo 2, a região Norte do Brasil tem um “desejo de memória” no que concerne ao patrimônio arqueológico. A relação entre população, coleções e narrativas arqueológicas tem um desenho bastante diferenciado do que o visualizado em outras partes do país, fruto da história social e cultural da região, profundamente marcada pelos saberes, mitos e ritos das populações indígenas. Felizmente no Brasil as populações indígenas têm crescido nos últimos anos e a região Norte tem apresentado os números mais positivos. Esse contexto revela a responsabilidade social e política da Arqueologia Indígena aí realizada, assim como dos processos de comunicação museológica desse conhecimento multimilenar. Aponta também um potencial enorme, ainda pouco explorado.

Em diversos pontos da cidade de Belém nos deparamos com a Arqueologia Musealizada: no Museu do Índio do Pará, no Museu de Gemas do Pará e no Museu do Forte do Presépio. Isso só para citar os espaços institucionalizados, pois se as coleções arqueológicas não estão disponíveis em outros pontos da cidade, suas narrativas estão nas lojas, no mercado Ver-o-Peso, nas feiras, nos diversos “lugares da memória” de Belém (Nora, 1993).

### *3.1.4. Museu de História Natural e Jardim Botânico (Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte, Minas Gerais)*

A visita técnica à exposição permanente do Museu de História Natural ocorreu em Agosto de 2009. Conforme já pontuado, esta instituição ocupa lugar de destaque na pesquisa arqueológica no Brasil desde a década de 1970.

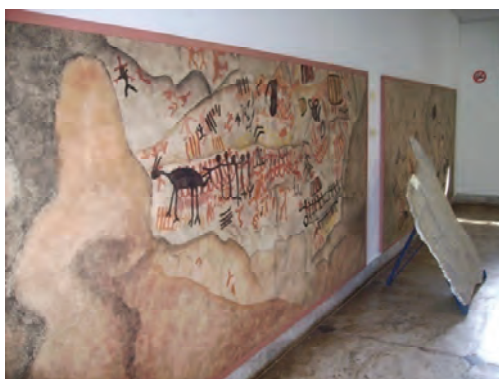
O Setor de pesquisas em Arqueologia Pré-Histórica do museu desenvolve atividades ligadas ao estudo da tecnologia pré-histórica e da arte rupestre brasileira. Esse setor realiza intervenções arqueológicas de caráter regional e 'operações de salvamento'. Também existe um Laboratório de Arqueologia Histórica, que desenvolve pesquisas acadêmicas e de 'salvamento' (MHNJB, 2010). Esses dois laboratórios atuam de forma independente no âmbito da estrutura universitária.

Antes mesmo de chegarmos à sala expositiva, ao questionarmos a sua localização aos monitores do museu, fomos advertidos de que essa era a parte 'mais difícil de ser trabalhada' do museu, a despeito da 'grande procura' do público. De fato, trata-se de uma pequena sala com recursos expográficos já bastante deteriorados pelo tempo e cujo arranjo tipológico, bastante rígido, não expressa as narrativas construídas por meio das diversas pesquisas dos laboratórios de pré-história e Arqueologia histórica da instituição. Essa última não chega a ser mencionada na exposição.

Na referida sala, há duas maquetes, uma de um sítio em abrigo e outra de uma reconstituição estratigráfica; uma vitrine com artefatos em pedra polida, duas vitrines com artefatos cerâmicos e uma vitrine com artefatos de pedra lascada, conchas e ossos. Há também a reconstituição de um sítio rupestre, a parte mais interessante da expografia. Conta-se, ainda, com alguns esquemas explicativos e uma urna funerária.



**Figura 42.** Aspecto geral da exposição de Arqueologia do Museu de História Natural e Jardim Botânico - Universidade Federal de Minas Gerais (Fonte: Arquivo Pessoal, Agosto de 2009).



**Figura 43.** Reprodução de pintura rupestre no Museu de História Natural e Jardim Botânico (Fonte: Arquivo Pessoal, Agosto de 2009).



**Figuras 44 a 46.** Vitrines organizadas a partir de arranjo tipológico (Fonte: Arquivo Pessoal, Agosto de 2009). Vasilhas cerâmicas, artefatos de pedra polida e artefatos de pedra lascada associados a artefatos em outros suportes. Para o visitante não especialista, não é indicado que essas vitrines tem 'internamente' peças que se referem a sociedades indígenas diferenciadas, assim como não fica claro que algumas dessas sociedades produziram objetos em matérias primas diferentes, que aparecem separadas na expografia.

Os processos sociais de produção e utilização dos vestígios expostos não são nem sequer mencionados, dando lugar à descrição pura e simples dos objetos. Por exemplo, há uma vitrine com vasilhas cerâmicas das culturas tupi-guarani e jê, mas isso não é mencionado. Nenhuma interpretação é apresentada, ou seja, vemos um total descompasso

entre produção científica e comunicação expográfica, uma vez que os dois laboratórios de pesquisa mencionados têm destaque no cenário brasileiro.

Cabe destacar que o museu tem um Setor de Museologia e um Centro de Extensão. O primeiro é responsável pela salvaguarda e montagem de exposições, enquanto o segundo pela difusão e ação educativa. Nesse sentido, diversas ações de socialização são realizadas na instituição, como a realização de diversas exposições temporárias. Como exemplo, o Projeto Quatro Estações que envolve uma ampla gama de ações diferenciadas para cada estação do ano e a realização de trilhas guiadas no Jardim Botânico. Dessa forma, neste museu a posição de coadjuvante institucional da Arqueologia é enfatizada no que tange aos processos de comunicação museológica.

### 3.2.5. *Museu do Homem Americano (São Raimundo Nonato, Piauí)*

O Museu do Homem Americano pertence à Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM<sup>115</sup>, criada no ano de 1986, em São Raimundo Nonato, no sudeste do estado do Piauí. Trata-se de uma organização da sociedade civil, declarada de utilidade pública. A Fundação é responsável, junto ao Ministério do Meio Ambiente e ao IPHAN, pela gestão do Parque Nacional da Serra da Capivara.

Criado em 1979, o parque tem cerca de 130 mil hectares e engloba, além de São Raimundo Nonato, os municípios de Coronel José Dias, João Costa e Brejo do Piauí. Segundo Guidon, arqueóloga que vem há décadas coordenando o projeto, a Fundação nasceu da preocupação com a presença de posseiros, com a caça ilegal e com o desmatamento incontrolado de espécies nobres (Guidon, 2007, p.75). O parque é inscrito pela UNESCO como patrimônio mundial e tombado pelo IPHAN como patrimônio nacional.

Até o momento, já foram cadastrados mais de mil sítios arqueológicos na área, grande parte com arte rupestre. Inserido no domínio das caatingas, no sertão nordestino, o parque teve, em épocas pré-históricas, condições ambientais muito diferentes. Na região existem evidências da ocupação humana que remontam a 100 mil anos, resultado que levou a objeções de arqueólogos estadunidenses, assim como de alguns latino-americanos, provocando um acalorado debate científico de projeção nacional e internacional. Como veremos, essa problemática científica está presente de forma marcante na expografia do museu. Além dessa linha de pesquisa, a FUMDHAM tem se dedicado a outros períodos cronológicos, com destaque para o estudo da arte rupestre.

---

<sup>115</sup> Instituição-chave nos recortes cronológicos de 1980-2000 e no século XXI, conforme explicitado nos Capítulos 1 e 2.



A FUMDHAM abriga em sua infraestrutura, além do Museu, o Centro Cultural Sérgio Motta. Este Centro Cultural é composto por uma biblioteca e quatro laboratórios de pesquisas arqueológicas [Laboratório de Material Lítico, de Material Cerâmico, de Vestígios Orgânicos e de Paleontologia]. Esses abrigam mais de 920 mil peças arqueológicas.

Também têm sido desenvolvidas ações de estímulo ao desenvolvimento regional, com processos destinados a implantação do turismo. São pessoas da própria comunidade que trabalham na infraestrutura do parque e no atendimento aos visitantes. Para tanto, foram desenvolvidos projetos de formação, destacando-se a criação de escolas básicas nos povoados, que funcionavam em período integral, hoje praticamente desativadas por falta de verbas, e o Pró-Arte Fundham que oferece aulas de arte-educação e reforço escolar para crianças. Foram incentivados o cultivo apícola e a produção cerâmica artesanal.

Não obstante, a retirada das famílias que moravam no interior do parque, quando esse foi estabelecido, e os constantes atritos gerados pela proibição da caça também geram opiniões menos favoráveis aos trabalhos da FUNDHAM, que, por sua vez, se defende:

“O trabalho social que a FUNDHAM vem realizando não é sempre reconhecido porque não nos alinhamos à corrente assistencialista que domina o Nordeste. Cremos que o real desenvolvimento social somente é alcançado através de um programa sério de educação, saúde e planejamento familiar. Essa ação nas comunidades sempre foi nossa prioridade, pois não há desenvolvimento regional sem desenvolvimento humano”(Guidon, 2007, p.89).

Não pretendemos fazer aqui uma análise dessa questão, mas apenas evidenciar que toda a comunidade é um campo de disputa, de tensões. Dessa forma, sempre existem opiniões divergentes. Pudemos notar que na região há tanto aquelas pessoas que afirmam ter sido esse projeto a grande oportunidade para suas vidas, como pessoas que vêem a atuação da FUNDHAM como autoritária e desvinculada das aspirações da sociedade envolvente.

O fato é que temos ali, realmente, um exemplo importante de preservação e uso do patrimônio arqueológico, embora as dificuldades financeiras sempre coloquem essas ações em perigo. A experiência ali vivenciada mostra a dificuldade de um projeto dessa natureza ser auto-sustentável.

Interessante notar que, mesmo esse projeto que, como afirmamos, tem projeção no debate científico, na mídia e até mesmo em exposições realizadas nas grandes capitais do país<sup>116</sup>, também é percebido como pouco relevante para a ‘nação’:

“Quando percebemos que tudo o que foi feito até hoje no parque, reconhecido internacionalmente, mas ignorado pela nação brasileira, pensamos ser necessário – em conjunto com órgão públicos, organizações não governamentais e a comunidade – construir uma política pública que mostre ao Brasil a importância cultural do nosso patrimônio, para que, sem detrimento de outras prioridades governamentais, sejam devidamente protegidos. Faz-se necessário pensar numa estratégia de preservação, de modo que as ameaças

---

<sup>116</sup> Como no Museu Histórico Nacional, mencionado anteriormente.

possam ser sanadas e as leis cumpridas. Só assim podemos auxiliar na construção da futura memória brasileira". (Guidon, 2007, p.91, grifo nosso)

A não inserção do patrimônio arqueológico na identidade e memória nacional é tomada como argumento explicativo de uma série de fatores relacionados a dificuldade de manutenção do parque. Permeada certamente de uma conotação política, uma vez que essa valorização nacional se traduziria em verbas que garantiriam a sustentabilidade do parque, essa afirmação também revela uma vontade de construção de uma memória arqueológica nacional, construção essa projetada a partir da arqueologia da Serra da Capivara. Mas vejamos como essas ideias se traduzem na expografia do museu, com base na visita técnica realizada em Outubro de 2010.



**Figura 47.** Aspecto geral da entrada do museu (Fonte: Arquivo Pessoal, Outubro de 2010).

A exposição do Museu é dividida em quatro módulos: um primeiro devotado à problemática da antiguidade da ocupação humana no território americano, um segundo à arte rupestre, um terceiro aos sepultamentos e rituais funerários e um quarto a uma síntese cronológica da arqueologia regional.

No Módulo 1 existem três vitrines, quatro painéis e um vídeo com cenas de escavações arqueológicas na região. Os painéis trazem os seguintes textos: "Os dados que mudaram a pré-história da América"; "A Serra da Capivara e o povoamento da América"; "A rota Atlântica do povoamento da América" e "As evidências". A argumentação expográfica principal é a defesa da hipótese de ocupação humana na região há 100 mil anos, o que implicaria na aceitação de uma rota atlântica de ocupação do sul do continente americano, destacando-se que esses "resultados mudaram a trajetória da pré-história americana". Nas vitrines, lascas e coprólitos seriam as provas materiais dessas ideias, estando presente, no centro da sala, o crânio humano mais antigo da região, com nove mil anos.



No discurso expresso nos textos é afirmado que, na década de 1970, quando foram iniciadas as pesquisas na Serra da Capivara, só existiam pesquisas arqueológicas no Brasil na Amazônia e no Sul/ Sudeste, desprezando a atuação de ‘pioneiros’ da Arqueologia no século XIX, cujas pesquisas são sempre rotuladas de pré-científicas, e mesmo a atuação do PRONAPA em várias partes do país, inclusive do nordeste. Interessante notar que esse Módulo 1 é caracterizado por um ‘fala’ com a comunidade científica, com textos longos e ‘acadêmicos’.



**Figura 48.** Aspecto geral do Módulo 1 com vitrine central com crânio mais antigo da região. Ao fundo, podemos notar a presença de textos extensos (Fonte: Arquivo Pessoal, Outubro de 2010).

O Módulo 2 é o que ocupa maior espaço físico na exposição, apostando, de forma marcante, na utilização de diversas tecnologias na expografia. É composto por um amplo telão onde são projetadas as pinturas rupestres, dois terminais interativos e três textos, intitulados “Pré-História do Parque Nacional da Serra da Capivara”, “As pinturas rupestres” e “As temáticas nas pinturas rupestres”. No telão um jogo de ir e vir de pinturas rupestres é acompanhado por sons que se coadunam aos desenhos projetados, divididos nas seguintes temáticas: homem, animais, caça, dança, sexo e luta.



**Figura 49.** Aspecto geral do Módulo 2 com telão onde são reproduzidas as pinturas rupestres (Fonte: Arquivo Pessoal, Outubro de 2010).

Um dos terminais interativos do Módulo 2 apresenta a localização dos sítios no Parque, enquanto outro possibilita uma escavação interativa. Embora com textos também excessivamente longos, esse módulo, com forte apelo estético, é o mais ‘bem acabado’ expograficamente do museu, pois fomenta o interesse do visitante no assunto, mostrando a riqueza da pré-história regional.

Por sua vez, o Módulo 3 apresenta maiores lacunas de informação, formado por sete vitrines com os diferentes tipos de sepultamentos humanos encontrados na região, por uma réplica de um contexto arqueológico com sepultamento, por uma vitrine com vasilhas cerâmicas, por um vídeo e um pequeno texto sobre tecnologia cerâmica. O vídeo, etnográfico, mostra um ritual funerário, mas sem a identificação do grupo indígena. Os sepultamentos aparecem de forma isolada, sem ênfase nos processos culturais subjacentes a essas práticas.



**Figura 50.** Aspecto geral do Módulo 3 com a presença de réplica na porção central (Fonte: Arquivo Pessoal, Outubro de 2010).

O Módulo 4 combina um arranjo tipológico ao estético. Formado por quinze vitrines com materiais arqueológicos, uma delas amparada por uma linha do tempo. Na primeira vitrine temos diversas ferramentas de pedra lascada, ordenadas de acordo com sua funcionalidade, embora essas peças tenham sido utilizadas em um amplo espectro temporal e espacial. Dessa forma, as vitrines mostram peças arranjadas por matéria-prima e funcionalidade. Exceção à vitrine que corresponde à “Cronologia Cultural do Parque Nacional da Serra da Capivara”, a qual chega até o contexto dos “Vestígios europeus”.

Embora esse módulo mencione a questão da dizimação dos grupos indígenas e traga aspectos da arqueologia histórica regional, o que é positivo, existe uma lacuna grave com relação à presença africana na região. Ademais, classificar o período histórico como “vestígios europeus” é excluir a própria questão da presença indígena não apenas no que concerne a sua “dizimação”, mas trazendo à tona sua resistência e agência no processo histórico. Com relação à ausência da presença africana, importantíssima na configuração da região em períodos históricos, pode estar associada ao próprio fato dessa narrativa ser construída a partir de uma visão externa, uma vez que os pesquisadores são de outras regiões brasileiras e, até mesmo, de outros países.



**Figura 51.** Aspecto geral do Módulo 3 com a presença de réplica na porção central (Fonte: Arquivo Pessoal, Outubro de 2010).

Podemos identificar, no partido expográfico desse museu, uma predileção pelos arranjos estético e tipológico, sem a utilização de figuras ou cenários que procurem ‘recriar’ esse passado. Interessante destacar a ausência de um arranjo meta-arqueológico. Embora haja imagens de escavações e a própria escavação virtual do módulo 2, essa perspectiva é colocada de forma equilibrada.

Fica evidente que essa antropofagia museológica, ou seja, o discurso expográfico presente no museu, está diretamente relacionado aos contornos da antropofagia arqueológica realizada pela Fundação. Isso porque as temáticas e períodos cronológicos que recebem maior atenção da equipe de pesquisa são aqueles com presença mais marcante no contexto da exposição: a antiguidade da ocupação humana no território americano e a arte rupestre. Isso não quer dizer que outros temas e períodos não sejam igualmente importantes, eles o são, e até figuram em algumas pesquisas, contudo, os processos de seleção dos contextos arqueológicos não definiram essas problemáticas como prioridades. Por isso, mesmo procurando inserir outros assuntos na musealização, como a Arqueologia Histórica, essa antropofagia museológica acaba não tendo a mesma atenção que as outras temáticas.

### 3.2.6. *Museu do Estado de Pernambuco (Recife, Pernambuco)*

O Museu do Estado de Pernambuco é um dos equipamentos culturais do Governo do Estado, gerenciado pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE. Criado em 1929, esse museu foi mencionado nos recortes cronológicos de 1960-1980, 1980-2000 e no século XXI, conforme explicitado nos Capítulos 1 e 2. Cabe lembrar que essa instituição é compreendida como chave na medida em que revela uma determinada configuração da musealização da arqueologia, bastante recorrente em diversos museus históricos e ecléticos do Brasil, com a inserção de coleções de forma desconectada.

A estrutura do museu é formada pelo Palacete Estácio Coimbra – casarão do século XIX, o Anexo I - Espaço Cícero Dias, com capacidade para abrigar exposições de médio e grande porte, e o Anexo II - uma casa onde são realizados cursos e oficinas de arte. Atualmente, o acervo do Museu do Estado possui mais de 14 mil itens, com coleções que se distribuem nas seguintes categorias: Arqueologia, Cultura Indígena, Presença Holandesa em Pernambuco, Arte Sacra, Cultura Afro-brasileira, Ex-votos, Iconografia, Mobiliário, Porcelana, Cristais e Pintura. (FUNDARPE, 2010)

Inaugurado em 2003, o Espaço Cícero Dias abriga no térreo, a exposição de longa duração “Um acervo revisitado”, montada a partir de conjuntos das várias coleções do acervo, com curadoria de Emanuel Araujo. Analisamos essa mostra em visita técnica realizada em Outubro de 2010. É nessa exposição que está inserida a Arqueologia Pré-colonial, formada por um texto e quinze peças arqueológicas. Começamos pela transcrição do referido texto, assinado por Gabriela Martin, uma das arqueólogas que mais atuam no estado:

“Produto das prospecções arqueológicas de Carlos Estevão no Vale do São Francisco, a valiosa coleção de instrumentos líticos por ele doados inclui, principalmente, machados polidos, percutores, pilões, mãos de pilão, batoques labiais e bolas de arremesso. Chama principalmente a atenção, nessa coleção lítica, o conjunto de machados semilunares, também conhecidos como machados de âncora, artefatos julgados votivos, dada a visível falta de funcionalidade dos mesmos. Fabricados em diversos tipos de rochas, tais como granito, granodiarito, diabásio, basalto, anfíbolito e diorito, esse machados existem também confeccionados em cerâmica e enfeitados de penas e fibras, os quais eram considerados, pelo arqueólogo e jornalista Mário Melo (...) como ‘pertencentes aos Tapuia pernambucanos’. Nas coleções etnológicas do Museu do Estado, existe um exemplar de machado semilunar, confeccionado em cerâmica e pertencente aos Apinaye, que apresenta encabamento de madeira e enfeites de fibras e penas, usado como símbolo de status e hierarquia entre as populações indígenas. O conjunto de peças arqueológicas que mais chama atenção é, sem dúvida, a coleção de vasilhames cerâmicos provenientes da Amazônia, também doada por Carlos Estevão, produto de suas pesquisas na região amazônica durante os anos que dirigiu o Museu Paraense. São urnas funerárias, algumas de grande tamanho, originárias da Ilha de Marajó, no Pará, pertencentes a fase cultural conhecida como Marajoara, cultura indígena hierarquizada que se instalou nessa ilha entre os séculos V e VII da Era Cristã. Os Marajoara construíram grandes montículos onde se instalaram para defender-se das enchentes e neles realizaram seus rituais e enterravam seus mortos. Tangas e pequenas vasilhas profusamente decoradas fazem parte também desse acervo marajoara. A coleção marajoara completa-se com cerâmicas funerárias e rituais de outros povos da região, tais como Santarém e urnas antropomórficas das culturas pré-históricas do Amapá” (Gabriela Martin, Exposição do Museu do Estado do Pernambuco, 2010, grifo nosso)

O texto enfatiza dois segmentos do acervo arqueológico: peças líticas da região do Rio São Francisco e peças amazônicas. Entretanto, as quinze peças arqueológicas expostas são: um machado, quatro vasilhas e duas tangas cerâmicas da Amazônia; três peças do Peru; quatro machados sem indicação de procedência, sendo três do tipo semilunar mencionado no texto; um prato cerâmico Tupiguarani encontrado em Olinda. Dessa forma, há um predomínio de peças amazônicas, sendo ainda apresentadas peças do Peru. Notamos, assim, a ênfase em aspectos que demonstram, por meio de peças com apelo estético, a riqueza dessas culturas e sua associação com ‘altas civilizações’ – nota-se o destaque na utilização do conceito de hierarquia no texto transcrito. Os machados semilunares, destacados no texto, não tem indicação de procedência nas vitrines. Ademais, o mencionado machado etnográfico dos Apinaye não compõe a exposição<sup>117</sup>, causando uma certa confusão, entre a narrativa expográfica e objetos arqueológicos apresentados.

---

<sup>117</sup> Interessante que o machado mencionado é apresentado na capa do livro “Pré-História do Nordeste”, de autoria de Gabriela Martin (Martin, 1999).



**Figura 52.** Parte da exposição “Um acervo revisitado” do Museu do Estado de Pernambuco onde vemos, à esquerda, uma urna funerária antropomorfa, da Amazônia, e, à direita, uma vitrine com as peças arqueológicas associadas à coleção etnográfica. Ao fundo, peças da coleção de louças e mobiliário. (Fonte: Arquivo Pessoal, Outubro de 2010).



**Figura 53.** Detalhe da vitrine com peças arqueológicas com os machados semilunares na porção superior e na porção inferior urnas Maracá, da Amazônia (Fonte: Arquivo Pessoal, Outubro de 2010).

Os machados e as peças advindas da Amazônia são apresentados como obras de arte. Em uma exposição que busca retratar a opulência do estado de Pernambuco, a musealização da Arqueologia enfrenta um dilema: esse estado teria peças arqueológicas à

altura dessa opulência? Nesse caso, apenas os machados semilunares são dignos de figurar nessa construção. Para completar essa conjuntura é necessário buscar na Amazônia referências materiais que evidenciem essa grandiosidade, recheando também esse quadro com peças do Peru. Pouco importa o fato dessas peças não estarem associadas à ocupação do território que corresponde atualmente ao estado de Pernambuco.

Não estamos aventando que coleções herdadas de outras regiões não possam figurar no museu, mas sua apresentação deveria trilhar caminhos mais críticos. Ademais, a exposição deveria englobar, em primeiro lugar, vestígios arqueológicos do estado do Pernambuco, tanto referentes ao período pré-colonial, quanto ao histórico. Embora também estejam expostas algumas peças arqueológicas do século XVII e posteriores, em outras partes do museu, as mesmas são apresentadas como objetos históricos e de arte.

Dessa forma, a Arqueologia musealizada no Museu do Estado de Pernambuco, além de ocupar lugar coadjuvante, é caracterizada por um arranjo estético formado por peças que não estão associadas, em sua grande maioria, ao território que dá embasamento ao perfil institucional do museu, situação recorrente em muitos museus históricos do Brasil.

### 3.2.7. *Museu do Homem do Nordeste (Recife, Pernambuco)*

O Museu do Homem do Nordeste faz parte da Fundação Joaquim Nabuco. Essa instituição nasceu em 1948 de um projeto de lei do escritor Gilberto Freyre, à época deputado federal pelo estado de Pernambuco. O instituto nasceu com a missão de realizar estudos interdisciplinares sobre o Norte e Nordeste do país, com ênfase nas condições de vida do trabalhador rural dessas regiões (MHN, 2000).

Inaugurado em 1979, o museu é resultante da fusão dos museus de Antropologia – aberto pelo instituto em 1964 - e de Arte Popular, completado pelo Museu do Açúcar, que havia sido anexado ao Instituto Joaquim Nabuco em 1977.

Na década de 1980, o museu já contava 25 mil visitas por ano, além de possuir um acervo de 10 mil peças, “entre as quais destacam-se as coleções de arqueologia, etnologia, material de construção, luminárias, telecomunicações, ex-votos, maracatu, bumba-meu-boi, culto afrobrasileiro, literatura de cordel, cestaria, brinquedos, mascaras de carnaval e rótulos de aguardente” (Chagas, 1986). Com uma abordagem culturalmente antropológica, esse museu seria a “corporificação da imaginação museal freyreana”(Chagas, 2003)<sup>118</sup>.

---

<sup>118</sup> A tese de doutoramento de Chagas (2003) traz uma profunda análise da imaginação museal de Gilberto Freyre.





**Figura 54.** Aspecto geral da entrada do museu (Fonte: Arquivo Pessoal, Outubro de 2010).

Esse museu foi mencionado nos recortes cronológicos de 1980-2000 e no século XXI, conforme explicitado nos Capítulos 1 e 2. Essa instituição foi selecionada como chave por uma série de questões. Em primeiro lugar, o museu possui uma coleção arqueológica significativa, cuja ausência na exposição atual é indicadora do papel coadjuvante da arqueologia em algumas questões contemporâneas que o museu busca levantar. Um segundo eixo de abordagem é o fato do museu trazer elementos importantes para a musealização da arqueologia no nordeste do país, possibilitando algumas reflexões acerca da construção de uma ‘identidade regional nordestina’. Um último, e não menos importante ponto, reside no fato desse museu ser inspirador de algumas possibilidades de musealização de objetos arqueológicos associados ao passado recente.

Conforme mencionado, não existem peças arqueológicas na atual exposição, fato que nos levou a analisar comparativamente informações acerca da exposição anterior, que possuía peças arqueológicas, com base no catálogo publicado (MNH, 2000), e da exposição reformulada, que ocupa atualmente o museu, tendo como base a visita técnica realizada em Outubro de 2010.

A exposição anterior do museu era dividida em quatro módulos: “Os habitantes originais”, onde estavam inseridas peças arqueológicas e etnográficas; “Colonização: o açúcar”; “Oh de casa”, onde era inserida a intimidade doméstica nordestina e “Legado”, onde eram apresentadas as manifestações religiosas, artísticas e folclóricas.

Segundo o catálogo mencionado, essa exposição buscava

“transmitir ideias que elucidem, para o grande público, qual é a base formadora do nosso perfil cultural e de sua evolução histórica, procurando, também, oferecer pistas, sinais, que propiciem o questionamento e a dúvida. Deixa, assim, muitas vezes, em segundo plano, o conceito cronológico, para dar ênfase à contemporaneidade dos fatos, ou objetos, mesmo que tenham acontecido há décadas atrás. Ou o arcaísmo de outros mesmo que tenham sido produzidos ontem. O Museu pode, sob esta ótica, ser visitado em qualquer sentido, abordado em qualquer ponto, sem que se perca, com isso, a sua força e a sua integridade:



uma síntese da cultura e do homem nordestino, representada por meio dos objetos resultantes do trabalho humano” (Montenegro, 2000, p.22, grifo nosso)

Dessa forma, o museu mantinha a sua unidade ancorada no enquadramento conceitual do ‘homem do nordeste’, com base no pensamento freyreano. Para Chagas (2003), as relações raciais, de gênero e as relações entre gerações tendiam a ser reificadas no discurso e prática museal de Gilberto Freyre. Chagas, então, indaga

“quem seria esse homem do nordeste? Ele teria uma identidade própria? Seria o homem do nordeste capaz de dar conta dos diferentes homens dos diferentes nordestes, em termos éticos e socioculturais? Teria esse homem do nordeste o poder de absorver e representar a mulher do nordeste, a criança do nordeste, o homossexual do nordeste? (Chagas, 2003, p.180).

Como veremos adiante, a exposição reformulada busca equacionar algumas dessas questões. Por ora, cabe analisarmos a inserção do patrimônio arqueológico nessa exposição anterior. Segue a seguir o texto produzido para o módulo da Arqueologia:

“Primeiros Habitantes

O indígena do Nordeste, antes da colonização europeia, no seu estágio cultural mais avançado nunca ultrapassou o estágio neolítico primário pré-urbano. Sua habitação não era permanente, não trabalhou a pedra para a construção de moradias, nem conheceu o tijolo e o adobe. Não conheceu os metais, a roda, nem o torno de oleiro e não domesticou nenhum animal economicamente rentável. Sua organização social não estava dividida em classes. Sempre andou nu ou semi-nu. Sua situação cultural, na época do seu primeiro contato europeu era, possivelmente, estável há mil anos, entre as populações agrícolas do litoral e, provavelmente, a mesma de três mil anos passados, entre os grupos caçadores-coletores das regiões interioranas. Apesar disso, o grande interesse da pré-história brasileira, especialmente a de regiões mais ingratas no interior do Nordeste, está em observar a grande capacidade de adaptação do homem a uma natureza particularmente adversa e constatar que, nesse meio hostil, ele foi capaz de criar e desenvolver uma arte expressiva e bela...” (Martin, 2000, grifo nosso).

Poderíamos discorrer longamente sobre esse trecho, analisando os princípios que regem a construção dessa narrativa, suas consequências para a comunicação dos processos históricos vivenciados por esses grupos e seus respectivos vestígios arqueológicos. Pautado em um viés colonialista e etnocêntrico, o texto apresenta os grupos indígenas destacando aquilo que eles não são – a palavra não é reiterada em diversas partes do texto - chegando à conclusão que esse homem, homogêneo e estático, teve a ‘capacidade’ de desenvolver uma expressão artística, apesar de tudo.

Essa narrativa expressa o conceito de “anti-eu” do qual fala Hartog (1999). Segundo o autor, as características negativas em narrativas sobre o “outro” nos mostram como um senso de identificação pode ser definido em detrimento do “outro” (Hartog, 1999). O texto é, assim, permeado por uma visão ocidental, onde “o principal componente da cultura europeia é precisamente o que tornou hegemônica essa cultura, dentro e fora da Europa: a ideia de uma identidade europeia superior a todos os povos e culturas não europeus” (Said, 2001, p.34). Essa narrativa textual era acompanhada de algumas peças cerâmicas “funerárias” e “utilitárias”, apresentadas a seguir.



**Figuras 55 e 56.** Peças arqueológicas do acervo do Museu do Homem do Nordeste: à esquerda “urnas funerárias” e à direita vasilhas utilitárias (Fonte: MHN, 2000, pp.29-30).

Mais uma vez, podemos afirmar o quanto a musealização dos vestígios arqueológicos, ou seja, a antropofagia museológica, está intrinsecamente relacionada à antropofagia arqueológica. Todo conhecimento é matizado por aquilo que somos (Said, 2001, p.39).

Colocamos como hipótese que a configuração do patrimônio arqueológico na exposição anterior do MHN, permeada de uma visão arqueológica no mínimo ultrapassada, pode ter sido responsável pela ausência dos vestígios arqueológicos do período pré-colonial na exposição atualmente existente no museu, uma vez que essa revela uma mudança de viés importante no discurso expositivo do MHN.

Analisemos um trecho do texto de abertura da nova exposição “Nordeste: territórios plurais, culturais e direitos coletivos”:

“O Museu do Homem do Nordeste invoca a si um outro conceito de museu (...), se propõe a ser um lugar em que possamos refletir sobre a própria instituição ‘museu’, como também sobre a Região Nordeste e o Brasil. Em que indaguemos sobre o que particularizaria e identificaria o Nordeste, além de possuir uma língua comum e um território histórica e geograficamente definido? Em que nos perguntemos sobre o que poderia unir e identificar tantos homens, mulheres e crianças que habitam ou que habitaram a região: pessoas aparentemente diferentes e mesmo desiguais entre si: índios, não-índios, quilombolas, sertanejos, litorâneos, cosmopolitas, provincianos, pobres e ricos? E, sobretudo, perguntar se haveria algum sentimento comum que os faça perceberem-se e afirmarem-se como nordestinos ou serem vistos enquanto tal por aqueles que se consideram diferentes? Não nos propomos a dar respostas definitivas - se é que elas existem - sobre a questão Nordeste ou o ser nordestino, mas sim, a convidá-lo para juntos, vivenciarmos essa aventura cognitiva e afetiva pelo o Nordeste” (MHN, 2010).

Acreditamos que a Arqueologia poderia ter contribuído de forma significativa na configuração dessa nova proposta museológica, tanto no que concerne ao período pré-colonial quanto ao período histórico ou, para abandonar rótulos cronológicos, para falar de índios, não-índios, sertanejos, quilombolas, enfim das diferentes etnias, diversos segmentos sociais e das diversas culturas que marcam a região. Contudo, cabe nos perguntarmos se a

Arqueologia<sup>119</sup> do Nordeste tem produzido narrativas que se enquadrem na visão expressa no trecho mencionado, a nosso ver, perfeitamente associável à Sociomuseologia. Embora trabalhos instigantes tenham sido desenvolvidos, por exemplo, no Quilombo dos Palmares (Orser & Funari, 1992) e Canudos (Zanettini, 1988), ainda são raros os estudos nessa linha no Brasil. Seria a ausência de pesquisas arqueológicas mais críticas a responsável por essa ‘lacuna’?

Como não há a presença direta da Arqueologia na exposição, optamos por elencar alguns eixos de aproximação, pois, mesmo objetos não coletados no âmbito de pesquisas arqueológicas, se referem a períodos e problemáticas que poderiam ser tratados à luz da Arqueologia.

A parte da exposição que trata das sociedades indígenas é composta por objetos etnográficos, destacando-se a seguinte declaração:

“Nós somos 220 povos. Culturas diferentes, línguas diferentes, vidas diferentes. A sociedade brasileira quer que nós sejamos tudo igual! Então a sociedade criou um tipo de índio: média altura, cabelo batendo no meio das costas, olhos bem rasgados, nem muito moreno, nem muito claro, meio avermelhado. Se não for assim, não é índio! É isso que a educação deveria contribuir com a gente: mostrar as diferenças. Nós não somos iguais...e não somos índios também! Índio foi o nome que deram pra gente! Do mesmo modo que a educação foi usada para nos oprimir, pode também ser usada para nos libertar”(Agnaldo Pataxó, Bahia)

Se compararmos essa narrativa em primeira pessoa, construída a partir da visão de um ‘índio’, com a narrativa apresentada anteriormente (Martin, 2000), temos a dimensão do problema. Aquela Arqueologia não interessa a um museu com essa proposta, e nem deveria interessar.



**Figura 57.** Área da exposição dedicada à questão indígena, formada por textos, fotos e material etnográfico (Fonte: Arquivo Pessoal, Outubro de 2010).

<sup>119</sup> Voltaremos a essa questão no Capítulo 4, mas gostaríamos de ressaltar aqui a importância de que essa nova museologia, ou Sociomuseologia - nem tão nova assim - se entrelace com as questões levantadas nas diversas abordagens pós-processuais da Arqueologia.

Cabe trazeremos algumas reflexões pontuais acerca da potencialidade da abordagem arqueológica de diversos temas apresentados pelo museu. Primeiramente, o contraponto entre o Nordeste ontem e hoje, presente em diversas partes do discurso expositivo, surge como terreno fértil. Aspectos do universo do trabalho, do cotidiano doméstico, da religiosidade, das resistências e dos movimentos sociais, entre outros, presentes na exposição, podem ser estudados a partir da pesquisa arqueológica, no âmbito de uma arqueologia do passado recente e do contemporâneo.



**Figura 58.** Aspecto da exposição onde são apresentados objetos associados ao universo do trabalho em contraponto a imagem de um enterro de um membro do Movimento dos Sem Terra - MST,<sup>120</sup> assassinado em 2006, em Pernambuco (Fonte: Arquivo Pessoal, Outubro de 2010).



**Figuras 59 e 60.** Detalhes de vitrines com objetos que também compõem os contextos arqueológicos do nordeste, como ferramentas de trabalho, potes de cerâmica e cantil (Fonte: Arquivo Pessoal, Outubro de 2010).

<sup>120</sup>O Movimento Sem Terra existe há mais de 25 anos. Se organiza em torno de três objetivos principais: Lutar pela terra; Lutar por Reforma Agrária; Lutar por uma sociedade mais justa e fraterna.





**Figura 61.** Último módulo da exposição especialmente devotado à musealização do homem sertanejo (Fonte: Arquivo Pessoal, Outubro de 2010).

A patrimonialização de objetos do cotidiano recente, evidente na exposição do Museu do Homem do Nordeste, demonstra uma vontade de memória (Chagas, 2003), revelando que as sociedades que compõe esse nordeste plural selecionam aspectos de um cotidiano, que poderia ser entendido como ‘corriqueiro’ ou ‘banal’, projetando-as na esfera patrimonial. Como veremos no Capítulo 4, a proposta de musealização dos recursos arqueológicos da Ferrovia Transnordestina foi construída a partir da consideração desse aspecto, graças ao entrelaçamento de museologias e arqueologias realmente híbridas.

### 3.2.8. Museu do Ceará (Fortaleza, Ceará)

O Museu do Ceará foi inserido como instituição chave da arqueologia musealizada brasileira nos cenários esboçados desde 1930, conforme apresentamos nos Capítulos 1 e 2. Essa inserção deveu-se, sobretudo, ao fato desse museu exemplificar o caso de um museu estadual que ‘atraiu’ a doação de diversas peças arqueológicas, resultando em uma coleção arqueológica significativa, relacionada a atuação de diversos arqueólogos amadores, pioneiros da arqueologia cearense. Esse acervo herdado expressa seleções realizadas em diferentes épocas e contextos, sendo importante destacar que processos análogos devem ter ocorrido em diversas unidades federativas do país. Já mostramos, por exemplo, o Museu do Estado do Pernambuco, no caso um exemplo menos feliz de musealização desses acervos.

O que chama atenção na configuração atual do acervo arqueológico do Museu do Ceará é a tentativa de musealização da arqueologia a partir de uma perspectiva crítica e

contemporânea. Dessa forma, sua inserção, na análise ora encaminhada, deve-se ao fato desse discurso expográfico evidenciar que esses acervos herdados, inseridos em instituições de perfil histórico, são passíveis de novos olhares interpretativos que podem colaborar para uma melhor compreensão do passado e do presente.

Mas antes de passarmos à análise da musealização da Arqueologia na atual exposição de longa-duração do Museu do Ceará, cabe retomarmos algumas mudanças importantes vivenciadas pela instituição nas últimas décadas. Cabe lembrar que, ainda na década de 1950, o museu adquiriu um perfil de museu histórico e antropológico.

“Se na época de Eusébio de Sousa [diretor do museu entre 1932 a 1942] a perspectiva era integrar o Ceará à história nacional, com a nova direção [em 1951] o Museu assume um caráter estritamente regional, com o objetivo de retratar fatos do nordeste, e, especificamente, o estado cearense...” (Oliveira, 2010).

Conforme já mencionado no Capítulo 1, na década de 1970 a interação com a comunidade foi bastante dinamizada. Na década de 1990, iniciou-se um programa de restauração das coleções e inaugurou-se a reserva técnica, o serviço educativo e uma nova exposição organizada por módulos, intitulada “Ceará Terra da Luz ou Ceará Moleque: que história é essa?”. Durante o ano de 1999 foram realizadas ações importantes na área social, com trabalhos de inclusão de meninos de rua e prostitutas, assim como a realização de cursos profissionalizantes de formação de guias patrimoniais em alguns bairros da periferia de Fortaleza. A partir de 2000, foram criadas linhas editoriais, um “Laboratório de Museu e Memória na História Social”, exposições de curta-duração e a organização da exposição de longa-duração “Ceará: história no plural”, onde se insere o módulo ora analisado. Convém ressaltar que esse módulo, intitulado “Povos indígenas: entre o passado e o futuro”, foi reorganizado recentemente, refletindo “uma aproximação com os movimentos sociais que reivindicam a valorização dos grupos étnicos e tradicionais do Ceará [índios, quilombolas, povos de terreiro]” (Oliveira, 2010, p.11). Essa aproximação também envolveu a realização de publicações e seminários.

O Museu do Ceará tem, atualmente, um acervo com mais de sete mil peças, entre objetos arqueológicos, etnográficos, mobiliário, instrumentos de trabalho, artes populares, entre outros segmentos, que, atualmente, é abordado como veículo de reflexão sobre a História local integrada à História do Ceará, em seus aspectos culturais, econômicos e sociais (Secretaria de Cultura – CE, 2010).

A política cultural do museu está consoante com os princípios da pedagogia de Paulo Freire. O trabalho de educação permanente tem sido desenvolvido em duas frentes, um núcleo pedagógico, que trabalha na linha freireana para pensar a dialogicidade nas visitas ao museu, e o “Teatro no Museu”, que é um grupo que dramatiza durante as visitas e faz uma relação entre museologia e teatro.

Antes de passarmos ao módulo devotado às coleções arqueológicas do museu, convém apresentar os módulos que compõe à exposição “Ceará: história no plural”, a saber: 1. Memórias do museu; 2. Povos indígenas: entre o passado e o futuro; 3. Poder das armas e armas do poder; 4. Artes da escrita; 5. Escravidão e abolicionismo; 6. Padre Cícero: mito e rito; 7. Caldeirão: fé e trabalho e 8. Fortaleza: imagens da cidade.

O Módulo 2 “Povos indígenas: entre o passado e o futuro” é aberto com o seguinte texto:

“O Ceará não existia, nem fazia falta. O que havia era um conjunto de populações que foram agredidas e combatidas com a chegada dos colonizadores no século XVII. O Ceará, juntamente com outras divisões do Brasil, veio depois, com o estabelecimento de centros administrativos e repressivos. A criação do Ceará serviu para explorar a terra e dividir seus habitantes, como aconteceu em outros lugares subjugados pelo sistema colonial. Os objetos arqueológicos aqui expostos não são os vestígios dos primeiros habitantes do Brasil. Também não são os testemunhos dos primeiros cearenses. Brasileiros e cearenses são invenções recentes. Antes, havia povos que viviam as suas vidas das mais variadas maneiras, com grande diversidade cultural. Foram os colonizadores que inventaram o termo ‘índio’”(Ramos; Silva Filho, 2007 apud Museu do Ceará, 2010, grifo nosso)

Esse texto traz para a musealização da arqueologia indígena um discurso engenhoso, provocativo, des-naturalizando alguns conceitos como Brasil, Ceará e índio. Essa narrativa se insere naquilo que Said chama de arsenal da resistência cultural, a cultura como uma forma de memória contra a aniquilação (Said & Barsamian, 2006, p.158). Esse texto se coaduna com as ideias expressas anteriormente na declaração de Aguinaldo Pataxó, que compõe o Museu do Homem do Nordeste, no âmbito de uma “des-colonização” dos discursos expográficos.

O acervo exposto, que subsidia essa narrativa, é composto por diversas vasilhas cerâmicas, urnas funerárias, fusos de cerâmica, cachimbos, lâminas de machado, tembetás e ferramentas de pedra lascada. Essas peças estão distribuídas em seis vitrines verticais, separadas por matérias primas e funcionalidades, englobando um arranjo estético e tipológico, amparado por fotos e figuras que expressam também a presença, mesmo que sutil, de um arranjo contextual. Embora o argumento do módulo seja extremamente rico, a apresentação dos objetos arqueológicos propriamente ditos evidencia algumas lacunas – peças sem informação ou com informação reduzida; incongruências – como por exemplo dizer que ao pintar os vasos as índias participavam da guerra, assim como a persistência de alguns conceitos, como de tradição arqueológica. Cabe lembrar que o módulo foi concebido por historiadores, sem a presença de um arqueólogo. Não obstante, é importante refletirmos sobre o fato da Arqueologia cearense estar ou não disposta a produzir um conhecimento, a partir dos vestígios materiais, que se alinhe a uma visão crítica como a exposta no texto de abertura do módulo.



**Figura 62.** Visão geral da entrada do módulo que apresenta coleções arqueológicas do museu (Fonte: Arquivo Pessoal, Outubro de 2010).

Ainda quanto as coleções arqueológicas, cabe apontar que, apenas a coleção de material lítico do museu tem mais de 1400 peças, grande parte proveniente do interior do Ceará (Museu do Ceará, 2010, p. 33). Nesse sentido, o investimento do museu na musealização dos acervos do próprio estado é um ponto importante da inserção dessas coleções em um museu histórico de perfil regional.



**Figura 63.** Vitrine com vasilhas cerâmicas associadas a grupos Tupi que ocuparam o estado do Ceará (Fonte: Arquivo Pessoal, Outubro de 2010).





**Figura 64.** Vasilha cerâmica doada ao museu pela comunidade indígena Anacé, em 2002. Dessa forma, ainda atualmente as peças arqueológicas continuam a chegar ao museu por forma de doação (Fonte: Arquivo Pessoal, Outubro de 2010).

Ainda nesse módulo, são apresentados alguns objetos etnográficos, atuais, mapas e notícias da mídia impressa abordando as etnias indígenas do Ceará, sobretudo no que concerne à questão da demarcação das terras. Dessa forma, essa parte da exposição evidencia a situação da luta em torno das heranças e perspectivas dos povos indígenas “Não há como negar que, a partir de outras questões, a luta continua envolvendo interesses conflitantes, que vão da posse da terra até as definições de cultura e memória.” (Ramos; Silva Filho, 2007, p.455 apud Museu do Ceará, 2010).

Dessa forma, mesmo com algumas lacunas e incongruências na apresentação das peças arqueológicas, o que faz com que os objetos assumam por vezes um caráter metafórico na exposição, acreditamos que esse é um caminho a ser trilhado e aprimorado para a musealização de acervos arqueológicos em museus históricos, fazendo com que essas evidências sejam inspiradoras para reflexões sobre o presente.

### *3.2.9. Memorial do Homem do Kariri da Fundação Casa Grande (Nova Olinda, Ceará)*

A arqueologia musealizada no Memorial Homem do Cariri, município de Nova Olinda, sul do estado do Ceará, tem contornos interessantes para as reflexões levantadas até o momento. Essa instituição foi colocada como chave para a musealização da Arqueologia desde a década de 1980, conforme expresso nos Capítulos 1 e 2, embora tenha alcançado maior projeção no século XXI. Foram realizadas duas visitas técnicas ao memorial, nos meses de Março de 2008 e em Agosto de 2009, momentos em que pudemos nos debruçar mais atentamente sobre esse processo.

Nesse caso temos a inserção do patrimônio arqueológico em narrativas acerca do passado indígena local. Artefatos provenientes de diferentes contextos arqueológicos, classificados pela Arqueologia como pertencentes a diferentes temporalidades e processos socioculturais são homogeneizados como artefatos do 'Homem do Kariri'.



Figura 65. Memorial do Homem Kariri (Fonte: Arquivo Pessoal, Março de 2008)

A Fundação Casa Grande, mantenedora do Memorial do Homem Kariri, é uma organização da sociedade civil criada em 1992. Sua criação se deu a partir da restauração da primeira Casa da Fazenda Tapera, hoje cidade de Nova Olinda, ponto de passagem da estrada das boiadas que ligava o Cariri ao sertão dos Inhamuns, no período da 'civilização do couro'<sup>121</sup>, no final do século XVII. Contudo, a origem da instituição remonta ao ano de 1983, quando Alemberg e a Rosiane Limaverde deram início a uma pesquisa etnográfica sobre as tradições, as lendas e os mitos regionais. A Fundação tem a seguinte Missão

“a formação educacional de crianças e jovens protagonistas em gestão cultural por meio de seus programas: Memória, Comunicação, Artes e Turismo. Os programas de formação da Fundação Casa Grande desenvolvem atividades de complementação escolar através dos laboratórios de Conteúdo e Produção. O objetivo é a formação interdisciplinar das crianças e jovens, a sensibilização do ver, do ouvir, do fazer e conviver através do acesso a qualidade do conteúdo e ampliação do repertório” (Fundação Casa Grande, 2010).

A Arqueologia está inserida no programa Memória, que compreende acervo arqueológico, mas também mitológico.

Atualmente, a Casa Grande é gerenciada pelas crianças e jovens da comunidade, que formam um Conselho Cultural, responsável pelo direcionamento das atividades, e o Conselho Fiscal, responsável pela gestão financeira. Dois terços da Diretoria Executiva também são formados por jovens da comunidade. Os pais formam a Cooperativa dos Pais e Amigos da Casa Grande, que gerencia o programa de turismo. Trata-se, sem dúvida, de

---

<sup>121</sup> O termo civilização do couro é utilizado para denominar uma grande extensão territorial do nordeste cuja economia baseou-se desde o final do século XVII na criação de gado, sendo frequente a produção de diversos itens materiais do cotidiano a partir do couro curtido dos animais.

uma iniciativa que se insere no quadro Sociomuseologia, embora tenha nascido sem associação com iniciativas museológicas. Mesmo a pesquisa arqueológica sistemática foi introduzida recentemente na instituição a partir da dissertação de mestrado e da tese de doutorado de Rosiane Limaverde (2006).

Todas as monitorias são conduzidas pelas crianças da Casa Grande que convidam o visitante a entrar na sala da casa, ambientada com imagens e objetos sacros recorrentes nas casas do sertão nordestino, a partir de então, narram, com a mesma cadência típica do repente<sup>122</sup>, a história da casa e dos índios cariris.



**Figura 66.** Primeiro módulo da exposição do Memorial do Homem Kariri (Fonte: Arquivo Pessoal, Março de 2008). Recriação de sala típica da cultura nordestina.

No que concerne a expografia, entre os seis módulos expositivos que compõe o Memorial o patrimônio arqueológico está presente em quatro deles, porém, nunca separado das tradições, lendas e dos mitos regionais. Destaca-se uma abordagem estética amparada pelas referidas narrativas que aparecem nas divertidas legendas das peças, sempre produzidas pelas crianças. A expografia reúne simplicidade e criatividade. O próprio Alemberg<sup>123</sup> aponta que essa perspectiva foi escolhida para que as pessoas se sentissem em casa. Criar um museu com um aspecto apartado da realidade local geraria um estranhamento da realidade local.

---

<sup>122</sup> O Repente é uma tradição folclórica brasileira cuja origem remonta aos trovadores medievais. Especialmente forte no nordeste brasileiro, é uma mescla entre poesia e música na qual predomina o improvisado – a criação de versos 'de repente'.

<sup>123</sup> Comunicação pessoal, 2008



**Figuras 67 a 69.** Aspectos dos módulos da Arqueologia Musealizada e do atendimento ao visitante no Memorial do Homem Kariri (Fonte: Arquivo Pessoal, Março de 2008).



**Figuras 70 a 71.** Legendas criadas pelas crianças com base nas tradições orais da comunidade no Memorial do Homem Kariri (Fonte: Arquivo Pessoal, Março de 2008).

A Arqueologia Musealizada no Memorial do Homem Kariri conecta esses vestígios com outros segmentos patrimoniais, inclusive imateriais, em um processo de construção da identidade local. O patrimônio aqui aparece como recurso devotado ao desenvolvimento integrado e sustentável da comunidade. Dessa forma, entendemos que a homogeneização de contextos diferenciados, ou seja, a associação desses vestígios a uma identidade 'Kariri' tem um papel social. Por outro lado, há que se apontar que mesmo esse terreno oferece riscos. Retomamos as reflexões de Meneses acerca da relação entre o museu local/regional e a identidade cultural:

“Não há, em nossa sociedade, realidade regional/ local homogênea e estática. Daí o perigo de tais museus exercerem papéis compensatórios de refúgio para simbolicamente 'recuperarem' uma unidade perdida ou (o que é pior) de espelhos em que narcisisticamente se procure a devolução da imagem que já tinha sido atribuída a si próprio” (Meneses, 1993, p.214)

Uma vez que o desafio da Sociomuseologia é vencer a apropriação e produção desigual que os diversos segmentos sociais fazem do patrimônio cultural, a construção de novas formas de comunicação que valorizem a memória local é fundamental e envolve, necessariamente, a participação da comunidade nas diferentes etapas da cadeia operatória.

Trata-se de uma Pedagogia específica, nos moldes da pedagogia freireana. Uma educação não apenas para memória, mas, sobretudo, a partir dos indicadores da memória. Salientamos que o esforço em diminuir os impactos do esquecimento e do abandono das

referências patrimoniais não elimina a questão da seleção, sempre presente em qualquer processo museológico. A Sociomuseologia deve buscar caminhos pelos quais a comunidade reverta processos de abandono de suas referências patrimoniais a partir do seu olhar, ou seja, essa pedagogia deve favorecer a liberdade da comunidade.

Nesse sentido, a Arqueologia Musealizada no Memorial da Casa Grande nos traz um discurso engenhoso e provocador. Não nos cabe embarcar nesse discurso, nem rejeitá-lo. Mas examiná-lo. Aceitá-lo enquanto provocação inspiradora de novas maneiras de musealizar a arqueologia.

### 3.2. Caminhar e Fazer: experimentações

Nesse item, são apresentadas algumas experimentações museológicas nas quais atuamos nos últimos anos, no âmbito da Musealização da Arqueologia, em projetos desenvolvidos a partir da empresa Zanettini Arqueologia. Esses processos foram selecionados em função da diversidade dos modelos museológicos que encerram, evidenciando diferentes metodologias da educação da memória (Bruno, 2000). Envolve distintas possibilidades de interação dos vestígios arqueológicos com outros segmentos patrimoniais, destacando o potencial da articulação entre pesquisa arqueológica e museus locais, sem perder de vista as especificidades dos processos museológicos, no que se refere à salvaguarda e à comunicação (Bruno, 2000, p.137).

**Quadro 25.** Experimentações museológicas selecionadas para análise (Fonte: Zanettini Arqueologia)

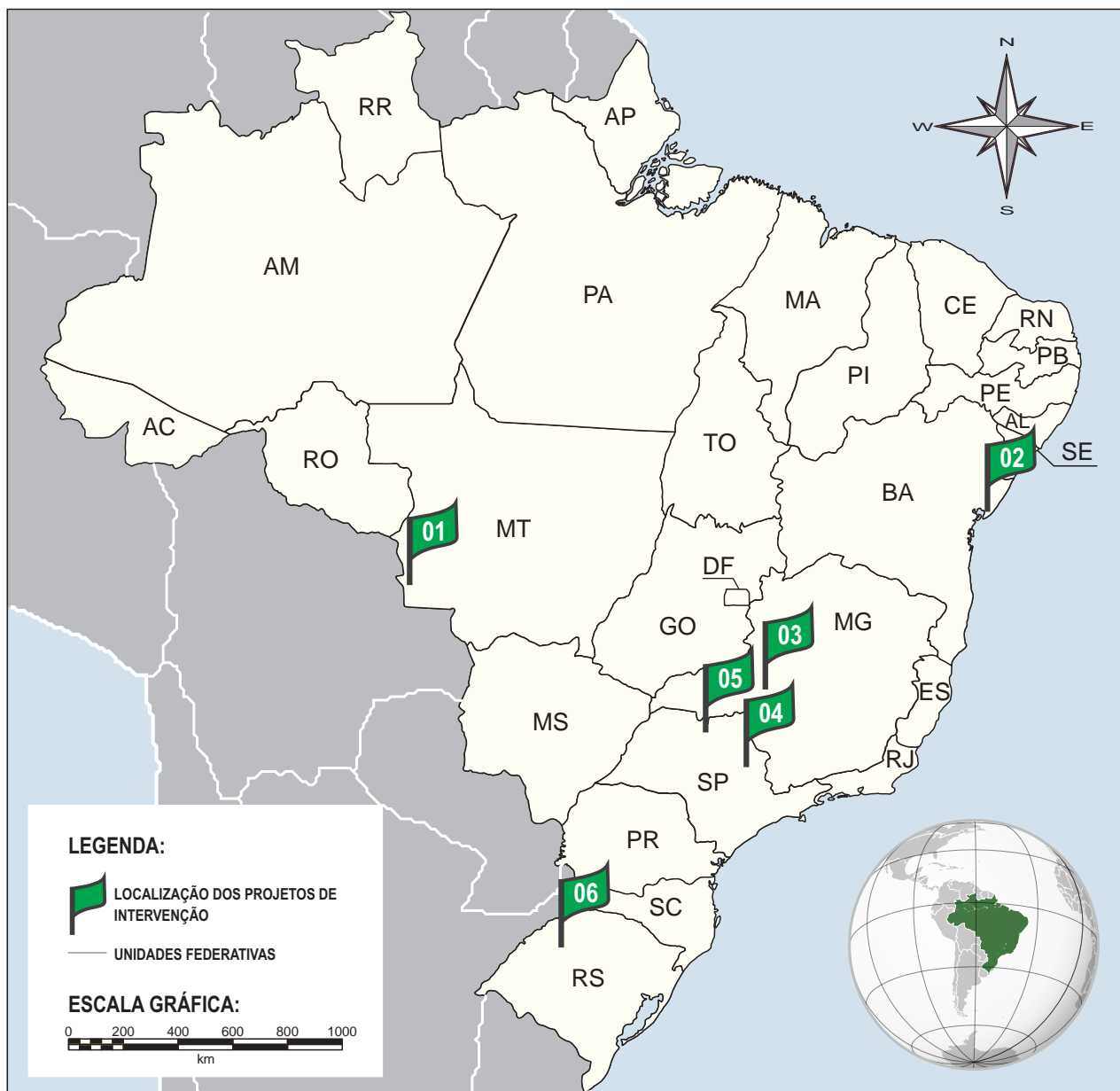
Projeto de Intervenção	Localização	Estado	Período
Vila Bela Sem Fronteiras: a pedagogia museológica e a reversibilidade dos olhares	Município de Vila Bela da SS. Trindade	Mato Grosso	2005 - 2008
Sauípe 3300 anos: a musealização da Arqueologia em um território de contrastes	Município de Mata de São João – Litoral Norte da Bahia	Bahia	2006-2007
Araxá antes de Dona Beja: intervindo em um museu tradicional	Município de Araxá	Minas Gerais	2008
Ecomuseu de Pirassununga: o desafio da reestruturação	Município de Pirassununga	São Paulo	2008-2009
De bem com o passado? A recuperação das memórias exiladas	Municípios de Olímpia, Barretos, Colina, Tanabi e Pedranópolis	São Paulo	2008 - 2010
São Miguel das Missões: a musealização para além da área tombada	Município de São Miguel das Missões	Rio Grande do Sul	2009

O projeto **São Miguel das Missões** foi realizado com financiamento do Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões. Os projetos **Vila Bela Sem Fronteiras** e **Ecomuseu de Pirassununga** associam parcerias institucionais com investimentos advindos de estudos de Arqueologia Preventiva. Os projetos **Sauípe 3300 anos**, **Araxá antes de Dona Beja** e **De bem com o passado** foram realizados a partir de Programas de Educação



Patrimonial, associados diretamente aos estudos de Arqueologia Preventiva. Inserem-se, dessa forma, no amplo espectro de ações devotadas à divulgação, extroversão e comunicação do patrimônio arqueológico evidenciado no licenciamento de empreendimentos de natureza diversa. A localização desses projetos é apresentada no **Mapa 12**, a seguir.



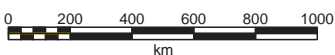
**Mapa 12. Localização dos projetos de intervenção: experimentações arqueológicas**



**LEGENDA:**

-  LOCALIZAÇÃO DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO
-  UNIDADES FEDERATIVAS

**ESCALA GRÁFICA:**



CÓDIGO	EXPERIMENTAÇÕES MUSEOLÓGICAS
1	VILA BELA SEM FRONTEIRAS: A PEDAGOGIA MUSEOLÓGICA E A REVERSIBILIDADE DOS OLHARES
2	SAUÍPE 3300 ANOS: A MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA EM UM TERRITÓRIO DE CONTRASTES
3	ARAXÁ ANTES DE DONA BEJA: INTERVINDO EM UM MUSEU TRADICIONAL
4	ECOMUSEU DE PIRASSUNUNGA: O DESAFIO DA REESTRUTURAÇÃO
5	DE BEM COM O PASSADO? A RECUPERAÇÃO DAS MEMÓRIAS EXILADAS
6	SÃO MIGUEL DAS MISSÕES: A MUSEALIZAÇÃO PARA ALÉM DA ÁREA TOMBADA

Conforme já pontuado, ações educativas passaram a ser obrigatórias no âmbito das pesquisas arqueológicas a partir da Portaria 230/2002, sob a rubrica de Programas de Educação Patrimonial. A partir de então, vivenciamos no Brasil uma expansão significativa das ações pedagógicas associadas à Arqueologia, tornando necessária a discussão sobre a abrangência e escala desses programas. É preciso pontuar que o termo Educação Patrimonial abre um leque significativo de possibilidades (Chagas, 2004).

Uma infinidade de programas educativos centrados no patrimônio arqueológico tem sido desenvolvida no Brasil, contudo, grande parte desses estudos tem um caráter instrucionista<sup>124</sup> do ponto de vista metodológico e pontual no que concerne a extensão.

Sabemos que o desenvolvimento de práticas educativas continuadas no âmbito da Arqueologia Preventiva consiste em um desafio significativo. A continuidade almejada só poderá ser atingida a partir do momento em que busquemos a interação com **instituições museológicas locais**, visando ao aprimoramento da cadeia operatória museológica como um todo e não apenas de um de seus elos – a educação. Nos projetos de intervenção selecionados, a interação com unidades museológicas locais possibilitou que tais ações funcionassem como sementes, algumas mais, outras menos fecundas, mas todas significativas do ponto de vista da continuidade das iniciativas encetadas pela Arqueologia Preventiva.

A interação entre equipes de Arqueologia e instituições locais esbarra no distanciamento, configurado historicamente, entre Arqueologia e Museologia, que vimos delineando ao longo dessa tese. A Arqueologia Preventiva tem agravado o quadro apresentado, pois, muitas vezes, o local de pesquisa [comunidade onde se insere o patrimônio arqueológico] e a instituição de apoio [que ficará com o acervo arqueológico] estão a quilômetros de distância, inviabilizando uma cadeia operatória eficaz. Conforme já pontuado, a legislação atual não oferece parâmetros para que instituições e equipes de Arqueologia trabalhem de modo conjunto, sendo que as primeiras são colocadas como agentes passivos nesses processos (Costa, 2007). As experimentações apresentadas a seguir partiram da certeza de que “faz parte da tradição museológica aplicada à Arqueologia, a configuração de museus no próprio local das pesquisas, valorizando o território que retém os vestígios e multiplicando sua carga simbólica” (Bruno, 2000, p.154)

Nesse sentido, nossa prática no campo das ações educativas centradas no patrimônio arqueológico tem sido desenvolvida a partir da perspectiva museológica, mas sempre em diálogo aberto com as contribuições vindas da Educação Patrimonial. Cabe

---

<sup>124</sup> O paradigma instrucionista pressupõe que, no processo educativo, existem dois polos: um possuidor de conhecimento, cujo papel é transmitir esse conhecimento; e outro passivo, cujo papel é absorver o conhecimento passado.



ainda ressaltar que essas experimentações evidenciam também um amadurecimento pessoal no desenvolvimento dos trabalhos, o que nos possibilita um olhar crítico a alguns dos processos aqui apresentados.

Algumas considerações apresentadas não foram necessariamente trabalhadas nos projetos, mas surgiram em decorrência das reflexões desenvolvidas ao longo desta pesquisa. Do mesmo modo, alguns aspectos tratados nos projetos não foram considerados relevantes para esta discussão.

Os projetos explicitados partiram da premissa de que o patrimônio/ conhecimento construído pela pesquisa arqueológica pode contribuir para construção/ negociação das identidades e memórias locais, cooperando, ainda, com o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas. O patrimônio arqueológico, fruto da seleção de ‘especialistas’, pode ser fruto de outras interpretações, assim como pode ser articulado a outras referências patrimoniais, no âmbito de uma noção partilhada de patrimônio, que envolve, obrigatoriamente, uma construção coletiva.

Como ficará claro ao longo deste item, o desenvolvimento dessas experimentações evidenciou que não bastava apenas promover a interface Museologia – Arqueologia, mas sim a interface Sociomuseologia – Arqueologia Pós-Processual, não apenas como correntes teóricas, mas como modos de ver e estar no mundo que priorizam o respeito ao outro, partindo de uma postura interacionista e dialógica (Freire, 1987). Nesse sentido, esse caminhar nos levou a concepção do programa delineado no **Capítulo 4**, como síntese da tese aqui defendida.

### *3.3.1. Vila Bela Sem Fronteiras: a pedagogia museológica e a reversibilidade dos olhares*

- Local: Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, estado do Mato Grosso.
- Período: 2005-2008.
- Modelo Museológico: Museu de Comunidade e Musealização de Sítio Arqueológico.
- Proposta Metodológica: A perspectiva foi baseada no conceito de Pedagogia Museológica, visando à reversibilidade dos olhares, por meio da interação entre memória social e patrimônio cultural (Bruno, 2006). Procuramos problematizar as identidades locais, confrontando memórias locais e memórias subterrâneas (Pollack, 1989).
- Inserção Institucional / Parcerias: Projeto desenvolvido pela equipe da Zanettini Arqueologia. As ações foram desenvolvidas com recursos do Projeto Fronteira Ocidental, financiado pela Secretaria Estadual de Cultura do estado do Mato Grosso, e com parcerias com a prefeitura municipal e entidades locais. O Projeto funcionou entre 2002 e 2008, mas restringimos as discussões ao período no qual coordenamos as ações museológicas.

Também foram utilizados recursos advindos do licenciamento ambiental da área do Arraial de São Francisco Xavier (1997 a 2008), hoje pertencente à Mineração Apoená.

- Realidade arqueológica:

A região do Vale do Guaporé, onde está inserido o município de Vila Bela da Santíssima Trindade, tem uma ampla gama de vestígios arqueológicos, representados atualmente por 91 sítios arqueológicos associados às ocupações indígenas, 21 sítios arqueológicos associados às ocupações africanas e europeias e seis sítios arqueológicos multicomponenciais, ou seja, vestígios de ocupações indígenas, europeias e africanas. O núcleo histórico da cidade, fundada em 1752, é um sítio arqueológico histórico. O quadro arqueológico atual, extremamente rico e diversificado, foi construído por meio das pesquisas arqueológicas do Projeto Fronteira Ocidental (Zanettini Arqueologia 2006c, 2007c) e do Programa de Resgate e Monitoramento Arqueológico do Arraial de São Francisco Xavier (2007d).

- Vetores de Reflexão e de Ação:

Quando passamos a integrar a equipe de pesquisa arqueológica do Projeto Fronteira Ocidental, participando de ações no centro histórico, nos deparamos com uma realidade arqueológica e patrimonial extremamente estimulante. O município, que já foi considerado um 'quilombo' (Zanettini, 1988), é marcado pela identidade africana, fruto da ocupação da cidade por diversos grupos afrodescendentes, após a saída do aparato estatal, quando da transferência da capital mato-grossense para Cuiabá<sup>125</sup>. Além do imponente patrimônio edificado, das ruínas em pedra canga, dos milhares de vestígios arqueológicos, Vila Bela apresenta um patrimônio imaterial riquíssimo, marcado pela tradicional Festa no mês de Julho, pela Dança do Congo, pelo Chorado, comidas e bebidas típicas, entre outros. Também é destacado o patrimônio ambiental, com a Serra Ricardo Franco, seus chapadões e montanhas, cortadas por diversas cachoeiras.

Logo de início não deixamos de olhar com estranhamento o próprio nome do projeto, **Fronteira Ocidental**, e o direcionamento da pesquisa arqueológica, devotada a investigar a implantação e manutenção da fronteira do território português<sup>126</sup>. A questão científica em epígrafe tem, certamente, uma importância ímpar, mas de difícil equacionamento, uma vez que marcada por um regime escravista. Boa parte da população é descendente desse processo. Outro desafio, de difícil encaminhamento, é a exclusão e a negação das referências patrimoniais dos grupos indígenas que ocuparam - e ocupam a região. A historiografia regional aponta eventos onde índios eram mortos, a tiros, nas ruas

---

<sup>125</sup> Vila Bela foi capital do estado do Mato Grosso até 1834, ano em que o aparelho burocrático estatal foi transferido para a cidade de Cuiabá.

<sup>126</sup> No século XVIII, esse território era alvo de litígio entre Portugal e Espanha.

da cidade, durante os primeiros séculos de ocupação (Zanettini Arqueologia, 2006c). Devido ao caráter violento desse contato, estamos usando o conceito de memórias subterrâneas (Pollack, 1989).

- Desenvolvimento:

As ações de musealização envolveram primeiramente a **Estruturação de Reserva Técnica e Laboratório de Arqueologia** do Museu de Vila Bela. À época, o museu não existia juridicamente, embora contasse com uma exposição de objetos históricos montada por membros da comunidade, sobretudo imagens sacras, aos quais eram somados os objetos arqueológicos advindos de doações e das primeiras ações do Projeto Fronteira Ocidental.

O museu funciona no Palácio dos Capitães Gerais<sup>127</sup>, bem tombado que foi sede do governo do Estado. Com o início do programa de resgate no âmbito na mineração instalada na Serra do Guaporé, o museu passou a contar também com recursos mensais advindos do endosso institucional fornecido à pesquisa. É importante apontar que a mineração mencionada se instalou no mesmo local onde existiu o Arraial de São Francisco Xavier, exigindo medidas da equipe no sentido de proporcionar o tombamento do núcleo central do arraial colonial pelo governo no Estado, garantindo, assim, que parte desse patrimônio fosse preservada para uso qualificado e desenvolvimento de pesquisas.

O acervo arqueológico da cidade foi rapidamente incrementado ao longo dos primeiros anos de pesquisa arqueológica na cidade, apontando a necessidade da estruturação dos processos de salvaguarda – documentação e conservação. Diferentes etapas de curadoria foram realizadas pela equipe da Zanettini Arqueologia, resultando no cadastramento de mais de 15000 peças arqueológicas. Durante os anos de 2005 e 2008, contamos sempre com um estagiário, selecionado na comunidade e remunerado pela empresa de mineração.

Nos anos de 2005 e 2006, as ações de **comunicação museológica** foram realizadas em concomitância às escavações, atendendo escolas locais e membros da comunidade que afluíam aos locais pesquisados no centro da cidade. Nesses momentos, eram realizadas visitas monitoradas ao museu, que contava com uma exposição ‘improvisada’.

No ano de 2006, o museu foi instituído como **Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz**, por intermédio da Lei Municipal 729/2006. A criação oficial do museu foi resultado das ações deflagradas por uma das organizações não governamentais que atuam no município, associada à família Profeta da Cruz.

---

<sup>127</sup> Atualmente, o museu ocupa um espaço provisório na cidade, visto a necessidade de restauro do bem tombado.

Em maio de 2006 foi inaugurada uma estrutura de cobertura das ruínas da Igreja Matriz de Vila Bela de Santíssima Trindade. Voltada a coibir os efeitos da ação natural e antrópica na porção remanescente das estruturas da antiga matriz, a cobertura criou um novo e amplo espaço multifuncional dedicado à cultura. Para tornar evidente essa oportunidade, foi montada uma primeira exposição itinerante voltada à discussão do chamado **Museu Aberto de Vila Bela**. Esse projeto foi apresentado ao governo do Estado à época<sup>128</sup>, visando a interligar as diversas referências patrimoniais da cidade, por meio da musealização do sítio arqueológico histórico, cujos contornos são delimitados pelo centro do município. A ação museal em meio às ruínas teve como objetivo levar ao público não só o conhecimento já adquirido através das pesquisas arqueológicas e históricas sobre Vila Bela, mas também discutir de forma ampla os possíveis usos futuros do novo espaço coberto, entendido como mais uma extensão do Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz. De forma geral, a exposição propiciou elementos a respeito da história das ruínas, seu contexto histórico, seu estado atual de conservação e esclarecimentos quanto à medida adotada em prol da proteção da ruína, e obviamente seu potencial do ponto de vista museal. Intitulada **Arqueologia e História de Vila Bela** a mostra itinerante foi concebida com estruturas auto-portantes, abarcando os seguintes tópicos: 1. Conhecer para preservar; 2. O Patrimônio ambiental urbano de Vila Bela; 3. As ruínas da Igreja Matriz de Vila Bela; 4. O patrimônio histórico dos arredores de Vila Bela. Passado quase um ano da primeira edição, a mostra retornou às ruínas, após ter passado por algumas modificações, permanecendo ali montada durante todo o mês de abril de 2007, atraindo a um público considerável.

Cabe apontar que a revitalização dos espaços públicos e a divulgação do patrimônio vilabelense na mídia sempre foram importantes linhas de ação do projeto. Essas iniciativas auxiliam na consolidação do turismo cultural, fator crucial para a implementação, a médio e longo prazo, de uma “economia de cultura”, estruturada em cadeias produtivas locais voltadas ao atendimento da demanda gerada pelo turismo.

A reformulação da exposição de longa-duração do museu, em Junho de 2007, envolveu um esforço no sentido de sintetizar os resultados alcançados nos cinco anos do Projeto Fronteira Ocidental. Também envolveu o equacionamento da herança europeia, afrodescendente e indígena. Dessa forma, propusemos o tema **Vila Bela: Sem Fronteiras** como conceito gerador dos processos de comunicação museológica a fim de abordar a interculturalidade que marca o processo social em pauta. Depois de muitos percalços para financiamento, sabíamos que essa talvez fosse a última ação do Projeto Fronteira Ocidental.

---

<sup>128</sup> Não foram obtidos recursos para sua implantação até o momento.

A montagem envolveu a produção de 15 painéis, distribuídos em dois módulos expositivos. O primeiro módulo, localizado na entrada no museu, englobava um totem de apresentação da instituição, que havia sido recentemente estabelecida juridicamente como museu municipal, a apresentação do conceito gerador da exposição e uma síntese dos sítios arqueológicos estudados ao longo do projeto, indicados em um mapa. O segundo módulo, instalado no salão central do museu, sem subdivisões, abordava as seguintes temáticas: os povos indígenas - passado e presente e resistência cultural; as áreas abrangidas pelo projeto como a Igreja Matriz, o Poço do Lélis e Santo Antônio dos Militares; as heranças africanas, com destaque para os sítios arqueológicos em territórios quilombolas na região, e, por fim, o patrimônio imaterial. Nesse salão a abordagem simultânea de diversos temas facilitou a contraposição de objetos e narrativas. Peças arqueológicas foram justapostas a peças históricas e contemporâneas. A exposição envolveu também a remodelagem das vitrines com a introdução de novos exemplares do acervo e *displays* informativos, conferindo-lhe uma maior unidade e identidade do ponto de vista formal e de conteúdos.

Convém nos determos sobre o caráter complexo de duas temáticas presentes na exposição: a questão indígena e a questão quilombola, a primeira por ser expressivamente negada e excluída pela comunidade e a segunda por estar relacionada aos processos de reivindicação no reconhecimento de terras.

Diante dos expressivos resultados das pesquisas arqueológicas e documentais - que mostram o Vale do Guaporé enquanto espaço privilegiado de ocupação indígena<sup>129</sup>, e da exclusão da herança indígena na memória local nos vimos diante de um dilema: Aceitar a versão da 'comunidade' ou confrontá-la? Optamos pela segunda opção.

Nenhuma comunidade é um todo homogêneo, Vila Bela é marcada por uma disputa política entre famílias de destaque na cidade, todas afrodescendentes. O próprio 'batismo' do museu com o nome de um dos patriarcas de uma das famílias mais influentes da cidade reflete esses jogos de poder. Existem descendentes do povo indígena Chiquitano vivendo em Vila Bela, em condições de exclusão e miséria<sup>130</sup>.

Certa vez, durante uma monitoria, questionamos às crianças sobre de quem seria a história contada por meio das peças indígenas no museu e, para nossa surpresa, uma menina chiquitana disse rapidamente: 'minha'. Percebemos que havíamos feito a escolha certa. Mesmo numericamente minoritários na atualidade, os grupos indígenas tem direito à

---

<sup>129</sup> A ocupação indígena do Vale do Guaporé é tema do doutorado em Arqueologia de Luiz Fernando Erig Lima (Lima, 2006).

<sup>130</sup> Esse povo foi constituído a partir de um amálgama de grupos indígenas aldeados no século XVII pelas missões jesuíticas. Habitantes dessa região de fronteira entre Brasil e Bolívia, foram compulsoriamente envolvidos em conflitos políticos e diferenças culturais decorrentes de uma divisão territorial que não lhes dizia respeito.

memória. Notamos que diversos segmentos da comunidade afrodescendente passavam direto pelos painéis e peças arqueológicas indígenas, rejeitando a presença daquelas narrativas dentro do museu. Buscamos a reversibilidade desses olhares.

Por outro lado, a própria questão da herança africana também tinha sido apenas tangenciada pelas ações museológicas realizadas anteriormente. Nesse sentido, a interlocução entre as perspectivas teóricas da pesquisa arqueológica e o processo de musealização teve suma importância.

No ano de 2006 foi realizada a “Expedição ao Território Quilombola no Vale do Guaporé”, ação que contou com uma equipe interdisciplinar, resultando no cadastro de áreas de ocupação de comunidades afrodescendentes, nos séculos XIX e XX. Muitas comunidades nessas áreas buscam a legalização de terras ocupadas por várias gerações. A identificação dos vestígios materiais dessas ocupações pretéritas tem um papel importante nesse processo. Uma Arqueologia complexa, mas certamente necessária. Dessa forma, o processo de musealização contou com referências arqueológicas importantes a serem musealizadas, no que concerne aos territórios quilombolas na região de Vila Bela. Arqueologia e Museologia foram desenvolvidas de forma crítica e visando a aprimorar a realidade local.

Vale ressaltar que essas ações conduziram ao incremento na visitação do museu, que girava em torno de 900 pessoas em 2004, passando a 3000 visitantes em 2007.



**Figura 72.** Visitação da comunidade durante as escavações no Projeto Fronteira Ocidental (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2007c).



**Figura 73.** Visitação da comunidade durante a exposição que apresentou o projeto Museu Aberto (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2007c).



**Figuras 74 a 77.** Exemplos de painéis da mostra Vila Bela Sem Fronteiras (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2007c).

- **Limites e Potencialidades:**

“Entretanto, do ponto de vista da gestão e uso, apesar dos esforços até o momento empreendidos, os resultados se encontram aquém do desejado, avaliando-se que as ações não foram ainda suficientemente contundentes a ponto de assegurar e manter articulada e permanente a discussão a respeito do vasto patrimônio cultural e ambiental da região, ao menos nos moldes e amplitude preconizada pelos idealizadores do Projeto Fronteira. É patente que os vilabelenses vêm se organizando a passos vistos para tal, contando hoje com quase duas dezenas de associações e entidades culturais em atividade. Igualmente, o IPHAN e a Secretaria de Estado da Cultura intensificaram amplamente ações e sua presença na região. Porém, se aproxima o momento de estreitar ao máximo o relacionamento entre as diversas esferas que interagem na preservação rumo à definição



de objetivos e estratégias comuns no campo da administração desses recursos em prol da comunidade” (Zanettini Arqueologia, 2007c)

A afirmação do coordenador geral do Projeto Fronteira Ocidental, Paulo Zanettini expressa bem os avanços e os desafios desse projeto, por ora paralisado. Indicamos de forma geral os seguintes itens para reflexão:

- As ações permitiram a preservação de um patrimônio arqueológico diversificado e ampliaram o uso qualificado desses recursos por parte da comunidade;
- A discussão conceitual do projeto como um todo amadureceu. A ‘comunidade vilabelense’ é marcada por disputas de poder, diferenças político-partidárias e étnicas (afrodescendentes *versus* descendentes indígenas), é preciso lidar com essa dinâmica, sem escamoteamentos;
- O museu foi criado, mas apenas como espaço físico, faltando ainda à implantação de um plano museológico, que envolva um planejamento estratégico;
- A existência de projeto de licenciamento ambiental permitiu a implantação do laboratório e reserva técnica de Arqueologia, mas o mesmo ainda funciona de forma ‘isolada’, uma vez que o museu não tem quadro funcional apropriado ou qualquer outra ação continuada.

### 3.3.2. *Sauípe 3300 anos: a musealização da Arqueologia em um território de contrastes*

- Local: Município de Mata de São João – Litoral Norte da Bahia.
- Período: 2006-2007.
- Modelo Museológico: Arqueologia Preventiva Musealizada em Museu de História Natural [perfil institucional herdado].
- Proposta Metodológica: Integração entre patrimônio arqueológico e ambiental, com ênfase no conceito de território. Retificação dos processos até então realizados por meio de implantação da cadeia operatória museológica.
- Inserção Institucional / Parcerias: a execução contou com a parceria entre a Zanettini Arqueologia e Via Gutenberg. O financiamento esteve relacionado ao licenciamento ambiental do empreendimento Quintas de Sauípe [Odebrecht Engenharia e Construção]. O Museu de História Natural, onde foram reunidos os acervos, é uma instituição mantida pela CETREL – Proteção Ambiental e pelo INCECC [Instituto Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros]
- Realidade arqueológica:

A realidade arqueológica regional é configurada pela arqueologia preventiva no âmbito do licenciamento de empreendimento de médio porte. A região era pouquíssimo conhecida do ponto de vista arqueológico anteriormente as pesquisas associadas ao licenciamento de empreendimentos, as quais possibilitaram a identificação e resgate de dezenas de sítios arqueológicos. Esses estudos resultaram na identificação de cenários de ocupação bastante diversificados, desde grupos caçadores que ocuparam o atual litoral norte baiano desde 3300 anos atrás, passando por grupos indígenas associados genericamente as tradições arqueológicas Aratu e Tupiguarani, passando pelas ocupações coloniais sob a influência da Casa da Torre, de propriedade de García D'Ávila, chegando até o início do século XX. Nesse sentido, cabe destacar que as pesquisas direcionaram o olhar arqueológico também para ocupações mais recentes, colaborando para ampliação do conhecimento sobre elas e evidenciando o papel da arqueologia histórica no estudo de comunidades negligenciadas pelos estudos históricos.

- Vetores de Reflexão e de Ação:

Os acervos musealizados estão associados a dois períodos de pesquisa. Um primeiro no ano de 2001, quando foi realizado o programa de resgate arqueológico no âmbito da instalação do empreendimento hoteleiro Costa do Sauípe. Um segundo momento, em 2006, envolveu o licenciamento do empreendimento mobiliário “Quintas de Sauípe”, anexo ao complexo turístico. Dessa forma, quando iniciamos os processos museológicos de salvaguarda e comunicação, tínhamos os seguintes contornos:

- ✓ O impacto extremamente negativo do empreendimento instalado em 2001 na comunidade envolvente;
- ✓ Um descompasso temporal no que concerne a socialização do patrimônio, pois haviam transcorrido cinco anos entre a primeira pesquisa e ações museológicas;
- ✓ Acervos arqueológicos organizados de acordo com critérios arqueológicos, sem perspectivas de documentação e conservação museológica;
- ✓ A inserção dos acervos em um Museu de História Natural.

Buscamos equacionar esses indicadores direcionando esforços para uma aproximação efetiva com a comunidade, no intuito de atuarmos ‘nas brechas’ de um contexto ‘desfavorável’ à implantação de pressupostos alinhados com a Nova Museologia.

- Desenvolvimento:

A primeira ação residiu no desenvolvimento de **procedimentos curatoriais dos acervos**, advindos da pesquisa realizada anteriormente.

Cabe abriremos um parêntesis sobre os procedimentos de salvaguarda das coleções arqueológicas, a serem mais bem exemplificados no item que aborda o projeto em São

Miguel das Missões. O que temos diagnosticado em nossa prática é que as equipes de arqueologia aplicam critérios analíticos indiscriminadamente na produção da documentação de controle dos acervos – isso quando ela existe. Documentação museológica não é análise arqueológica. Há uma documentação preliminar que envolve numeração das peças, geração de planilhas de controle e informatização, que deve ser realizada na interface com o arqueólogo, mas a partir de uma perspectiva museológica. A análise vem depois e está sujeita ao enquadramento teórico-metodológico do arqueólogo. A documentação museológica permite que outro arqueólogo, com premissas teóricas distintas, possa retomar esse acervo no futuro.

Durante o processo de curadoria, o contato direto com a coleção como um todo foi fundamental para a seleção de uma coleção de referência para as ações de comunicação museológica. Esses acervos, em conjunto com aqueles advindos das pesquisas em 2006, somaram 47.000 peças.

O próximo passo envolveu a Concepção e montagem da Exposição Temporária **Sauípe 3300 anos**. Inaugurada em Março de 2006, com duração de 6 meses, a mostra foi montada em dois espaços distintos: no interior do Complexo Hoteleiro e na Escola de Produção, na localidade de Porto Sauípe. Anteriormente à exposição, foram realizadas oficinas de formação de agentes multiplicadores, envolvendo 69 educadores. Esses agentes realizavam atividades preparatórias dos alunos antes da mostra e garantiram uma perspectiva sistêmica ao projeto. Um total de 550 alunos da rede pública visitaram a mostra. Para muitos, foi a primeira visita ao complexo turístico, que tanto mudara suas vidas, uma vez que a inserção do complexo hoteleiro acarretou uma gama ampliada de mudanças no contexto social e econômico da região.

Essa mostra foi totalmente voltada ao público infanto-juvenil. Sua montagem sempre ocorreu em uma sala única. Os oito painéis elaborados são coloridos e, embora tenham um volume de texto excessivo, trazem imagens que sintetizam os principais conceitos e ideias da mostra. Temos um painel de apresentação e sete painéis que correspondem aos cenários de ocupação evidenciados pela pesquisa arqueológica, sendo o último período o século XX. Como recurso lúdico, foi instalado um carimbo em cada um dos painéis. Cada visitante recebia um passaporte onde podia carimbar os cenários por onde passava. Outros recursos utilizados consistiram em um vídeo sobre a produção de pedra lascada, um *kit* de réplicas de instrumentos de pedra lascada, que era manipulado pelas crianças, e um gibi, com iconografia dos grupos Tupinambá.

Depois de finalizada a construção do Museu de História Natural de Sauípe, conhecido como Museu Sauípe, essa exposição foi reformada e compõe o Espaço Arqueológico da instituição.

Esse Museu foi instalado no Parque Sauípe, fora do complexo hoteleiro, a partir da iniciativa da CETREL – Proteção Ambiental e pelo INCECC [Instituto Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros]. Visa a divulgar as ações de preservação e pesquisa em meio ambiente, sobretudo sobre a avifauna da região, contando ainda com áreas de produção cerâmica, cestaria e outros produtos locais, destinados à geração de renda por meio do turismo. A inserção da Arqueologia no processo ocorreu quando os contornos da instituição já estavam traçados. Foi reservado um espaço para a Reserva Técnica e Laboratório, assim como um amplo espaço expositivo com dois setores, um mais amplo na parte inferior onde foi instalada a exposição **O homem do Litoral Norte: permanências e mudanças** e um mezanino que abrigou a exposição Sauípe 3300 anos, já mencionada.

Decorrido mais de um ano do início das ações museológicas, foi possível conceber uma narrativa museológica mais integrada ao contexto sociocultural em epígrafe. O conceito gerador da mostra partiu das transformações evidenciadas no presente, sendo destacada a relação entre homem e meio ambiente naquele território, ao longo do tempo, e os impactos do turismo na região. Foi elaborado um mapa lúdico aplicado ao chão, onde o patrimônio arqueológico é articulado a outros segmentos patrimoniais da região. A inserção de uma jangada - embarcação que marcou a paisagem da região até bem pouco tempo, de trançados produzidos por artesãs sauípeanas e de imagens contemporâneas na expografia permitiu uma forte contraposição entre presente e passado. As imagens trazidas nos painéis e nos demais materiais gráficos produzidos, foram especialmente concebidas pelo artista plástico Rubens Matuck. Um filme com a contraposição de imagens de pesquisas, peças arqueológicas e imagens do cotidiano local foi elaborado. A exposição foi composta por sete painéis, sendo que apenas no primeiro foi utilizada uma imagem em cores. Um casal da comunidade olha o horizonte e nos questiona: o que podemos fazer para construir um futuro melhor? A Arqueologia não fala do passado, ela constrói uma narrativa a partir do presente. As diferentes populações indígenas que disputaram esse território foram apresentadas a partir da chamada: Conflito entre culturas. O passado não é um território pacífico, tampouco o presente. Procuramos, dessa forma, construir uma narrativa provocativa que incitasse o visitante, turista ou membro da comunidade, a refletir sobre a sociedade contemporânea.



**Figuras 78 e 79.** Visitação na exposição **Sauípe 3300 anos**, instalada primeiramente no Complexo Hoteleiro (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2006b).



**Figuras 80 e 81.** Exemplos de painéis da exposição **Sauípe 3300 anos** (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2006b).



**Figura 82.** Aspecto geral da exposição **O Homem do Litoral Norte Baiano: permanências e mudanças** (Fonte: Arquivo Pessoal, 2007).





Figuras 83 e 84. Exemplos de painéis da exposição **O Homem do Litoral Norte Baiano: permanências e mudanças**, enfatizando o contexto contemporâneo (Fonte: Arquivo Pessoal, 2007).



Figuras 85 e 86. Exemplos de painéis da exposição **O Homem do Litoral Norte Baiano: permanências e mudanças**, que discutiram a questão dos conflitos envolvidos na disputa do território por grupos indígenas diferentes (Fonte: Arquivo Pessoal, 2007).

- Limites e Potencialidades:
  - ✓ Desafio da ‘vocação’ turística da região pouco harmonizada com desenvolvimento sustentável da comunidade: membros da comunidade foram proibidos de entrar nas praias do complexo, ademais, foram considerados ‘despreparados’ para trabalhar nos hotéis do complexo. Como resultado, a Costa do Sauípe   uma recria o artificial da Bahia e, sobretudo, de Salvador;
  - ✓ A Unidade museológica [Museu Sauípe] proporcionou a jun o dos acervos advindos da Arqueologia Preventiva e a sua ampla divulga o na comunidade, mas a falta de museólogo e arqueólogo na equipe faz com que apenas a es educativas ocorram de maneira continuada;
  - ✓ Patrimônio arqueológico resgatado revela uma imensa **diversidade humana** como marca da ocupa o no território, estimulando reflexões acerca das identidades locais;



- ✓ Abordagem de sítios históricos recentes e levantamentos de informações orais com a população local revelaram-se como caminhos profícuos para a aproximação da Arqueologia com a sociedade.

### 3.3.3. *Araxá antes de Dona Beja: intervindo em um museu tradicional*

- Local: Município de Araxá – Minas Gerais.
- Período: 2008.
- Modelo Museológico: Arqueologia Preventiva Musealizada em Museu de História (perfil tradicional) por meio de Exposição de longa-duração. Parceria com área de educação ambiental da empresa contratante.
- Proposta Metodológica: Integração entre patrimônio arqueológico e história regional.
- Inserção Institucional / Parcerias: Executado pela equipe da Zanettini Arqueologia. O financiamento esteve relacionado ao licenciamento ambiental de empreendimento de mineração da empresa Bunge Fertilizantes S/A. Parceria com instituição local – Fundação Calmon Barreto para salvaguarda dos acervos.
- Realidade arqueológica:

Configurada pela arqueologia preventiva no âmbito do licenciamento de empreendimento de pequeno porte. Foram identificados e estudados sete sítios arqueológicos, todos associados à denominada Tradição Aratu, relacionados a grupos indígenas do tronco linguístico Macro-Jê, que ocuparam uma vasta região entre os estados de Pernambuco, Goiás e norte de São Paulo, entre 1200 e 400 anos atrás. A região era pouquíssimo conhecida do ponto de vista arqueológico antes das pesquisas de licenciamento ambiental.

- Vetores de Reflexão e de Ação:

Ao realizarmos o diagnóstico a fim de construir o projeto de comunicação museológica e Educação Patrimonial, conhecemos o Museu Histórico Dona Beja - mantido pela Fundação Calmon Barreto. De antemão, verificamos o desafio de inserir uma exposição arqueológica nesse espaço.

O Museu Dona Beja possui um perfil clássico de museu histórico tradicional, com o enaltecimento de famílias pertencentes à elite local. Há uma exposição histórica dedicada à vida de sua personagem principal 'Dona Beja': elemento marcante da história local que já foi, inclusive, tema de telenovela no Brasil. A tradição oral local enaltece a figura de uma mulher bela e decidida, que foi amante de diversos homens da aristocracia local.

No mesmo museu já havia uma coleção arqueológica, proveniente de doações, formada por urnas funerárias, vasilhas e artefatos de pedra. Colocada nos fundos do museu,

esquecida em alguns cantos, essa coleção demonstrava o contexto da história indígena como memória exilada. As peças encontradas no museu têm características semelhantes às aquelas encontradas nas pesquisas arqueológicas mencionadas, sendo pertencentes a denominada tradição arqueológica Aratu.

A partir desse diagnóstico, começamos a refletir sobre o discurso a ser elaborado para a inserção da história indígena, construída por meio do patrimônio arqueológico, na instituição. Outro eixo de reflexão foi o envolvimento da equipe da empresa contratante, mais especificamente do setor de meio ambiente, o que nos indicou um caminho interessante para ampliação das ações. Contudo, embora a Bunge seja uma empresa de grande porte na região, a pequena área alvo de licenciamento à época configurava um projeto de pequeno porte, impondo contornos mais limitados para nossas ações.

- **Desenvolvimento:**

A mostra de longa-duração teve como conceito gerador a engenhosidade presente no cotidiano dos grupos indígenas que ocuparam a região, muito antes da fundação do município de Araxá, por meio de uma abordagem tecnológica que visava à evidenciação do saber desses grupos, imprimindo o respeito à diversidade cultural. A inserção da mostra em um museu que dá ênfase à história de uma mulher [Dona Beja] demandou uma aproximação da arqueologia da temática, realizada por meio do papel da mulher nas sociedades indígenas, sendo uma de suas atribuições a própria produção cerâmica. Foi escolhido o título **Muito antes de Dona Beja: o cotidiano dos primeiros moradores de Araxá**. Dentre os aspectos apresentados, foi dado destaque para a arqueologia do estado de Minas Gerais, para as pesquisas em Araxá e para a produção dos artefatos cerâmicos pelas mulheres indígenas.

A mostra foi formada por totém e seis painéis que dialogam com a concepção estética do Museu. As imagens presentes nos painéis e nos demais materiais gráficos produzidos foram concebidas pelo artista plástico Rubens Matuck, em uma parceria já iniciada em Saúpe. Os objetos arqueológicos foram dispostos em vitrines de diferentes tamanhos, dando organicidade ao espaço. Foi produzido *kit* de réplicas arqueológicas para exposição, permitindo aos visitantes a manipulação das peças.

No que concerne às oficinas de multiplicadores, realizadas concomitantemente à inauguração exposição, a oficina com os funcionários do Museu permitiu que os mesmos continuassem o trabalho ensejado após a finalização da ação direta da equipe da Zanettini Arqueologia. A troca de experiências com a equipe do Centro de Educação Ambiental Bunge e o próprio desenvolvimento das oficinas nesse espaço também possibilitou o incremento das ações planejadas. Painéis portáteis com o conteúdo da exposição foram

deixados no Centro, podendo ser utilizados nas diversas atividades que o mesmo desenvolve.

Na inauguração da mostra, o trabalho dedicado aos grupos com deficiência visual foi especialmente enriquecedor. No Brasil, 14,5% da população tem alguma deficiência e dentro desta porcentagem 48,1% representam pessoas com deficiência visual (Sarraf, 2009). A concepção de mostras dotadas de recursos expositivos para a inclusão desses públicos torna-se emergencial. Nesse sentido, o *kit* de réplicas arqueológicas e o *kit* surpresa com peças originais foram fundamentais. Esses recursos didáticos de caráter lúdico também foram utilizados por crianças e jovens.

A visita da exposição, segundo dados obtidos junto à equipe do Museu Dona Beja, atingiu 10927 pessoas durante o ano de 2008, o que equivale a 30% da visita do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP no mesmo período (USP, 2010). Considerando que o MAE/USP está localizado na cidade mais populosa do Brasil, o número de visitantes no Museu Dona Beja evidencia uma demanda considerável por parte da comunidade, estudantes e turistas na cidade de Araxá.

A participação ativa dos funcionários do Museu Histórico de Araxá e da Fundação Calmon Barreto ao longo dos dias de trabalho possibilitou a divulgação do patrimônio arqueológico durante a própria montagem da exposição. A requalificação da coleção arqueológica do museu, antes configurada como memória exilada, mostrou o potencial de tais acervos para a comunicação museológica. Assim, a formulação de uma mostra que agregou peças advindas de coletas assistemáticas às peças coletadas nas pesquisas na área da Bunge adicionou valor a ambas as coleções.



**Figuras 87 e 88.** Exposição arqueológica no Museu Dona Beja. Sinalização da sala devotada à exposição arqueológica no Museu Dona Beja e aspecto da expografia, onde destaca-se o *kit* de réplicas para manuseio do visitante. (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2008b).



**Figura 89.** Mediação na exposição arqueológica no Museu Dona Beja. A inserção de objetos criados, manipuláveis, incrementa o potencial de comunicação da exposição, sobretudo, com público com necessidades especiais. (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2008b).



**Figura 90.** Oficina realizada no Centro Ambiental Bunge (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2008b). O kit de réplicas também deu mobilidade às atividades.

- Limites e Potencialidades:
  - ✓ O tempo de permanência da equipe, tanto na fase de diagnóstico como no desenvolvimento das ações, revelou-se como o principal limite da ação, fator relacionado ao porte do empreendimento licenciado, resultando em recursos mais limitados. Esse é um desafio constante na Arqueologia Preventiva Musealizada;
  - ✓ A escolha do Museu Dona Beja e a abordagem da produção feminina de potes cerâmicos nas sociedades indígenas mostrou que, por mais distante que determinadas temáticas pareçam, o esforço no sentido de articular o patrimônio arqueológico a outros segmentos patrimoniais é sempre um caminho profícuo;
  - ✓ A participação ativa da equipe da Fundação e do Museu evidenciaram a importância de parcerias efetivas com lideranças locais e formadores de opinião.

### 3.3.4. *Ecomuseu de Pirassununga: o desafio da reestruturação*

- Local: Município de Pirassununga – São Paulo.
- Período: 2008-2009.
- Modelo Museológico: Ecomuseu e Museu de Território.
- Proposta Metodológica: Criação de situações de aprendizagem por meio do método da pesquisa-ação (Santos, 1996). Pretende-se que discussão acerca do patrimônio de Cachoeira de Emas, onde se destaca o patrimônio arqueológico pré-colonial e histórico, resulte no desenvolvimento sustentável da comunidade envolvida, a partir da elaboração conjunta de alternativas para a reestruturação do Ecomuseu<sup>131</sup>.
- Inserção Institucional / Parcerias: Prefeitura Municipal e Zanettini Arqueologia.
- Realidade arqueológica:

O patrimônio arqueológico do Distrito de Cachoeira de Emas é conhecido desde a década de 1930. Diversas coletas de objetos arqueológicos ocorreram na área, como pode ser atestado em coleções arqueológicas levadas para municípios vizinhos [São Simão, Porto Ferreira e Mogi-Guaçu] (Moraes, 2007). Vestígios arqueológicos, apresentados por Tiberiá (1935), teriam sido coletados por Dina Lévi-Strauss, durante viagem ao município. A partir de 1940, Manuel Pereira de Godoy passa a realizar estudos no município. Naturalista e historiador, escreveu a mais completa obra sobre a cidade, 'Contribuição à História Natural e Geral de Pirassununga' (Godoy, 1974), onde indica que no Distrito de Cachoeira de Emas teriam existido quatro aldeias, duas em cada margem do rio Mogi-Guaçu. O pesquisador continuou atuando na arqueologia regional até a década de 1990, tendo falecido em 2003. As pesquisas na área foram retomadas em 2006, no âmbito do licenciamento da Ponte de Concreto sobre o rio Mogi Guaçu, empreendimento do Departamento de Estradas e Rodagem (DER-SP) (Zanettini Arqueologia, 2006a). Durante esse trabalho, foram cadastrados quatro sítios arqueológicos - dois alvo de resgate, e 11 áreas de ocorrência no entorno da Cachoeira de Emas. Esses resultados, associados ao estudo da Coleção Manuel Pereira de Godoy, foram apresentados em nossa dissertação de mestrado (Moraes, 2007). Em 2008, foi realizado o Diagnóstico Arqueológico da área de intervenção da pequena Central Hidrelétrica de Emas Nova (Scientia, 2009). Embora vestígios arqueológicos não tenham sido identificados na área diretamente afetada pelo empreendimento, o levantamento de fontes secundárias e as informações orais obtidas apontaram, mais uma vez, a relevância arqueológica e histórica da área, indicando a necessidade de continuidade

---

<sup>131</sup> Estudo aprofundado no doutoramento em desenvolvimento no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

das pesquisas nas fases subsequentes do licenciamento. Em suma, a realidade arqueológica é caracterizada por um alto potencial ainda pouco explorado pelas pesquisas arqueológicas.

- Vetores de Reflexão e de Ação:

Criado em 1992, esse é o segundo Ecomuseu do país, localizado no distrito de Cachoeira de Emas, distante 9 km do centro do município de Pirassununga. O Ecomuseu foi instituído como museu municipal, a partir das ações de um grupo liderado por Manuel Pereira de Godoy. Ao idealizar esse museu, Godoy estava claramente preocupado com uso sustentável do meio ambiente circundante, integrado aos demais segmentos patrimoniais da região. O Ecomuseu não foi criado com base em um acervo de coisas materiais, evidenciando que o pesquisador estava ‘atenado’ com esse modelo museológico, cuja ênfase recai nas relações culturais e sociais da Comunidade com seu Território.

Desde o final da década de 1990, com o afastamento de Godoy do poder público e com a sua morte, a instituição foi gradualmente abandonada pela prefeitura, que fornece apenas um funcionário para serviços gerais e um guarda, garantindo apenas a abertura do museu. Por outro lado, vemos que os agentes que interagiram com Godoy para a criação do museu, ou morreram ou envelheceram e não formaram agentes que dessem continuidade as suas ações.

Cabe destacar que o Ecomuseu está inserido em uma área de vocação turística no interior do Estado, devido ao patrimônio ambiental da Cachoeira de Emas e a romarias religiosas – há uma igreja imponente no Distrito.

A partir de 2005, passamos a visitar o município, a princípio apenas para o estudo da coleção particular deixada por Godoy - a qual não foi incorporada ao Ecomuseu devido as reviravoltas do poder público<sup>132</sup>, e para a realização das escavações na área de Cachoeira de Emas<sup>133</sup>. Foi a partir desses contatos que decidimos construir um projeto de revitalização do Ecomuseu.

---

<sup>132</sup> A coleção arqueológica do pesquisador encontra-se com o seu filho Marcos Pereira de Godoy, que nos permitiu o acesso e a documentação das peças. Para detalhes sobre a coleção ver Moraes (2007).

<sup>133</sup> No âmbito do licenciamento da Ponte de Concreto sobre o rio Mogi Guaçu, já mencionado (Zanettini Arqueologia, 2006a).





**Figura 91.** Coleção particular formada pelo pesquisador Manuel Pereira de Godoy (Fonte: Arquivo Pessoal, Outubro de 2006)

Para o momento, essa experiência nos interessa pela reflexão que temos feito a partir do contexto *sui generis* em questão. O **modelo Ecomuseu**, único no território paulista, e a **memória local**. Essa memória, ao contrário de diversas cidades do interior paulista, é marcada pela presença das referências acerca da ocupação indígena. Frequentemente os moradores do distrito de Cachoeira de Emas afirmam com orgulho que aquele lugar é ‘tão bonito’ que foi ocupado pelos índios Tupis antes da colonização. Há referências, ainda, sobre o fato dos grupos indígenas terem preservado a área da Cachoeira, hoje ambientalmente ameaçada. O contexto é, portanto, extremamente favorável à musealização da Arqueologia, no âmbito das propostas da Sociomuseologia. Entretanto, embora a comunidade reconheça a importância do museu, não tem se apropriado desse equipamento. O próprio conceito de Ecomuseu tem se esvaído ao longo do tempo. Fica a pergunta: como estimular o protagonismo dos agentes locais? Algumas ações iniciais foram realizadas nesse sentido.

Em virtude da relevância do patrimônio arqueológico identificado no entorno, foi dada especial atenção nesse segmento patrimonial, visando à construção, de forma participativa, de alternativas para o uso qualificado do patrimônio socioambiental da área de Cachoeira de Emas. Nesse sentido, uma das principais potencialidades do projeto é o reconhecimento dessa herança indígena por parte da população local, presente, sobretudo, nas ‘memórias dos velhos’.

- **Desenvolvimento:**

Foram realizadas ações preliminares para a implantação do projeto de revitalização do museu, envolvendo a realização de oficinas com agentes multiplicadores e a inauguração de uma nova exposição de longa-duração intitulada **Pirassununga: Patrimônio de Todos**. Essa exposição foi patrocinada pelo Departamento de Estradas e Rodagem, no âmbito do licenciamento de empreendimento no local. Assim sendo, utilizamos os recursos da Arqueologia Preventiva para um projeto mais extenso. A mostra apresentou um painel amplo do patrimônio do município, em seus diversos segmentos: ambiental, paisagístico,

arqueológico, histórico, arquitetônico e imaterial, com destaque para o patrimônio arqueológico.

O prédio do Ecomuseu fazia parte da Usina Mogy-Guassu, construída entre 1920 e 1922, conhecida como Emas Velha. Desativada a usina, o imóvel foi alienado à Prefeitura em 1971 e os equipamentos vendidos no ano seguinte, tendo recebido o Ecomuseu em 1992. No espaço do Ecomuseu, encontramos um aquário com peixes do rio Mogi-Guaçu, um diorama com animais taxidermizados da região, uma canoa e alguns equipamentos de pesca, amostras ictiológicas, além de quadros onde mitos e lendas indígenas foram representados.

Optamos por manter o máximo possível as referências já existentes no museu, adicionando painéis com a temática do projeto. Dessa forma, a exposição foi concebida de modo a dialogar com estruturas disponíveis no Ecomuseu. O trabalho com o Patrimônio do município de uma forma ampla faz do próprio prédio e da Cachoeira de Emas referências patrimoniais passíveis de musealização. Foram produzidos sete totens e oito painéis, envolvendo desde a apresentação do museu, passando pelos diferentes segmentos patrimoniais envolvidos, chegando até um painel de despedida. O patrimônio arqueológico foi associado à cor vermelha, o patrimônio histórico e arquitetônico à cor amarela, o patrimônio imaterial à cor verde e o patrimônio ambiental à cor azul. Na fachada externa do Museu foram afixados banners de sinalização. Foram ainda concebidos outros recursos expográficos: pegadas da fauna regional foram afixadas no chão do museu, como recurso didático e lúdico; o museu apresentava mais de duas centenas de amostras ictiológicas expostas, foram selecionadas as amostras com maior apelo visual e organizadas por estantes por tipo de peixe e região. Nessas estantes, foram afixadas lupas para o visitante poder olhar as amostras com maior detalhe; por fim, todos os materiais ganharam etiquetas padronizadas em forma de peixe, dialogando com toda a concepção visual da mostra.

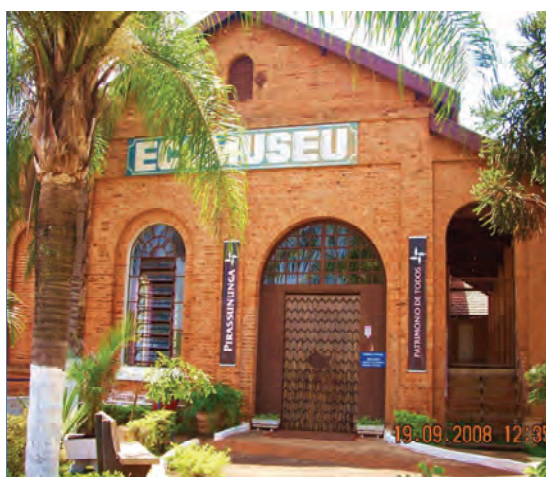
As ações desenvolvidas atingiram um público amplo em termos quantitativos, totalizando 728 visitas com mediação. Além disso, 29 agentes multiplicadores foram capacitados nas Oficinas [alunos do EJA,<sup>134</sup> educadores ambientais e funcionários do museu].

---

<sup>134</sup> O EJA é um programa de educação para jovens e adultos.



**Figuras 92 a 94.** Ecomuseu Cachoeira de Emas: material de divulgação e exemplos de painéis da exposição (Fonte: Arquivo Pessoal, Dezembro de 2008).



**Figura 95.** Ecomuseu Cachoeira de Emas: aspecto externo da entrada do museu já sinalizada para a nova exposição (Fonte: Arquivo Pessoal, Setembro de 2008).



**Figuras 96 e 97.** Ecomuseu Cachoeira de Emas: espaço interno do Ecomuseu antes e depois da montagem da exposição (Fonte: Arquivo Pessoal, Setembro de 2008).



**Figuras 98 e 99.** Mediação no Ecomuseu Cachoeira de Emas: diversos públicos visitando o museu: educadores e grupo da terceira idade, turistas, estudantes e jovens (Fonte: Arquivo Pessoal, Setembro de 2008).

- Limites e Potencialidades:

- ✓ Herança indígena e identidades locais: o reconhecimento e o respeito às ocupações indígenas pretéritas é uma potencialidade. Há uma razão afetiva baseada no pertencimento ao território de Cachoeira de Emas, explicitada por Meneses nos seguintes termos:

“Nessa linha, a informação arqueológica, dando-me a medida da ação humana e do trabalho humano, confere uma espécie de selo de dignidade ao espaço em que estou presente. Independentemente, portanto, da diferença e da distância, há uma trilha de identificação, que introduz qualidade na vivência” (Meneses, 1987, pp.188-189, grifo nosso).

- ✓ O modelo Ecomuseu evidencia a vocação dessa instituição para o trinômio Patrimônio-Comunidade-Território, em oposição ao trinômio Coleção-Público-Edifício.

“Um Ecomuseu é um instrumento que um poder público e uma população concebem, fabricam e exploram conjuntamente (...). Um espelho no qual essa população se observa, para reconhecer-se nele, onde busca explicação do território a que está unido, junto das populações. Um espelho que essa população apresenta a seus hóspedes para fazer-se compreender-se melhor; em respeito a seu trabalho; seus comportamentos; sua intimidade” (J.H. Rivière Apud Primo & Moutinho, 2002, p.1)

Entretanto, o distanciamento da comunidade na atualidade e o uso debilitado desse espaço nos aponta a necessidade premente de ações que estimulem as pessoas de volta ao museu, tornando o Ecomuseu uma realidade para além do conceito. A comunidade precisa apenas de situações de aprendizagem onde as memórias latentes em cada indivíduo venham à tona, deflagrando nossos processos de uso do patrimônio em tela. A nova exposição e as oficinas realizadas atuaram nessa linha. Nosso papel, nesse sentido, é apenas o de criar as mencionadas situações de aprendizagem, pontos de encontro e de troca. Pretende-se que o Ecomuseu seja um espaço de discussão e luta para o uso qualificado das referências patrimoniais locais.

- ✓ Cachoeira de Emas: o Distrito de Cachoeira de Emas tem sido marcado por turismo não sustentável, incentivado pela prefeitura por meio de medidas populistas, que têm colocado em risco o patrimônio ambiental e arqueológico em epígrafe. Atualmente, o programa de reestruturação do Ecomuseu está paralisado, tendo sido dada continuidade apenas a elaboração do projeto, em virtude das dificuldades frente ao poder público municipal.

### 3.3.5. De bem com o passado? A recuperação das memórias exiladas

- Local: Município de Olímpia – São Paulo.
- Período: 2008-2010.
- Modelo Museológico: Arqueologia Preventiva Musealizada, com ênfase nas ações educativas realizadas a partir do conceito de Pedagogia Museológica.
- Proposta Metodológica: Desenvolver programa de musealização dos recursos arqueológicos com destaque para ações de educação patrimonial. Estimular o fortalecimento de unidade museológica local para a permanência dos acervos arqueológicos no município, propondo estratégias para a ampliação das perspectivas oferecidas pela Arqueologia Preventiva<sup>135</sup>.
- Inserção Institucional / Parcerias: Executado pela equipe da Zanettini Arqueologia. Concepção conjunta com área de comunicação do Grupo Guarani. Parceria com Secretaria de Educação de Olímpia. Interação com o Museu de História e do Folclore Maria Olímpia.
- Realidade arqueológica:

Até o momento, foram identificados oito sítios arqueológicos no município de Olímpia, associados às tradições arqueológicas Tupiguarani, Aratu e com características híbridas das tradições Aratu e Uru. As datações obtidas apontam que entre os séculos XV e XIX, essa região foi palco de uma rica e diversificada história indígena, pouquíssimo abordada.

- Vetores de Reflexão e de Ação:

No norte de São Paulo, mais que esquecidas ou abandonadas, as fontes arqueológicas foram reiteradamente desprezadas, resultando em um cenário onde a reflexão elaborada por Bruno (1995, 2005), a respeito das memórias exiladas, torna-se crucial. Processos de extermínio de “índios bravios”, que ainda ocupavam esse território nos

---

<sup>135</sup> Estudo aprofundado no doutoramento em desenvolvimento no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.



séculos XIX e início do XX, resultaram na negação das ocupações indígenas desse território e na configuração de memórias subterrâneas (Pollack, 1989).

O programa de pesquisa no âmbito do licenciamento de áreas de expansão de cultivo da Açúcar Guarani, vem sendo desenvolvido desde 2007 (Zanettini Arqueologia 2007a, 2007b, 2008c, 2009c), sendo o programa de pesquisa mais amplo em áreas de expansão de cultivo no interior do estado. Os resultados obtidos com as pesquisas têm possibilitado a construção de uma história indígena da região, marcada por uma diversidade cultural significativa. Destaca-se, ainda, que grande parte dos sítios, datada entre os séculos XVI e XIX, nos remete a discussões acerca da colonização da região e do extermínio desses grupos.

A coordenação da pesquisa arqueológica e dos processos de musealização tem nos permitido uma reflexão profunda acerca da interface Museologia - Arqueologia. Se a própria construção do conhecimento em Arqueologia não for desenvolvida de forma crítica, pode a musealização ser? A atuação da Sociomuseologia pode prescindir de uma pesquisa arqueológica também comprometida com a sociedade? Acreditamos que não.

No caso do programa em epígrafe, o questionamento acerca da história 'oficial' que excluiu as ocupações indígenas da memória local, tem como embasamento a **realidade arqueológica**, que vem sendo construída pelo trabalho arqueológico. Por sua vez, no trabalho museológico, com as memórias exiladas e subterrâneas, o desenvolvimento de ações continuadas com educadores, aqui compreendidos como "agentes da memória", tem sido a estratégia adotada.

- Desenvolvimento;

Embora exista um Museu do Folclore no município de Olímpia, encontramos essa instituição bastante debilitada, em especial o material arqueológico proveniente do único sítio pesquisado anteriormente no município. Esse contexto impediu que a pesquisa tivesse o apoio institucional desse museu. Não obstante, ao longo desses anos, a instituição vem se reconfigurando. No momento, um plano museológico está sendo elaborado<sup>136</sup> e as perspectivas do acervo arqueológico permanecer na instituição se abriram.

---

<sup>136</sup> Esse trabalho está sendo conduzido pela museóloga Ana Sílvia Bloise da empresa Oficina 3.





**Figura 100.** Museu de História e do Folclore Maria Olímpia (Fonte: Arquivo Pessoal, Maio de 2007).

As ações desenvolvidas envolveram primeiramente a concepção de um material didático de apoio, composto por: caderno de apoio ao multiplicador, cartilha para público infanto-juvenil e *kit* de réplicas arqueológicas. Esse material foi utilizado em todas as ações com agentes multiplicadores e também na Feira do Folclore de Olímpia, que ocorre todo mês de Agosto – participamos nos anos de 2008 e 2009. A feira do folclore tem sido um espaço importante para a divulgação do projeto para além do público escolar.

O processo de formação dos agentes da memória começa com uma Oficina onde são trabalhados os conteúdos necessários para o desenvolvimento de ações com o público escolar. Destaca-se, nesse momento, a história indígena local, marcada por uma diversidade cultural imensa, a colonização da região, o extermínio dos grupos indígenas e a configuração das memórias exiladas e subterrâneas. Essas temáticas são sempre trabalhadas a partir do patrimônio arqueológico e demais segmentos patrimoniais. Depois disso, os agentes trabalham a temática da história indígena e do patrimônio cultural com os grupos de alunos, de dois a seis meses. A última etapa envolve a avaliação do processo, com a apresentação dos projetos pedagógicos desenvolvidos. No município de Olímpia, em 2009, foi realizada uma exposição com os produtos das ações com os grupos, por meio de objetos criados, montada na secretaria de educação. Esse processo já envolveu, até aqui, cerca de oitenta multiplicadores, tendo sido ampliado, no ano de 2010, para os municípios de Barretos, Colina, Tanabi e Pedranópolis.



**Figura 101.** Programa **De Bem com o Passado**: kit de réplicas na Feira do Folclore de Olímpia (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2008c).



**Figura 102.** Programa **De Bem com o Passado**: encerramento das ações do ano 2009 (Fonte: Arquivo Pessoal, Dezembro de 2009).



**Figuras 103 e 104.** Programa **De Bem com o Passado**: exposição com objetos criados a partir das ações de comunicação dos recursos arqueológicos (Fonte: Arquivo Pessoal, Dezembro de 2009).

- Limites e Potencialidades:
  - ✓ A realidade arqueológica é marcada por uma história indígena extremamente diversificada, contudo, o extermínio desses grupos, durante a colonização da região, nos séculos XIX e início do XX, configurou a história indígena enquanto memória subterrânea. A pedagogia 'sociomuseológica' tem sido o eixo para reversibilidade das memórias locais;
  - ✓ Compreensão da totalidade do contexto: coordenação da pesquisa e do programa museológico tem possibilitado uma reflexão aprofundada sobre a interface entre esses domínios;
  - ✓ Articulação com área de comunicação da empresa contratante tem sido positiva;
  - ✓ Receptividade da secretaria municipal de educação [Olimpia] como elemento determinante para o sucesso das ações;
  - ✓ Unidade museológica local: Museu do Folclore está se reorganizando, dessa forma, poderá envolver a salvaguarda e a comunicação do patrimônio arqueológico em tela;
  - ✓ A sustentabilidade das ações é um desafio, pois as mesmas estão associadas apenas ao licenciamento ambiental, demandando a busca por outras formas de sustentabilidade do programa.

### 3.3.6. *São Miguel das Missões: a musealização para além da área tombada*

- Local: Município de São Miguel das Missões – Rio Grande do Sul.
- Período: 2008-2009.
- Modelo Museológico: Musealização da Arqueologia no âmbito do Escritório Técnico das Missões, envolvendo implantação da cadeia operatória museológica.
- Proposta Metodológica: Projeto caracterizado por uma abordagem em multi-estágios, onde os resultados de uma etapa levaram a definição das ações nas demais etapas. As diversas ações envolveram esforços dedicados à concepção e implantação da cadeia operatória museológica, envolvendo salvaguarda dos acervos e a comunicação museológica das referências arqueológicas da área, sobretudo aquelas situadas fora do perímetro tombado.
- Inserção Institucional / Parcerias: Executado pela equipe da Zanettini Arqueologia. Financiamento do IPHAN, por intermédio da Superintendência Regional de Porto Alegre e do Escritório Técnico das Missões.

- Realidade arqueológica:

A realidade arqueológica é fortemente marcada pelo sítio arqueológico histórico de São Miguel Arcanjo, redução jesuítica fundada no século XVII. A redução jesuítica viveu seu apogeu na primeira metade do Século XVIII, nesta época, a população chegou a seis mil habitantes. Com a expulsão dos jesuítas, em 1768, e com a guerra guaranítica, houve o declínio do sistema reducional e do povoado. Somente ao final do século XIX e início do século XX, que o local teve seu repovoamento por algumas famílias provenientes de outros municípios da região. A abordagem arqueológica foi inserida, no âmbito das ações de preservação, 30 anos após o tombamento da redução pelo IPHAN – cabe destacar que o bem foi inserido no livro das Belas Artes. Dessa forma, a Arqueologia, enquanto campo científico, foi durante muito tempo coadjuvante no processo de compreensão desse espaço. Ademais, diversas evidências arqueológicas acessadas nos acervos estão associadas a ocupações indígenas anteriores, assim como a ocupações históricas posteriores ao declínio da redução, tais referências tem sido pouquíssimo abordadas nas discussões acerca do patrimônio cultural no município.

- Vetores de Reflexão e de Ação:

Em 1925, o governo estadual do Rio Grande do Sul iniciou os trabalhos de recuperação dos remanescentes da Redução de São Miguel Arcanjo, que, em 1938, foram tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1983, a redução foi reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. Esses títulos, embora importantes, não traduzem os processos museológicos desenvolvidos no que concerne à Arqueologia. O que nos aponta, mais uma vez, o papel coadjuvante das coleções e narrativas arqueológicas no âmbito das políticas de preservação gestadas pelo IPHAN (Saladino, 2010).

Em relação à salvaguarda das coleções advindas de trinta anos de pesquisas arqueológicas no bem tombado, diagnosticamos uma situação de abandono. Podemos destacar os seguintes pontos: inadequação do espaço utilizado, à época, para guarda do material (presença de urina de ratos, baratas, aranhas e outros agentes biológicos); grande parte dos acervos não havia passado sequer por procedimentos básicos de curadoria, tais como limpeza e numeração; uma quantidade significativa de objetos não possuía informações de procedência – local de coleta no sítio.

No âmbito da comunicação museológica, identificamos o mesmo papel coadjuvante da Arqueologia, presente apenas em algumas peças expostas na sala anexa ao Museu das Missões, projeto do arquiteto Lucio Costa, que reúne a arte sacra dos Sete Povos das

Missões<sup>137</sup>. Foram realizados programas de educação patrimonial no município, mas esses sempre priorizaram a área tombada. Acreditamos que a diversidade evidenciada pela Arqueologia pode colaborar nesse sentido, envolvendo tanto a comunicação das referências indígenas anteriores à redução, como a cultura material associada à comunidade que chegou ao município no início do século XX.

O necessário equilíbrio entre salvaguarda e comunicação museológica (Bruno, 1995, 1997, 2000) ficou evidente nessa experimentação: foi a partir do conhecimento adquirido durante o tratamento dos acervos que observamos a diversidade de evidências materiais disponíveis, associadas a processos socioculturais diversificados que ocorreram nesse espaço, para além do 'fenômeno' da redução jesuítica.

Contudo, devemos apontar um desafio essencial a ser superado nos processos de comunicação museológica nesse contexto. Fruto de um processo de tombamento autoritário, característico das primeiras décadas de ação do Iphan, o bem tombado e a sociedade envolvente estão separados por barreiras de diversas ordens. O patrimônio associado à redução jesuítica tem sido percebido como um bem alheio à comunidade [pertencente ao Estado, "Humanidade" e turistas] e como entrave para as aspirações comunitárias de desenvolvimento (Tavares, 2004). O patrimônio nacional e da humanidade não tem se configurado como patrimônio para a comunidade.

Canclini aponta que toda a operação científica ou pedagógica sobre o patrimônio é uma representação, uma meta-linguagem, porém, acena que "é possível introduzir mais liberdade e criatividade nas relações com o patrimônio". (Canclini, 1994, p.110). Cientes dessa possibilidade, construímos algumas propostas de musealização do patrimônio em São Miguel das Missões.

- Desenvolvimento:

Do ponto de vista formal, o projeto é composto por dois subprojetos, um desenvolvido já a partir de 2008, que envolveu um longo processo de salvaguarda dos acervos, e um associado à escavação arqueológica e comunicação museológica, em uma área externa ao bem tombado.

No que concerne ao primeiro eixo, foram tratadas cerca de cinco mil peças<sup>138</sup>, envolvendo processos de limpeza, conservação e geração de documentação museológica.

---

<sup>137</sup> Os Sete Povos das Missões consistem no conjunto de sete aldeamentos indígenas fundados pelos Jesuítas no Rio Grande do Sul, composto pelas reduções de São Francisco de Borja, São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo Custódio

<sup>138</sup> O programa de salvaguarda envolveu outros três sítios arqueológicos históricos da região, todos associados a reduções jesuíticas, mas os mesmos não serão aqui detalhados. Os acervos organizados no âmbito do Escritório Técnico das Missões totalizaram **11053** peças, assim distribuídas: São Miguel Arcanjo 4896 peças; São

De especial importância foi a construção de um Catálogo Digital dos Acervos, sob a salvaguarda do Escritório Técnico das Missões. A acessibilidade das coleções, por meio do Catálogo, permitirá que especialistas e sociedade em geral acessem esse patrimônio, garantindo, assim, a comunicação dessas referenciais patrimoniais para um público amplo.

No que tange ao segundo eixo, embora o termo de referência definido pelo Iphan exigisse somente a realização de palestras devotadas à divulgação dos resultados científicos da escavação à comunidade, fomos impulsionados a propor uma ação mais abrangente. Isso porque vislumbramos, neste programa, uma oportunidade ímpar para a construção de uma proposta devotada ao incremento da relação entre comunidade e seu patrimônio cultural num amplo senso, por meio da mediação museológica. Surgia o projeto de comunicação museológica.

A partir do convívio com a realidade local, adotamos como conceito gerador a ideia da cidade como patrimônio. Nesse sentido, todos os recursos do território, hoje identificado como município de São Miguel das Missões, foram considerados como importantes na concepção das estratégias educativas, sejam esses recursos associados às estruturas, pessoas, saberes, bens materiais ou imateriais (Varine-Bohan, 2002).

Para trabalharmos com o conceito da cidade como patrimônio realizamos um levantamento preliminar de alguns bens e referências patrimoniais do município. Como resultado, tivemos a indicação de 26 locais com evidências arqueológicas – acessados pelo programa de salvaguarda dos acervos, oito locais classificados como edificações históricas e culturais, sete edificações de função religiosa e seis equipamentos públicos. Esses locais foram inseridos em um mapa do município indicando que o patrimônio de São Miguel também está para além da área tombada.

As edificações históricas e culturais caracterizam-se por serem espaços públicos, onde bens patrimoniais materiais e imateriais são preservados e ressignificados, destacando-se o CTN [Centro de Tradições Nativas] e o Ponto de Cultura, utilizados para a realização de festividades tradicionais. Ademais, a indicação de duas edificações associadas ao segundo quartel do século XX objetivou valorizar o patrimônio arquitetônico de caráter vernacular do município.

No conjunto de edificações de função religiosa, incorporamos igrejas e outros templos de diversas religiões. Devemos lembrar que a Missão jesuítica está associada à Igreja Católica, fato que, por vezes, afasta diversas parcelas da população cuja, prática religiosa não está diretamente relacionada a ela.

---

Lourenço Mártir 4457 peças; São Nicolau 124 peças; São João Batista 27 peças. Temos, ainda, a presença de 1549 peças que não possuíam nenhuma informação quanto a sua procedência.



Por fim, a inserção dos equipamentos públicos possibilita também a valorização desses espaços e facilita o manuseio do mapa produzido, pois esses pontos são referência para a população.

As ações de comunicação foram realizadas concomitantemente às escavações no Parque da Fonte. No local existe uma fonte jesuítica, que compunha o sistema de abastecimento de água da redução. As escavações elementos para a construção de propostas para a transformação da área em um Parque Público, anseio da comunidade. Esse esforço traduz uma mudança de mentalidades no Iphan.

Além do Circuito de Visitação com o público infanto-juvenil, foi realizada uma palestra, para a comunidade, e cinco Oficinas de Educação Patrimonial, assim distribuídas: duas com educadores, duas com integrantes da equipe do Escritório Técnico do Iphan e uma com guias de turismo. Participaram das oficinas 81 agentes.

O Circuito de Visitação pode ser considerado uma “caminhada de descoberta”, no sentido dado por Varine (2002). O passeio por diversos pontos da cidade materializa o conceito de que este território comporta bens patrimoniais diversificados. O patrimônio cultural é aqui claramente extensivo aos espaços naturais, às paisagens e ao conjunto dos bens e dos fenômenos relativos à natureza. Pretendíamos, com essa opção, evidenciar que o território, que hoje comporta a cidade, tem diversos segmentos patrimoniais, sendo um deles as ruínas do bem tombado. Um total de 513 alunos das escolas públicas participou do Circuito.

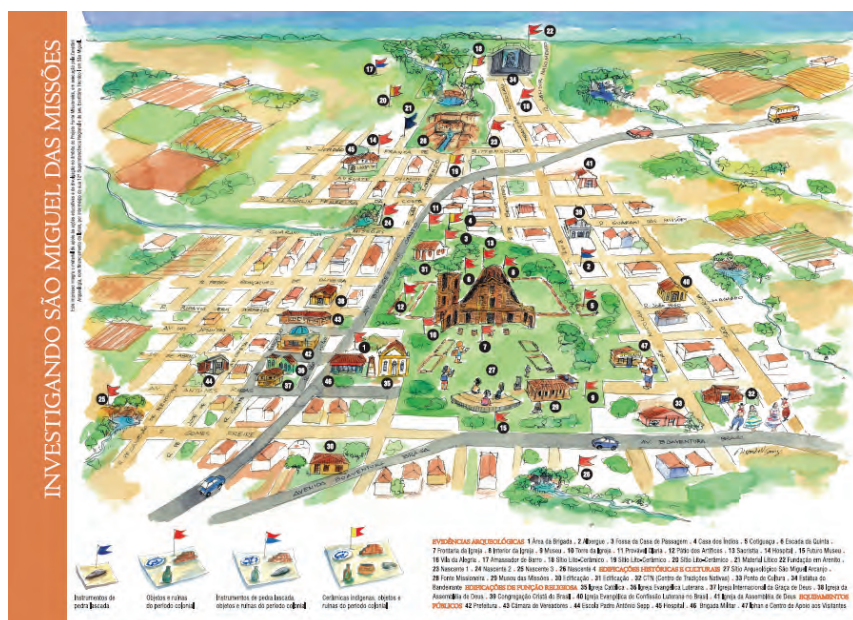
Cabe destacar que nessa experiência realizamos um processo de avaliação mais aprofundado. No âmbito das ações educativas associadas ao patrimônio arqueológico, contamos apenas com alguns exemplos de avaliação no contexto brasileiro (Bruno 1984; Almeida, 2002; Cury 2005). No que se refere aos projetos de arqueologia preventiva, as lacunas com relação à avaliação da real abrangência dos programas de educação patrimonial são ainda imensas (Moraes Wichers, 2009c). Utilizamos o método apresentado pelo projeto do Conselho de Museus, Arquivos e Bibliotecas da Grã-Bretanha, denominado *Learning Impact Research Project* – disponível na Internet. Esta ferramenta busca avaliar o aprendizado de forma mais ampla, para além dos “conteúdos”, para isso, o projeto sugere uma abordagem nomeada *Generic Learning Outcomes* [GLO], ou Resultados Genéricos de Aprendizado, propondo cinco resultados para processos de aprendizagem em museus, arquivos e bibliotecas: 1) conhecimento e compreensão; 2) habilidades; 3) atitudes e valores; 4) prazer, inspiração e criatividade; 6) ação, comportamento, processo (Melo, 2007).



**Figuras 105 e 106.** Programa de Salvaguarda: estado anterior dos acervos arqueológicos coletados em São Miguel das Missões. Identificamos peças associadas aos cenários de ocupação anteriores à redução jesuítica, como a lâmina de machado da Figura 106 (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2009a).



**Figuras 107 e 108.** Aspecto do Catálogo Digital dos Acervos (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2009a).



**Figura 109.** Mapa lúdico, elaborado a partir de referências culturais diversificadas do município de São Miguel das Missões para além da área tombada, circunscrita ao centro do mapa (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2009b).



**Figuras 110 e 111.** Cenas das Oficinas que envolveram a exploração da reserva técnica e laboratório de Arqueologia, ambos concebidos para serem visitáveis (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2009b).



**Figuras 112 a 116.** Diferentes pontos do Circuito de Visitação: Parque da Fonte, escavações, Museu das Missões, Área tombada e Laboratório de Arqueologia (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2009b).

- Limites e Potencialidades:
  - ✓ No âmbito da salvaguarda museológica, as ações estancaram o processo de deterioração. Os acervos foram transferidos para a nova **Reserva Técnica do Escritório Técnico das Missões**. O sistema criado tem sido utilizado para o acesso das coleções existentes e aquisição de novas coleções arqueológicas. O envolvimento de duas estagiárias da região em todo o processo foi fundamental, pois elas têm replicado o sistema em projetos desenvolvidos por outras equipes de Arqueologia, que atuam nas Missões. Colocamos como desafio ao IPHAN o estabelecimento de uma política de descarte controlado, dado ao aumento exponencial dos acervos;
  - ✓ Dada à natureza pontual da ação de comunicação efetuada, concentramos nossos esforços na construção de eixos de reflexão que sejam inspiradores de



novas ações de médio e longo termo, fato que nos levou a um esforço no sentido de avaliar a amplitude das atividades realizadas e levantar informações a respeito dos anseios da comunidade de São Miguel. Desse modo, entregamos ao Iphan um programa de ações de comunicação museológica, cujos principais eixos estão apresentados a seguir:

- Público-escolar (docentes): verificamos nas oficinas que a principal demanda dos educadores consiste em atividades de maior duração e que abordem a prática arqueológica. Acreditamos que a criação de um mini-curso seja uma alternativa interessante. Esse mini-curso abordaria a Arqueologia como ciência específica que estuda as sociedades por meio dos vestígios materiais, independentemente da cronologia. A interlocução com a secretaria de educação do município seria fundamental para que essas horas fossem consideradas como atividades de formação;
- Público-escolar (discentes): com base na análise qualitativa das composições, podemos distinguir, no mínimo, dois grupos diferenciados que merecem a elaboração de agendas de trabalho específicas, no âmbito de um Programa de Educação Patrimonial em São Miguel das Missões. Um primeiro grupo é composto por alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. O desenvolvimento de atividades com esse grupo deveria privilegiar o patrimônio cultural de forma ampla, por meio de “Caminhadas do conhecimento” como circuito realizado, enfatizando o contato direto com os bens patrimoniais. Nesse caso, observamos que os resultados genéricos de aprendizagem mais frequentes estiveram associados ao desenvolvimento de habilidades e ao prazer, inspiração e criatividade. Um segundo grupo, formado por alunos do 6º ao 9º ano, se interessa, sobretudo, na Arqueologia e também preocupa-se com a cidade. Aqui, observamos que os resultados genéricos de aprendizagem mais frequentes estiveram associados ao conhecimento, aos valores e ao progresso. A Arqueologia foi recorrentemente colocada como profissão interessante e o laboratório foi mais citado do que a escavação. Nesse sentido, acreditamos que o fazer científico, ou seja, o gosto pela pesquisa poderá ser estimulado. Uma preocupação constante, principalmente no 8º ano, é com a importância do patrimônio para o desenvolvimento da cidade por meio do turismo. Temas relacionados com o desenvolvimento sustentável seriam bem-vindos para discentes a partir dos 14 anos;

- Equipe IPHAN: a divulgação de informações para toda a equipe aparece como ponto fundamental, pois tivemos um índice muito alto de participantes que não haviam acessado algumas informações básicas sobre o patrimônio e muitos explicitaram gostar de se ‘manter informados’ sobre as atividades do Escritório Técnico. A criação de reuniões informativas periódicas seria uma boa alternativa. O projeto *Learning Impact Research Project* (Melo, 2007) apresenta um método interessante para a avaliação e incremento das relações interpessoais em equipes que trabalham em instituições de preservação do patrimônio cultural.
- Guias turísticos: esse grupo demanda, do mesmo modo, divulgação de informações, pois muitos apresentaram uma visão negativa do Iphan. Nesse caso, há também um hiato de informação no que concerne às alçadas de decisão do Iphan, da Prefeitura Municipal e do Governo Estadual no que se refere ao desenvolvimento de políticas públicas para o Turismo. Encontros que apresentem essas questões de forma clara e objetiva poderão colaborar no aprimoramento das relações mencionadas.
- ✓ Conforme exposto, buscamos dar à ação uma perspectiva mais ampla, de fomento à discussão em torno do patrimônio cultural que a cidade detém. Bens culturais evocados a sua vez permitiram o estreitamento do diálogo entre gestores, pesquisadores e comunidade, fornecendo insumos e articulações interessantes, facilitando o tráfego de informações e conhecimento entre os atores envolvidos.

## **CAPÍTULO 4. CONSTRUINDO ELOS: O PROGRAMA DE MUSEALIZAÇÃO DOS RECURSOS ARQUEOLÓGICOS DA FERROVIA TRANSNORDESTINA**



Neste capítulo apresentamos uma proposta para a musealização da Arqueologia no contexto de um dos empreendimentos que compõe o Programa de Aceleração do Crescimento [PAC]<sup>139</sup> do Governo Federal brasileiro: a Ferrovia Transnordestina.

Envolvendo a instalação de 1.728 quilômetros de malha ferroviária, a ferrovia irá ligar os portos de Pecém [Ceará] e Suape [Pernambuco] ao cerrado do estado do Piauí, precisamente no município de Eliseu Martins. Segundo o Governo Federal, o objetivo é elevar a competitividade da produção agrícola e mineral da região nordeste por meio de uma moderna logística que une uma ferrovia de alto desempenho aos principais portos da região (Brasil, 2010). Como um empreendimento de grande porte, a ferrovia irá trazer mudanças de ampla extensão, tendo um impacto, no mínimo, reordenador das realidades sociais dos territórios envolvidos. Mais que isso, a Ferrovia Transnordestina será um novo elemento na paisagem do nordeste, representação material de uma nova lógica de circulação e organização espacial que chega a esta porção do território brasileiro (Zanettini Arqueologia, 2010). É importante apontar que o território em foco também sofrerá profundas transformações devido à existência de uma dezena de outros empreendimentos em instalação na região nordeste, onde se destaca a controversa transposição da bacia do Rio São Francisco<sup>140</sup>.

Nesse sentido, o crescimento econômico, os impactos e as mudanças em epígrafe têm sido considerados não como 'ameaças', mas como contextos a serem conhecidos, explorados e transformados (Canclini, 2007). A escolha desse estudo de caso para o 'fechamento' de uma tese em Sociomuseologia não foi aleatória.

Depois de abordar a relação entre museus e patrimônio arqueológico em uma perspectiva histórica, de configurar a interface contemporânea entre os campos da Museologia e da Arqueologia, os caminhos trilhados por algumas instituições envolvidas com essa temática e a análise de projetos de intervenção nos quais atuamos, pretendemos, neste capítulo, fazer uma síntese de algumas potencialidades e desafios do contexto contemporâneo, tomando como estudo de caso um projeto onde as questões de desenvolvimento e a interdisciplinaridade são basilares.

A proposta em tela visa, ainda, a demonstrar que a interface entre práticas arqueológicas associadas às vertentes pós-processuais e às novas práticas da Museologia é o ponto de virada para a aproximação desses campos no cenário contemporâneo.

---

<sup>139</sup> Lançado em janeiro de 2007, o PAC engloba um conjunto de políticas econômicas, planejadas para os quatro anos seguintes, e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, prevendo investimentos totais de R\$ 503,9 bilhões até 2010, sendo uma de suas prioridades o investimento em infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros.

<sup>140</sup> A transposição do rio São Francisco é um projeto do governo brasileiro intitulado de Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Esse projeto, teoricamente, irrigará a região semiárida do Brasil. Questões ambientais e a utilização das obras irrigação por grandes empreendedores são algumas das razões das críticas a esse projeto.

#### **4.1. Ponto de virada: integrando a Sociomuseologia e as Arqueologias Pós-Processuais no programa**

A interface Museologia – Arqueologia no Brasil tem sido marcada por caminhos de aproximação, rotas de afastamento e pontos de colisão, conforme exposto em diversas partes desta tese. Advogamos que a interface entre esses campos é fundamental para o aprimoramento do uso do patrimônio arqueológico como recurso cultural.

Contudo, falamos aqui da interação de vertentes específicas desses campos, implicadas com o uso político e social dos museus e do patrimônio arqueológico. O desenvolvimento de processos museológicos alinhados às perspectivas da Sociomuseologia requer também um outro fazer da Arqueologia, largamente discutido nos paradigmas pós-processuais. Dessa forma, esse item busca explicitar essa interação, a qual julgamos um contributo importante para a Sociomuseologia.

Desde a segunda metade do século passado, expectativas e desafios presentes em diversos documentos produzidos por segmentos dos campos Museológico e Arqueológico vêm convergindo para uma mesma preocupação: qual o papel social do patrimônio no mundo contemporâneo?

Nas últimas décadas, a Museologia tem passado por mudanças teórico-metodológicas significativas, num esforço constante de democratização não apenas do acesso, mas também da seleção e produção do patrimônio cultural. Nesse sentido, a Sociomuseologia procura sintetizar o esforço de adequação das instituições museológicas à sociedade contemporânea (Moutinho, 1993, p. 6).

Por sua vez, as arqueologias pós-processuais têm salientado a subjetividade do conhecimento arqueológico, construído no presente, a partir de contextos sociais, políticos, econômicos e culturais que influenciam a produção científica (Shanks, 2004).

Convém esmiuçarmos<sup>141</sup> algumas características dessas arqueologias pós-processuais. O “pós” que caracteriza essas arqueologias está associado tanto ao fato dessas posturas se colocarem como críticas ao paradigma processual, que as antecedeu, como a sua aproximação às filosofias pós-modernas e à crítica pós-colonial.

Como aponta Reis (2004), longe de ser homogênea, a Arqueologia pós-processual “É um saco de gatos. Esta arqueologia tem sido provocativa, inquietante, instigadora e ousada em suas propostas” (Reis, 2004, p. 69). Optamos por utilizar as “arqueologias pós-

---

<sup>141</sup> Ver o item “A estratigrafia da construção do patrimônio arqueológico”, na Introdução da tese, para algumas ideias preliminares a respeito das arqueologias pós-processuais, assim como seu enquadramento histórico no âmbito de outras abordagens em Arqueologia.

processuais”, devido à pluralidade de abordagens mencionadas. Tais abordagens são influenciadas por distintas tendências teóricas contemporâneas, associadas a história, sociologia, teoria crítica, filosofia, semiótica, entre outros campos científicos.

O arqueólogo inglês Ian Hodder é um das principais arqueólogos dessas arqueologias (Hodder, 1988, 1992, 2001), tendo empregado, em 1985, pela primeira vez, a expressão pós-processual em assuntos arqueológicos (Fagan, 1996 Apud Reis, 2004, p.70).

Uma das principais questões colocadas pelas arqueologias pós-processuais reside nos significados simbólicos dos vestígios arqueológicos, que variam de contexto para contexto. Os arqueólogos pós-processualistas colocam o indivíduo como ator social, cujo contexto dará o significado ao registro arqueológico. Essas abordagens aceitam, assim, a falta de consenso nas interpretações do passado. É justamente nessa abertura, conclamada por Pearson e Shanks (2001 Apud Reis, 2004), que reside o entrelaçamento com a Sociomuseologia, pois tal abertura possibilita novas leituras e ressignificações do contexto arqueológico. A ‘palavra’ do arqueólogo é uma, dentre outras opiniões sobre o passado, pois há muitas e plausíveis interpretações sobre o registro arqueológico. Os arqueólogos são, portanto, entendidos como construtores e intérpretes do passado (Shanks & Tilley, 1988; 1987/1992).

Ademais, além da abertura dos projetos, narrativas e coleções a outras interpretações, diversos segmentos das arqueologias pós-processuais, como a Arqueologia Colaborativa (Moser, 2003; Panich, 2007), a Arqueologia Comunitária (Tully, 2007) e a Arqueologia Simétrica (González-Ruibal, 2007; Shanks, 2004), conclamam o envolvimento das comunidades locais na investigação e análise do contexto arqueológico.

Robrahn-González (2005) afirma que a Arqueologia vem sofrendo uma mudança essencial de foco, deixando de ser uma ciência com olhar voltado ao passado, para assumir sua responsabilidade na compreensão do presente e na promoção do futuro.

Gnecco (2008) aponta a necessidade de que os indivíduos representados também atuem como indivíduos representantes no novo cenário arqueológico contemporâneo, como agentes que questionem e discutam as representações construídas pelos arqueólogos ou, ainda, como membros de grupos que, mesmo não identificados com as narrativas arqueológicas construídas, outorgam novos sentidos e usos a essas narrativas.

“El individuo representado/ representador ahora aparece en el paisaje arqueológico de muchas maneras: como un sujeto que produce textos (que representa); como un sujeto que es representado, sabiendo conscientemente que está siendo representado y conociendo plenamente (pero también cuestionando y discutiendo) los medios de representación; como miembro de grupos de interés que otorgan múltiples sentidos y usos a las representaciones producidas” (Gnecco, 2008, p.99).

Outro ponto importante é que as arqueologias pós-processuais devotam especial atenção aos cuidados e responsabilidades referentes ao conteúdo das mensagens

construídas sobre o passado, no âmbito da denominada Arqueologia Pública<sup>142</sup> (Merriman, 2004). Desde a criação do Congresso Mundial de Arqueologia [*World Archaeological Congress – WAC*], em 1986, a disciplina tem tratado de forma mais sistemática o relacionamento entre a pesquisa e os grupos sociais interessados.

Dessa forma, os fenômenos sociais e culturais contemporâneos revelam o surgimento de arqueologias pós-processuais que procuram debater aspectos que contribuem para criticar as desigualdades da sociedade onde vivemos (Zarankin, 2002, p.27).

No Brasil, essas ideias vêm sendo, pouco a pouco, inseridas na agenda das pesquisas arqueológicas.

Alguns estudos têm buscado salientar a diversidade cultural das populações indígenas com a participação ativa das mesmas (Heckenberger, 2001), outros estão ressaltando as diversas interpretações de um mesmo contexto arqueológico no âmbito de arqueologias verdadeiramente híbridas (Cabral & Saldanha, 2008). Diversos trabalhos têm encaminhado reflexões acerca do desenvolvimento da Arqueologia Pública no Brasil (Funari, 2001; Funari, Olivera & Tamanini, 2008; Carvalho & Funari, 2009).

Destaca-se o potencial da Arqueologia Histórica<sup>143</sup> (Funari, Hall & Jones, 1999) em construir a história de segmentos da sociedade que em raras ocasiões têm condições de deixar registros escritos sobre si próprios (Orser, 1996; Funari 2002). Algumas pesquisas arqueológicas vêm buscando construir narrativas polifônicas acerca do passado, em seus múltiplos contextos, desde o estudo de populações quilombolas<sup>144</sup> (Orser & Funari, 1992; Symanski & Souza, 2007), passando por vestígios associados a revoltas populares (Zanettini, 1988), a valorização dos conhecimentos tradicionais na construção de identidades historicamente marginalizadas (Amaral, 2008), o exame do cotidiano fabril (Souza, 2010), a arqueologia dos desaparecidos durante o regime militar (Bastos, 2010), a questão da repatriação dos objetos arqueológicos (Ferreira, 2008), entre outros. Essas perspectivas configuram um campo de atuação profícuo para a construção de processos museológicos alinhados à Sociomuseologia.

---

<sup>142</sup> O surgimento da primeira publicação sobre o tema, *Public Archaeology* (Londres, James & James), em 2000, assinala o amadurecimento das discussões estratégicas sobre o caráter público da disciplina e sua importância social.

<sup>143</sup> Denominamos de Arqueologia Histórica as pesquisas que envolvem desde o exame de processos sociais já influenciados pela colonização europeia, iniciados no século XVI, até processos posteriores relacionados ao período imperial e republicano, chegando até mesmo a período recentes.

<sup>144</sup> “Consideram-se comunidades remanescentes de quilombos os grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada a formas de resistência à opressão histórica sofrida” (Fundação Palmares, 2010).

Dessa maneira, advogamos que a interface entre Sociomuseologia e as Arqueologias Pós-Processuais surge como caminho para a superação dos dilemas aqui apresentados. Ainda que, no Brasil, grande parte da pesquisa arqueológica esteja associada à prática de ‘especialistas’ no âmbito do licenciamento ambiental de empreendimentos diversos, a premissa de que o conhecimento construído é subjetivo abre possibilidades de releitura das coleções e narrativas arqueológicas pelas comunidades. A Sociomuseologia apresenta estratégias que aprimoram a referida leitura.

Destacamos, ainda, que esse campo de interface é marcado por relações dialéticas, pois tanto a Museologia como a Arqueologia se influenciam a todo o momento, ambas produzem narrativas, rompendo com uma possível dicotomia entre produção e socialização do conhecimento.

As discussões a respeito da relação entre patrimônio e desenvolvimento são caras à Sociomuseologia, como aponta Moutinho (2007). Acreditamos que a utilização dos recursos arqueológicos, no âmbito do programa de musealização ora proposto, deve ocorrer nas ‘brechas’ do modelo de desenvolvimento subjacente ao empreendimento em pauta, instigando novas práticas sociais. Para tanto pretendemos construir um campo de interface entre a Sociomuseologia e as Arqueologias Pós-Processuais.

Mais que nunca, a Arqueologia brasileira encontra-se diretamente relacionada ao poder do capital para proteger ou destruir o registro arqueológico (Funari & Robrahn-González, 2008, p.821). Grande parte do patrimônio arqueológico [98%] é resultado, no contexto atual, de pesquisas associadas ao licenciamento de empreendimentos diversos. Enquanto as adjetivações do desenvolvimento não se tornarem uma prática efetiva, novas rotas de colisão serão estabelecidas no campo de tensões entre a Arqueologia Preventiva e sociedade envolvente.

As práticas da Sociomuseologia estão associadas a um desenvolvimento integrado das comunidades onde atua, conceito que está muito além do consumo como meta, envolvendo qualidade de vida. Waldisa Rússio Camargo Guarnieri nos aponta o reducionismo geralmente relacionado ao conceito de desenvolvimento:

“Embora o desenvolvimento, entendido como MUDANÇA e, mais que isto, TRANSIÇÃO SOCIAL INTENCIONALMENTE PROMOVIDA, seja um PROCESSO GLOBAL, tão grande foi a ênfase dada ao aspecto econômico que, frequentemente, foi este tomado como todo o conceito. E de tal forma se cristalizou a ideia que bastava mencionar ‘desenvolvimento’ para se lhe acrescentar o qualitativo ‘econômico’, como se as duas palavras fossem termos complementares inseparáveis” (Rússio, 1977, p.50).

No âmbito das novas práticas museológicas, o desenvolvimento é entendido como processo global (Rússio, 1977), promovendo o bem-estar do ser humano. Esse novo fazer museológico é um “poderoso instrumento político” (Moreira, 1989), construído socialmente por sujeitos sociais imersos em um universo econômico, político, cultural e simbólico. Essa

museologia resulta desses universos, mas, numa relação dialética, também pode transformá-los.

É justamente nessa possibilidade de transformação que se assenta essa proposta. A despeito dos impactos negativos e das mudanças impostas ao território de intervenção em tela, acreditamos que é possível construir, a partir da Sociomuseologia, caminhos onde coleções e narrativas arqueológicas sejam apropriadas enquanto recursos impulsionadores de discussões e reflexões críticas acerca dos processos sociais contemporâneos, introduzindo qualidade na vivência das comunidades envolvidas. Por outro lado, é preciso atentar para o fato de que novos processos museológicos, marcados pela dialogicidade (Freire, 1970/1987)<sup>145</sup>, devem estar articulados também a uma nova maneira de conceber a Arqueologia. Uma arqueologia aberta a novos olhares, múltiplas interpretações.

Parece-nos de especial importância na construção dessa proposta a compreensão do patrimônio arqueológico em suas três dimensões: como **objeto** real, como **documento** de sociedades passadas e como **recurso** das sociedades atuais (Criado, 1996).

A construção de narrativas com base nos documentos materiais resgatados nas pesquisas arqueológicas tem uma relação dialética com a apropriação desses objetos como recurso pelas sociedades contemporâneas. Isso porque os indivíduos envolvidos nesse processo, seja como representantes [arqueólogos que constroem as narrativas] ou representados [sociedades que estabelecem identidades diretas ou indiretas com essas representações], influenciam-se mutuamente.

Dessa forma, a complexa rede de tensões e significados estabelecida a partir da apropriação do patrimônio arqueológico enquanto recurso no presente aponta a necessária interlocução com outras ciências sociais devotadas ao estudo do **domínio patrimonial**. A perspectiva sociomuseológica aparece como eixo de reflexão e ação por excelência, possibilitando o incremento da apropriação e do uso qualificado do objeto arqueológico enquanto recurso do presente. Ademais, como apontam Shanks e Tilley (1987/1992) os museus são os principais espaços de comunicação entre Arqueologia e Sociedade.

Na Arqueologia Preventiva encontramos desafios e potencialidades específicos para atingirmos esses objetivos. A definição arbitrária do território de pesquisa, delimitado pela área de impacto do empreendimento e não pelos processos de ocupação humana no espaço, e o fator tempo são variáveis que não podem ser esquecidas.

Dessa maneira, as pesquisas arqueológicas desenvolvidas no âmbito da Ferrovia Transnordestina têm operado **seleções**, resultando em determinados recortes patrimoniais,

---

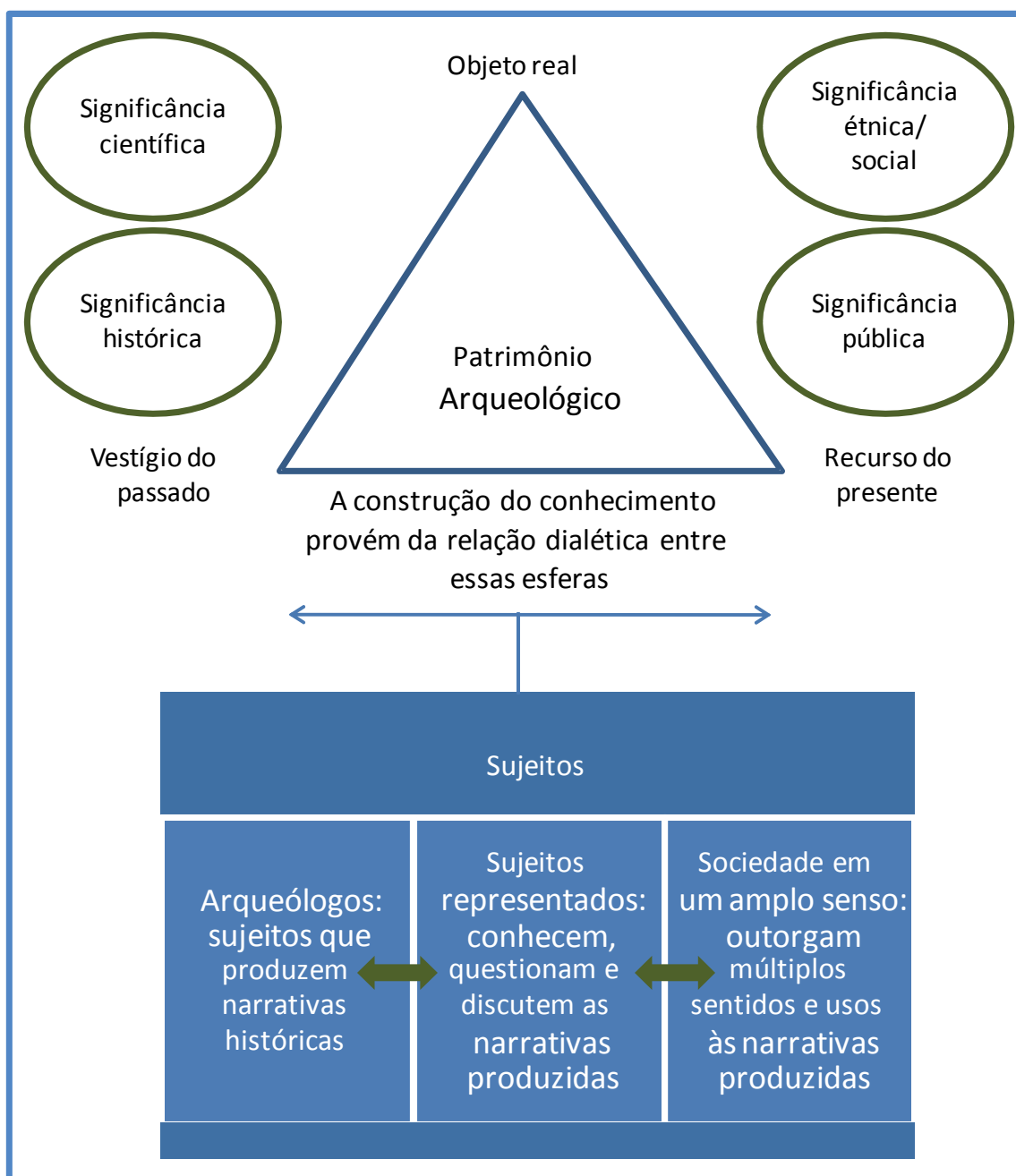
<sup>145</sup> Dialogicidade, segundo Paulo Freire, está em permitir aos indivíduos agir e refletir sobre a ação pedagógica realizada. Aí se chega à práxis, ou a "teoria do fazer", com ação e reflexão simultâneas, em reciprocidade (Freire, 1970/1987).



esmiuçados adiante. Não podemos perder de vista que essas atividades tiveram como objetivo dar atendimento à legislação brasileira, possibilitando a preservação de determinadas parcelas do patrimônio arqueológico identificado a partir de critérios de significância. Apresentamos, a seguir, as quatro categorias de significância consideradas na pesquisa:

- **Significância científica:** Envolve o potencial do uso do patrimônio arqueológico para o estabelecimento de fatos e generalizações confiáveis sobre o passado ou ainda sobre relações entre cultura material e comportamento humano (Moratto & Kelly, 1978; Staski, 1982);
- **Significância histórica:** Quando o patrimônio arqueológico pode ser associado com um evento ou aspecto individual específico da história (Moratto & Kelly, 1978);
- **Significância étnica/ social:** Quando o patrimônio arqueológico tem importância religiosa, mitológica, identitária, entre outras, para um grupo étnico ou social (adaptado de Staski, 1982);
- **Significância pública:** Associada ao uso do patrimônio arqueológico enquanto recurso para a sociedade envolvente.

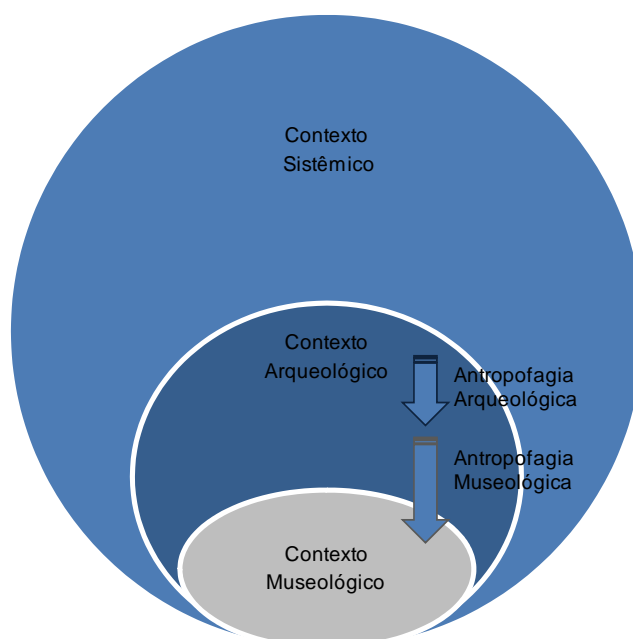
Ainda que as primeiras categorias possam ser justificadas a partir do enquadramento teórico e metodológico do arqueólogo, as duas últimas requerem necessariamente a interação com a sociedade envolvente. Isso não quer dizer que as significâncias ‘científica’ e ‘histórica’ sejam isentas, ou que não devam integrar as perspectivas da comunidade, apenas aponta a necessidade de uma prática interdisciplinar para a valoração dos recursos arqueológicos em pauta.



**Figura 117.** Esquema geral das premissas teóricas e metodológicas do programa. Primeiramente, reafirmamos as três dimensões do patrimônio arqueológico: primeiramente enquanto objeto real (a Arqueologia está ontologicamente associada ao mundo das coisas, da cultura material), depois enquanto vestígio, documento de construção do passado e, por fim, como recurso no presente. O patrimônio arqueológico é fruto da relação dialética entre critérios de significância que o afirmam enquanto documento e recurso. Para finalizar, temos a relação entre sujeitos que representam e sujeitos representados.

## 4.2. A antropofagia do patrimônio arqueológico ao longo da Ferrovia Transnordestina

A **realidade arqueológica** a ser musealizada no âmbito da Ferrovia Transnordestina tem sido configurada pelos processos de seleção deflagrados na pesquisa arqueológica. Dessa forma, é necessário considerar que a pesquisa não acessa a totalidade dos sistemas culturais atuantes no passado, o denominado **contexto sistêmico** (Schiffer, 1972). Esse contexto é formado pela dinâmica social, econômica e cultural das sociedades que ocuparam o território alvo da pesquisa. Apenas parcelas dessa dinâmica se preservam fisicamente e compõem o **contexto arqueológico**, passível de ser analisado e projetado na esfera patrimonial. Destarte, a pesquisa arqueológica seleciona parcelas desse contexto transformando-os em patrimônio e inserindo-os nas instituições museológicas, no **contexto museológico**.



**Figura 118.** Antropofagia Arqueológica e Antropofagia Museológica.

As seleções realizadas nos **processos de musealização** definem, por sua vez, os contornos do patrimônio arqueológico musealizado no que concerne a sua salvaguarda e comunicação. No primeiro caso temos a conservação, documentação e manutenção física do patrimônio arqueológico. No segundo, a seleção dos objetos a serem utilizados nas exposições e nas ações sócio-educativas e culturais. Cabe ressaltar que, os processos museológicos previstos para o programa em epígrafe têm sido antecidos por um amplo diagnóstico do território patrimonial, exposto adiante.

As pesquisas arqueológicas realizadas no âmbito da Ferrovia Transnordestina apresentam um desafio teórico-metodológico significativo. A extensão do empreendimento

aponta a necessidade de uma equipe ampla, que já envolveu mais de 100 profissionais, englobando diversos olhares e interpretações. Esses contextos também têm sido considerados na configuração do programa de musealização.

A equipe da Zanettini Arqueologia iniciou as pesquisas arqueológicas no âmbito da ferrovia em 2007, a partir do resgate arqueológico<sup>146</sup> efetuado no Trecho Missão Velha – Salgueiro [Ceará]. Desde então, promoveu o monitoramento do trecho citado, as prospecções e resgate do Trecho Salgueiro – Trindade [Pernambuco], assim como o diagnóstico, prospecção e resgate nos Trechos Porto Suape – Salgueiro [Pernambuco], Trindade – Eliseu Martins [Pernambuco-Piauí] e Missão Velha – Porto Pecém [Ceará]. Também se encontra em desenvolvimento o monitoramento das obras em todos os trechos mencionados, exceto nos Trechos Missão Velha – Salgueiro e Salgueiro-Trindade, onde o monitoramento já foi finalizado (Zanettini Arqueologia, 2010).

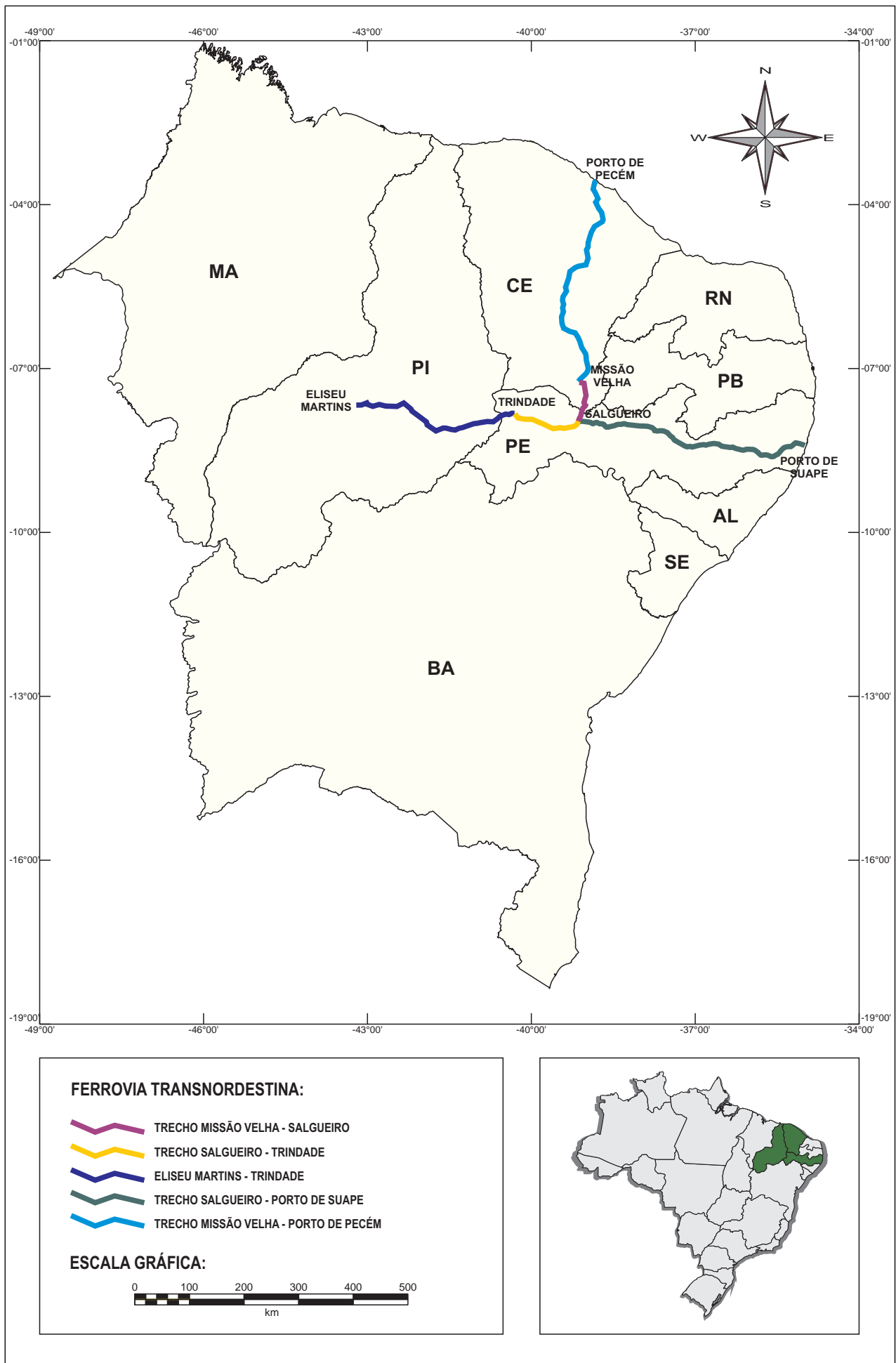
É importante destacar que a quantidade de profissionais envolvidos e os diferentes arqueólogos que assumiram a ‘coordenação’<sup>147</sup> dos trabalhos imprimiram marcas diferenciadas aos processos seletivos do patrimônio arqueológico. Entre 2007 e 2008, o arqueólogo Luiz Cláudio Symanski assumiu a coordenação das pesquisas, optando por metodologias sistemáticas de prospecção e resgate e gerando informações comparáveis, no âmbito de uma arqueologia processual. Nesse período os sítios arqueológicos históricos do século XX não eram abordados. Entre 2008 e 2009 atuaram na coordenação das pesquisas, Denise Cavalcante Gomes, Luiz Fernando Erig Lima, Ângelo Alves Corrêa, assim como participamos também mais ativamente na etapa da pesquisa arqueológica. Essa etapa foi caracterizada por uma diversidade de abordagens resultando também em seleções diversificadas desse patrimônio. Nessa etapa foram estudados os sítios líticos mais recuados cronologicamente do projeto, inseridos no estado do Piauí. No mesmo período resgatamos o primeiro sítio arqueológico de século XX. Em 2010 a coordenação dos trabalhos esteve a cargo de Rafael de Abreu e Souza, marcando uma ampliação do estudo do passado recente.

---

<sup>146</sup> A portaria 230/02 compatibilizou as etapas de pesquisa arqueológicas às etapas de licenciamento ambiental, dessa forma, é efetuado primeiramente um **diagnóstico** na área de abrangência do empreendimento, que corresponde à licença prévia do mesmo; uma segunda etapa envolve **prospecções arqueológicas**, cuja finalização possibilita a licença de instalação do empreendimento; os trabalhos de **resgate arqueológico** estão relacionados à licença de operação do empreendimento. Por fim, **o monitoramento arqueológico** consiste no acompanhamento das obras pelos arqueólogos. Nesse momento, as novas evidências identificadas são imediatamente resgatadas. Todas as etapas deveriam ser contempladas com ações de educação patrimonial.

<sup>147</sup> Durante todo o projeto a coordenação geral do programa ficou a cargo de Paulo Eduardo Zanettini.

Mapa 13. Localização da Ferrovia Transnordestina



O quadro a seguir apresenta uma caracterização dos trechos e dos resultados obtidos até o momento:

**Quadro 26.** Programa de Gestão dos Recursos Arqueológicos da Ferrovia Transnordestina.

Trecho	Extensão	Etapas de pesquisa arqueológica concluídas	Etapas de pesquisa em andamento	Sítios Arqueológicos	Acervo
Missão Velha (Ceará) a Salgueiro (Pernambuco)	96 km	Diagnóstico Prospecção Resgate Monitoramento	Planejamento estratégico para implantação do Programa de Educação Patrimonial	54	25.594 peças
Salgueiro a Trindade (Pernambuco)	166 km	Diagnóstico Prospecção Resgate Monitoramento	Planejamento estratégico para implantação do Programa de Educação Patrimonial	81	4.600 peças
Eliseu Martins (Piauí) a Trindade (Pernambuco)	420 km	Diagnóstico Prospecção Resgate	Monitoramento Arqueológico	95	10.794 peças
Salgueiro a Porto Suape (Pernambuco)	522 km	Diagnóstico Prospecção Resgate (80%)	Monitoramento Arqueológico	112	26.573 peças
Missão Velha a Porto de Pecém (Ceará)	527	Diagnóstico Prospecção Resgate (80%)	Monitoramento Arqueológico	96	21.161 peças

Dessa forma, foram identificados 438 sítios arqueológicos ao longo do traçado projetado, fato que aponta a significância da pesquisa para o incremento do conhecimento disponível para a região. Os sítios e acervos estão distribuídos da seguinte forma nos estados envolvidos:

- Ceará: 148 sítios arqueológicos e cerca de 46 mil peças;
- Pernambuco: 198 sítios arqueológicos e cerca de 33 mil peças;
- Piauí: 92 sítios arqueológicos e cerca de 10 mil peças.

Dessa forma, os acervos gerados pela pesquisa são significativos do ponto de vista quantitativo e qualitativo. Até o momento, já foram resgatadas cerca de 89 mil peças, entre artefatos líticos lascados e polidos, fragmentos de vasilhas cerâmicas e uma ampla gama de evidências materiais associadas a sítios arqueológicos históricos dos séculos XVIII ao XX. Do ponto de vista qualitativo, temos ocupações indígenas diversificadas datadas de até seis

mil atrás; extensas ocupações de grupos agricultores entre 1500 e 300 anos atrás e diversos processos de ocupação associados à colonização europeia da região, assim como evidências das migrações associadas às secas que assolam a região desde o século XIX. O estudo de contextos do século XX à luz da Arqueologia tem sido um componente fundamental da interface entre pesquisa e musealização.



**Figuras 119 a 121.** Marcas da pedra em diferentes sociedades e temporalidades: Bloco rochoso com marca de polimento, ferramentas líticas lascadas (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2010).



**Figuras 122 a 125.** História Indígena: vasilhas cerâmicas, tembete e lâmina de machado polida resgatados em sítios arqueológicos associados aos grupos Tupi que ocuparam o semiárido nordestino entre 1500 e 300 anos atrás (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2010).



**Figuras 126 a 129.** O sertão dos sertanejos: a moradia - ruínas de unidade habitacional; a religiosidade - pingente de colar com imagem de santo da tradição cristã católica; o universo alimentar - prato em ágata; o universo do trabalho - enxada utilizada na lavoura (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2010).



### 4.3. Olhar regional: diagnóstico do território patrimonial

O **território patrimonial** em tela corresponde ao espaço geograficamente delimitado pela área dos municípios nos quais foi identificado um patrimônio arqueológico positivo no âmbito da Ferrovia Transnordestina. É caracterizado pela **realidade arqueológica** associada às referências patrimoniais selecionadas pelas comunidades envolvidas.

O diagnóstico desse território deve compreender o reconhecimento das características sociais e econômicas dele, dados imprescindíveis para a atuação da Sociomuseologia. Do mesmo modo, envolve o reconhecimento das referências presentes nas memórias locais, devendo identificar também as memórias exiladas, silenciadas e subterrâneas (Pollack, 1989, 1992).

O espaço de atuação configurado pela Ferrovia Transnordestina envolve mais de sessenta municípios distribuídos nos estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, englobando cerca de dois milhões de pessoas.

Esses dados apontam a complexidade e o desafio teórico-metodológico do programa em questão, bem como sua relevância. Assim, optamos por um processo amplo de concepção do programa de musealização, envolvendo o diagnóstico dos contextos evidenciados ao longo desse *transect* de mais de 1700 quilômetros.

Considerando que o nordeste é a maior região brasileira em número de unidades da federação e a segunda em território, estamos lidando com uma diversidade muito grande. Sabemos que estamos atuando sobre um território exaustivamente reconhecido pelos baixos índices de desenvolvimento humano, com restrições de acesso à saúde, saneamento básico, alimentação, habitação e educação. Contudo, as recorrentes interpretações acerca da escassez dessa região também têm colaborado para a homogeneização desses contextos e desvalorização de modos de vida tradicionais que caracterizam essas populações durante séculos. A partir dessa constatação, este programa de musealização, e suas correspondentes ações educativas e de comunicação museológica, devem funcionar como mecanismos que contribuam para o aprimoramento da qualidade de vida dessas populações, valorizando seus modos de fazer, de ser e de olhar o mundo, não atuando como mais um mecanismo de exclusão.

Nesse sentido, realizamos primeiramente um amplo diagnóstico dos contextos socioeconômicos e culturais dos municípios envolvidos, organizados nas unidades federativas, por meio de uma perspectiva comparativa. Essa análise permitiu a seleção de dezesseis polos irradiadores do programa de musealização. Em um segundo momento, partimos para o diagnóstico focalizado desses polos, configurando um olhar local.

No primeiro nível analítico, o olhar regional, reunimos informações que nos permitem traçar um panorama sobre esse imenso mosaico. Cabe salientar que o território patrimonial é formado por 63 municípios, até o momento<sup>148</sup>. Contudo, a continuidade das pesquisas certamente modificará esse cenário, com grande possibilidade de inclusão de outros municípios no Programa.

Antes de passarmos aos indicadores socioeconômicos, cabe caracterizarmos de modo sucinto o contexto fisiográfico regional, formado por dois domínios.

Um classificado por Aziz Ab'Saber (1974, 1977) como **Domínio das Caatingas**, de formações cristalinas, área depressiva intermontanhas e de clima semiárido. Esse bioma caracteriza-se pela presença de solos ácidos, da vegetação de caatinga e de balanço hídrico negativo. Com uma extensão de, aproximadamente, 850.000 km<sup>2</sup>, este domínio inclui o estado do Ceará e partes dos estados da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Piauí.

O semiárido brasileiro é uma das três regiões marcadas por este tipo climático na América do Sul. Configura a região semiárida mais habitada do planeta (Veth et al., 2005), com uma população de quase 24,6 milhões de habitantes. Dessa forma, este ambiente que durante longos períodos anuais toma aparência inóspita, está amplamente habitado. Nas palavras de Aziz Ab'Sáber (2007, p.92), “o homem está presente um pouco por toda a parte”.

A população sertaneja conhece as possibilidades produtivas de cada área no interior do semiárido, inventa e reinventa formas de lidar com a aridez do sertão. A adaptação é necessária à sobrevivência, e se dá por meio do conhecimento e aproveitamento das potencialidades de cada pequena região. Cada pedaço do território torna-se possibilidade à medida que os moradores da região se especializam em atividades que, dialeticamente, transformam o meio e se adequam a ele (Zanettini Arqueologia, 2010).

O outro bioma classificado na região é o **Domínio dos Mares de Morros** (Ab'Saber, 1974, 1977), onde se encontra a floresta Atlântica. Como se encontra na região litorânea leste do Brasil, foi o primeiro lugar a ser colonizado pelos europeus. Este domínio estende-se do sul do Brasil até o Estado da Paraíba [no nordeste], obtendo uma área total de aproximadamente 1.000.000 km<sup>2</sup>. Como floresta tropical, caracteriza-se pela rica biodiversidade, clima úmido e quente.

---

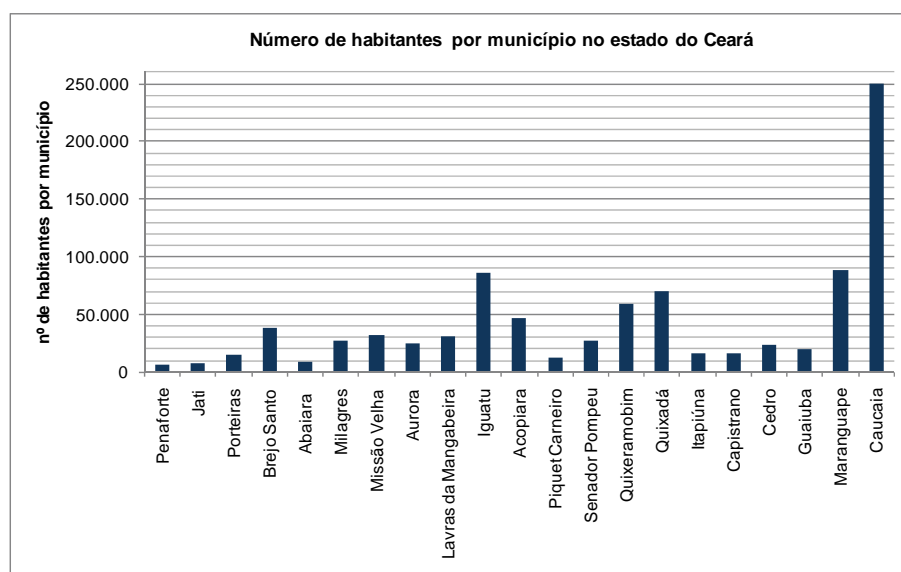
<sup>148</sup> O eixo da Ferrovia Transnordestina irá atingir cerca de 80 municípios, contudo, estamos considerando nesse diagnóstico apenas os municípios onde já foram identificados sítios arqueológicos, um total de 63. Devemos lembrar que o monitoramento das obras, em andamento, também tem resultado em novos sítios, o que certamente ampliará o quadro ora delineado. O monitoramento deverá ocorrer até o final das obras, previstos para 2012.

Portanto, o território patrimonial se estende por dois biomas que representam uma biodiversidade, clima e vegetação radicalmente distintos. Tais diferenças demarcam modos de vida, hábitos, meios de subsistência, linguagens, economia e porque não, histórias muito diversas entre si.

#### 4.3.1. Indicadores socioeconômicos

As pesquisas socioeconômicas revelam, por dados estatísticos, uma série de características a respeito da população como: migração, educação, trabalho, famílias, domicílios e rendimento. O número total de habitantes do lugar é um dado primário utilizado de base para tais indicadores.

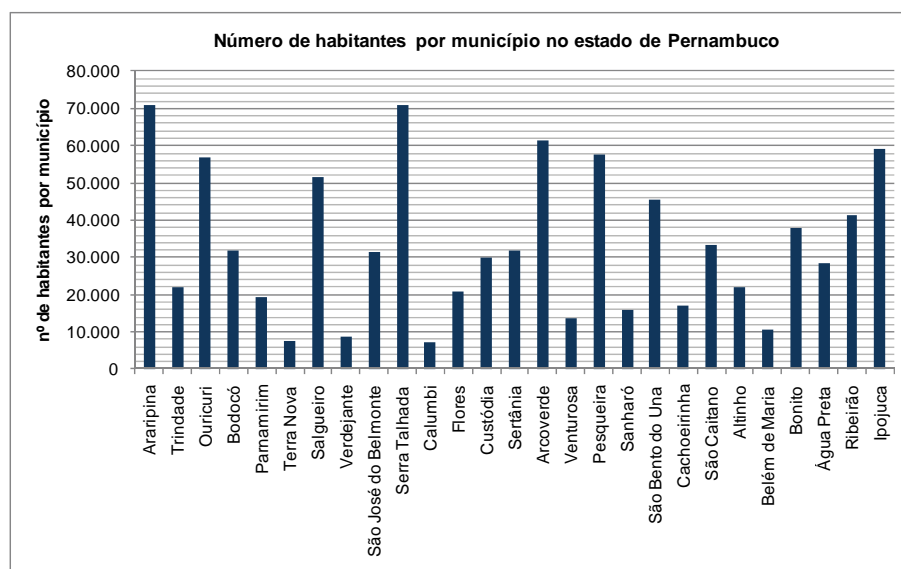
Cabe esclarecer de antemão a reconhecida má distribuição demográfica do nordeste. Em termos quantitativos, mais de 60% de toda população desta região vive em cidades próximas à faixa litorânea. Os gráficos a seguir mostram a distribuição do número de habitantes nos municípios envolvidos no Programa, divididos por estado.



**Gráfico 20.** Estado do Ceará: número de habitantes nos município abrangidos pelo programa (Fonte: IBGE, 2007).

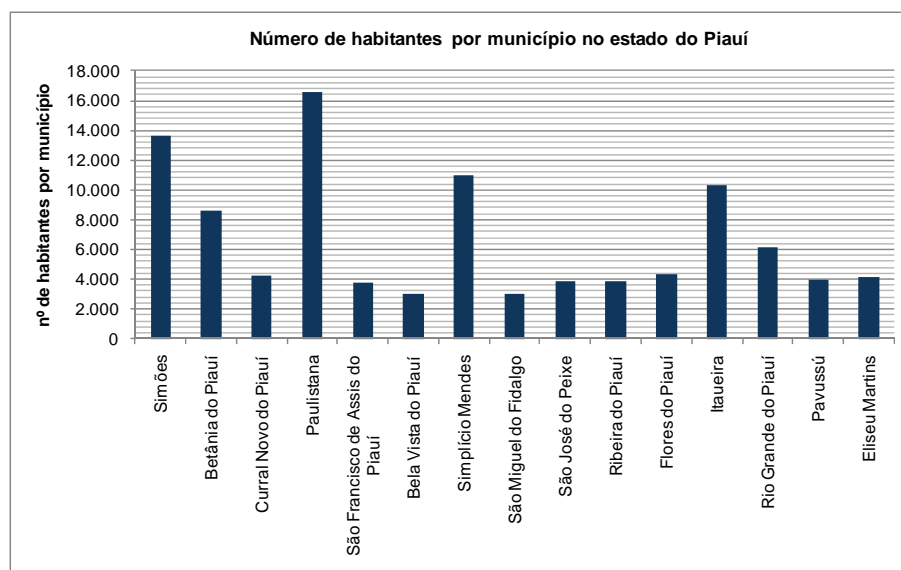
No Ceará observamos uma sensível tendência ao aumento populacional conforme partimos do limite sul do estado, em Penaforte, em direção ao litoral. Caucaia desponta com a maior população: superior à 250 mil habitantes. Seguem-se quatro municípios com população acima da faixa dos 50 mil habitantes: Iguatu, Quixeramobim, Quixadá e Maranguape. O restante dos municípios possuem população inferior a 50 mil habitantes. E, finalmente, os menores municípios são Jati, Penaforte e Abaiara, com menos de 10 mil habitantes.

Em Pernambuco não é perceptível uma tendência de aumento populacional no sentido interior para o litoral, pois os municípios apresentam portes variados ao longo de todo o eixo. Com atenção, percebemos que existem picos populacionais em determinados pontos, provavelmente fruto do processo de interiorização e regionalização da economia. Araripina e Serra Talhada são os maiores municípios, com mais de 70.000 habitantes, e estão localizadas no interior do estado. Dentro da perspectiva da regionalização, tais municípios podem ser considerados centros regionais exercendo influência sobre os vizinhos. Além disso, temos cidades com mais de 50.000 habitantes, a saber: Salgueiro, Ouricuri, Arcoverde, Pesqueira, no sertão; Escada e Ipojuca, na zona da mata. As demais cidades oscilam entre 50.000 e 10.000 habitantes, sendo as menores cidades – abaixo de 10.000 habitantes – Terra Nova, Verdejante e Calumbi.



**Gráfico 21.** Estado de Pernambuco: número de habitantes nos municípios abrangidos pelo programa (Fonte: IBGE, 2007).

No estado do Piauí o maior município ao longo do eixo da Ferrovia alcança a marca dos 16 mil habitantes, o que implica um conjunto de municípios de pequeno porte nesse estado. Destacamos que dos quinze municípios que compõem a amostra, apenas quatro possuem mais de 10.000 habitantes, são eles: Simões, Paulistana, Simplício Mendes e Itaueira. Os demais municípios do trecho da Ferrovia no Piauí estão abaixo desta marca.



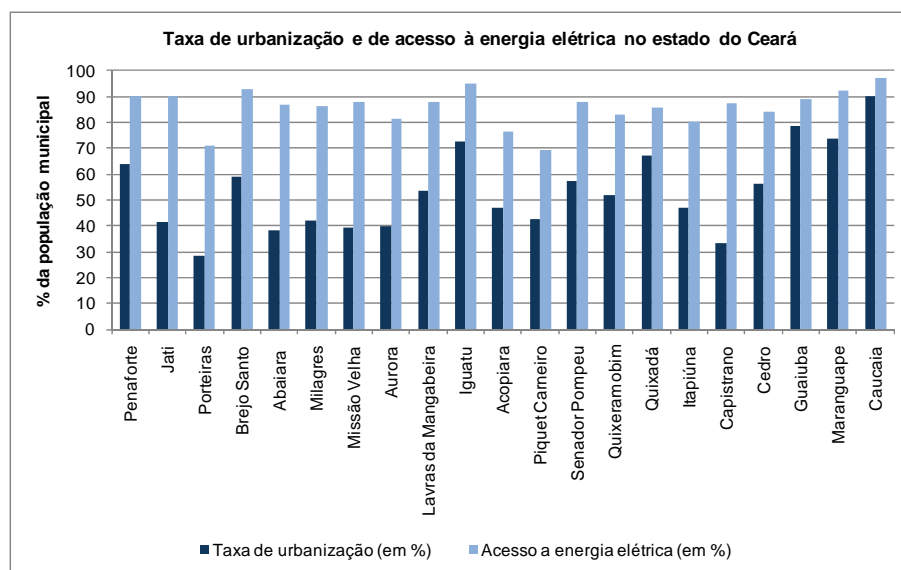
**Gráfico 22.** Estado do Piauí: número de habitantes nos município abrangidos pelo programa (Fonte: IBGE, 2007).

O número de habitantes aponta que, apesar do tamanho variado, temos padrões: no Ceará os municípios aumentam em quesitos populacionais no sentido sul - norte, que é também o sentido interior - faixa litorânea. No Pernambuco existe uma dinâmica mais solidificada de microrregiões ao longo de todo o eixo da Ferrovia. E no Piauí todas as cidades são de pequeno porte, com uma ligeira tendência a aumentarem no sentido oeste.

Agora, passemos dos valores brutos da contagem do número de habitantes para os indicadores que apontam como vivem essas populações. Começaremos examinando o percentual de habitantes vivendo em meio urbano.

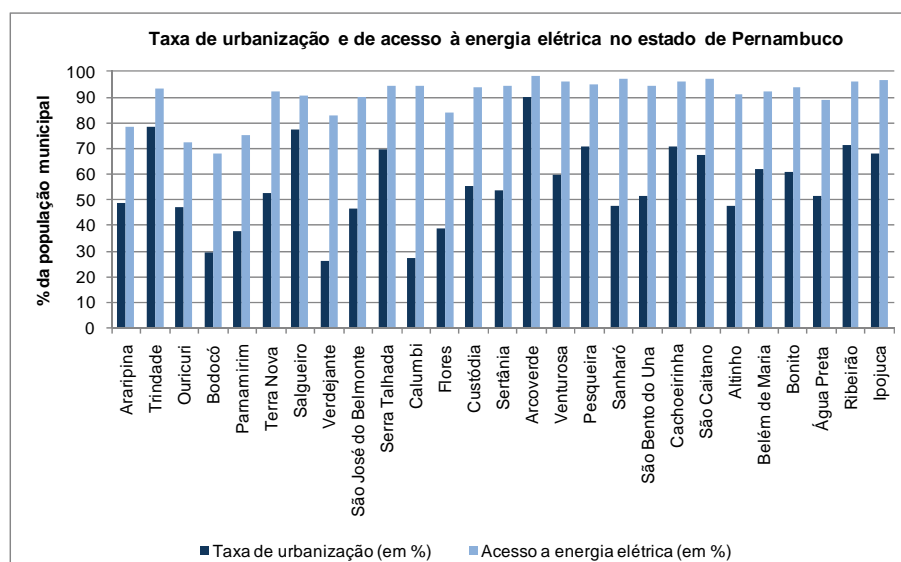
A taxa urbanização está invariavelmente associada ao crescimento econômico, por vezes relacionada a um processo de regionalização da economia, com a formação de centros regionais que criam uma dinâmica própria com os municípios do entorno. Esta taxa também pode significar maiores investimentos na infraestrutura pública para educação, saúde e habitação, já que estas estruturas não estão consolidadas no meio rural no cenário brasileiro em geral (DIEESE, 2008). No entanto, o aumento da taxa de urbanização não implica necessariamente em melhoria das condições de vida da população.

Optamos por apresentar a taxa de urbanização em gráficos, acompanhada do percentual de domicílios com acesso à energia elétrica. O acesso à energia elétrica é dos indicadores que compõe os serviços básicos de habitação, como o acesso à água encanada e a coleta de lixo. Podemos observar a taxa de urbanização dos municípios cearenses segundo o eixo da Nova Transnordestina no gráfico a seguir.



**Gráfico 23.** Estado do Ceará: taxa de urbanização e acesso à energia elétrica ( Fonte: DIEESE, 2008).

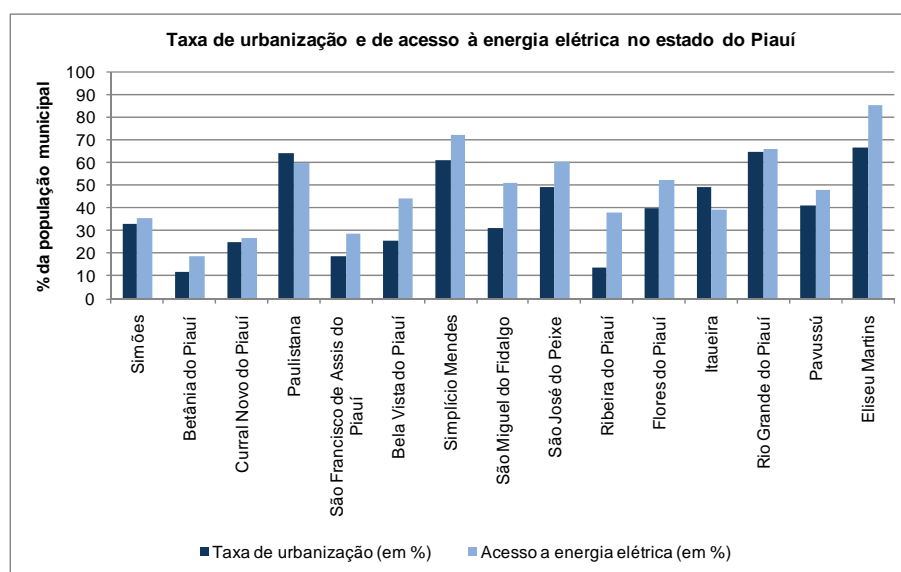
Notamos que dez municípios possuem taxa de urbanização abaixo de 50%. Os municípios restantes possuem taxas superiores a esta marca. Um município cearense se destaca dentre os demais da Transnordestina: Caucaia possui a maior taxa de urbanização [90,26%], bem como o maior em população, como já vimos anteriormente. À medida que decresce a taxa de urbanização, o acesso à energia elétrica tende a diminuir, principalmente de Caucaia a Piquet Carneiro.



**Gráfico 24.** Estado de Pernambuco: taxa de urbanização e acesso à energia elétrica ( Fonte: DIEESE, 2008).

Com relação a Pernambuco, observamos que, conforme nos aproximamos do litoral, temos uma ligeira tendência de aumento de taxa de urbanização, com exceção dos municípios do interior muito urbanizados: Trindade, Salgueiro e Serra Talhada. Além disso,

de 27 municípios, dez possuem urbanização inferior a 50. Já a relação entre urbanização e infraestrutura para energia elétrica é claramente percebida para o caso de Pernambuco.



**Gráfico 25.** Estado do Piauí: taxa de urbanização e acesso à energia elétrica (Fonte: DIEESE, 2008).

No gráfico acima, podemos observar a taxa de urbanização dos municípios piauienses. A taxa de urbanização varia muito ao longo do eixo da Ferrovia que se estende pelo Piauí. Observamos que a maioria dos municípios possui uma taxa inferior a 50%. O que implica na maioria da população vivendo na zona rural e as principais atividades econômicas dos municípios gravitarem em torno do meio rural. Dos 15 municípios, 11 estão abaixo dessa marca, e quatro possuem taxa de urbanização entre 50% e 70%. Nos municípios piauienses, as curvas de taxa de urbanização e acesso à energia elétrica estão muito próximas.

No que concerne ao acesso à internet, temos um acesso limitado no território patrimonial. Para os estados abrangidos pelo Programa, a porcentagem de pessoas que não acessam a internet é de: 86,4% em Pernambuco; 87,1% no Ceará e 89,6% no Piauí (IBGE, 2005).

Dado que boa parte da população que este Programa visa a atingir está na zona rural, tratemos doravante das condições de vida do homem no campo. O programa pretende desenvolver estratégias devotadas ao uso qualificado dos recursos arqueológicos pelas comunidades locais, o que nos leva a buscar as especificidades da vida no meio rural, acessando a linguagem, símbolos, valores e conflitos dos nossos interlocutores.

Segundo o DIEESE (2008), em 2006, o nordeste era a região do Brasil com a maior porcentagem de pessoas vivendo no campo: 28,6%. Quanto à estrutura domiciliar, o



nordeste é junto com o norte, a região com maior média de pessoas residindo em domicílios na zona rural: 4,1 pessoas.

O ponto de partida da nossa investigação foi saber de que se ocupam as pessoas no campo. Quase 80% da população nordestina que vive no campo sobrevive do meio agrícola ou pecuário. Das atividades mais desenvolvidas na zona rural nordestina temos em primeiro lugar a lavoura temporária, ou seja, o plantio de culturas de curta duração como o algodão. Em segundo, a lavoura permanente, com cultivos de longa duração, como o cacau e a banana. E em terceiro lugar está a pecuária como atividade mais desenvolvida na zona rural nordestina. Ocorrem, ainda, a silvicultura e o apiário, porém proporcionalmente às três citadas anteriormente, em uma escala pouco perceptível.

Passamos para a próxima questão: quais seriam as condições de trabalho neste meio rural nordestino, com parcela significativa da população sobrevivendo de lavoura e pecuária? Em primeiro lugar, na zona rural nordestina, como ocorre em geral no Brasil, existem duas maneiras de vínculo trabalhista: a economia familiar e o patronal. A agricultura familiar é bem expressiva no nordeste. Nas culturas da mandioca, feijão e fumo, a agricultura familiar chega a suplantar a produtividade da patronal. Também na pecuária a forma familiar produz acima da outra na produção de leite e na criação de suínos (DIEESE, 2008).

Apesar do número significativo de agricultores, o nordeste é a região brasileira em que o trabalhador rural possui os menores rendimentos médios mensais em relação ao restante do país. O que agrava a recorrente disparidade de rendimento entre o trabalhador da zona urbana e o trabalhador da zona rural: R\$ 424,00 para o urbano, e R\$ 179,00 para o campo (DIEESE, 2008, dados de set/06.).

Quanto ao trabalho infantil, no nordeste 17% do total de crianças estão ocupadas na zona rural, sendo que quando vamos para o meio urbano essa taxa cai para 4,9% - ainda assim esta é a maior taxa do Brasil. No nordeste, a proporção de crianças que inicia vida produtiva até a idade de nove anos é alta. Com a faixa etária de até 17 anos, temos quase a totalidade dos jovens já trabalhando, isto para ambos os sexos.

Outro ponto que não pode ser ignorado sobre as condições de vida da população no campo é a divisão do trabalho segundo o gênero. Em 2006, das mulheres ocupadas em atividades agrícolas, 80,7% não possuíam rendimento, 8,6% possuem rendimento de até meio salário mínimo e o restante [4,6%] possuía rendimento superior a este. Comparando esse último dado, para os homens que não possuem rendimento o valor é de 27,0% e, com relação aos outros números, os homens sempre têm índices superiores aos das mulheres em todas as outras faixas salariais (DIEESE, 2008).

Quanto à estrutura fundiária do nordeste, temos a maior área percentual de terras produtivas não utilizadas, em 2006 o valor era de 11%, enquanto a média do Brasil era de 4,6%. As regiões norte e nordeste são conhecidas pela recorrência da violência contra a pessoa no campo decorrente do conflito de terras, o que inclui assassinatos, ameaças de morte, torturas, agressões e prisões. Além disso, há a violência contra a ocupação e posse de terras, que significam famílias ameaçadas, expulsas, despejadas; casas e roças destruídas; bens destruídos e pistolagem.

Quanto à reforma agrária, o nordeste é a região com maior atividade, em 2007, 7.437 famílias foram atendidas pelo crédito fundiário, o que significa 150.577 hectares de áreas adquiridas, representando mais da metade de áreas obtidas nessas condições no Brasil (DIEESE, 2008). O nordeste possui a maior porcentagem [42,9%] de pessoas assentadas que frequentam a escola, em relação às demais regiões brasileiras. Parte significativa destas escolas é de responsabilidade municipal.

O nordeste também possui a maior taxa de conflitos pela água: 27,6% do total de conflitos do país. Em 2007 o estado do Pernambuco representou o maior número de ocorrências [7], seguido do Ceará [4] e do Piauí [3] (DIEESE, 2008).

A existência de trabalho escravo<sup>149</sup> pode ser vista com frequência nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE<sup>150</sup>. Em 2008, de apenas quatro fazendas fiscalizadas no estado de Pernambuco, foram resgatados 309 trabalhadores. No Ceará de duas fazendas fiscalizadas saíram 192 trabalhadores nessa condição. E no Piauí de sete fazendas foram resgatados 129 trabalhadores. Em 2009, de uma fazenda fiscalizada no Ceará foram resgatados 20 trabalhadores; no Pernambuco de dez fazendas foram resgatados 419 trabalhadores; do Piauí não há dados disponíveis para esse período. (IBGE, 2008-2009).

Há a presença de comunidades quilombolas ao longo deste território. Segundo dados do DIEESE, em 2006, o Ceará possuía 84 comunidades quilombolas, o Piauí 116 e o Pernambuco 103. Também existe a questão das terras indígenas, o estado de Pernambuco é o que possui o maior número de terras indígenas e terras em processo de regularização, seguido do Ceará. Entretanto, no Piauí não há nenhuma terra indígena registrada. Destacam-se as terras indígenas **Xucuru**, no município de Pesqueira e a terra **Atikum** no

---

<sup>149</sup> Trabalho escravo refere-se ao trabalhador encontrado em situação análoga a de escravo incurso em uma ou mais hipóteses do artigo 149 do Código Penal. São elas: trabalho forçado, servidão por dívida, jornada exaustiva e/ou trabalho degradante. Fonte: Relatórios específicos para erradicação do trabalho escravo (MTE, 2009).

<sup>150</sup> Além dos dados publicados pelo MTE acerca da violência contra a pessoa no campo, conflitos pela terra e pela água, a Comissão da Pastoral da Terra - publica anualmente o Caderno Conflitos como forma de registro destas questões. A publicação contém tabelas com dados desses conflitos, que envolvem o trabalhador do campo, a questão da mulher, o trabalho infantil e as comunidades quilombolas (CPT, 2010).

município de Salgueiro, ambas no estado do Pernambuco, e a terras indígenas **Tapeba** e **Anacé**, nos municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, no Ceará.

Passemos agora para a questão da educação formal ao longo do território patrimonial. A seleção de elementos para avaliar a educação ao longo do território patrimonial do Programa foi árdua por dois motivos: primeiro, o que as estatísticas da educação formal têm a dizer sobre os conhecimentos de comunidades extremamente diversificadas? Segundo, partindo do pressuposto de que a educação formal é elemento de desenvolvimento socioeconômico, quais seriam estas taxas? Por fim, optamos pela taxa de analfabetismo entre a população adulta por nos fornecer parte significativa da pirâmide etária e da população economicamente ativa. A seguir apresentamos o índice de analfabetismo associado ao índice de pobreza. O índice de analfabetismo entre a população adulta se refere à porcentagem das pessoas acima dos 25 anos de idade consideradas analfabetas, cujo critério é não conseguir ler ou escrever uma sentença simples. O índice de pobreza é medido pela porcentagem de pessoas em famílias com renda *per capita* mensal inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo.

Em relação à pobreza e ao analfabetismo, observamos que indicadores tendem a serem proporcionais. Nos municípios do Ceará temos uma média de 40% de taxa de analfabetismo, associada a uma média de 67% de pobres. Nos municípios de Pernambuco existem valores médios semelhantes: 41% de taxa de analfabetismo e 65% de pobres. No Piauí a média de analfabetos é de 45% e a proporção de pobres é de 75%, sendo esse último índice marcadamente superior aos demais estados. No território patrimonial como um todo o melhor índice de analfabetismo está no município de Caucaia – Ceará, com 21 % e o pior índice em Betânia do Piauí com 54% de analfabetos. No que tange à proporção de pobres o município de Arcoverde, em Pernambuco, teve o melhor índice: 47%. Mais uma vez é Betânia do Piauí que teve o pior índice: 88% de pobres.

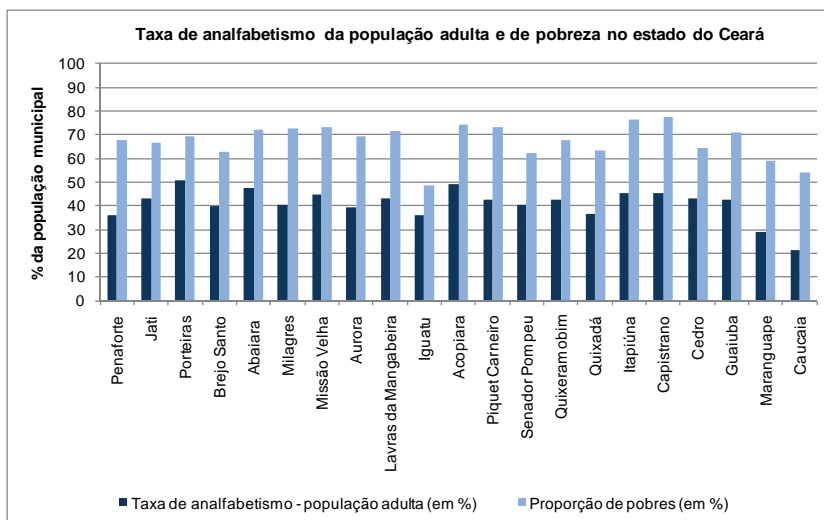


Gráfico 26. Estado do Ceará: analfabetismo em comparação com a pobreza (Fonte: DIEESE, 2008).

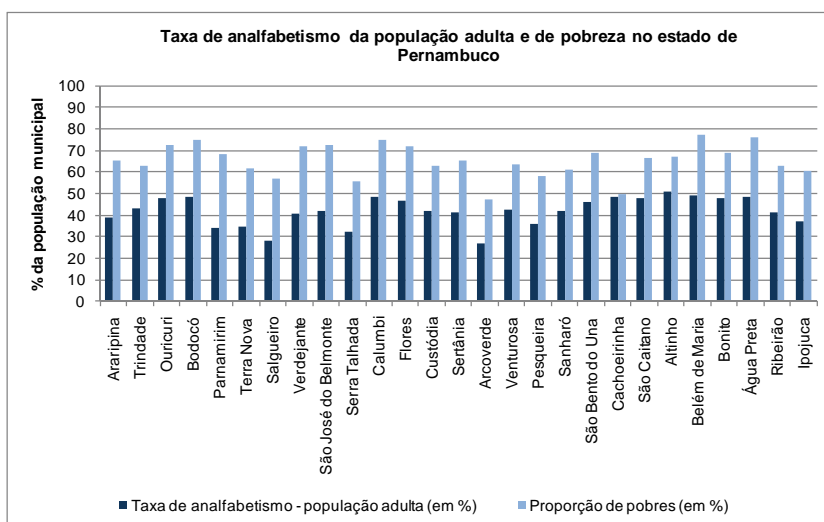


Gráfico 27. Estado de Pernambuco: analfabetismo em comparação com a pobreza (Fonte: DIEESE, 2008).

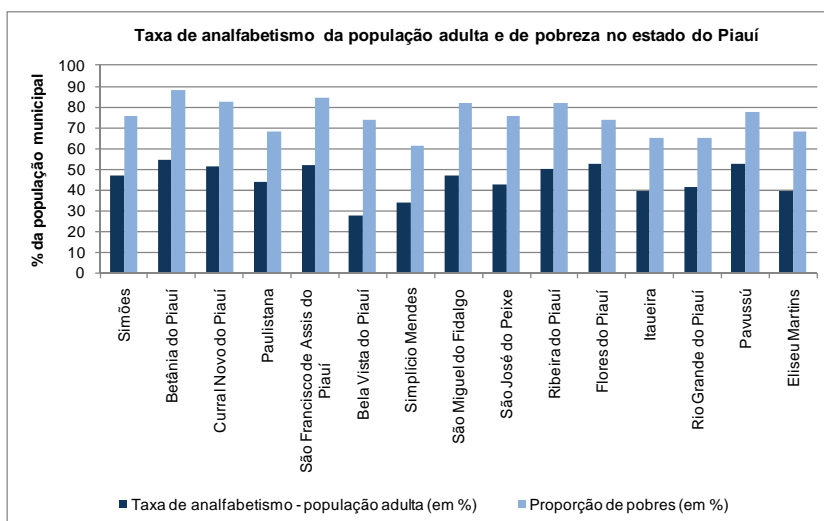


Gráfico 28. Estado do Piauí: analfabetismo em comparação com a pobreza (Fonte: DIEESE, 2008).

Diante desse quadro temos de sublinhar que o analfabetismo é uma realidade a ser superada, mas que de modo algum significa a inexistência de uma ampla rede de conhecimentos. Nesse sentido, a oralidade é um elemento marcante na transmissão de ideias e conhecimentos no território patrimonial em epígrafe. Os saberes desta população circulam por meio de formas como gravuras, repentes, músicas e lendas; e menos por meio de livros, jornais, internet. O rádio e os carros de som<sup>151</sup> são meios de comunicação importantes e além deles a televisão - que não é um meio de divulgação local, mas traz notícias e aspectos culturais de outros lugares.

O analfabetismo, a escassez de serviços básicos, a pobreza agravada pela estrutura fundiária do campo nos levam a uma questão fundamental no escopo de problemas sociais: a distribuição da riqueza. O norte e o nordeste são as regiões que apresentam os casos mais alarmantes quanto ao aumento da concentração de renda, conforme análise do índice GINI no Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2000)<sup>152</sup>.

O conjunto de problemas socioeconômicos apontados culmina em um intenso processo de migração para outras regiões do país. São frequentes também as migrações de transumância, com a saída na seca e volta no período de chuva. Essas pessoas acabam, muitas vezes, ocupando vagas no chamado subemprego ou mesmo indo para o mercado informal nas grandes cidades. A população nordestina tem sido colocada como reserva de mão de obra para regiões com aquecimento econômico<sup>153</sup>. Os altos índices de migração resultam também em vulnerabilidade social<sup>154</sup>.

“Atualmente, os fluxos migratórios na região se originam no campo, ou em pequenas cidades, e seguem em direção aos centros urbanos regionais com maior expressão econômica. A partir destes pontos regionais novos fluxos seguem em direção às capitais de Estados. Destas partem, por sua vez, fluxos distintos com destino aos principais centros metropolitanos do país. Porém estes trajetos muitas vezes se cruzam. Não existe, na atualidade, uma só tendência migratória, como se pôde assistir em períodos anteriores, não muito distantes em nossa história. Identificam-se fluxos do campo para o campo, da cidade para a cidade, de metrópoles para metrópoles, da metrópole para o campo, não existe atualmente um claro destino final para os movimentos migratórios no Brasil e estes são bastante heterogêneos e múltiplos, motivados por realidades distintas” (Zanettini Arqueologia, 2010).

---

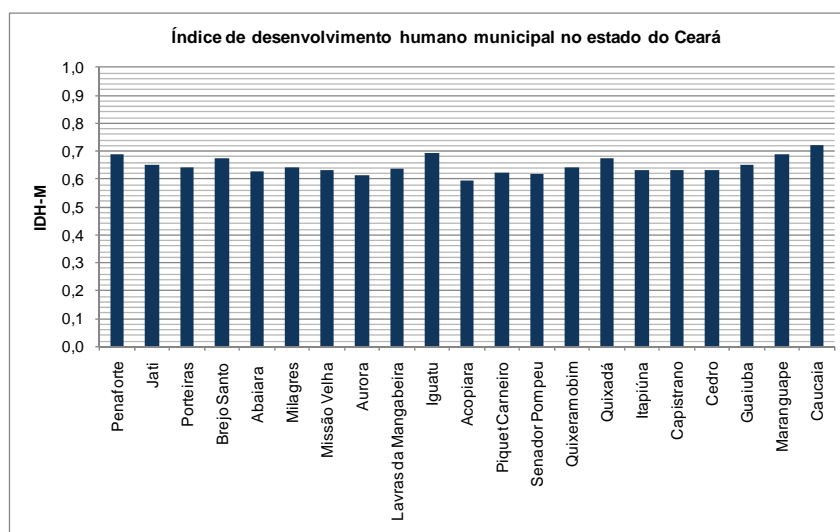
<sup>151</sup> São comuns na região carros com equipamentos de som que divulgam informações de falecimentos, nascimentos, casamentos, entre outros, além de propagandas do comércio local.

<sup>152</sup> O índice de Gini é o coeficiente em porcentagem que mede a desigualdade de riqueza em um local determinado. Quanto mais próximo de um o índice aponta a desigualdade, enquanto o zero representaria uma divisão dos bens totalmente igualitária. Segundo o ranking mundial do índice de Gini, o Brasil está entre os países com maior a concentração de renda do mundo.

<sup>153</sup> A pastoral dos migrantes fornece acolhimento a essa população em várias partes do Brasil. Como a instituição pratica este trabalho desde longa data, possui informações muito relevantes acerca da migração. O site institucional disponibiliza artigos acerca da questão migratória. (SPM, 2010)

<sup>154</sup> São elementos de vulnerabilidade social os percentuais de: pessoas com 65 anos ou mais de idade morando sozinhas; mulheres chefes de família sem conjuge e com filhos menores de 15 anos; mulheres de 10 a 14 anos com filhos; mulheres de 15 a 17 anos com filhos; crianças de 10 a 14 anos que trabalham; e crianças pobres. No nordeste, os percentuais de vulnerabilidade social estão muitas vezes acima da média nacional (PNUD, 2000).

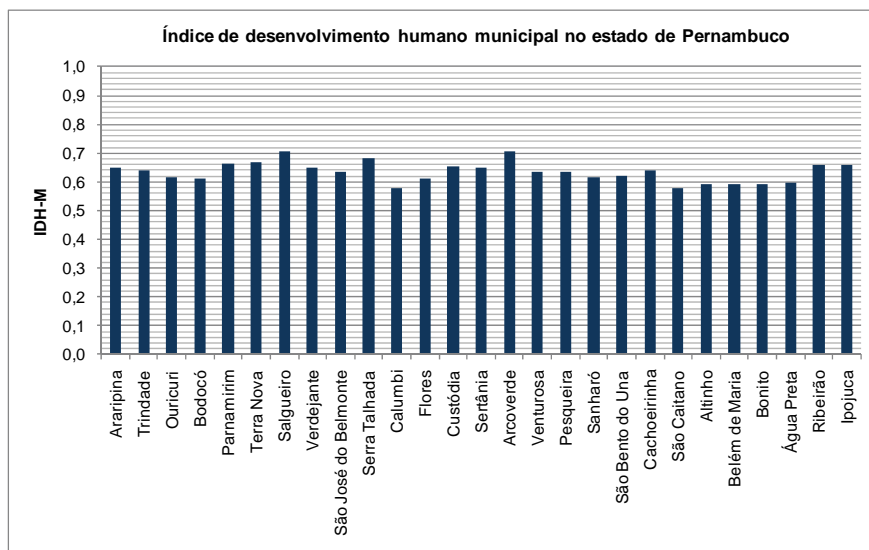
O contexto socioeconômico tem como importante indicador o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, que mede as condições de vida da população em termos de desenvolvimento humano. O índice é publicado juntamente com os Relatórios de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD<sup>155</sup>. O PNUD publica também o IDH-M dos 5.507 municípios do Brasil, com base no IDH-M educação, o IDH-M longevidade e o IDH-M renda.<sup>156</sup> A seguir apresentamos o IDH dos municípios que compõe o território patrimonial.



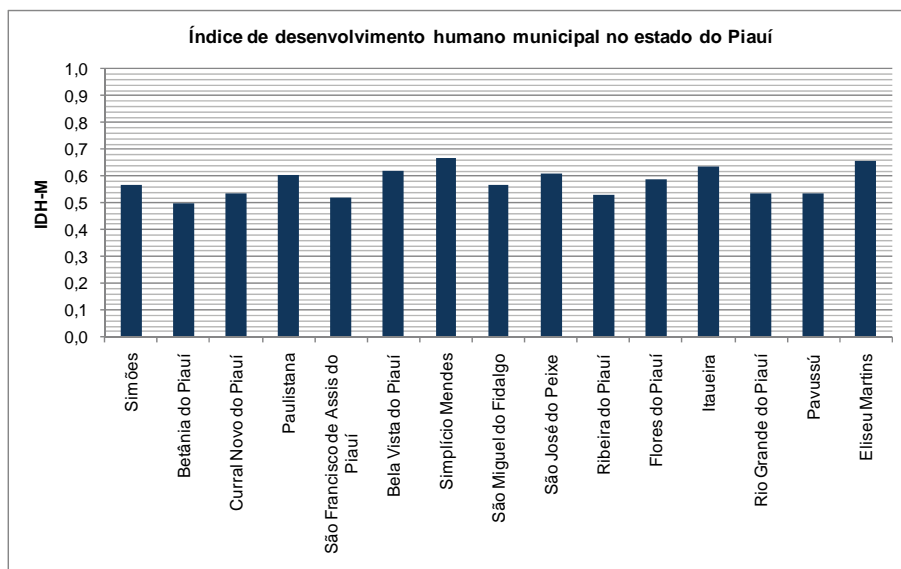
**Gráfico 29.** Estado do Ceará: IDH dos municípios abrangidos pelo programa (Fonte: PNUD, 2000).

<sup>155</sup> O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – é um braço da Organização das Nações Unidas – ONU – que, com base nos dados censitários de cada país, calcula o índice de desenvolvimento humano – IDH, e os indicadores sociais a ele relacionados. O IDH conta com a participação da maioria dos países do mundo, que são colocados em um ranking anualmente.

<sup>156</sup> O fator renda dos municípios é calculado medindo o PIB *per capita* do município, mas corrigido pela metodologia da paridade poder de compra [PPC] para que exista equivalência entre os municípios. O IDH educação é medido pela taxa de alfabetização de adultos combinada com a taxa dos três níveis de estudo: fundamental, médio e superior. Já o IDH longevidade é baseado na esperança de vida ao nascer, que mede a evolução do acesso à saúde no local.



**Gráfico 30.** Estado de Pernambuco: IDH dos municípios abrangidos pelo programa (Fonte: PNUD, 2000).



**Gráfico 31.** Estado do Piauí: IDH dos municípios abrangidos pelo programa (Fonte: PNUD, 2000).



**Quadro 27.** Dados referentes aos municípios do estado do Ceará abrangidos pelo Programa (Fonte: IBGE; PNUD, DIEESE).

Município	Número de habitantes	Taxa de urbanização (em %)	Acesso a energia elétrica (em %)	Taxa de analfabetismo - população adulta (em %)	Proporção de pobres (em %)	IDH-M	Nº de sítios cadastrados na Ferrovia Transnordestina <sup>157</sup>	Nº de sítios previamente cadastrados no IPHAN
Penaforte	7017	63,8	90,0	36,3	67,5	0,687	3	0
Jati	7265	41,5	90,0	43,4	66,6	0,653	8	0
Porteiras	15658	28,6	70,8	50,7	69,4	0,644	8	0
Brejo Santo	38484	58,9	92,7	40,1	62,9	0,673	8	0
Abaiara	8385	38,3	86,8	47,8	71,9	0,627	16	0
Milagres	26959	41,9	86,4	40,4	72,8	0,641	7	5
Missão Velha	32586	39,2	88,2	44,8	73,1	0,631	3	1
Aurora	25207	40,0	81,6	39,2	69,6	0,613	2	0
Lavras da Mangabeira	31203	53,6	88,0	43,4	71,5	0,636	3	0
Iguatu	85615	72,8	95,2	36,2	48,6	0,692	5	0
Acopiara	47137	47,2	76,3	49,2	74,4	0,597	2	0
Piquet Carneiro	13131	42,5	69,2	42,8	73,3	0,622	2	0
Senador Pompeu	27225	57,6	88,2	40,4	62,3	0,618	1	0
Quixeramobim	59235	51,7	83,3	42,8	67,6	0,64	6	11
Quixadá	69654	67,3	86,0	36,8	63,5	0,673	4	6
Itapiúna	16276	47,2	80,3	45,4	76,4	0,633	2	0
Capistrano	15830	33,2	87,4	45,6	77,8	0,631	1	0
Cedro	24062	56,1	84,3	43,0	64,7	0,634	1	0
Guaiuba	19884	78,5	89,2	42,4	71,3	0,652	1	0
Maranguape	88135	74,1	92,2	28,8	59,2	0,691	2	1
Caucaia	250479	90,3	97,4	21,4	54,1	0,721	9	1

<sup>157</sup> Dados de Junho de 2010. Durante o segundo semestre de 2010 novos sítios tem sido identificados, totalizando os 438 sítios mencionados no início do capítulo. A distribuição dos sítios no território em tela [municípios], bem como sua caracterização, encontra-se em desenvolvimento. Não obstante o total indicado nos quadros 27, 28 e 29 já consiste em um 'termômetro' para as questões aqui pontuadas. Observar que a grande maioria dos municípios não possuía sítios arqueológicos cadastrados até o início desse programa.

**Quadro 28.** Dados referentes aos municípios do estado de Pernambuco abrangidos pelo Programa (Fonte: IBGE; PNUD, DIEESE).

Município	Número de habitantes	Taxa de urbanização (em %)	Acesso a energia elétrica (em %)	Taxa de analfabetismo - população adulta (em %)	Proporção de pobres (em %)	IDH-M	Nº de sítios cadastrados na Ferrovia Transnordestina	Nº de sítios previamente cadastrados no IPHAN
Araripina	70898	48,9	78,3	38,9	65,4	0,65	2	2
Trindade	21930	78,4	93,2	42,8	63,2	0,641	2	0
Ouricuri	56733	46,9	72,2	48,2	72,8	0,614	14	1
Bodocó	31731	29,3	67,8	48,8	75,2	0,611	5	0
Parnamirim	19289	38,0	75,1	34,3	68,3	0,665	11	0
Terra Nova	7518	52,8	92,3	34,7	61,5	0,666	4	0
Salgueiro	51571	77,4	90,8	28,1	57,2	0,708	16	11
Verdejante	8846	26,0	83,1	40,8	72,1	0,65	15	0
São José do Belmonte	31652	46,6	90,2	41,9	72,5	0,635	5	0
Serra Talhada	70912	69,7	94,5	32,5	55,5	0,682	12	0
Calumbi	7079	27,0	94,4	48,6	75,0	0,58	4	0
Flores	20823	39,1	83,8	46,7	71,8	0,613	4	0
Custódia	29969	55,5	93,7	42,1	62,7	0,653	4	0
Sertânia	31657	53,9	94,4	41,3	65,4	0,648	11	1
Arcoverde	61600	89,8	98,5	26,9	47,4	0,708	1	0
Venturosa	13462	59,8	95,9	42,6	63,5	0,633	1	8
Pesqueira	57721	71,0	95,2	35,6	58,3	0,636	7	0
Sanharó	15879	47,9	97,4	41,9	61,3	0,618	1	0
São Bento do Una	45360	51,4	94,5	46,2	68,9	0,623	2	1
Cachoeirinha	17042	70,9	96,1	48,4	49,5	0,642	4	0
São Caitano	33426	67,3	97,4	47,9	66,5	0,58	1	3
Altinho	22131	47,6	91,1	51,0	67,0	0,59	5	0
Belém de Maria	10626	61,8	92,3	48,9	77,1	0,59	1	0
Bonito	37750	60,9	93,9	47,8	69,1	0,593	5	0
Água Preta	28531	51,6	89,0	48,7	76,4	0,597	2	2
Ribeirão	41449	71,5	96,2	41,2	62,8	0,658	3	1
Ipojuca	59281	68,0	96,4	37,0	60,4	0,658	3	7

**Quadro 29.** Dados referentes aos municípios do estado do Piauí abrangidos pelo Programa (Fonte: IBGE; PNUD, DIEESE).

Município	Número de habitantes	Taxa de urbanização (em %)	Acesso a energia elétrica (em %)	Taxa de analfabetismo - população adulta (em %)	Proporção de pobres (em %)	IDH-M	Nº de sítios cadastrados na Ferrovia Transnordestina	Nº de sítios previamente cadastrados no IPHAN
Simões	13621	33,4	35,5	47,0	75,4	0,565	6	0
Betânia do Piauí	8640	11,9	18,9	54,3	88,3	0,497	8	0
Curral Novo do Piauí	4220	24,9	27,0	51,3	82,5	0,538	7	0
Paulistana	16529	64,1	59,9	44,1	68,2	0,605	5	0
São Francisco de Assis do Piauí	3806	18,5	28,9	51,8	84,2	0,52	2	0
Bela Vista do Piauí	2963	25,6	44,0	27,6	73,9	0,62	4	0
Simplício Mendes	10966	60,9	72,4	34,0	61,1	0,67	11	1
São Miguel do Fidalgo	2991	31,2	51,0	47,0	81,7	0,566	10	0
São José do Peixe	3825	49,4	60,7	42,5	75,9	0,609	5	0
Ribeira do Piauí	3879	13,5	37,9	50,4	81,7	0,53	5	0
Flores do Piauí	4372	40,1	52,6	52,6	73,6	0,59	5	0
Itaueira	10347	49,5	39,6	39,6	64,8	0,637	1	0
Rio Grande do Piauí	6131	64,7	65,8	41,3	64,8	0,538	12	0
Pavussú	3973	41,1	47,8	52,8	77,6	0,538	2	0
Eliseu Martins	4188	66,9	85,5	39,6	68,1	0,655	2	0

Os índices de desenvolvimento humano nos municípios do Ceará apresentaram uma média de 0,648, do Pernambuco uma média de 0,634 e no Piauí 0,578. No Ceará o melhor índice está em Caucaia e o pior em Acopiara. No estado de Pernambuco o melhor índice está em Arcoverde e o pior em São Caitano. Cabe lembrar que o município de Arcoverde foi o que apresentou o menor índice de pobreza de todo o eixo da Ferrovia. No Piauí, estado com os menores índices de IDH do Brasil, o melhor índice está em Simplício Mendes e o pior em Betânia do Piauí, cidade que apresentou os maiores índices de analfabetismo e pobreza do território patrimonial em pauta. Esses fatores apontam que os indicadores em epígrafe estão inter-relacionados.

Não obstante, detectamos que não há uma estabilidade, como julga o senso comum, a respeito das condições de vida no sertão. Percebemos sim, situações muito díspares, municípios com um IDH elevado mesmo no interior e/ou de pequeno porte, ao lado de municípios em condições que beiram o baixo desenvolvimento humano.

Passemos aos dados referentes às referências culturais e patrimoniais do território em tela.

#### 4.3.2. Referências Culturais

Da mesma forma que encontramos características bastante diversas no que concerne aos aspectos socioeconômicos ao longo desse grande *transect* que é a Ferrovia Transnordestina, também identificamos referências culturais distintas ao longo do território patrimonial em pauta. Não obstante, algumas indicações de aspectos culturais dos estados do Pernambuco, Piauí e Ceará, são apresentadas a seguir. Não em um esforço de síntese, impossível de ser feita em um espaço tão pequeno, e mais como um painel das possibilidades de interface com o programa de musealização proposto.

Primeiramente, é importante refletirmos sobre o conceito de **Nordeste**. O Movimento Regionalista, inaugurado na década de 1920, no Recife, tem papel importante no processo de construção de uma identidade nordestina, em contraponto ao sul do país. Quando pensamos em Nordeste do Brasil esquecemos que essa Região é uma construção recente. Em termos de divisão política, sua configuração atual faz alusão à década de 1990, embora os primeiros contornos de definição política da região remetam à década de 1940. Nesse sentido, a invenção do nordeste (Albuquerque Júnior, 1999) tem importantes mitos fundadores relacionados ao Movimento Regionalista.

Gilberto Freyre foi o grande protagonista desse Movimento, era no passado como tempo da cultura regional que estariam todas as matrizes que deveriam orientar as ações do presente, no âmbito do conceito de tempo trípico (Chagas, 2003).

Esse movimento representou uma reorganização dos intelectuais da região, reorganização esta que adotava uma postura ao mesmo tempo reivindicatória e saudosista. Nesse momento, a nostalgia remetia ao apogeu das elites agrárias nordestinas e motivava o clamor por um reequilíbrio de forças que compensasse o poderio perdido. Devemos lembrar que nesse período o eixo sul/sudeste do Brasil assumia definitivamente um protagonismo econômico e político no cenário nacional.

No Manifesto Regionalista – escrito em 1952 por Gilberto Freyre, calcado em pronunciamento no Congresso Regionalista de 1926 (Freire 1952/1976), temos uma síntese do ideário regionalista, onde fica clara essa intenção de reagrupamento de forças para ressuscitar valores do patriarcalismo açucareiro.

Freyre (1937) mencionava, por exemplo, no âmbito de uma cultura popular nordestina, as artes do bico e da renda, pelo processo dos bilros e das almofadas com espinhos de mandacaru, a louça de barro, os cachimbos, os tamancos, os cocos de beber água, os chapéus de palhas de Ouricuri, a boneca feita de sabugo de milho, o santo feito de pau de cajá, entre tantas outras expressões.



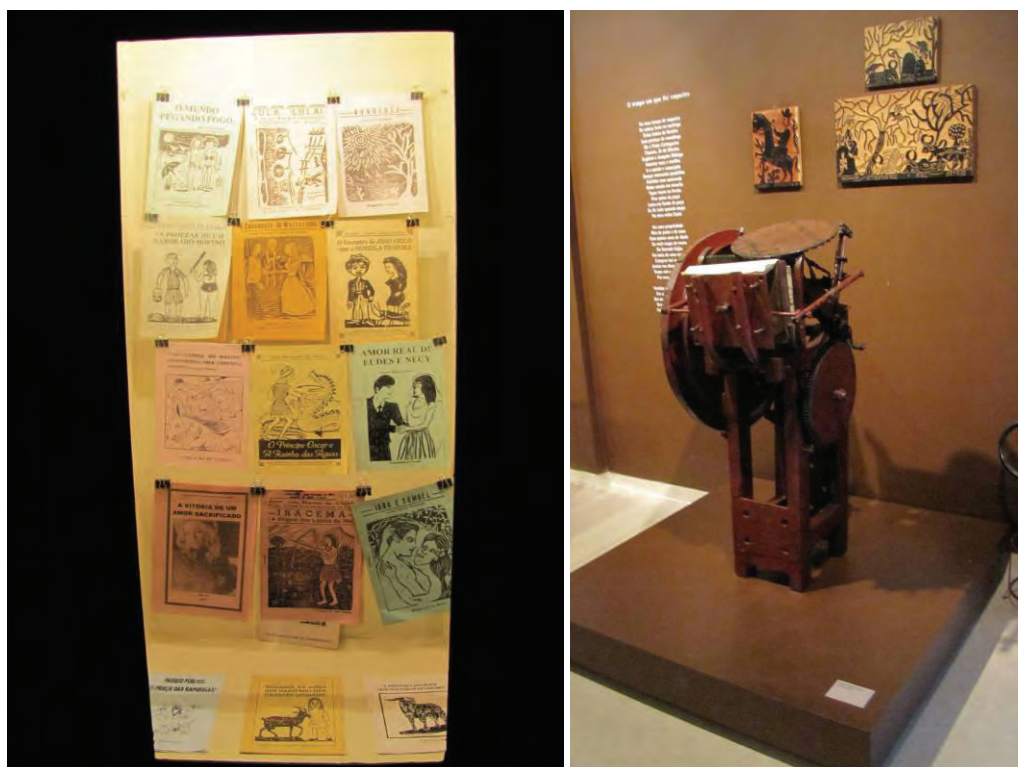
**Figura 130.** Costureira em atividade, elaborando um centro de mesa pela técnica da renda renascença. Serra Talhada, Pernambuco (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2010).

Como afirmou Durval M. de Albuquerque Junior (1999), o movimento regionalista, a produção literária do “romance de trinta”, e outras iniciativas, comporiam a gênese do discurso do nordeste, “recortado não só como unidade econômica, política ou geográfica, mas primordialmente como um campo de estudos e produção cultural, baseado numa pseudo-unidade cultural, geográfica e étnica” (Albuquerque Junior, 1999, p.23).

Dessa forma, as informações apresentadas a seguir não pretendem dar conta da tamanha diversidade cultural dessa imensa colcha de retalhos, mas sim apontar algumas das referências culturais que marcam a região.

A literatura nordestina tem dado contribuições para o cenário literário brasileiro, destacando-se nomes como Jorge Amado, José de Alencar, João Cabral de Melo Neto, Rachel de Queiroz, Clarice Lispector, Graciliano Ramos, Manuel Bandeira e Ariano Suassuna, dentre muitos outros.

O cordel constitui importante meio de comunicação, utilizando as bases da poesia oral numa forma particular de escrita. A literatura de cordel é um tipo de poesia popular, originalmente oral, e depois impressa em folhetos. São escritos em forma rimada e alguns poemas são ilustrados com xilogravuras, o mesmo estilo de gravura usado nas capas. Os autores, ou cordelistas, recitam esses versos de forma melodiosa e cadenciada, acompanhados de viola, como também fazem leituras ou declamações muito empolgadas e animadas para conquistar os possíveis compradores.



**Figuras 131 e 132.** Literatura de cordel musealizada no Museu do Ceará e máquina utilizada na produção das xilogravuras musealizada no Museu do Homem do Nordeste (Fonte: Arquivo Pessoal, Outubro de 2010).

As xilogravuras, presentes na literatura de cordel, ficaram conhecidas em todo o Brasil após a exposição que tiveram de artistas plásticos e escritores como Graciliano Ramos e Guimarães Rosa, que refletiram para o todo o Brasil.



**Figuras 133 e 134.** Diferentes xilogravuras que marcam o imaginário regional.

Musicalmente é muito presente o ritmo do forró, sendo seu grande expoente Luiz Gonzaga. Destacam-se ainda outros ritmos tais como coco, xaxado, samba de roda, baião,



xote e frevo. O movimento armorial do Recife<sup>158</sup>, inspirado por Ariano Suassuna, fez um trabalho erudito de valorização desta herança rítmica popular nordestina. Dentre os municípios abrangidos pelo projeto, Serra Talhada, em Pernambuco, por exemplo, nomeia-se como a capital do xaxado, que eles definem como o “ritmo de dança da época do cangaço”. Em Arcoverde é o coco a música mais popular. A sua forma musical é cantada, com acompanhamento de um ganzá ou pandeiro e da batida dos pés.



**Figura 135.** Trabalho em couro do Zé do Mestre, Salgueiro, Pernambuco. Artesão conhecido por ter feito chapéu e outras vestimentas para Luiz Gonzaga (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2010).



**Figura 136.** Grupo musical numa localidade de Serra Talhada, Pernambuco (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2010).

Outra tradição musical importante é o repente, uma improvisação poética acompanhada normalmente de pandeiro, que envolve dois ou mais repentistas. O cearense Patativa do Assaré é um dos artistas mais famosos do repente nordestino. Essa prática evidencia a importância da oralidade na construção das narrativas nessa região. Desse

---

<sup>158</sup> Esse movimento tem como objetivo criar uma arte erudita a partir de elementos da cultura popular do Nordeste Brasileiro. Tal movimento procura orientar para esse fim todas as formas de expressões artísticas: música, dança, literatura, artes plásticas, teatro, cinema, arquitetura, entre outras expressões.



modo, se, por um lado, as taxas de analfabetismo são indicadoras de um determinado contexto a ser superado, por outro lado, a promoção da educação e da linguagem escrita não deve subestimar a tradição oral da região, pelo contrário deve partir dela.

Outra expressão artística recorrente é a escultura em madeira, com uma expressiva produção de imagens sacras. Também é frequente a modelagem em barro, que representa as cenas cotidianas, a agricultura, a festa, as relações pessoais e sentimentais e, certamente, a religiosidade. Destacam-se de um modo geral os seguintes artistas populares: Vitalino, Nhô Caboclo, Zé Caboclo, Lídia Vieira, Zé Rodrigues, Porfírio Faustino, Louco, Benedito, J. Borges, Severino da Marinheira, Severino de Tracunhaém, Véio, Fernando da Ilha do Ferro, Aeraldo, Mestre Tonho, além de outros. O Piauí e o Pernambuco são terras de grandes santeiros como Mestre Nuca, Mestre Zezinho e Severina.



**Figuras 137 e 138.** Artesanato em barro, a peça da direita é do mestre Vitalino (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2010).



**Figura 139.** Cerâmica utilitária, também expressiva na região nordeste. Essas peças foram produzidas pela ceramista Corinha, na localidade Passagem de Pedra, em Missão Velha, Ceará (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2010).

Também são importantes os festejos ligados aos padroeiros das cidades, no âmbito da tradição cristã católica, cujo papel não pode ser menosprezado. Estes momentos

costumam reunir toda a sociedade em ruas e lugares públicos, sendo fundamentais na sociedade por reafirmarem os laços que unem os indivíduos que a compõem.

Figuras históricas como Lampião, Maria Bonita, Corisco e Sabino representam o cangaço<sup>159</sup> e animam uma série de referências da população. O cangaço é visto com respeito, a despeito da concordância ou discordância das pessoas em relação ao movimento. Encontramos em diversos municípios referências ao cangaço, sobretudo na região de Serra Talhada, no estado de Pernambuco.



**Figura 140.** Grupo “Cabras de Lampião” em Serra Talhada, Pernambuco (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2010).

Outra figura histórica muito importante é Antônio Conselheiro, também causador de controvérsias, foi importante líder do sertão baiano, em Canudos (Zanettini, 1988). Outro líder religioso é o Padre Cícero, que com uma representatividade grande no Ceará.

Como afirma Viana (2002, p.29), o estabelecimento das identidades culturais no nordeste brasileiro não foi garantido apenas por meio da produção historiográfica, para desempenhar essa função os objetos materiais foram tratados como um suporte importante, o que nos remete à importância da cultura material nesse processo. Esse fato aponta a importância dos espaços museológicos nessa discussão, passemos a uma análise preliminar dos museus ao longo do território patrimonial, assim como da realidade arqueológica.

---

<sup>159</sup> Cangaço foi um fenômeno ocorrido no nordeste brasileiro de meados do século XIX ao início do século XX. O cangaço tem suas origens em questões sociais e fundiárias do Nordeste brasileiro, caracterizando-se por ações violentas de grupos ou indivíduos isolados: assaltavam fazendas, sequestravam coronéis (grandes fazendeiros) e saqueavam comboios e armazéns

#### 4.3.3. *Panorama Museológico e Realidade Arqueológica*

O diagnóstico também visou à obtenção de informações a respeito dos equipamentos culturais dos municípios. No que concerne às instituições museológicas, de vital importância nesse programa, dentre os 63 municípios, apenas 11 possuem museus indicados no Cadastro Nacional de Museus.

O estado do Ceará é o que possui o maior número de instituições nos municípios envolvidos, um total de dez, distribuídos em Iguatu, Senador Pompeu, Quixeramobim, Quixadá, Capistrano – cada um com um museu cadastrado, Maranguape e Caucaia, com três e dois museus respectivamente. Dentre esses museus, temos a menção à existência de patrimônio arqueológico no museu de Iguatu.

O estado de Pernambuco tem um total de seis instituições nos municípios envolvidos, distribuídos nas cidades de Serra Talhada, Arcoverde, Pesqueira e São Caitano, sendo dois museus na primeira e na última cidade e um museu nas demais. Acervos arqueológicos são indicados apenas nos museus de São Caitano.

No Piauí não há museus registrados nas cidades envolvidas.

No que concerne à inserção das coleções e narrativas arqueológicas na memória social, existem duas instituições próximas ao eixo da Ferrovia Transnordestina que tem realizado ações devotadas a divulgação dos recursos.

A primeira, no sul do Piauí, é a Fundação Museu do Homem Americano, já mencionada ao longo dos capítulos anteriores. A existência dessa fundação possibilita a divulgação do patrimônio arqueológico em âmbito regional, assim, nos municípios inseridos no estado do Piauí constatamos o reconhecimento do patrimônio arqueológico e a realização constante de visitas escolares a essa instituição.

Outra iniciativa que deve ser destacada é a da Fundação Casa Grande que mantém o Memorial do Homem do Kariri, no município de Nova Olinda, no sul do Ceará. Essa instituição, também já mencionada nos capítulos anteriores, exerce atividades importantes de socialização do patrimônio arqueológico na região do Cariri Cearense.

Uma informação de especial interesse nesse nível de análise, fundamental no processo de seleção dos polos irradiadores do programa foi a configuração da **realidade arqueológica** local. Dentre os 63 municípios nos quais foram identificados sítios arqueológicos na área de influência da Ferrovia Transnordestina (Zanettini Arqueologia, junho de 2010), apenas 17 municípios apresentavam sítios cadastrados anteriormente, conforme apresentado nos gráficos a seguir:

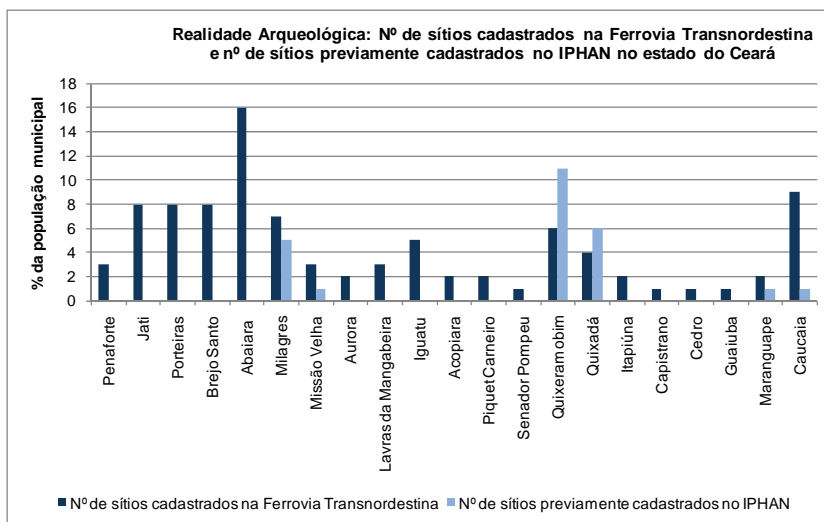


Gráfico 32. Estado do Ceará: patrimônio arqueológico cadastrado (Fonte: IPHAN, 2010).

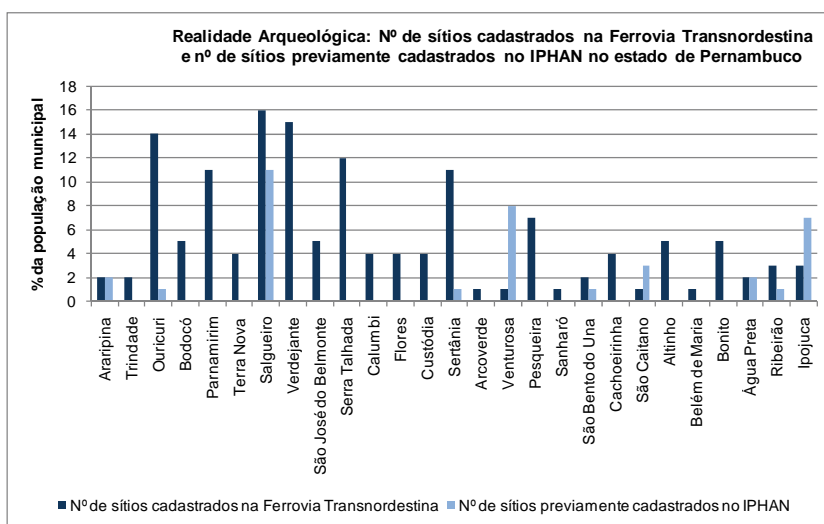


Gráfico 33. Estado de Pernambuco: patrimônio arqueológico cadastrado (Fonte: IPHAN, 2010).

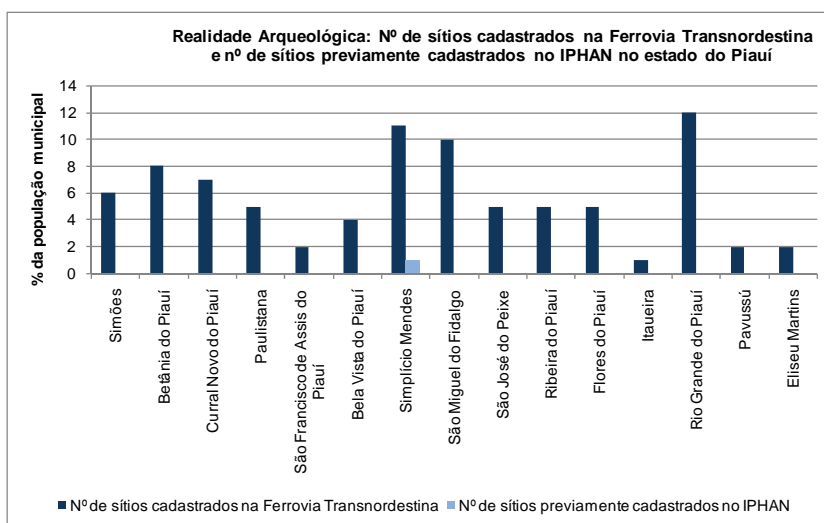


Gráfico 34. Estado do Piauí: patrimônio arqueológico cadastrado (Fonte: IPHAN, 2010).

Os sítios cadastrados até o momento representam um incremento de cerca de 600% no patrimônio arqueológico cadastrado anteriormente, o que aponta a importância dessas pesquisas e a responsabilidade de um programa de musealização devotado a estabelecer estratégias de salvaguarda e comunicação desse patrimônio, buscando o equilíbrio entre essas esferas no âmbito da cadeia operatória museológica.

#### **4.4. Olhar local: seleção e caracterização dos polos irradiadores do programa**

Como vimos no item anterior, ao longo do território da Ferrovia Transnordestina encontramos características ambientais, socioeconômicas e culturais similares, mas também importantes nuances que variam de lugar para lugar. Tais especificidades são muitas vezes ‘abafadas’ por uma visão homogênea e estereotipada do Nordeste.

A “invenção do nordeste”, construída historicamente na primeira metade do século XX (Albuquerque Júnior, 2006), é, muitas vezes, naturalizada.

Nesse sentido, falar do Nordeste é inventariar os muitos estereótipos e mitos que emergiram com o próprio espaço físico reconhecido no mapa, composto por alguns estados e cidades. É mobilizar todo o universo de imagens negativas e positivas, socialmente reconhecidas e consagradas, que criaram a própria ideia de Nordeste.

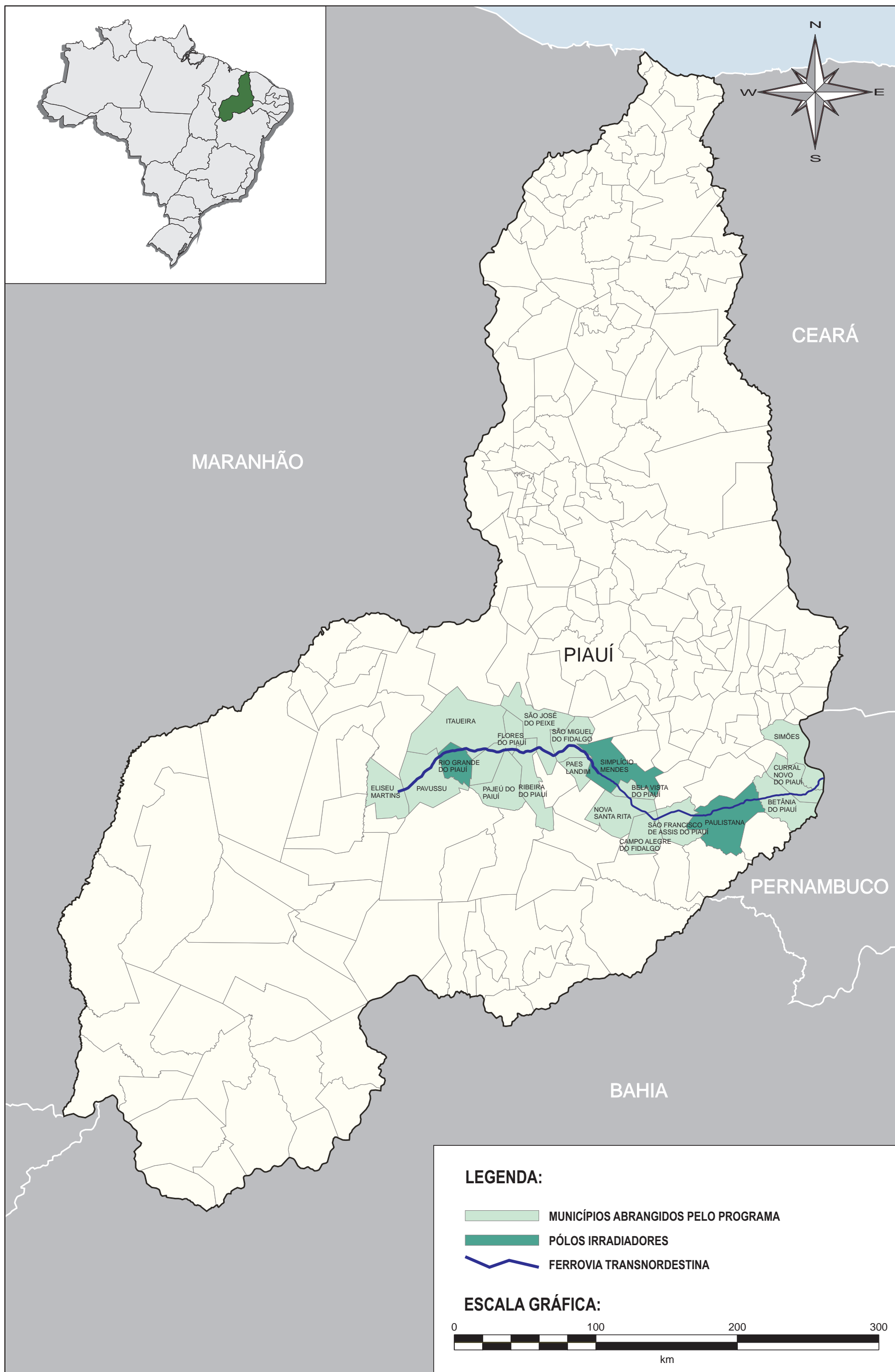
Buscando ultrapassar uma visão homogênea do território foco do estudo, optamos por levantar referências locais para a construção do programa de musealização, processo que requer uma abordagem mais focalizada. Tomamos como premissa que a concepção de um programa ‘padronizado’ estaria desrespeitando as multifacetadas realidades locais.

Dessa forma, se em um primeiro nível buscamos apresentar um perfil mais generalizado dos estados de Pernambuco, Ceará e Piauí, em um segundo nível de análise passamos à seleção e ao diagnóstico de dezesseis polos do programa de musealização. Esse diagnóstico foi realizado por meio de aprofundamento das informações disponíveis, levantadas no nível anterior, visitas técnicas e realização de entrevistas. Esses dados também estão baseados nos textos produzidos pela equipe da Zanettini Arqueologia (2010), sobretudo, no que concerne aos aspectos geográficos e históricos da ocupação regional.

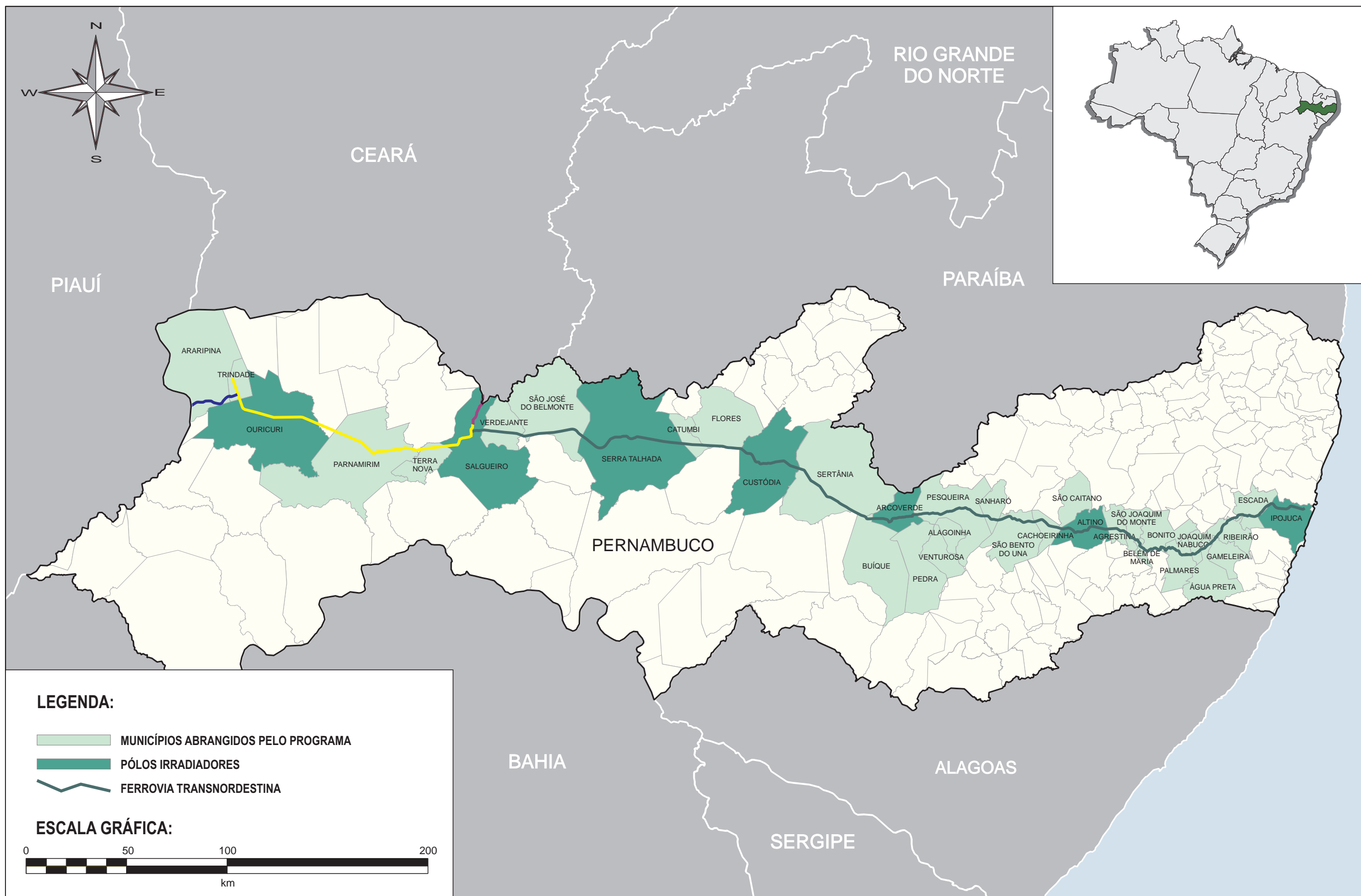
Os polos do programa foram selecionados a partir do contexto socioeconômico, cultural, panorama museológico e realidade arqueológica, expostos anteriormente, tendo sido priorizados municípios com um número maior de sítios arqueológicos e que também exerçam uma ‘influência’ nos municípios vizinhos. Esses polos atuarão como centro das ações do programa de comunicação museológica, em uma escala microrregional, deflagrando as ações para os municípios do entorno. Os Mapas 14, 15 e 16 apresentam a distribuição geográfica nos polos no eixo da ferrovia.



Mapa 14. Municípios abrangidos e Pólos Irradiadores no estado do Piauí

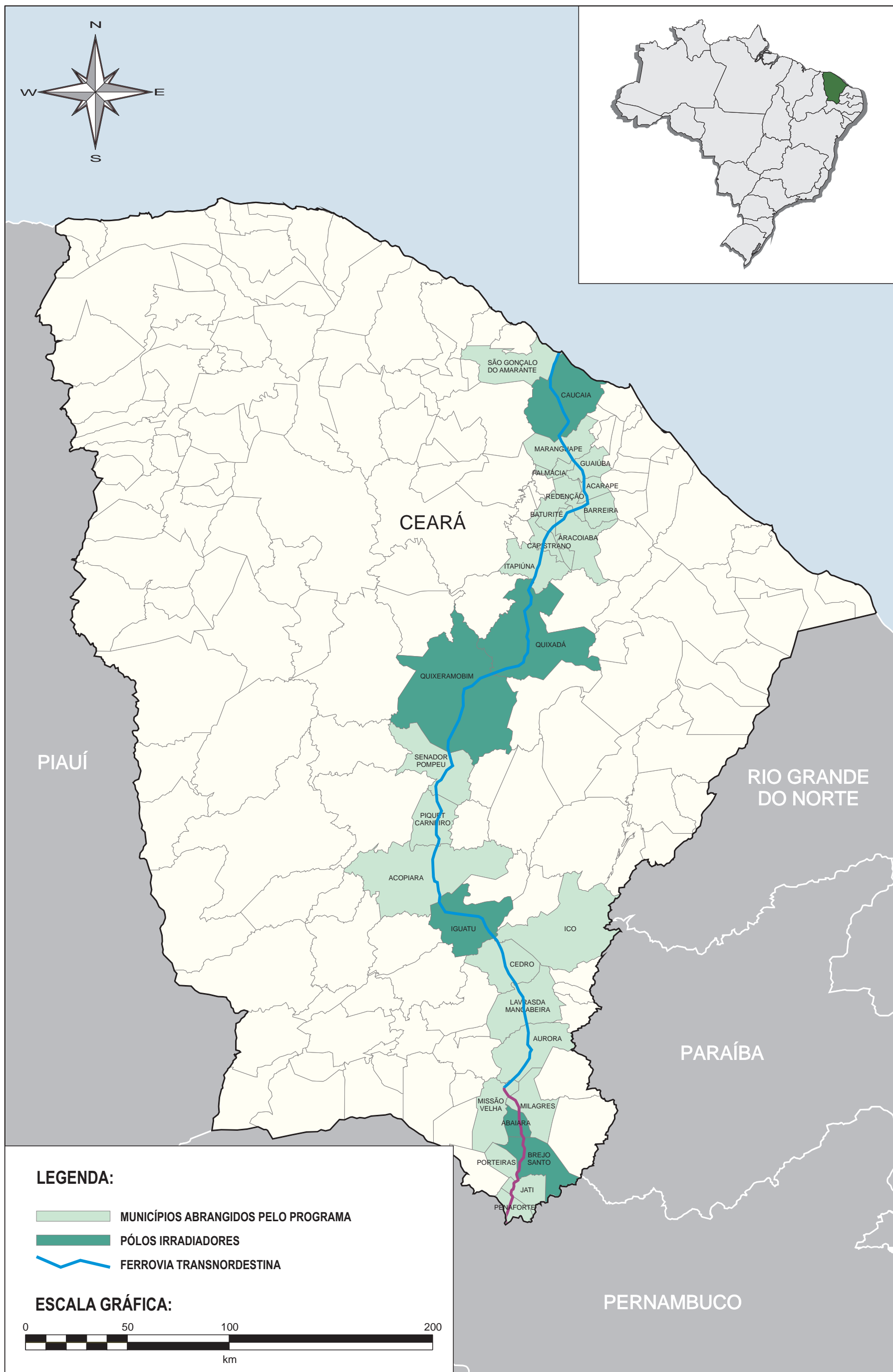


Mapa 15. Municípios abrangidos e Pólos Irradiadores no estado do Pernambuco

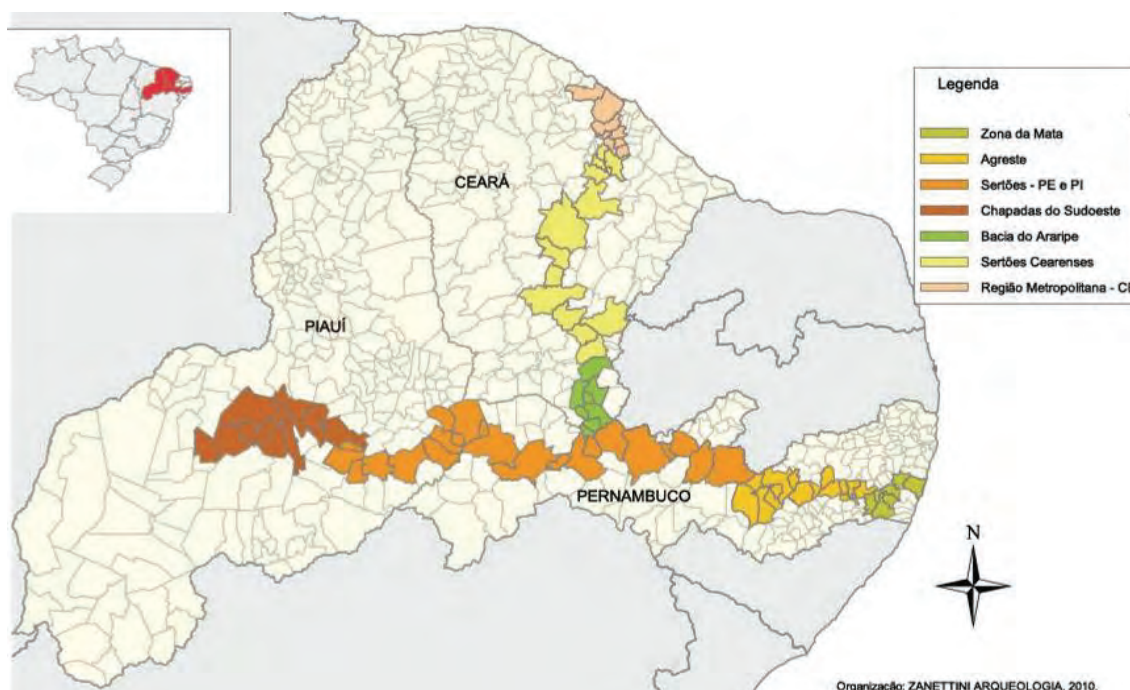




Mapa 16. Municípios abrangidos e Pólos Irradiadores no estado do Ceará



Para uma melhor apresentação dos dezesseis polos indicados, organizamos as informações em regiões, definidas tanto por meio de padrões paisagísticos naturais, como por padrões de ocupação e utilização do espaço construído historicamente. Temos ao todo sete regiões, a saber: Região da Zona da Mata Pernambucana, Agreste Pernambucano, Depressão Sertaneja, Chapadões e Serras do Sudoeste do Piauí, Bacia do Araripe, Sertões Cearenses e por fim a Região Metropolitana do Ceará.



**Figura 141.** Sub-regiões onde estão localizados os polos do programa (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2010).

#### 4.4.1. Região da Zona da Mata Pernambucana: polo de Ipojuca<sup>160</sup>

Compreende a região do traçado da ferrovia que se estende do município de Ipojuca, no litoral, ao Planalto da Borborema, no município de Bonito. Recoberta por resquícios de mata atlântica e vegetação costeira, é uma das regiões mais férteis de Pernambuco e tem sua economia orbitando ao redor da produção da agroindústria canavieira. As áreas que compreendem esses municípios, em sua maioria, são conhecidas e ocupadas, principalmente por fazendas de cultivo de açúcar, desde o século XVII. Mesmo na metade do século XX, a principal atividade produtiva destas cidades ainda era a cana-de-açúcar.

É também nesta região que se encontra a maior concentração populacional de Pernambuco, com densidade demográfica até três vezes superior à média estadual.

<sup>160</sup> Informações geográficas e históricas com base em Zanettini Arqueologia (2010)

O município de Ipojuca foi palco de batalhas da guerra contra os holandeses em 1645. Esse município contava então com muitos engenhos de açúcar. Ipojuca assistiu ainda conflitos da revolução de 1817, mais conhecida como Revolução Pernambucana, uma revolta das elites com ideais liberais, que buscava a independência do Brasil em relação a Portugal e a proclamação da república. As cidades de Escada e Gameleira são antigos aldeamentos indígenas, a primeira era habitada pelos Petiguares, Tabujarés e Mariquitos, a segunda pelos Cariris e Uruás. O município de Palmares teve ainda uma área abarcada pelo famoso Quilombo dos Palmares, cuja sede localizava-se na Serra da Barriga, no estado vizinho de Alagoas.

**Ipojuca** deverá ser o polo irradiador do programa para os seguintes municípios: Escada, Ribeirão, Gameleira, Água Preta, Palmares e Joaquim Nabuco. Deve-se destacar que no município polo de Ipojuca as ações do programa de comunicação museológica deverão englobar, necessariamente, oficinas sobre turismo sustentável, uma vez que esse município tem como base importante de sua economia o turismo voltado para a exploração das praias de seu litoral, a mais famosa delas conhecida como Porto de Galinhas. Não obstante, é importante apontar que o atual fluxo de turistas não está associado ao desenvolvimento sustentável da sociedade envolvente, mas, sobretudo, a especulação imobiliária e depredação dos recursos naturais. Não existem museus, centros ou fundações culturais no município.

#### 4.4.2. Região do Agreste Pernambucano: polos de Altinho e Arcoverde<sup>161</sup>

O agreste pernambucano se estende entre as cidades de Bonito e Arcoverde. Inserido no chamado polígono das secas, tem o clima semiárido com variações relacionadas à altitude e a ocorrência de áreas alagadas.

A ocupação dessa região começou com a criação de caminhos, fazendas e pousadas que serviam como área de descanso para os viajantes que iam do sertão para o litoral. Desse modo, surgiram pequenos núcleos de colonização, que, com o passar do tempo, iniciaram a policultura para subsistência e que também abasteciam o comércio da região. No início do século XVIII iniciou-se o cultivo do algodão.

Ao observar a malha de municípios do estado de Pernambuco pode-se perceber que a região Agreste concentra muitos deles com áreas menores que as dos municípios do sertão, sugerindo uma disputa territorial acentuada.

---

<sup>161</sup> Informações geográficas e históricas com base em Zanettini Arqueologia (2010)

A estrutura fundiária do Agreste é formada basicamente por pequenas e médias propriedades com atividades agropecuárias diversificadas, associadas aos cultivos de milho, feijão, mandioca, etc., voltados ao abastecimento de subsistência local e de cidades próximas à região. A pecuária extensiva se destaca, sobretudo por conta da produção de leite.

É também na região do Agreste Pernambucano que se encontram duas importantes áreas indígenas, ambas do grupo Xukurú. A reserva Xukurú de Orurubá, com uma população de 4.700 habitantes, área de aproximadamente 27.555 ha, localiza-se, quase que em sua totalidade, no município de Pesqueira. A outra área denomina-se Xukurú de Cimbres e é resultante de um processo cisão do grupo Xukurú de Orurubá. Corresponde a uma área de aproximadamente 1.116 ha, em processo de legalização, localiza-se nos limites entre os municípios de Pedra, Venturosa, Pesqueira e Lagoinha. A ferrovia passa a cerca de 100 metros da área indígena dos Xukurú de Orurubá e cortaria a terra requerida pelos Xucuru de Cimbres. Dessa forma, faz-se necessária à realização de oficinas especialmente devotadas a esses grupos.

A região é também povoada por comunidades quilombolas. Segundo a Fundação Cultural Palmares (2010), no Estado do Pernambuco existem 96 comunidades quilombolas certificadas por esta instituição. A maior parte delas não possui ainda seu território delimitado, ação que depende do trabalho do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Na região Agreste há uma grande concentração destas comunidades, algo que se relaciona ao processo histórico de ocupação da região, que, no passado, foi palco para a organização de alguns quilombos<sup>162</sup>.

A região do Agreste Pernambucano tem dois polos do programa: Altinho e Arcoverde.

**Altinho** deverá ser o polo irradiador do programa para os seguintes municípios: São Joaquim do Monte, Agrestina, Belém de Maria, Bonito, São Caitano, Cachoeirinha e São Bento do Una.

O município de Altinho possuía, no passado, uma dinâmica econômica mais expressiva que na atualidade<sup>163</sup>. Como infraestrutura da cultura detectamos a existência do Memorial Altinense, administrado pela prefeitura municipal, possível parceria no desenvolvimento do programa. Além desse espaço, contamos com alguns clubes privados onde ocorrem festas tradicionais, shows e outros eventos sociais.

---

<sup>162</sup> Em São Bento do Una temos as comunidades quilombolas de Serrote do Brabo, Caldeirãozinho, Caibra, Jirau e Primavera; em Pesqueira a comunidade de Negro do Osso e em Agrestina as comunidades de Furnas e Vila do Pé da Serra dos Mendes.

<sup>163</sup> O território de Altinho abriga uma estrada que era a única ligação entre Garanhuns a Recife. Muitos viajantes adquiriram terras ao longo desta estrada e lá iniciaram uma ocupação dedicando-se à agricultura.

É importante destacar a presença de dois museus, ambos com peças arqueológicas, no município de São Caitano: Museu Histórico de São Caitano e Centro de Pesquisas Históricas e Cultura Popular - Museu Carlos Cleber, contudo, esse município não foi tomado como polo, pois a ferrovia apenas tangencia pequena parte de seu território. Não obstante, esses museus podem ser importantes parceiros em nível regional.

Na cidade de São Bento do Una, que compõe o polo de atuação de Altinho, temos um ponto de cultura da FUNDARPE, que trabalha com o tema “Identidade e cultura x novos talentos”.



**Figura 142.** Igreja Matriz do município de Altinho, fundada no século XIX (Fonte: Arquivo Pessoal, Outubro de 2010).

O polo de **Arcoverde**, por sua vez, deverá englobar os seguintes municípios: Pesqueira, Sanharó, Alagoinha, Venturosa, Pedra, Sertânia e Buíque.

Arcoverde é a capital do Coco no estado de Pernambuco, destacando-se o grupo “Coco Raízes de Arcoverde”. Nesse município destacamos as seguintes instituições: o Centro de Cultura associado à administração municipal, que abriga apenas uma biblioteca; e o Museu do Índio, desativado há alguns anos.

Convém detalharmos um pouco o mencionado Museu do Índio do Nordeste. Inaugurado em 17 de Novembro de 1997, produto de uma parceria entre Governo do Estado - Ariano Suassuna era na época secretário de cultura do estado de Pernambuco - Universidade Católica de Pernambuco e Prefeitura Municipal. Esse museu foi o segundo do país a abordar essa temática – o primeiro foi o Museu do Índio no Rio de Janeiro - mas, infelizmente, não teve o mesmo destino do museu carioca. Com acervo etnográfico “de sete tribos indígenas de Pernambuco”, conforme mencionado na documentação, o museu foi paulatinamente abandonado pelas administrações municipais até que seu acervo [etnográfico, arqueológico e documental] veio para o Centro de Ensino Experimental de



Arcoverde<sup>164</sup>. O material encontra-se na biblioteca da escola, em estado avançado de deterioração. Esse caso evidencia como projetos museológicos sucumbem, neste país, às mudanças políticas. Um dos objetivos do programa de musealização será a preservação e a requalificação do uso desse acervo em parceria com os jovens que estudam no Centro de Ensino.



**Figura 143.** Peças pertencentes ao Museu do Índio (Fonte: Arquivo Pessoal, Outubro de 2010).

Em Arcoverde existem os pontos de cultura Estação de cultura e Orquestra Sertão. Em Pesqueira, cidade que compõe o polo de Arcoverde, temos os pontos de cultura Memorial Xicão Xucuru e o Ponto de Cultura Ororubá.

#### *4.4.3. Região da Depressão Sertaneja - Sertões de Pernambuco e Piauí: polos de Custódia, Serra Talhada, Salgueiro, Ouricuri e Paulistana<sup>165</sup>*

A Depressão Sertaneja se estende do município de Sertânia, no Pernambuco até o município de Simplício Mendes, no Piauí. É marcada pelo clima semiárido, que tem como características as altas temperaturas, baixa umidade, baixos níveis de precipitação pluviométrica relacionados aos longos períodos de seca.

A produção agrícola é de difícil realização na região que, em grande parte, não conta com estruturas de irrigação. As atividades produtivas estão, portanto, relacionadas às culturas de subsistência [em áreas de vazante e brejos], pecuária extensiva de fundo de pasto, caprinocultura e ovinocultura.

---

<sup>164</sup> Esse centro oferece ensino em tempo integral para adolescentes de 14 a 17 anos.

<sup>165</sup> Informações geográficas e históricas com base em Zanettini Arqueologia (2010)

Dois fenômenos merecem menção na história da região sertaneja: o coronelismo e o cangacismo. Por vezes esses fenômenos se associavam, quando cangaceiros se colocavam à disposição dos coronéis envolvidos em disputas locais, executando serviços de encomenda. Nesse quadro, o cangaço era um meio de vida, caracterizando o que Frederico Pernambucano de Mello chama de cangacismo endêmico. Além do cangacismo endêmico, o autor lista, ainda, o cangacismo epidêmico, motivado pela miséria promovida pelas secas, que levavam a situações de desespero, onde a única saída seria o banditismo (Mello, 2004). As ações dos grupos de cangaceiros tornaram-se notícia no país todo durante a primeira metade do século XX, sendo uma das imagens mais associadas ao nordeste.

Com relação aos aspectos fundiários, a Depressão Sertaneja é caracterizada, ainda no século XXI, por uma considerável concentração de terras, estando os pequenos proprietários vinculados à produção de subsistência, combinada com serviços assalariados em propriedades de maior porte.

Muitas comunidades remanescentes quilombolas estão presentes nessa região. Nos municípios por onde se estende a ferrovia tem-se um total de 21 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, concentradas, sobretudo, nos municípios de Custódia e Salgueiro<sup>166</sup>. Poucas são as comunidades que possuem seu território demarcado, sendo que a maior parte delas está iniciando o processo de demarcação junto ao INCRA.

Passemos à caracterização sumária dos polos desse trecho.

**Custódia** foi selecionada como polo do programa pois apresenta um dos sítios arqueológicos mais relevantes do programa de pesquisa, o sítio Fazendinha, que é composto por unidades habitacionais arruinadas e pela Capela de São Luiz Gonzaga.

A referida capela, ainda utilizada pela comunidade, apresenta sepultamentos humanos em sua parte interna e externa (Zanettini Arqueologia, 2010). Além disso, toda a área do sítio arqueológico está inserida na Comunidade Quilombola do Carvalho, em processo de demarcação de território. A implantação da Ferrovia Transnordestina levaria à demolição da Capela. Além dos restos humanos lá sepultados e das datações obtidas para os esqueletos resgatados<sup>167</sup> – mais de 200 anos - a capela consiste em um bem de natureza imaterial da comunidade do entorno.

---

<sup>166</sup> Em Custódia existem as seguintes comunidades quilombolas: Cachoeira; São José; Buenos Aires; Lagoinha; Sítio Carvalho; Sítio da Torre; Sítio Grotão; Sítio Lagedo; Sítio Riacho do Meio; Sítio Açudinho; Sítio Cachoeira da Onça. Por sua vez, Salgueiro tem as seguintes: Conceição das Crioulas; Santana III e Contendas/Tamboril. Por fim, no Piauí temos as comunidades Baixão, Laranjo, Silvino e Angical, em Betânia do Piauí e Chupeira e São Martins, em Paulistana.

<sup>167</sup> Foram resgatados, até o momento, entre 9 e 23 indivíduos. Sabe-se da existência ainda de sepultamentos no interior da Capela assim como vestígios, bastantes deteriorados, no seu entorno. Embora os membros da comunidade tivessem a lembrança desses esqueletos, não há uma auto-associação direta da comunidade com os indivíduos enterrados.



Cabe destacar que a interação com a comunidade, durante as escavações, foi fundamental: as informações orais advindas possibilitaram a identificação dos vestígios humanos. Esses vestígios estavam presentes na memória local, mas com baixa visibilidade, o que levava segmentos com interesses divergentes a afirmarem que ‘isso não existia’.

É importante apontar que, ainda que os vestígios humanos não existissem, a capela tem um papel importantíssimo enquanto polo agregador da comunidade, tendo várias ressignificações. Embora haja um processo de tombamento da capela em andamento, a mesma não se ‘encaixa’ nos requisitos de patrimônio histórico edificado, devido às diversas intervenções arquitetônicas que sofreu. Nesse sentido, os princípios da excepcionalidade e monumentalidade de que falávamos no Capítulo 1, ainda norteiam as práticas patrimoniais. Dessa forma, o sítio arqueológico Fazendinha e sua Capela configuram um caso que evidencia de forma bastante concreta o impasse entre crescimento econômico, processos de patrimonialização, interesses e direitos das comunidades envolvidas.



**Figura 144.** Capela de São Luiz Gonzaga em meio à obra da Ferrovia Transnordestina (Fonte: Arquivo Pessoal, Outubro de 2010).

No atual momento, esse caso está sendo analisado pelo Ministério Público, IPHAN, FUNDARPE e Fundação Palmares, de modo a encaminhar a solução da questão: desvio da ferrovia ou demolição da Capela. Importante apontar que a comunidade do entorno, formada por quilombolas e não quilombolas, tem opiniões divergentes quanto à destinação da capela - nenhuma comunidade é um todo homogêneo.



**Figura 145.** Pesquisas arqueológicas na Capela de São Luiz Gonzaga (Fonte: Arquivo Pessoal, Outubro de 2010).

Nesse sentido, o trabalho no polo de Custódia assumirá contornos diferenciados, de acordo com a decisão dos órgãos públicos competentes, mas deverá ocorrer de modo concomitante a novas escavações, que envolverão os sujeitos em uma proposta multivocal. Também serão devolvidos os restos humanos, a serem sepultados de forma coletiva pela comunidade. As ações a serem desenvolvidas no polo Custódia não incidirão em outros municípios, dada a especificidade desse polo.

Passemos aos demais polos da Depressão Sertaneja, inseridos no estado de Pernambuco. Enquanto os polos de Salgueiro e Serra Talhada apresentam uma dinâmica cultural mais significativa, o primeiro associado às políticas públicas e o segundo à existência de instituições da sociedade civil organizada, o polo de Ouricuri é caracterizado por uma dinâmica cultural menos acentuada.



**Figura 146.** Serra Talhada (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2010).

O polo de **Serra Talhada** englobará os municípios de Catumbi, Flores e São José do Belmonte. O município polo tem dois museus: o museu municipal, mantido pela Fundação Casa da Cultura, organização não governamental que funciona em parceria com a prefeitura, e o Museu do Cangaço, mantido pela organização não governamental Fundação Cultural Cabras de Lampião. O tema do cangaço marca profundamente o município, pois Lampião, o mais famoso cangaceiro do nordeste, nasceu em Serra Talhada.

A Fundação Casa da Cultura tem 24 anos, mantém o museu e a Casa do Artesão. Observamos que há um esforço em afirmar a necessidade de uma abordagem mais ampla da cultura na cidade, para além do tema do cangaço. Esse esforço também é marcado por uma disputa política entre a Fundação Casa da Cultura de Serra Talhada e a Fundação Cultural Cabras de Lampião [que coordena o Museu do Cangaço]. Identificamos peças arqueológicas pré-coloniais na Casa da Cultura, mas as mesmas não estavam expostas. Mais uma vez, o patrimônio arqueológico encontra-se exilado. Construir uma história indígena regional é esbarrar outra vez no desprezo pelos grupos indígenas.



**Figuras 147 e 148.** Casa de Cultura de Serra Talhada (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2010).



O Museu do Cangaço faz parte da Fundação Cultural Cabras de Lampião, organização não governamental que existe há 15 anos. No museu observamos diversas peças que foram encontradas nas ruínas da casa de Lampião. Houve, assim, uma atenção direcionada a formar uma coleção de objetos semióforos do Cangaço, mas esses objetos não são tratados como vetores das relações sociais, mas apenas como emblemas.



Figura 149. Museu do Cangaço em Serra Talhada (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2010).

Adjacente ao museu, existe a Vila do Forró e Xaxado<sup>168</sup>. Nesse espaço, construído na área da Antiga Estação de Serra Talhada, funciona o programa de erradicação do trabalho infantil. Cabe apontar que a dança do Xaxado é um dos elementos marcantes da cultura local.

A cidade de São José do Belmonte, que também compõe o polo de Salgueiro, possui o Ponto de Cultura da Pedra do Reino. A Associação Cultural Pedra do Reino já realiza um trabalho de valorização local há 16 anos, envolvendo grupos de reisado, pífanos, xaxado e dança do coco da região. O projeto também visa a desenvolver o cenário cultural que serviu de mote para o romance Pedra do Reino, escrito por Ariano Suassuna.

O polo de **Salgueiro** irá englobar os municípios de Verdejante, Terra Nova e Parnamirim. Este polo se destaca no complexo da ferrovia Transnordestina por receber importantes entroncamentos entre os eixos da ferrovia.

Em Salgueiro identificamos uma Secretaria de Educação e Cultura bastante dinâmica, que tem atuado no âmbito dos eixos da política cultural do estado de

---

<sup>168</sup> Xaxado é uma dança popular brasileira originada nas regiões do agreste e sertão do nordeste, muito praticada pelos cangaceiros da região, em celebração às suas vitórias. O nome é devido ao barulho das sandálias dos cangaceiros contra a areia do sertão.

Pernambuco. Identificamos que há um Ponto de Cultura associado ao território quilombola de Conceição das Crioulas e ao território indígena Atikum, consiste em uma Biblioteca Afro-indígena<sup>169</sup>. A Secretaria tem ainda como plano a criação de um museu ferroviário na antiga estação ferroviária da cidade, atualmente restaurada e tombada pela Superintendência Regional do Iphan Pernambuco. Deve-se destacar que as antigas estações são pontos interessantes para a comunicação museológica deste programa, pois permitem reflexões acerca dos impactos da malha ferroviária do passado e do presente na região.

O Memorial do Couro, equipamento cultural do governo do estado, tem papel importante no contexto em tela e apresenta atualmente a exposição “Encourados”. Essa mostra é produto de um programa amplo devotado ao inventário fotográfico, investigação sonora e registros escritos sobre o vaqueiro e o trabalho com o gado, os quais constituem o conceito gerador da exposição a partir de uma perspectiva regional, alinhada com a proposta do Museu do Homem do Nordeste. Ou seja, não se trata de uma exposição voltada ao local, mas alinhada à política cultural do governo do Estado, onde Salgueiro foi colocada como ponto de referência da Civilização do Couro que marca a cultura sertaneja. A expografia é impecável, embora já sofra de algumas deficiências de manutenção. É formada por fotos e outros suportes como oratórios de vidro com fotos de vaqueiros, baús e bancos de couro e um recurso onde o visitante pode ‘espiar’ a intimidade do vaqueiro.

Outro ponto importante é o Espaço do Mestre Jaime, inaugurado no último carnaval, com uma exposição sobre os 60 anos de folia da Bicharada do Mestre Jaime. A exposição é formada por painéis que apresentam história do mestre Jaime, alfaiate, seresteiro e artesão, assim como por bonecos e por uma sequência fotográfica dos carnavais de Salgueiro, o mais famoso da região do Sertão Central do estado.



**Figura 150.** Vaqueiros reunidos para participar de uma pega de boi. (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2010).

---

<sup>169</sup> Não mencionado no site do Ministério da Cultura (MINC, 2010) o que revela os limites dessa fonte.



**Figura 151.** Município de Salgueiro: Memorial do Couro (Fonte: Arquivo Pessoal, Março de 2010).



**Figura 152.** Município de Salgueiro: Mestre Jaime e a bicharada (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2010).

Salgueiro tem ainda o Museu da Cidade Levino Nunes de Alencar Barros<sup>170</sup>. Esse museu de perfil histórico apresenta ferramentas do mundo do trabalho, objetos associados à religiosidade - como oratórios e imagens - e documentos fotográficos, entre outros. Em uma sala separada do núcleo central do museu há fósseis de animais advindos de pesquisas paleontológicas em Salgueiro.

O último polo do estado de Pernambuco será sediado na cidade de **Ouricuri**, envolvendo os municípios de Trindade e Araripina.

Ouricuri tem como equipamentos culturais o Teatro Carlota Peixoto, o Ponto de Cultura Espaço Cultural<sup>171</sup> e o Clube Casarão, o primeiro é a sede da Secretaria de Cultura, o segundo é uma organização da sociedade civil e o terceiro um espaço privado. Contudo, identificamos que o funcionamento dos dois primeiros é bastante irregular, sobretudo da Secretaria da Cultura.

O nome Ouricuri vem de “aldeia entre serras”, instalada em uma nascente d’água. Na memória local, as populações indígenas, ao serem expulsas, barraram o curso d’água para que os novos colonizadores não tivessem água.

---

<sup>170</sup> Museu ainda não cadastrado no Cadastro Nacional de Museus (CNM-IBRAM, 2010).

<sup>171</sup> Ainda não mencionado no site do Ministério da Cultura (MINC, 2010) o que revela os limites dessa fonte.

O principal eixo de interlocução identificado foi a organização não governamental Caatinga, devotada a projetos de agricultura familiar sustentável de base agroecológica. Atualmente a ONG desenvolve três projetos: um de formação de jovens, outro é o Campo Ativo e o outro o Até Mulheres. Utiliza como metodologias a caminhada transversal e a linha do tempo. Uma vez que o conhecimento tradicional é valorizado nessas ações, o patrimônio arqueológico do século XX tem uma aderência significativa.

Na faixa de depressão sertaneja que compreende o território piauiense observam-se cidades pequenas em sua maioria, com pouca expressão econômica. A cidade mais expressiva desta região é **Paulistana**, que conta com uma população de pouco mais de 20.000 habitantes. Paulistana será um polo irradiador englobando as cidades de Simões, Curral Novo do Piauí, Betânia do Piauí, São Francisco de Assis do Piauí e Campo Alegre do Fidalgo. Sua origem é atribuída ao bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, a partir de uma fazenda por ele estabelecida por volta de 1663, quando de suas primeiras incursões naquele território. É sabido que os bandeirantes paulistas foram requisitados na destruição de quilombos, como o de Palmares, e na dizimação dos povos indígenas do interior nordestino durante o século XVII.

Os polos do estado do Piauí apresentam desafios semelhantes para o programa, sobretudo relacionados à inexistência de instituições museológicas nas cidades envolvidas, assim como escassez de equipamentos culturais, projetos do poder público municipal ou organizações não governamentais. De forma geral conseguimos estabelecer como eixo de ação no Piauí o trabalho conjunto com o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Esse centro é uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos e à articulação destes serviços no seu território de abrangência, e uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social (MDS, 2010).



**Figura 153.** Reunião com comunidade no CRAS de Paulistana (Fonte: Arquivo Pessoal, Março de 2010).



#### 4.4.4. Região dos Chapadões e Serras do Sudoeste do Piauí: polos de Simplício Mendes e Rio Grande do Piauí<sup>172</sup>

Após cruzar a depressão sertaneja, já no município de Simplício Mendes, temos o Planalto da Bacia Sedimentar do Parnaíba, localizado a sudoeste do Estado do Piauí. A paisagem é marcada por formas tabulares, que vão desde serras a chapadas. A Serra da Capivara merece destaque por abrigar o Parque Nacional da Serra da Capivara, já mencionado anteriormente.

Essa região é marcada pela concentração de terras e tem como principais atividades agropecuárias a criação de bovinos, suínos, ovinos e asininos. A caprinocultura, por sua capacidade de adaptação a condições climáticas inóspitas, tem sido incentivada. As principais lavouras se caracterizam pela produção de subsistência relacionada à agricultura familiar. Mais recentemente o setor agrícola recebe incrementos da produção sojeira<sup>173</sup>.

Não existem, até o momento, registros oficiais de áreas indígenas ou comunidades quilombolas na região.

**Simplício Mendes**, assim como Paulistana, mencionada anteriormente, se originou de núcleos instalados por bandeirantes. O Vale do Canindé, onde a cidade se localiza, foi conhecido e povoado a partir de meados do século XVIII. A cidade se desenvolveu ainda mais com o início do ciclo da borracha de maniçoba que atraiu muitos colonizadores ao sudeste do estado do Piauí nos últimos anos do século XIX. As reservas naturais da planta utilizada na produção da borracha desenvolveram economicamente a região entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

O município de Simplício Mendes também será polo, envolvendo as cidades de Bela Vista do Piauí, Nova Santa Rita, Paes Landim, São Miguel do Fidalgo e São José do Peixe. Da mesma forma que Paulistana, não foram identificados museus, centros de cultura ou movimentos da sociedade civil organizada que pudessem figurar em parceria. Dessa forma, também nesse polo pretendemos atuar em parceria com o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

No que concerne ao município de **Rio Grande do Piauí**, polo que envolverá os municípios de Flores do Piauí, Ribeira do Piauí, Pajeú do Piauí, Itaueira, Pavussu e Eliseu Martins, temos desafios específicos para o desenvolvimento do programa, pois a população encontra-se em processo acentuado de migração, devido à falta de possibilidades de

---

<sup>172</sup> Informações geográficas e históricas com base em Zanettini Arqueologia (2010)

<sup>173</sup> Implementada, sobretudo na região sudoeste do Piauí, a soja é um dos cultivares que mais se expande nas áreas de cerrado brasileiras, anunciando seu avanço em direção às áreas de chapadas do Piauí.

sobrevivência do município, com um dos piores IDH do estado. No âmbito dos equipamentos culturais, registramos a presença apenas do Clube Municipal - de onde se vê a Lagoa de São Francisco que dá nome à cidade<sup>174</sup>, e o Centro de Inclusão do Idoso Madrinha Vicença. Existem diversas edificações antigas cuja arquitetura vernacular é marcada pela utilização de tijolos de adobe. As propagandas nas fachadas de edifícios comerciais - muitos fechados e abandonados - exibem características locais.

#### 4.4.5. Região da Bacia do Araripe: polos de Abaiara e Brejo Santo<sup>175</sup>

Localizada entre o extremo sudeste do Piauí, oeste de Pernambuco e sul do Ceará, a Chapada do Araripe ocupa uma extensão de 180 km, orientada no sentido leste-oeste, quase toda situada em território cearense. Comporta uma importante área de proteção ambiental e o primeiro geoparque do Brasil, onde o patrimônio paleontológico tem destaque.

A ocupação humana na região da Bacia do Araripe é sustentada por atividades extrativistas, agricultura e pecuária extensiva. Predominam estabelecimentos rurais com áreas inferiores a 500 ha, caracterizando pequenas propriedades de terra. A região do Araripe é também conhecida pelas atividades de extração mineral.

Grupos quilombolas são pouco expressivos na região, havendo apenas uma comunidade certificada pela Fundação Cultural Palmares, a comunidade Souza, localizada no município de Porteiras.

O nome sertão dos “Cariris Novos”, utilizado para designar a região, refere-se aos grupos indígenas Kariri, habitantes do local à época da colonização. Além dos grupos Kariri, esse território era habitado por outras etnias indígenas, dentre elas Aquijiró, Guariú, Xocó e Quipapaú. As ocupações indígenas pretéritas estão presentes na memória local, entretanto, de forma violenta, sendo correntemente exaltada a memória dos colonizadores que expulsaram os ‘índios bravios’. No município de Brejo Santo, identificamos a existência de livros produzidos por historiadores locais - utilizados inclusive nas escolas, onde as populações indígenas são colocadas como agressivas, indolentes, preguiçosas, necessitando de ‘domesticação’ (Medeiros, 2000; Basílio, 2004; Telles et al, 2005).

Os municípios de **Brejo Santo** e **Abaiara** foram selecionados como municípios polo nessa região. O primeiro envolverá as cidades de Jati, Penaforte e Porteiras e o segundo Milagres, Missão Velha e Aurora.

O patrimônio arqueológico é onipresente nas cidades de Brejo Santo e Abaiara por meio de coleções particulares. No caso de Brejo Santo, o sítio arqueológico Baixio dos

---

<sup>174</sup> A lagoa era chamada antigamente por Rio Grande do Piauí.

<sup>175</sup> Informações geográficas e históricas com base em Zanettini Arqueologia (2010)

Lopes, pesquisado no âmbito da Ferrovia Transnordestina, foi alvo de diversas coletas realizadas pela comunidade desde a década de 1970.

Não existem museus, casas de cultura, memoriais ou qualquer outro equipamento cultural associado ao universo patrimonial nos municípios envolvidos<sup>176</sup>. Entretanto, a secretaria de educação e cultura de Brejo Santo tem desenvolvido processos de tombamento municipal de alguns espaços, como, por exemplo, a Pedra do Urubu, bem paisagístico localizado na área da fundação do município. Essa mesma secretaria tem planos para criação de um museu municipal. Como espaços potenciais para o programa há o auditório da secretaria de educação e cultura de Brejo Santo e o espaço do Projeto ABC, programa devotado ao aprimoramento do ensino formal no município. Nesse espaço existe uma musealização da casa de pau-a-pique, comum na região, com itens materiais do cotidiano sertanejo. Em Abaiara, por sua vez, não existem ações devotadas ao cenário patrimonial.



**Figura 154.** Município de Brejo Santo: Pedra do Urubu bem paisagístico de importância destacada na comunidade (Fonte: Arquivo Pessoal, Março de 2010).



**Figura 155.** Musealização de casa de pau-a-pique: o potencial da Arqueologia Histórica do século XX deverá ser explorado pelo programa (Fonte: Arquivo Pessoal, Março de 2010).

---

<sup>176</sup> A proximidade da Fundação Casa Grande, no município de Nova Olinda, contribui para socialização da Arqueologia na região, uma vez que existem algumas excursões escolares para aquele espaço.



**Figura 156.** Capa de livro que demonstra a representação das populações indígenas em Brejo Santo, sendo dizimadas pelos colonizadores (Fonte: Arquivo Pessoal, Março de 2010).

#### 4.4.6. Região do Sertão Cearense: polos de Iguatu, Quixeramobim e Quixadá<sup>177</sup>

A área compreendida como sertão cearense é a que se estende do município de Lavras da Mangabeira até Baturité, já próximo da Zona Metropolitana de Fortaleza. Essa vasta área aplainada apresenta características de clima tropical semiárido: baixa pluviosidade, vegetação de caatinga característica, rios intermitentes e altas temperaturas. O sertão cearense é marcado por densidade demográfica baixa e alta concentração da propriedade fundiária. A maior parte das terras destinam-se à produção agropecuária.

Cabe destacar a presença da unidade de conservação “Monólitos de Quixadá”, atualmente sob a responsabilidade da Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará e do IPHAN.



**Figura 157.** Monólitos de Quixadá. Em destaque a Pedra da Galinha no Açude Cedro (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2010).

---

<sup>177</sup> Informações geográficas e históricas com base em Zanettini Arqueologia (2010)

Os municípios mais ao centro do estado, de Acopiara a Quixadá, começaram a ser colonizados nos primeiros anos do século XVIII. Já no final do século XIX, temos a instalação de ferrovias nessa região. Convém apontar que peças arqueológicas encontradas na estrada de ferro de Baturité, construída no final do século XIX, foram enviadas para a Exposição Antropológica de 1882 (MN, 1882).

Outro processo histórico importante, e deplorável, foi a existência em Quixeramobim e Senador Pompeu de campos de concentração destinados a aglutinar os “flagelados” da seca de 1932. Na realidade, foram abertos sete campos de concentração no Ceará nesse período, erguidos em pontos estratégicos, às margens das ferrovias, visando impedir o embarque das vítimas para a capital (Cruz, 2001). Esse tema ainda não foi abordado a luz da Arqueologia.

Existem na região algumas comunidades quilombolas, localizadas nos municípios de Quixadá [comunidade do Sítio da Veiga] e no município de Baturité [Serra do Evaristo], ambas certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

Nessa região teremos três polos do programa: Iguatu, Quixeramobim e Quixadá.

O município polo de **Iguatu** vai envolver as cidades de Lavras da Mangabeira, Cedro, Icó e Acopiara. Em Iguatu existe o Museu da Imagem e do Som Francisco Alcântara Nogueira, que reúne material audiovisual e uma sala dedicada a Humberto Teixeira, um dos compositores populares mais famosos do nordeste, que fez em parceria com Luiz Gonzaga a música “Asa Branca”. A Secretaria de Cultura tem promovido projetos que ressaltam a imagem da cidade como “Terra do Baião”, além de desenvolver projetos voltados a música erudita, pois Eleazar de Carvalho, famoso maestro brasileiro, também é natural de Iguatu.

“Asa Branca

Quando olhei a terra ardendo  
com a fogueira de São João  
Eu perguntei, a Deus do céu, ai  
Por que tamanha judiação

Que braseiro, que fornalha  
Nem um pé de plantação  
Por falta d'água perdi meu gado  
morreu de sede meu alazão

Inté mesmo a asa branca  
Bateu asas do sertão  
Entonce eu disse - adeus Rosinha  
Guarda contigo meu coração

Hoje longe muitas légua  
Numa triste solidão  
Espero a chuva cair de novo  
Para mim voltar pro meu sertão

Quando o verde dos teus olhos  
Se espalhar na plantação  
Eu te asseguro não chore não, viu  
Que eu voltarei, viu  
Meu coração” (Luiz Gonzaga/ Humberto Teixeira, 1947) <sup>178</sup>

O Museu da Imagem e do Som apresenta uma peça arqueológica em sua exposição, uma panela de pedra indígena que foi encontrada em 1988 em um sítio no interior da cidade. O museu menciona, no CNM, a Arqueologia como uma das tipologias do seu acervo, embora o patrimônio arqueológico esteja desconectado de sua missão institucional.

Em 2010, a linha ferroviária de Iguatu completou 100 anos, tendo sido montada uma exposição fotográfica denominada “100 Trilhos”. Dessa forma, existe uma patrimonialização da antiga ferrovia, o que possibilita o desenvolvimento em torno do tema das mudanças implicadas pela ferrovia na região, no passado e no presente.

O polo de **Quixeramobim** vai envolver os municípios de Piquet Carneiro e Senador Pompeu. No polo, existe uma identidade local associada a ideia de Quixeramobim ter sido a “1ª Cidade do Sertão Central”, porque foi colonizada no século XVIII, assim como do município ser o ‘umbigo’ do Ceará, pois possui o marco geográfico do IBGE de ponto geográfico central do estado.



**Figura 158.** Ponte sobre rio em Quixeramobim (Fonte: Zanettini Arqueologia, 2010).

Em termos de equipamentos culturais destacam-se a Casa do Antonio Conselheiro<sup>179</sup> e o Memorial Antônio Conselheiro, onde ocorrem peças de teatro e projeção de filmes. No segmento do patrimônio arqueológico destaca-se o Acervo Jorge Simão,

---

<sup>178</sup> O tema da canção é a seca, que chega a ser tão intensa, a ponto de fazer migrar até mesmo a ave asa-branca [*columba picazuro*, uma espécie de pombo]. A seca obriga, também, um rapaz a mudar da região. Ao fazê-lo, ele promete voltar um dia para os braços do seu amor.

<sup>179</sup> Antonio Conselheiro foi o líder da comunidade de Canudos, dizimada pelas tropas republicanas no final do século XIX, já mencionada anteriormente. Ele nasceu e viveu nessa casa, em Quixeramobim, até os 27 anos.



cadastrado no CNM. Trata-se de uma coleção ‘privada’<sup>180</sup>, atualmente em poder de José Simão, filho de Jorge Simão. A coleção reúne machados polidos, potes, panelas de pedra, cachimbos e objetos históricos. Na década de 1970, o mencionado Jorge Simão chegou a trazer pesquisadores do PRONAPA para a cidade. A equipe, liderada por Alfredo Mendonça de Souza, registrou 10 sítios arqueológicos na região. Por causa de problemas com o poder público, ainda não foi viabilizado um espaço museológico para o acervo, que não se encontra aberto à visitação.



**Figuras 159 e 160.** Parte frontal do Museu Histórico Jacinto de Sousa em Quixadá e lâmina de machado que compõe o acervo (Fonte: Arquivo Pessoal, Outubro de 2010).

Por fim, o polo de **Quixadá** vai envolver Itapiúna, Capistrano, Araçoiaba e Baturité. Nesse polo as ações deverão envolver, sobretudo, a questão ambiental, dada a existência dos monólitos de Quixadá. A cidade possui instituição museológica: o Museu Histórico Jacinto de Sousa. Interessante notar a posição coadjuvante e até mesmo exilada do patrimônio arqueológico, pois ao realizarmos a visita técnica ao museu, questionamos a diretora sobre a existência de peças arqueológicas e ela disse que não havia esse tipo de objeto no acervo. Contudo, uma das vitrines apresenta uma lâmina de machado polida. Além do museu, Quixadá tem o Centro Cultural Rachel de Queiroz, famosa escritora brasileira que tem raízes na cidade.

---

<sup>180</sup> No Brasil, todos os vestígios arqueológicos são bens da União, o que não permite a existência de acervos particulares de peças arqueológicas. Ocorre que, na prática, nos deparamos com muitas coleções particulares associadas também à dedicação de ‘arqueólogos amadores’ como Jorge e José Simão. Nesse caso, a criação de uma instituição pública para guarda e socialização do material deveria vir acompanhada da participação ativa do responsável pelo colecionamento das peças. Contudo, alguns colecionadores assumem o papel de “Dono do Museu”, figura significativa e contraditória, pois ao mesmo tempo que é responsável pela existência da coleção, também procede a “guarda quixotesca do acervo” pelo qual se sente responsável (Chiari, 1999). Assim, a coleção não precisa de livros de tombo, pois ele guarda na cabeça todas as informações necessárias e sua presença implica, também, uma certa resistência pessoal em aceitar sua transitoriedade.

#### 4.4.7. Região Metropolitana do Ceará: polo de Caucaia<sup>181</sup>

Esta última região compreende a porção situada a norte do Estado do Ceará, próxima à região metropolitana de Fortaleza. Essa região apresenta os maiores índices de densidade demográfica do estado, concentrando 30% de toda a população urbana do Ceará.

Caucaia foi um aldeamento de índios Potiguaras no século XVIII, elevado à vila em 1755 por causa das políticas pombalinas que determinaram que os bens dos jesuítas fossem confiscados e os aldeamentos fossem transformados em vilas. Com o nome de Vila Nova de Soure foi transformada em freguesia, em 1759. Em 1911 Soure adquiriu foros de cidade e, em 1943, teve seu nome alterado para Caucaia.

O município de São Gonçalo do Amarante está localizado numa área de antigas povoações indígenas, os Anacés, os Guanacés e os Jaguaruanas.

O turismo é uma das principais atividades econômicas da região, que recebe cerca de dois milhões de turistas, brasileiros e estrangeiros, por ano.

O polo de **Caucaia** vai englobar os seguintes municípios: Redenção, Barreira, Aracarape, Palmacia, Guaiuba, Maranguape e São Gonçalo do Amarante. As questões associadas aos grupos indígenas da região – os Tapeba e os Anacé - e ao turismo serão destacadas no programa de comunicação museológica.

Em Caucaia, temos o povo indígena Tapeba, com um território delimitado de 4.767 ha e população de aproximadamente 1350 pessoas. Contudo, a homologação e o registro cartorial das terras, as últimas etapas do processo demarcatório, não foram concluídas. A comunidade aguarda o remanejamento da população não-indígena e o fim das contestações judiciais. Em 2005, foi fundado o Memorial Tapeba Cacique Perna de Pau, atualmente desativado por causa de ações de vandalismo. É importante destacar que os Tapeba foram um dos povos iniciadores e estimuladores do movimento indígena do Ceará, a partir da década de 1980, em um processo de afirmação de identidades étnicas. A memória e, mais especificamente, a construção de espaços de memória voltados a afirmação e ao reconhecimento étnico, têm especial importância nesses processos (Gomes & Neto, 2009). Nesse caso, a visibilidade no memorial no âmbito da luta indígena levou a sua, esperamos, temporária desativação. A Ferrovia Transnordestina não incide no território Tapeba, situação diametralmente oposta à vivenciada com os grupo Anacés.

---

<sup>181</sup> Informações geográficas e históricas com base em Zanettini Arqueologia (2010)



**Figuras 161 e 162.** Escola indígena Tabeba, em Caucaia, e entrevista com Dona Raimundinha, líder da comunidade (Fonte: Arquivo Pessoal, Março de 2010).

Formados por 380 famílias residentes nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, os Anacés vivem um período tensão, devido à ameaça de desapropriação de suas terras tradicionais, iniciada em 1996, com o processo de construção do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, onde será interligada a Ferrovia Transnordestina. As pesquisas arqueológicas ainda não foram realizadas nessa área, pois a definição do eixo da ferrovia aguarda a decisão com relação à demarcação desse território. Desse modo, o programa de musealização enfrenta desafios éticos e políticos específicos nessa área.

#### **4.5. Elos, pontes e engrenagens: as estratégias concebidas**

Os estudos arqueológicos têm a peculiaridade de resultar, *via de regra*, na coleta de vestígios materiais que são projetados na esfera patrimonial, ou seja, esses estudos trazem sempre em seu bojo um problema museológico. No Programa de Gestão dos Recursos Arqueológicos da Ferrovia Transnordestina foram identificados, até o momento, mais de 430 sítios arqueológicos e 89 mil peças, distribuídos em mais de setenta municípios, nos estados do Pernambuco, Ceará e Piauí.

A musealização das coleções e narrativas arqueológicas traz, nesse contexto, desafios específicos, dada a amplitude do programa. Nesse sentido, a inserção dessa proposta no enquadramento teórico da Sociomuseologia nos impulsionou, necessariamente, a um amplo diagnóstico da realidade onde a ferrovia se projeta, considerando que o “Socio” deveria preceder à “Museologia”. Ou seja, era imperativo, inicialmente, conhecer as características socioeconômicas e culturais em tela, para, a partir daí, conceber o programa. Ademais, a perspectiva sociomuseológica nos levou a problematizar o conceito de desenvolvimento e a trabalhar a partir de um olhar interdisciplinar.

Como vimos, o território em tela carece de estruturas museológicas. Dentre os dezesseis polos selecionados para o desenvolvimento dos processos museológicos, apenas

sete possuem unidades museológicas: em Arcoverde, o **Museu do Índio**; em Serra Talhada, o **Museu do Cangaço** e a **Casa de Cultura**; em Salgueiro o **Museu da Cidade Levino Nunes de Alencar Barros** [não cadastrado ainda no CNM]; em Iguatu, o **Museu Iguatuense da Imagem e do Som Francisco Alcântara Nogueira**; em Quixeramobim o **Acervo Jorge Simão**, não aberto ao público; em Quixadá, o **Museu Histórico Jacinto de Sousa**; em Caucaia a **Memorial Tapeba Cacique Perna de Pau**. Conforme exposto, nenhuma dessas instituições consiste em um museu de perfil arqueológico, não obstante, os museus históricos e os que trabalham com a temática indígena são espaços potenciais para a ação do programa. Vale lembrar que no último caso, tanto o Museu do Índio, como o Memorial Tapeba encontram-se fechados. No caso do Museu de Imagem e do Som de Iguatu, a inserção de ações do programa de comunicação seria possível, mas não julgamos pertinente a inserção de acervos arqueológicos, que fogem à missão institucional do museu.

Passamos, então, a uma questão de suma importância: a destinação dos acervos. Como veremos adiante, partimos da ideia de que é necessário um equilíbrio entre a salvaguarda e a comunicação, no âmbito da cadeia operatória museológica. Dessa forma, compreendemos que a inserção da totalidade dos acervos nas instituições existentes, acompanhada da criação de outras unidades museológicas nos polos que ainda não as possui, não seria um caminho viável, dada a fragilidade estrutural verificada nessas instituições locais. Por outro lado, acreditamos que os processos de comunicação do patrimônio arqueológico não podem prescindir dos próprios vestígios arqueológicos, como vem ocorrendo, estranhamente, em diversos programas de educação patrimonial desenvolvidos no Brasil. Esboçaremos melhor essa questão adiante, procurando construir o almejado equilíbrio da cadeia operatória museológica.

No âmbito da comunicação, o diagnóstico nos mostrou a necessidade da criação de processos museológicos específicos em cada um dos polos, maximizando as oportunidades e minimizando as limitações. Seria certamente mais fácil conceber um programa homogêneo, a ser aplicado 'de cima para baixo' no imenso território a ser atingido pela Ferrovia. Mas estaríamos desenvolvendo um programa estéril.

Diante do cenário evidenciado, a inserção desse programa no fechamento desta tese não se deve ao fato do mesmo ser um 'modelo'. Tampouco essas ideias encontram-se em sua forma 'acabada'. Não obstante, acreditamos que a exposição de algumas premissas e linhas de ação possibilitará uma síntese dos problemas apresentados ao longo deste trabalho.

#### 4.5.1. Premissas

Em primeiro lugar, a **interface** entre **Sociomuseologia** e **Arqueologias pós-processuais** é tomada como caminho profícuo a ser trilhado, pois ambos os campos assumem o caráter subjetivo do conhecimento, questionam o papel social do patrimônio no mundo contemporâneo e investigam os interesses subjacentes à seleção das referências patrimoniais. No entanto, assumimos as especificidades desses campos: a Arqueologia voltada à reflexão e ação no âmbito da antropofagia arqueológica, ou seja, atuando na seleção dos vestígios materiais que se configurarão em patrimônio arqueológico, e a Museologia devotada à antropofagia museológica, ou seja, à proposição de processos museológicos que possibilitem a ressignificação dos vestígios arqueológicos projetados na esfera patrimonial.

No caso da Ferrovia Transnordestina o programa de musealização possibilitará a releitura tanto dos vestígios arqueológicos advindos das pesquisas em curso, realizadas desde 2006 no âmbito do empreendimento projetado, quanto das coleções arqueológicas já depositadas em instituições locais ou coleções particulares dos municípios envolvidos.

Segunda premissa: acreditamos que os **vestígios e narrativas arqueológicas** desvelados devem ser **integrados** as demais **referências patrimoniais** das comunidades. Isso porque, a preservação do patrimônio arqueológico como contribuição à formulação ou reforço de uma identidade cultural não tem autonomia ou natureza própria, uma vez que conflui para questões gerais como os conceitos de identidade e memória (Meneses 1987).

Ao ampliarmos o leque de referências patrimoniais que compõe o programa, estamos objetivando a construção de um diálogo efetivo com as comunidades envolvidas, favorecendo processos de apropriação/ desconstrução/ construção do conhecimento gerado pela pesquisa arqueológica, vencendo o estranhamento tão comum a esses vestígios, dotando-os de significado. Para adentrar o universo de referências patrimoniais das comunidades envolvidas, faz-se necessário um método de trabalho pautado na dialogicidade, o que nos remete à terceira premissa.

O processo museológico é tomado como uma ação educativa e de comunicação. Esse conceito de ação museológica pressupõe uma interação, produz um conhecimento e busca a construção de uma nova prática social (Santos, 2008, p.14). No quadro das ações voltadas à superação da ideia de educação como transmissão de conhecimento, tem grande destaque à obra de **Paulo Freire** (1921-1997), onde a educação foi colocada, pela primeira vez, como ato político. Convém lembrarmos a influência das ideias de Paulo Freire no

desenvolvimento da chamada Nova Museologia e, conseqüentemente, da Sociomuseologia, tendo sido o mesmo convidado a abrir a Mesa de Santiago do Chile, em 1972<sup>182</sup>.

O processo de musealização é um dispositivo de caráter seletivo e político, preso a subjetividades e vinculado a estratégias para atribuições de valores socioculturais. Pensar criticamente a antropofagia arqueológica e museológica é, certamente, colaborar para o empoderamento e libertação do ser humano, no âmbito de uma **educação popular**. Para Hugues de Varine, Paulo Freire nos mostrou que “Todo cidadão, toda comunidade oferece alguma coisa em troca do que o agente cultural pode lhe oferecer. Não deveria então ser mais possível fazer uma política cultural, conceber uma estratégia, utilizar métodos como se fazia antes de Paulo Freire” (Varine-Bohan, 1996, p. 9).

Cabe ainda apresentarmos o conceito de patrimônio cultural com o qual estamos trabalhando. O patrimônio pode ser entendido como herança de um passado concluído ou como uma seleção arbitrada no presente, cabendo, nesse caso, questionarmos as origens, significados e os agentes que se encarregaram dessa seleção. Optamos pelo segundo caminho, destacando que o **patrimônio cultural** é uma **seleção** de bens e valores de uma cultura, que formam parte da propriedade simbólica de determinados grupos (Merillas 2003, p. 20).

Fica claro que os vestígios arqueológicos, selecionados pelos pesquisadores, formam parte da propriedade simbólica desse grupo, não tendo a mesma significação para as comunidades. Arqueólogos, museólogos, educadores, enfim, todos os mediadores envolvidos no processo chegam, portando, o que Viveiros de Castro chama de “vantagem epistemológica” (2002 Apud Cabral & Saldanha, 2008, p.6). De um lado estamos nós, do outro a comunidade, que já nos recebe como portadores de conhecimento, como especialistas. Nosso desafio é quebrar essa barreira.

Como veremos, a pesquisa em sítios arqueológicos históricos do século XX possibilitou a construção de coleções e narrativas que têm um papel importante nessa transposição de barreira, pois a pesquisa selecionou referências ‘banais’ e ‘corriqueiras’ do cotidiano das comunidades. Distintos segmentos importantes como a oralidade, a musicalidade, a religiosidade, entre outros, também serão integrados ao processo. Passemos a compreender como.

---

<sup>182</sup> O que não se efetivou devido à questões políticas.



#### 4.5.2. Estratégias

Segundo Bruno (1996), a **musealização** é um “processo constituído por um conjunto de fatores e diversos procedimentos que possibilitam que parcelas do patrimônio cultural se transformem em herança, na medida em que são alvo de preservação e comunicação” (Bruno 1996, pp.67/68, grifo nosso). Temos destacado ao longo dessa tese o caráter seletivo da pesquisa arqueológica, que estamos denominando aqui de **antropofagia arqueológica** e dos processos de musealização, que, como afirma Bruno (1996), também selecionam parcelas, o que temos denominado de **antropofagia museológica**. O Museólogo atua como mediador neste processo.

Buscamos primeiramente compreender a **realidade arqueológica** a ser musealizada. A realidade arqueológica em pauta é formada pelas centenas de sítios arqueológicos encontrados no âmbito da pesquisa da Ferrovia Transnordestina e pelos sítios e coleções já existentes anteriormente à pesquisa. Apresentamos essa realidade nos itens 4.2. e 4.3.3.

A realidade arqueológica associada à compreensão do perfil socioeconômico e cultural do território abordado configura o **território patrimonial**. Assim, um primeiro movimento foi voltado à caracterização do território patrimonial, resultando nos itens 4.3. Olhar regional e 4.4. Olhar local.

As estratégias a seguir explicitadas consistem na proposição de procedimentos museológicos de **salvaguarda** e **comunicação** devotados ao aprimoramento do uso qualificado [preservação] dos bens patrimoniais. A cadeia operatória museológica busca estabelecer o **equilíbrio** entre esses procedimentos. Enquanto as ações de salvaguarda estão associadas aos problemas de conservação e documentação, as questões expositivas e de ação educativo-cultural ficam entrelaçados nas ações de comunicação. Ambos os domínios devem ser sempre amparados pelas ações de planejamento e avaliação.

O desenho do programa, no que concerne aos seus procedimentos de salvaguarda e comunicação é esquematizado a seguir.

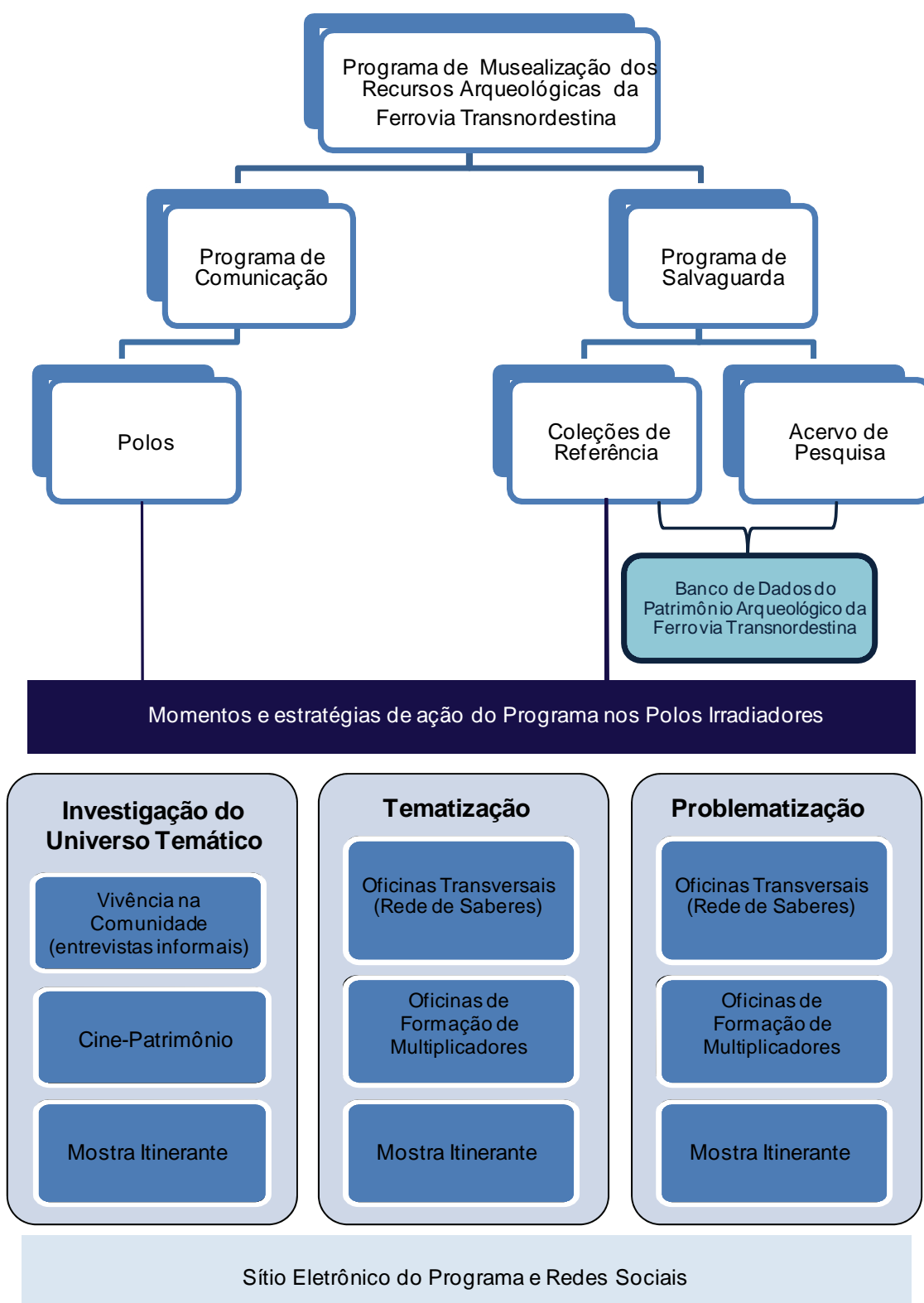


Figura 163. Estrutura geral do programa de Musealização.

#### 4.5.3. *Salvaguarda dos Acervos*

A Salvaguarda dos acervos será desenvolvida a partir de duas perspectivas: uma destinada à formação de **coleções de referência** a serem destinadas aos municípios polo do programa e outra frente destinada a estabelecer a instituição de guarda definitiva do **acervo de pesquisa**. Cabe destacar que a ‘missão’ dessas coleções é diferenciada.

As **Coleções de Referência**, dotadas de ‘apelo’ museológico, serão articuladas às ações de comunicação e educação. Os acervos poderão permanecer nos polos que possuem unidades museológicas onde o acervo possa ser inserido, sem prejuízo da missão institucional do museu. Nos polos que não possuem unidades museológicas os acervos só permanecerão durante o desenvolvimento do programa de comunicação. Dessa forma, serão formadas dezesseis coleções, a serem utilizadas em cada um dos polos, formadas a partir dos vestígios arqueológicos advindos das pesquisas na região de abrangência de cada polo.

O **Acervo de Pesquisa**, mais numeroso, com menor ‘apelo’ museológico, será inserido em uma ou mais instituições onde possa desempenhar seu papel enquanto base de estudos que visem à construção de conhecimento na Arqueologia do Nordeste. Apontamos três possibilidades: uma primeira seria inserir esse acervo em uma universidade pública localizada no interior do nordeste, a fim de embasar atividades de ensino e pesquisa em Arqueologia; uma segunda seria a tripartição desse acervo em uma instituição pública em cada um dos estados envolvidos; trazemos ainda uma terceira proposta associada à criação de Reservas Técnicas nas Superintendências Regionais do IPHAN.

##### *Primeira opção*

O IPHAN apontou o **Museu de Paleontologia da Universidade Regional do Cariri – URCA**, como instituição potencial para a guarda do acervo de pesquisa.

Localizado em Santana do Cariri, pequeno município ao sul do Estado de Ceará, o Museu de Paleontologia nasceu a partir de ações promovidas pelo Prof. Plácido Cidade Nuvens - atual reitor da URCA, em novembro de 1985. As primeiras peças paleontológicas chegaram ao Museu por meio de uma campanha pública de conscientização da população acerca da importância do museu, como o melhor destino para as peças fósseis encontradas na região. O Museu é a instituição cultural mais importante da região, recebendo quase 25 mil visitantes/ano, três vezes a população da cidade.

Nesse sentido, a inserção do acervo de pesquisa no museu envolveria primeiramente a formulação de um **Plano Museológico**, onde a própria missão museal da instituição seria adequada ao fato de que o Museu de Paleontologia iria tutelar um dos

acervos arqueológicos mais significativos do Nordeste e passaria, portanto, a abarcar também a missão de um museu de Arqueologia. Dessa forma, a contrapartida do programa para o Museu residiria na elaboração do Plano Museológico, na adequação arquitetônica e de mobiliário e na concepção e montagem da mostra de longa duração, reunindo acervos paleontológicos e arqueológicos.

Cabe destacar três características da instituição, de especial importância para o desenvolvimento do programa de musealização, a saber: primeiramente, trata-se de um museu vinculado a uma Universidade Pública que poderia sediar um importante centro de formação em Arqueologia. Em segundo lugar, o Museu em epígrafe ocupa papel de destaque no campo paleontológico mundial, como uma referência em ensino e pesquisa em Paleontologia, o que também se coaduna com a criação do referido polo de formação em Arqueologia. Em terceiro lugar e não menos importante, salientamos a missão social do museu, que tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do entorno a partir do uso qualificado do patrimônio paleontológico<sup>183</sup>.

Como pontos positivos dessa alternativa, indicamos o fato dessa instituição ser um museu universitário, indissociavelmente relacionado à pesquisa, ensino e extensão, o que garantia, em teoria, a utilização desses recursos nas três linhas mencionadas. Esse potencial também pode ser lido como ‘fraqueza’, uma vez que vimos que as instituições universitárias associadas à salvaguarda do material arqueológico no Brasil têm focado a pesquisa, em detrimento das ações de comunicação dos acervos. Outros pontos negativos estão associados ao fato dos acervos dos estados do Piauí e Pernambuco serem deslocados para o Ceará e à questão do museu estar inserido em um município – Santana do Cariri, que não está no território de intervenção direta da Ferrovia Transnordestina.

### *Segunda opção*

Levantamos, para cada um dos estados, as instituições potenciais para a recepção dos acervos, caso a alternativa de tripartição dos acervos seja escolhida pelo IPHAN.

Em Pernambuco, levantamos informações acerca da viabilidade da inserção dos acervos no **Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco**, em

---

<sup>183</sup> Cabe apontar que o Museu de Paleontologia compõe o GeoPark Araripe, apresentado à UNESCO em 2005 e aprovado pela Divisão de Ciências da Terra na II Conferência Mundial dos Geoparks, realizada na Irlanda do Norte, em 2006. O conceito do GeoPark está baseado no estabelecimento de uma rede de nove Geossítios de valor histórico, geológico, paleontológico, permitindo ao visitante uma abrangente compreensão da origem, evolução e estrutura atual da Chapada do Araripe. Com uma área de 3.520,52 Km<sup>2</sup>, o GeoPark abrange seis municípios da região do Cariri: Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. O Geopark Araripe desenvolve projetos inovadores de caráter social, buscando para isso o apoio e a participação de entidades públicas, privadas, não governamentais e do conjunto da sociedade. O despertar da curiosidade, do anseio de participação e da consciência, para as riquezas naturais e culturais que nos cercam, surge como principal meta destes projetos.

Recife. Essa foi a instituição que forneceu o maior número de apoios às portarias de pesquisa entre 2003 e 2009 no âmbito do estado [40%].

Cabe destacar que a Universidade de Pernambuco ilustra bem como a musealização da Arqueologia está, muitas vezes, mais associada à atuação de pesquisadores do que a uma política universitária estruturante, uma vez que a universidade tem três centros de pesquisa, o mencionado Laboratório de Arqueologia, o Núcleo de Estudos Arqueológicos e o Núcleo de Estudos Indigenistas. Cada espaço desenvolve pesquisas de forma independente.

O Laboratório de Arqueologia foi escolhido para interlocução pois tem desenvolvido pesquisas importantes em contextos da Arqueologia Histórica e, nesse estado, grande parte dos sítios arqueológicos da Ferrovia Transnordestina estão relacionados aos contextos históricos. Contudo, fomos informados que esse laboratório está, atualmente, com sua reserva técnica lotada, sendo impossível inserir os acervos do programa da Ferrovia Transnordestina nesse espaço<sup>184</sup>. Essa situação ilustra bem as dificuldades que as instituições universitárias associadas à musealização da Arqueologia têm enfrentado, sendo semelhante a situação verificada no Ceará.

Contatamos também a **Universidade Estadual do Ceará**, em Fortaleza, que vem desenvolvendo pesquisas na área da Arqueologia no âmbito do **Centro de Humanidades**.

O Centro de Humanidades foi a instituição que forneceu maior número de endossos às pesquisas no estado do Ceará entre 2003 e 2009 [15 dentre 28 endossos]. É importante lembrar que diversas postarias para pesquisa no estado do Ceará [65%] têm contado com endossos de instituições de outros estados, o que resulta em evasão significativa do patrimônio arqueológico resgatado no estado. Não obstante, nos últimos meses o Centro de Humanidades perdeu parte de sua estrutura física – laboratório e reserva técnica, devido a mudanças na universidade, enfraquecendo um processo de consolidação da Arqueologia no âmbito dessa instituição<sup>185</sup>.

Por outro lado, um convênio com Superintendência Regional do IPHAN está em vias de formalização, o que possibilitaria a recuperação dos espaços e recursos destinados à Arqueologia. Nesse processo de reestruturação, a verba advinda de uma possível parceria para recepção dos acervos da Ferrovia Transnordestina, também auxiliaria na remodelagem da instituição.

Por fim, no estado do Piauí, contatamos a **Fundação Museu do Homem Americano - FUNDHAM**, localizada em São Raimundo Nonato, sem dúvida a mais

---

<sup>184</sup> Entrevista realizada com o Professor Dr. Marcos Albuquerque no dia 29 de Outubro.

<sup>185</sup> A visita técnica a essa instituição ocorreu no dia 14 de Outubro de 2010, envolvendo entrevista com a Professora Dra. Sílvia Siqueira, diretora do Centro de Humanidades.

importante instituição do estado no âmbito do patrimônio arqueológico. Ainda que não seja uma instituição universitária, a FUNDHAM é caracterizada por um trabalho contínuo de pesquisa, preservação e divulgação da Arqueologia.

Mais uma vez, encontramos uma situação semelhante: diante das dificuldades de toda a natureza que a Fundação enfrenta para manutenção das ações de preservação dos sítios arqueológicos do Parque Nacional da Serra da Capivara, bem como de seus acervos - que já totalizam mais de 900 mil peças – fomos informados da inviabilidade da inserção dos acervos do programa da Ferrovia Transnordestina nessa instituição<sup>186</sup>.

Dessa forma, constatamos que nenhum dos estados possui atualmente instituições apropriadas para a salvaguarda do **Acervo de Pesquisa** advindo da Ferrovia Transnordestina, segundo informações obtidas nas próprias instituições. Por condição apropriada, entendemos a garantia da preservação física dos acervos, da documentação correspondente e a utilização das coleções para pesquisa e divulgação. Essa condição apropriada também não foi verificada no Museu da URCA, mencionado na primeira opção. Sendo assim, ambas as opções apresentam pontos de difícil superação.

#### *Terceira opção*

Uma alternativa para esses e outros projetos em desenvolvimento no país seria a criação de **Reservas Técnicas** em cada uma das Superintendências Regionais do IPHAN, em uma ação conjunta com o IBRAM. Essas reservas possuiriam um centro de documentação e laboratórios, possibilitando o acesso aos acervos, relatórios e demais informações das pesquisas, para fins de desenvolvimento de trabalhos acadêmicos. Também permitiriam o ‘empréstimo’ de peças para ações educativas e de comunicação museológica. O financiamento para construção e a manutenção dessas Reservas viria dos próprios empreendimentos em licenciamento no país.

A existência de coleções de referência e do acervo de pesquisa, bem como a possível tripartição desse último, estaria associada à construção de um **Banco de Dados do Patrimônio Arqueológico da Ferrovia Transnordestina**. Cabe lembrar que o acervo como um todo tem passado pelos mesmos procedimentos de documentação e conservação, garantindo a necessária uniformidade nos processos de tratamento das coleções. Mais do que as peças propriamente ditas, é necessário entregar às instituições de guarda - tanto aquelas com acervos de referência como aquelas instituições de guarda do acervo destinado à pesquisa - a documentação correspondente, em formato digital, envolvendo

---

<sup>186</sup> Entrevista realizada com a Professora Dra. Niéde Guidon no dia 22 de Outubro.

planilhas de controle, informações de campo, catálogo digital das coleções de referência e relatórios produzidos.

A gestão eficaz dos dados reunidos ao longo das pesquisas arqueológicas iniciadas em 2006, no âmbito da **Ferrovia Transnordestina**, consiste uma demanda fulcral do programa de pesquisa científica e de socialização. Isso porque essas informações devem estar disponíveis à comunidade científica e sociedade, garantindo a releitura crítica dos resultados científicos e a utilização desses recursos enquanto componentes de processos de construção das identidades culturais por parte das comunidades envolvidas. A construção de um banco de dados, primeiramente disponível em **mídia digital** e, em um segundo momento – quando da efetiva realização do programa de musealização, no sítio eletrônico do programa, possibilitará o equacionamento dessas demandas.

Acreditamos que o respeito à ‘missão’ dos acervos é uma alternativa a ser trilhada na arqueologia musealizada brasileira. Como vimos no Capítulo 2, a realidade contemporânea tem sido marcada ou pela excessiva centralização dos acervos, deslocados completamente de seus territórios de origem, ou por uma pulverização por vezes leviana.

As pesquisas no âmbito da Ferrovia Transnordestina já nos legaram cerca de 89 mil peças projetadas na esfera patrimonial. Uma parte significativa desses acervos não possui apelo museológico, sendo caracterizados até mesmo por uma exaustiva repetição. Mas esse acervo tem um papel importante no ensino e pesquisa, quando associado a instituições especializadas. Por outro lado, é necessário conceber estratégias onde o contato direto das comunidades com o patrimônio arqueológico seja garantido. Programas de educação patrimonial e de Arqueologia Pública têm sido desenvolvidos no Brasil sem nem sequer a presença, mesmo que temporária, dos objetos arqueológicos. Coleções de referência de amplitude local seriam um caminho profícuo, garantindo a permanência desses objetos em seus locais de origem. Essas coleções podem estar articuladas aos segmentos patrimoniais valorizados pelas comunidades, em instituições de perfis diferenciados. Essas coleções são vetores de informação acerca do passado e do presente, são objetos geradores (Ramos, 2004) a serem exploradas nos processos de comunicação museológica, a seguir esboçados.

#### *4.5.4. Comunicação Museológica*

O território patrimonial em tela é caracterizado por uma ampla gama referências culturais, sobre as quais serão projetadas coleções e narrativas construídas a partir das pesquisas arqueológicas realizadas na Ferrovia Transnordestina. O universo museológico é caracterizado por um reduzido número de instituições e pela instabilidade daquelas



existentes. Esses fatores, associados à extensão do território em questão, envolvendo mais de dois milhões de pessoas, apontaram a necessidade de um programa de comunicação que atuasse em **rede**, a partir do estabelecimento de polos irradiadores sob uma **perspectiva de itinerância**.

O programa será aplicado durante três meses presenciais em cada um dos polos, resultando em um período de quatro anos para o desenvolvimento das ações. Importante destacar que um sítio eletrônico e demais redes sociais funcionarão ao longo de todo esse período, possibilitando a continuidade da troca de informações nos polos onde haja acesso à internet.

No âmbito da implantação do programa em cada um dos polos, vale apontar as particularidades tangenciadas pelo diagnóstico realizado. No Ceará os poderes públicos municipais serão os principais parceiros do programa. Em Pernambuco temos a presença significativa de organizações não governamentais, as quais serão nossas interlocutoras por excelência. No Piauí os eixos do programa serão construídos a partir da parceria com programas de assistência social, residindo aí desafios específicos para o efetivo uso do patrimônio como fator de desenvolvimento integrado.

A comunicação museológica será construída a partir do conceito de **educação popular**, na concepção freiriana, ou seja, como o esforço de mobilização, organização e capacitação dos sujeitos (Freire, 1970/1987, p. 19). Nesse sentido, o patrimônio arqueológico é aqui compreendido como recurso a ser utilizado para o aprimoramento da percepção de mundo, para a libertação do indivíduo.

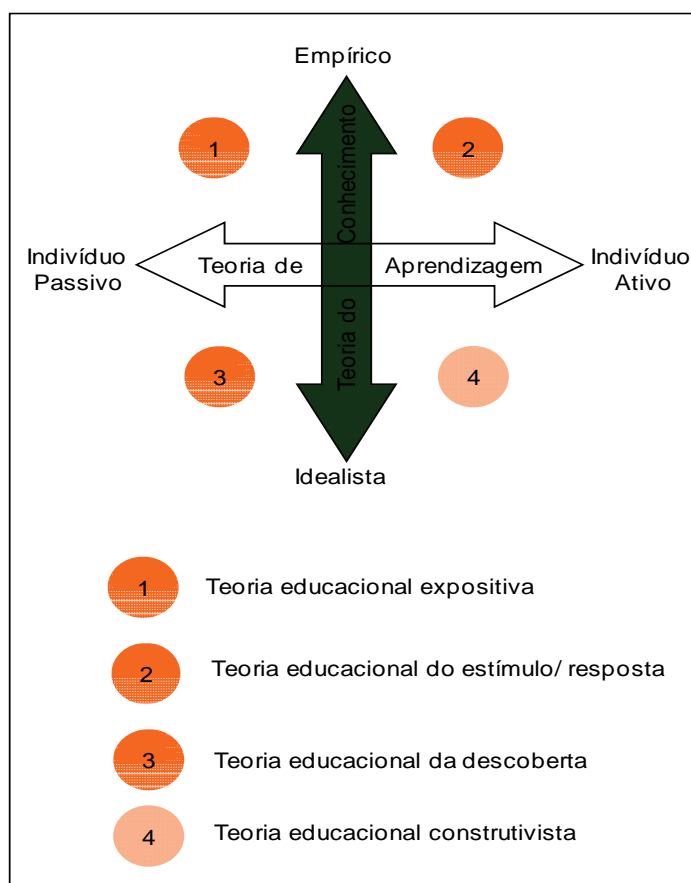
Para Paulo Freire era preciso **ler o mundo** para poder transformá-lo (Gadotti, 2002). A Arqueologia possibilita uma leitura específica do mundo, pautada na materialidade. Ora, em Pedagogia do Oprimido ao discutir as relações homens-mundo, os temas geradores e o conteúdo programático, Paulo Freire sublinha a importância da concretude, da existência para constituir o conteúdo programático (Freire, 1970/ 1987). A materialidade analisada à luz da Arqueologia possibilita uma melhor compreensão dessa concretude.

Destacamos ainda que as ideias de Paulo Freire são um contributo importante para a Sociomuseologia. Seu pensamento era transdisciplinar e transversal (Gadotti, 2002).

Como aponta Hugues de Varine-Bohan (2002) a educação popular visa “liberar a capacidade criativa do indivíduo e dar-lhe condições de ocupar um lugar como ator cultural, social e econômico de forma integral, em sua comunidade e em seu território. Isso corresponde exatamente à noção de ‘conscientização’ de Paulo Freire” (Varine-Bohan, 2002, p.288).

A premissa de que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1970/ 1987, p.39), nos

aponta para a necessária **dialogicidade** do programa. Dessa forma, nos situamos no âmbito da teoria construtivista que associa a visão idealista do conhecimento ao papel ativo do indivíduo na aprendizagem, afirmando ainda a politicidade do conhecimento, aspecto particular ao pensamento freireano.



**Figura 164.** Esquema geral da relação entre Teoria do Conhecimento, Teoria da Aprendizagem e Teoria e Método Educacional (Adaptado de Melo, 2007 e Merillas, 2003)

A partir desses pressupostos, definimos que o programa de comunicação museológica atuará em três momentos, dialeticamente entrelaçados, a investigação do universo temático, a tematização e a problematização. Mas, antes de explicarmos esses momentos, convém apresentar as ferramentas a serem utilizadas.

Uma ferramenta de especial importância nesse processo será a **Exposição Itinerante**. Essa mostra terá um núcleo comum que visa problematizar questões que permeiam todo o programa, como, por exemplo, o conceito de Arqueologia como ciência que estuda o passado a partir das perguntas do presente, trazendo ainda insumos para a construção do futuro; a questão da Ferrovia Transnordestina como eixo reordenador da paisagem, trazendo mudanças para as comunidades envolvidas; a relação entre patrimônio, memória e identidade. Esses eixos serão acrescidos dos temas geradores levantados em cada polo. Essa exposição será formada pelas coleções de referência, ou seja, para cada

polo teremos os ‘objetos geradores’ encontrados naquela região. Para Paulo Freire, o objeto não é só objeto, é, ao mesmo tempo, problema: o que está em frente, como obstáculo e interrogação (Freire, 1970/ 1987, p.7).

O **Cine-Patrimônio** envolverá a mostra de filmes sobre patrimônio, memória e Arqueologia, objetivando uma aproximação com a sociedade, bem como sua sensibilização para o programa. Esses filmes serão projetados em espaços públicos de referência da cidade e de vilarejos da zona rural.

As **Oficinas Transversais - Rede de Saberes** pretendem trabalhar por meio do círculo de cultura, **temas geradores**, levantados na investigação do universo temático. Consistem em espaços onde as narrativas e coleções arqueológicas serão integradas aos problemas, discursos e modos de fazer locais – indicados nos temas geradores mencionados. Serão anunciados na mídia local e a participação será aberta a todos os interessados, embora devam ser concebidas oficinas para segmentos específicos da sociedade, como, por exemplo, cooperativas de artesãos, teatro, dança e folclore; espaços de produção e formação em audiovisuais; grupos dedicados ao turismo cultural e ambiental; iniciativas associadas ao desenvolvimento sustentável das comunidades, em um amplo senso. Por exemplo, no município de Ouricuri temos uma organização não governamental – a Caatinga - direcionada ao desenvolvimento sustentável de famílias agricultoras do semiárido, a partir da valorização dos conhecimentos tradicionais dessas famílias e da educação agroecológica, nesse contexto trabalharíamos com o tema gerador, “Agricultores do nordeste”, como eixo de reflexão entre as práticas de cultivo realizadas no passado, desveladas pela Arqueologia, e as práticas realizadas no presente.

Convém explicitarmos alguns conceitos importantes para o desenvolvimento dessas oficinas. O **Círculo de Cultura** procura substituir a ideia de sala de aula por um espaço onde “todos estão à volta de uma equipe de trabalho que não tem um professor ou um alfabetizador, mas um animador de debates (...), o animador coordena um grupo e, a todo momento, anima um trabalho orientando uma equipe cuja maior qualidade deve ser a participação ativa em todos os momentos do diálogo” (Brandão, 1981, p.44). Nos círculos de cultura a troca é fundamental, mais que isso, é condição *sine qua non* para uma ação museológica libertadora. Para Paulo Freire a troca era fundamental, “o Diálogo não é apenas uma estratégia pedagógica, é um critério de verdade” (Gadotti, 2002, p. 54). A ‘verdade’ nasce do diálogo, do conflito com o olhar do outro.

Os **temas geradores**, por sua vez, estão associados às questões, discussões e aos problemas colocados pelo presente. São temas amplos, organizados em círculos concêntricos, que, dentro de si, englobam os menores. Dos temas geradores mais amplos se parte para se chegar nos temas mais focalizados. Esses temas geradores serão

trabalhados a partir das narrativas dos indivíduos, confrontadas com objetos arqueológicos geradores (Ramos, 2004) e narrativas construídas pela Arqueologia.

Selecionamos quatro temas geradores propostos no pensamento freireano (Brandão, 1981), para, a partir daí, encaminhar alguns temas geradores menores, específicos a serem desenvolvidos nas **oficinas da rede de saberes**:

**1) Tema Gerador: A natureza e o homem: a paisagem**

*Desdobramentos possíveis em temas geradores menores:*

Ferrovia Transnordestina: eixo de reordenamento da paisagem;

Sertão encantado: arqueologia e patrimônio imaterial;

Turismo e Arqueologia: leituras e usos da paisagem.

**2) Tema Gerador: Relações do homem com a natureza: o trabalho**

*Desdobramentos possíveis em temas geradores menores:*

Agricultores do nordeste;

Morar no sertão: a civilização do couro.

**3) Tema Gerador: O processo produtivo: o trabalho como questão**

*Desdobramentos possíveis em temas geradores menores:*

Marcas da pedra;

Oleiras e oleiros: trabalho e arte.

**4) Tema Gerador: Formas de expropriação: relações de poder**

*Desdobramentos possíveis em temas geradores menores:*

Comunidades quilombolas e patrimônio arqueológico: possibilidades;

Arqueologia e Memória Indígena;

Cangaço e Arqueologia: aproximações.

**Quadro 30.** Temas Geradores potenciais a serem trabalhados nas Oficinas Transversais - Rede de Saberes.

Polo	Temas Geradores									
	Ferrovia Transnordestina: eixo de reordenamento da paisagem	Sertão encantado: arqueologia e patrimônio imaterial	Turismo e Arqueologia: leituras e usos da paisagem	Agricultores do nordeste	Morar no sertão: a civilização do couro	Marcas da pedra	Oleiras e oleiros: trabalho e arte	Comunidades quilombolas e patrimônio arqueológico: possibilidades	Arqueologia e Memória Indígena	Cangaço e Arqueologia: aproximações
Ipojuca										
Altinho										
Arcoverde										
Custódia										
Serra Talhada										
Salgueiro										
Ouricuri										
Paulistana										
Simplício Mendes										
Rio Grande do Piauí										
Brejo Santo										
Abaíara										
Iguatu										
Quixeramobim										
Quixadá										
Caucaia										

Por fim, teremos oficinas destinadas a processos de **Formação** de agentes multiplicadores. Esse nível é estratégico para a continuidade das ações deflagradas pelo programa. O fortalecimento das instituições culturais existentes se dará por meio de oficinas de formação para as equipes existentes, onde serão destacadas as proposições da Política Nacional de Museus, por exemplo. Também serão desenvolvidas atividades de formação para incorporação das coleções de referência a essas instituições, envolvendo, ainda, a reformulação das exposições. Ainda nesse nível estão inseridas as ações relacionadas à educação formal, onde os professores serão agentes multiplicadores por excelência. Dessa forma, atuando também por meio do Círculo da Cultura, essas oficinas visam à formação de agentes multiplicadores dos conhecimentos construídos ao longo da pesquisa, assim como à socialização de informações relativas às políticas públicas de cultura.

Temos as seguintes linhas temáticas propostas para trabalho nas **oficinas de formação**:

- Arqueologia: uma forma de ler o mundo;
- Museus comunitários;
- Educação e Patrimônio: possibilidades;
- O Passado construído pela Arqueologia: problematizar o presente e projetar o futuro da nossa região.

Por fim, os temas geradores e estratégias mencionadas serão utilizados nos seguintes momentos:

### **1) Investigação do Universo Temático**

Levantamento dos temas geradores relacionados com a vida cotidiana dos interlocutores e do grupo social a que eles pertencem. Esse momento deverá ocorrer nas duas primeiras semanas do programa de comunicação, já associado ao Cine-Patrimônio e à Exposição Itinerante. Por meio de conversas informais, serão corroboradas ou não as informações que já possuímos no que concerne aos indicadores da memória e referências patrimoniais, assim como os principais problemas dos grupos envolvidos. A metodologia é assim descrita

“Caderno de campo na mão, olhos e ouvidos atentos, se possível [se adequado] gravador em punho. As pessoas do ‘programa de educação’ misturam-se com as ‘da comunidade’. (...). Não há questionários nem roteiros predeterminados para a pesquisa. Se houvesse, eles seriam como uma cartilha. Trariam pronto o ponto de vista dos pesquisadores. Há perguntas sobre a vida, sobre casos acontecidos, sobre o t r a b a l h o , sobre modos de ver e compreender o mundo. Perguntas que emergem de uma vivência que começa a acontecer a l i.” (Brandão, 1981, p.25)

Nessa etapa são firmadas as parcerias potenciais, assim como levantados novos parceiros, e agendadas as Oficinas de Rede de Saberes e de Formação de Multiplicadores.

### **2) Tematização**

Na primeira parte das oficinas transversais ou de formação, mediador e interlocutores codificam e decodificam os temas geradores, buscando seu significado social. A tematização ocupará a primeira parte das Oficinas Transversais<sup>187</sup> e o primeiro encontro das Oficinas de Formação<sup>188</sup>.

### **3) Problematização**

Mediador e interlocutores estabelecem eixos de transformação do contexto vivido, a ação educativa parte para a práxis transformadora. No âmbito da Rede de Saberes, a problematização ocorrerá no âmbito da própria oficina, por meio do aprofundamento das

---

<sup>187</sup> As Oficinas Transversais consistirão em um encontro de 4 horas.

<sup>188</sup> As Oficinas de Formação serão formadas por três encontros de 4 horas cada.

questões já suscitadas no momento da tematização. No caso das Oficinas de Formação, a problematização será configurada no segundo encontro de formação, sendo, ainda, desenvolvida por meio de cada multiplicador em seu grupo. Na terceira reunião da formação, cada agente trará as percepções de seu grupo.

Importante apontar que, embora tenhamos apontado alguns temas geradores específicos para as Oficinas Transversais e mais universais para as Oficinas de Formação, não é possível fechar os conteúdos programáticos de forma definitiva antes da realização de uma investigação mais ampla do universo temático. Além disso, procurarmos não 'fechar' as estratégias de aplicação uma vez que o método Paulo Freire, que o próprio autor não via como método, "se constrói a cada vez que ele é coletivamente usado dentro de um círculo de cultura de educadoras-educandos" (Brandão, 1981, p. 24).

Dessa forma, buscamos traçar nesse item menos um programa de comunicação museológica propriamente dito, e mais alguns caminhos possíveis de comunicação das coleções e narrativas construídas a partir da pesquisa arqueológica na Ferrovia Transnordestina. Ao entrelaçarmos as perspectivas das Arqueologias Pós-Processuais e da Sociomuseologia, lançamos mão do pensamento de Paulo Freire para o estabelecimento das ações educativas e de comunicação, compreendendo que tal pensamento tem uma marca importante na Sociomuseologia.

Um ponto muito próprio à educação popular é que o conhecimento do mundo é também feito através das práticas do mundo. Por meio dessas práticas que inventamos uma educação familiar às comunidades. Para tanto trabalhamos a partir de um universo, de um modo de conhecimento que é peculiar a elas (Brandão, 1981, p. 20). Não podemos prescindir das questões colocadas pelo presente para a construção de uma pedagogia libertadora. Entendemos que essa pedagogia libertadora é cara à Sociomuseologia. **Como poderíamos partir do conhecimento que é peculiar aos nossos interlocutores se não tivéssemos considerado, e, efetivamente, realizado uma Arqueologia do Século XX?** Essa Arqueologia possibilitou a construção de acervos materiais e narrativas que contam um pouco sobre esses contextos em transformação, frente à própria ação da Ferrovia Transnordestina. Os temas geradores aqui propostos serão problematizados por objetos arqueológicos geradores. Esse processo só será possível, pois a Antropofagia Arqueológica e a Antropofagia Museológica partiram das mesmas premissas teóricas, políticas, éticas e, porque não, afetivas.



## **CONCLUSÃO**

Procuramos mostrar, ao longo desta tese, como a relação entre instituições museológicas e patrimônio arqueológico no Brasil tem sido pautada por caminhos de aproximação, rotas de afastamento e pontos de colisão. Para tanto, buscamos traçar, primeiramente, alguns processos históricos que configuraram essa relação.

Um **primeiro processo** esteve associado à criação dos primeiros museus brasileiros e a sua relação com a Arqueologia Nobiliárquica e com a Arqueologia do Primitivo (Ferreira, 2002, 2007). Naquele contexto, observamos a estreita relação entre instituições museológicas e patrimônio arqueológico, uma vez que as práticas discursivas da Arqueologia eram geradas, em grande parte, a partir ou em colaboração com essas instituições. O Museu Nacional, no Rio de Janeiro; o Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém; o Museu Botânico do Amazonas, em Manaus; o Museu Paulista, em São Paulo e o Museu Paranaense, em Curitiba foram os espaços de produção de coleções e narrativas cujos critérios classificatórios buscavam justificativas para deturpar ou representar os grupos indígenas no discurso histórico que forjava a identidade nacional (Ferreira, 2002, p.54). Convém destacar a onipresença de coleções e até mesmo seções especialmente dedicadas à Arqueologia nessas instituições.

Destacamos, nesse processo, a Exposição Antropológica de 1882: a primeira em seu gênero no mundo (Lopes, 1997). A Musealização da Arqueologia no Brasil teve, neste contexto, projeção internacional. Por um lado, era necessário buscar vestígios de civilizações que pudessem figurar na construção da nação, esse era o tratamento dado ao “índio histórico”, de preferência extinto. Por outro lado, era necessário comprovar a ‘debilidade’, justificar o controle ou mesmo extinção do “índio contemporâneo” (Lourenço, 2009, 2010). Dessa forma, a comunicação museológica da exposição de 1882 revelou-se como um “discurso engenhoso” (Cury, 2005), capaz de entrelaçar essas narrativas e de marcar a Musealização da Arqueologia Brasileira na longa-duração. Dessa forma, algumas visões, sobretudo no que concerne à busca de um passado ‘civilizado’, ainda ecoam nas narrativas arqueológicas e discursos expográficos contemporâneos.

Advogamos que a não concretização dessa busca por vestígios associados a uma visão ocidental de ‘civilização’ foi um dos elementos basilares para a configuração do patrimônio arqueológico como coadjuvante institucional nos museus brasileiros.

Finalizado o período imperial, o período republicano trouxe novos discursos de construção da identidade nacional. Esse **segundo processo** teria lançado as fontes arqueológicas ao terreno das memórias exiladas. A análise de aspectos da construção da história da cultura brasileira no período demonstraria o sistemático abandono das fontes arqueológicas, caracterizando uma “estratigrafia de olhares interpretativos míopes em relação ao passado pré-colonial” (Bruno, 1995, p.12).

Salientamos, ainda, o papel das políticas culturais públicas nesse processo. No âmbito das estratégias do Estado brasileiro para construção da nação, algumas representações tornaram-se hegemônicas, especialmente aquelas relacionadas à arquitetura barroca colonial (Chuva, 2009). Os vestígios arqueológicos no Brasil enquadraram-se raramente no conceito ocidental de 'excepcional' expresso no Decreto-lei de 1937. Esses vestígios, sem a magnitude almejada e perseguida no período imperial, não coadunavam com as práticas e narrativas de construção da nação. Nesse projeto, o patrimônio arqueológico só poderia assumir papel coadjuvante.

Não obstante, a relação entre o Museu Nacional e o SPHAN foi estreitíssima no período, sendo aquele o responsável pela fiscalização e cadastramento dos sítios no país (Saladino, 2010). Entretanto, as pesquisas arqueológicas do Museu Nacional continuavam sendo direcionadas às mencionadas "riquezas arqueológicas". Tais objetos, signos do ideal de civilização perseguido, tinham lugar, até mesmo, na coleção particular do então presidente da república Getúlio Vargas, segundo artigo escrito por Torres (1937), diretora do Museu Nacional.

Um **terceiro processo** está associado ao movimento arqueológico-universitário (Bruno, 1995), configurado pela especialização das áreas do conhecimento e pela expansão dos laboratórios e centros de pesquisa nas universidades, em detrimento da identidade museológica. A atuação de equipes estrangeiras que ampliaram as pesquisas arqueológicas ao longo do território brasileiro, mas que não tinham ligação com nossa história social e cultural, foi determinante nesse processo que resultou no isolamento da Arqueologia e, conseqüentemente, na falta de articulação com outros segmentos patrimoniais.

No último quartel do século XX, o patrimônio arqueológico continuou a ser inserido, cada vez mais, nas estruturas universitárias. Entretanto, a comunicação museológica foi resultado de esforços de profissionais que sonhavam com a aproximação do patrimônio arqueológico e a sociedade, não compondo uma política estruturada.

Temos de destacar alguns exemplos de musealização da arqueologia no período, como o Museu do Marajó, em Cachoeira do Arari, no Pará, e o Ecomuseu de Itaipu. O Museu do Marajó consiste no primeiro processo de musealização da Arqueologia no Brasil a envolver pressupostos da Nova Museologia. Por sua vez, o Ecomuseu de Itaipu foi o primeiro a ser criado a partir de um processo de licenciamento ambiental. No entanto, enquanto no primeiro museu mencionado temos a inserção dos vestígios arqueológicos nos demais segmentos patrimoniais a partir do olhar local, no segundo, o patrimônio arqueológico ocupou lugar secundário.

Caminhos de aproximação	Rotas de Afastamento
Olhares entrecruzados para os mesmos fenômenos: interdisciplinaridade e complementaridade dos campos	Olhares entrecruzados para os mesmos fenômenos: disputa dos campos pela abordagem dos mesmos fenômenos
Abordagem inovadora no Brasil: Musealização da Arqueologia	Incompreensão recíproca sobre as transformações conceituais, teóricas e metodológicas da outra área
Dinâmica contemporânea dos campos no Brasil: expansão das ações, fortalecimento dos processos e ampliação da formação	Dinâmica contemporânea dos campos advém de processos diferenciados: Museologia – mudanças na política cultural; Arqueologia – crescimento econômico e legislação ambiental
Sociomuseologia e Arqueologias Pós-Processuais: um entrelaçamento profícuo	

**Figura 165.** Síntese dos caminhos de aproximação e das rotas de afastamento da interface Museologia – Arqueologia no cenário contemporâneo.

Um **quarto processo**, abordado de maneira mais aprofundada ao longo da tese, consiste no cenário contemporâneo marcado por uma expressiva dinâmica no campo arqueológico e museológico, impulsionada por ‘molas’ propulsoras diferenciadas, levando a estranhamentos das mais diversas naturezas entre os campos.

No cenário museal, destaca-se uma política pública devotada ao incremento de processos museológicos, onde se enfatiza o papel social dos museus e a participação comunitária. No cenário arqueológico, destaca-se uma política de proteção ao meio ambiente, resultando no crescimento exponencial de pesquisas arqueológicas diretamente associadas ao licenciamento de empreendimentos, evidenciando uma forte ligação ao mercado.

Essas rotas, aparentemente irreconciliáveis, só poderão ser entrelaçadas a partir de uma transformação teórica também no seio da Arqueologia – a qual já pode ser vislumbrada em alguns trabalhos no país, e da **definição de políticas públicas** direcionadas ao equacionamento dos problemas museológicos decorrentes das pesquisas arqueológicas. Sim, porque toda a pesquisa arqueológica gera um problema museológico: coleções e/ou narrativas a serem preservadas e socializadas.

Procurando compreender a configuração contemporânea dos campos, também efetuamos a análise dos  **cursos de graduação** em Arqueologia e Museologia existentes no Brasil, responsáveis pela formação dos agentes dos campos. No âmbito da formação em Museologia, verificamos que 57% dos cursos envolvem disciplinas que abordam a Arqueologia. Nesse caso, defendemos que não se trata de aceder ao conhecimento construído pela Arqueologia no Brasil, tampouco de compreender os métodos e técnicas

dessa disciplina, mas sim de refletir sobre as questões museológicas que emergem do fazer arqueológico, como, por exemplo, a geração de acervos, inerente ao fazer arqueológico, e a necessidade de estratégias de socialização das narrativas construídas no seio da Arqueologia. Os cursos da UFRB, UFPEL e UFOP sinalizam nessa direção. No âmbito da formação em Arqueologia, cerca de 50% dos cursos trazem disciplinas voltadas à Museologia. Nesse caso, consideramos que a compreensão da cadeia operatória museológica é essencial na formação básica dos arqueólogos, uma vez que, como mencionamos, toda a pesquisa arqueológica gera um problema museológico.

Conforme mencionado, assistimos atualmente ao aumento exponencial das pesquisas arqueológicas no país, assim como dos acervos gerados por esses estudos. Entre os anos de 2003 e 2009, mais de três mil portarias de pesquisa arqueológica foram emitidas pelo IPHAN, segundo dados computados no Capítulo 2.

Na análise das portarias de pesquisa arqueológica identificamos o predomínio absoluto de apoios institucionais advindos de **laboratórios, institutos e centros de pesquisa** [41%], resultando no fortalecimento do abandono da identidade museológica. No que tange à tutela administrativa, 40% dos acervos gerados estiveram associados a endossos de instituições **privadas**.

Ao recorrer ao Cadastro Nacional de Museus para o entendimento da inserção das coleções arqueológicas nos museus do país, evidenciamos que 15% das instituições afirmam ser a Arqueologia uma de suas linhas de acervo. O Norte e o Nordeste apresentam porcentagens maiores, de 25 a 30%, revelando um desejo de memória (Chagas, 2003) arqueológica mais acentuado nessas regiões.

Uma questão que queremos destacar é a baixíssima conectividade entre instituições museológicas cadastradas no CNM e equipes de Arqueologia. Apenas 9% das instituições rastreadas estão nas duas fontes documentais. As instituições indicadas no CNM, com patrimônio arqueológico, embora marcadas por problemas das mais diversas ordens, comuns em um país onde a política cultural só veio assumir muito recentemente os museus como importante eixo de atuação, são espaços potenciais para a Arqueologia Musealizada.

As parcerias entre pesquisas de Arqueologia Preventiva e pequenos museus que já contêm acervos arqueológicos, qualificando o uso dos acervos herdados e projetando novos acervos e narrativas arqueológicas, são, certamente, um caminho a ser trilhado na Musealização da Arqueologia brasileira. No Capítulo 3 trouxemos à baila algumas experimentações nas quais atuamos nessa linha.

Do ponto de vista da salvaguarda museológica, embora haja indicações na Portaria 7/ 1988 e na Portaria 230/02 da obrigatoriedade de criação, ampliação e fortalecimento das

unidades museológicas, os parâmetros legais continuaram vagos no cenário contemporâneo. Existe uma extrema diversidade de projetos de licenciamento, assim como dos resultados obtidos pelas pesquisas arqueológicas, o que requer linhas de ação específicas. A legislação atual não oferece parâmetros para que instituições de endosso e equipes de arqueologia trabalhem de modo conjunto, sendo que as primeiras são colocadas como agentes passivos nesses processos (Costa, 2007).

Ressaltamos que o significado exato do apoio institucional é uma das contradições da legislação contemporânea. Ainda que, nem sempre, esse apoio signifique, na prática, a salvaguarda do material arqueológico, na maior parte das vezes é isso que tem ocorrido. De qualquer modo, ao fornecer apoio institucional a um projeto, a instituição deveria estar, ao menos em tese, apta a desenvolver processos de musealização desses acervos. Do contrário, qual o papel da instituição de apoio?

No âmbito da comunicação museológica, ainda que a Portaria 230/02 tenha possibilitado uma ampliação sem precedentes da relação entre prática arqueológica e sociedade, não podemos deixar de apontar um reducionismo, uma vez que a comunicação museológica envolve processos para além das ações educativas citadas na Portaria. A trajetória da metodologia da Educação Patrimonial têm sido pouquíssimo discutida pelas equipes de arqueologia que desenvolvem essas ações. Tais programas têm permitido a ampliação das ações de socialização do patrimônio arqueológico, mas a partir de uma perspectiva pulverizada, pois raramente envolve parcerias com instituições que dariam sustentabilidade a eles, a médio e longo prazos.

Finalizada a pesquisa e o correspondente programa de Educação Patrimonial, o que realmente tem permanecido? Relatórios que representam o olhar e a seleção da equipe que executou o estudo? Um “importante” acervo [muitas vezes deslocado do território de origem]? Alguns membros da comunidade ‘capacitados’ por programas de educação patrimonial?

O abandono dos processos museológicos surge como uma armadilha já que a parceria com instituições locais e/ou regionais poderia garantir a continuidade das ações deflagradas pelo programa de pesquisa.

Dessa forma, surge como desafio a criação de uma **agenda de responsabilidades** entre IPHAN e IBRAM, uma vez que primeiro fiscaliza a pesquisa arqueológica, mas serão os museus inseridos na política do IBRAM que herdarão esse patrimônio. Caso contrário, teremos um aprofundamento do abismo entre museus e patrimônio arqueológico.

Se no início do século XX o problema residia no fato de que a Arqueologia se dedicava ao estudo do passado das populações indígenas, passado que ocupava papel secundário no pensamento intelectual brasileiro, não ‘servindo’, dessa forma, para a

construção de uma identidade nacional, hoje, em pleno século XXI, os desafios a serem suplantados para a socialização da Arqueologia envolvem outra gama de questões, que sintetizamos a seguir.

No que concerne à relação entre **Arqueologia, Identidade e Memória**, apresentada ao final do Capítulo 1, destacamos que, a nosso ver, a não inserção do patrimônio arqueológico na construção da identidade nacional não constitui, no cenário atual, em um problema. Devemos inverter o olhar e pensar em como essa não inserção abre caminhos para as inúmeras possibilidades de inclusão da arqueologia em processos de construção/ negociação identitária em um quadro regional/ local.

Outro fato, que ficou claro ao longo desta tese, é que a **seleção da herança arqueológica está fortemente imbricada aos processos de crescimento econômico**. É importante ressaltar que Bruno (1995) já apontava o distanciamento entre os campos da Arqueologia e da Museologia antes mesmo da explosão da Arqueologia Preventiva. Ou seja, o que vemos é um agravamento do quadro delineado pela autora na década de 1990.

A ênfase na separação entre Arqueologia Acadêmica e Arqueologia de Contrato nos parece, por vezes, inócua, uma vez que a segunda veio apenas agravar um contexto que já estava delineado, qual seja, o distanciamento entre Museologia e Arqueologia e, assim, a carência de procedimentos de salvaguarda e comunicação do patrimônio arqueológico.

Gostaríamos de destacar a potencialidade de ‘novos’ modelos museológicos como espaços de discussão acerca desses empreendimentos. Uma aparente ‘contradição’ entre esses processos e as premissas da Sociomuseologia é desfeita quando concebemos o processo museológico enquanto intervenção social, atuando nas ‘brechas’ de um determinado modelo de crescimento econômico.

A apresentação de uma proposta de musealização voltada ao patrimônio advindo do Programa de Gestão dos Recursos Arqueológicos da **Ferrovia Transnordestina** teve como objetivo demonstrar esse potencial. Foram identificados nesse programa de pesquisa, até o momento, mais de 430 sítios arqueológicos e 89 mil peças, distribuídos em mais de sessenta municípios, nos estados do Pernambuco, Ceará e Piauí.

A musealização das coleções e narrativas arqueológicas traz, nesse contexto, desafios específicos, dada a amplitude do programa. Nesse sentido, a inserção dessa proposta no enquadramento teórico da Sociomuseologia nos impulsionou, necessariamente, a um amplo diagnóstico da realidade onde a ferrovia se projeta, considerando que o “Socio” deveria preceder à “Museologia”. Ou seja, era imperativo, inicialmente, conhecer as características socioeconômicas e culturais em tela para, a partir daí, conceber o programa.



Partimos da premissa de que os vestígios e narrativas arqueológicas desvelados pela pesquisa deveriam ser integrados às demais referências patrimoniais das comunidades. Para adentrar o universo de referências patrimoniais das comunidades envolvidas, faz-se necessário um método de trabalho pautado na dialogicidade, o que nos remete ao pensamento freireano.

O processo de musealização é um dispositivo de caráter seletivo, subjetivo e vinculado a relações de poder. Pensar criticamente a antropofagia arqueológica e museológica é, certamente, colaborar para a libertação do ser humano, no âmbito de uma **educação popular**, como o esforço de mobilização, organização e capacitação dos sujeitos (Freire, 1970/1987).

A pesquisa arqueológica e seus correspondentes eixos de musealização, não podem, nesse quadro, prescindir de uma reflexão sobre o presente. Dessa forma, defendemos a necessidade de pesquisas no âmbito de uma Arqueologia Histórica devotada aos processos sociais relacionados aos diversos segmentos sociais que compõe a sociedade brasileira, envolvendo o **estudo arqueológico do nosso passado recente**.

Outra questão que procuramos abordar ao longo dos Capítulos 3 e 4 está relacionada à **crise de representação da Arqueologia nos museus** na contemporaneidade. Merriman (2000) aponta que essa crise está associada ao fato de que a Arqueologia encontra-se ainda marcada por conceitos do pensamento moderno, como evolução, progresso e tradição, enquanto o mundo contemporâneo é marcado pelo caos, ruptura, descontinuidade e transformação.

As coleções arqueológicas são objetos herdados, contudo, é importante diferenciar os **objetos herdados do passado**, inseridos nas instituições museológicas há anos, décadas ou séculos, que evidenciam as próprias trajetórias históricas dessas instituições, e os **objetos herdados gerados no presente**, advindos de pesquisas arqueológicas imediatamente anteriores ou paralelas aos processos de musealização

Os primeiros devem ser cotejados necessariamente por uma análise da trajetória do objeto e da respectiva instituição museológica. Como vimos no Capítulo 1, no Brasil, esses objetos herdados do passado estão muitas vezes associados, por exemplo, ao saque, espólio e extermínio de grupos indígenas. Para que a exposição não seja mais um elemento de colonização, há que se explicitar esses processos, 'des-colonizando' o discurso museológico.

Os objetos herdados de processos contemporâneos estão associados, no Brasil, sobretudo, aos estudos arqueológicos no âmbito do licenciamento de empreendimentos. Ao serem expostos, esses objetos arqueológicos deveriam ser acompanhados de argumentações a respeito dos empreendimentos, que deram origem às pesquisas

arqueológicas e, conseqüentemente, às coleções. Dessa maneira, procuramos indicar a própria Ferrovia Transnordestina como um dos temas geradores do programa de musealização da arqueologia concebido.

A superação da mencionada crise de representação envolve, assim, a introdução de conteúdos políticos nas exposições convencionais, evidenciando como o passado pode ser manipulado e mal representado a partir de propósitos atuais.

Por fim, uma ideia central desenvolvida na tese reside na necessária compreensão de que **a antropofagia museológica se assenta sobre uma antropofagia arqueológica.**

A antropofagia arqueológica é iniciada na coleta dos vestígios que fizeram parte da dinâmica social, econômica ou cultural das sociedades estudadas, são evidências que sobreviveram ao tempo e que conformam o contexto arqueológico. Essa antropofagia opera seleções, projetando apenas parcelas do contexto arqueológico na esfera patrimonial. Devemos lembrar que o passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer “ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar” (Choay, 1992/ 2006, p.18)

No contexto museológico, os processos de salvaguarda e comunicação desses vestígios arqueológicos, também são antropofágicos, operam recortes e têm o poder de ressignificar essas evidências. Como aponta Chagas, as díades esquecimento/ memória e preservação/ destruição “não se opõem em um duelo mortal, complementam-se e sempre estão a serviço de sujeitos que se constroem e são constituídos através das práticas sociais” (Chagas, 2002, p.36).

Salientamos ao longo desse trabalho que não basta promovermos uma transformação na antropofagia museológica, é necessário também transformar a Arqueologia.

O fazer arqueológico alinhado às perspectivas pós-processuais tem a potência de alavancar práticas arqueológicas mais democráticas, possibilitando construções identitárias multifocais, a despeito do entrelaçamento entre pesquisa arqueológica e mercado. Por sua vez, o fazer museológico solidário com o referencial teórico da Sociomuseologia poderá lançar proposições plurais para a musealização dessas coleções e narrativas. Assim, defendemos que a musealização da arqueologia envolve o exame crítico da hierarquia de valores presente na pesquisa arqueológica, uma vez que é aí que ocorre a aquisição do objeto arqueológico-museológico.

Outrossim, a **interface entre Sociomuseologia e Arqueologias pós-processuais** é tomada como caminho profícuo a ser trilhado, pois ambos os campos assumem o caráter subjetivo do conhecimento, questionam o papel social do patrimônio no mundo

contemporâneo e investigam os interesses subjacentes à seleção das referências patrimoniais. No entanto, assumimos as especificidades desses campos: a Arqueologia voltada à reflexão e ação no âmbito da antropofagia arqueológica, ou seja, atuando na seleção dos vestígios materiais que se configurarão em patrimônio arqueológico, e a Museologia devotada à antropofagia museológica, ou seja, à proposição de processos museológicos que possibilitem a ressignificação dos vestígios arqueológicos projetados na esfera patrimonial.

Esse é o principal contributo dessa tese: evidenciar elos, caminhos, estratégias de ação da Sociomuseologia no âmbito do patrimônio arqueológico. Essa contribuição pode se ampliar para além do cenário brasileiro, pois acreditamos que a interface proposta viria aproximar profissionais com as mesmas preocupações, mas que estão situados em campos aparentemente opostos. Derrubar esses muros e assumir a interdisciplinaridade nos parece passo fundamental.

## BIBLIOGRAFIA

### FONTES PRIMÁRIAS

#### Legislação

BRASIL. (1937). *Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937.*

BRASIL. (1961). *Lei Federal n. 3.942, de 26 de julho de 1961.*

BRASIL. (1986). *Resolução Conama n. 001, de 23 de Janeiro de 1986.*

BRASIL. (1987). *Resolução Conama n. 237, de 19 de dezembro de 1997.*

BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil.*

BRASIL. (1988). *Portaria n° 07 de 01 de dezembro de 1988 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.*

BRASIL. (2002). *Portaria n. 230 de 17 de dezembro de 2002 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.*

BRASIL. (2009) *Lei N. 11.906, de 20 de janeiro de 2009 que criou o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM.*

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. [SPHAN]. (1980). *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória. Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.31.*

#### Documentos

ÁVILA, Carlos Alberto. CALDEIRA, Paulo da Terra. NASSIF, Mônica Érichsen. (2010). O curso de graduação em Museologia da ECI/UFMG: concepção e projeto pedagógico. *IN: Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 15, n.1, p. 282-307, jan./abr. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n1/16.pdf>. Acedido em 10 de Outubro de 2010.

CAVALCANTE, Francisco Mirandeleide Basílio. (2004). *Euclides Inácio Basílio. Trajetória de um Líder.* Prefeitura Municipal de Brejo Santo: Brejo Santo.

GAZETA CULTURAL. (2004). Heloísa Alberto Torres. *Gazeta cultural.* Ano I, n.2.

GOELDI, Emílio Augusto. (1897). Bibliografia. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, v.2, pp.106-109.

GOELDI, Emílio Augusto. (1905). Escavações Arqueológicas em 1895, executadas pelo Museu Paraense no litoral da Guiana Brasileira entre Oiapoque e Amazonas: as cavernas artificiais de Índios hoje extintos no Rio Cunani e sua cerâmica. *Memórias do Museu Paraense de História Natural e Etnografia.*

- HARTT, **Charles** Frederick. (1885). Contribuições para a Ethnologia do Valle do Amazonas. *Arquivos do Museu Nacional*, v.6.
- IHERING, Hermann von. (1907). A Antropologia do Estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, v.7, pp.202-257.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS [IHGA]. (1976). *Catálogo Ilustrado da Coleção Arqueológica*. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.
- LACERDA, João Batista. (1885). O Homem dos Sambaquis. *Arquivos do Museu Nacional*, v.6.
- LIMA, Nei Clara de; SOUZA, Maria Luiza Rodrigues; LAZARIM, Marco; CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. (2010). *Projeto Pedagógico do Curso de Museologia da Universidade Federal de Goiás*.
- MARTIN, Gabriela. (2000). Primeiros Habitantes. IN: MHN. (2000). *Museu do Homem do Nordeste*. São Paulo: Banco Safra, p. 17.
- MEDEIROS, José Gomes. (2000). *A origem de Brejo Santo*. Prefeitura Municipal de Brejo Santo: Brejo Santo.
- MOVIMENTO INTERNACIONAL PARA UMA NOVA MUSEOLOGIA [MINOM]. (2008). *La renovación de MINOM 2008-2010*.
- MUSEU NACIONAL. [MN]. (1838). *Relação dos Objetos que se Conservam no Museu Nacional dessa Corte*.
- MUSEU NACIONAL. [MN]. (1882). *Guia da Exposição Anthropológica Brasileira de 1882*.
- MUSEU NACIONAL. [MN]. (1882). *Revista da Exposição Anthropológica Brasileira de 1882*.
- MUSEU NACIONAL. [MN]. (2000). Projeto da Nova Exposição do Museu Nacional.
- MUSEU NACIONAL. [MN]. (2007-2008). Os Diretores do Museu Nacional. Rio de Janeiro. UFRJ/ Organizado pela Seção de Museologia.
- NETTO, Ladislau. (1870). *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*.
- NETTO, Ladislau. (1885). Investigações sobre a Archaeologia Brasileira. *Arquivos do Museu Nacional*, v.6.
- PEIXOTO, João Rodrigues. (1885). Novos estudos craniológicos sobre os Botocudos. *Arquivos do Museu Nacional*, v.6.
- PENNA, Domingos Soares Ferreira. (1894). Arqueologia e Etnografia do Brasil. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, v.1.
- REVISTA NOSSA HISTÓRIA. (2005). Pré-História do Brasil. *Revista Nossa História*, n.22.
- REVISTA NOVA ESCOLA. (2008). O Brasil da Pré-História. *Revista Nova Escola*, n.212.
- TELLES, Maria de Fátima Araújo. (org). (2005). *Pedaços de nossa história*. Prefeitura Municipal de Brejo Santo: Brejo Santo

TORRES, Heloisa Alberto. (1940). Arte Indígena da Amazônia. *Publicações do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.6.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. [UFPEL]. (2009). *Projeto Pedagógico / Curso de Museologia*. Pelotas. Disponível em: <http://museologiaufpel.files.wordpress.com/2010/01/projeto-pedagogico-museologia-11.pdf>. Acedido em 12 de Outubro de 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. [UFSC]. (2009). *Projeto Pedagógico / Criação de Curso de Graduação / Bacharelado em Museologia*. Disponível em <http://museologia.ufsc.br/files/2010/10/Projeto-Curso-Museologia-2009.pdf>. Acedido em 07 de Outubro de 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. [UFPA]. (2008). *Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Museologia*. Belém do Pará.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. [UNIVASF]. (2008). *Projeto Pedagógico do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial*. Petrolina. Disponível em:

<http://www.graduacao.univasf.edu.br/arqueologia/arquivos/Projeto%20Pedagogico%20do%20curso%20de%20Arqueologia%20e%20Preservacao%20Patrimonial.pdf>.

Acedido em 13 de Outubro de 2010.

### **Seriados**

BRASIL. (2003 a 2009). *Diário Oficial da União*.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. [IPHAN]. (1937 a 1987). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n.1 ao n.22.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. [MPEG] (1894-1910). *Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Etnografia*. n.1 ao n.7.

MUSEU NACIONAL. [MN]. (1876-1909). *Arquivos do Museu Nacional*. v.1 ao v.15.

MUSEU PAULISTA. [MP]. (1895 -1911). *Revista do Museu Paulista*. n.1 ao n.8.

### **Guias e Catálogos de Museus**

ALMEIDA, Fernanda de Camargo; NOVAES, Lourdes Rego; BENOLIEL, Edna Palatnik. (1972). *Guia dos Museus do Brasil: roteiros dos bens culturais brasileiros levantados em pesquisa nacional*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de (Coord). (1997). *Guia de Museus Brasileiros*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

CARRAZZONI, Maria Elisa (Coord.) (1978). *Guia de Museus do Brasil*. (Série Guias Culturais brasileiros, v.1, 2ª Ed.). Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.

- FERNANDES, Neuza; SANTOS, Fausto Henrique; MOURA, Fernando Menezes de. (1984). *Catálogo dos Museus do Brasil*. Associação Brasileira de Museologia.
- HOLLANDA, Guy de. (1958). *Recursos educativos dos Museus Brasileiros*. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Organização Nacional do ICOM.
- MUSEU DO CEARÁ. [MC]. (2010). *Catálogo*. Fortaleza: SECULT.
- MUSEU DO HOMEM DO NORDESTE. [MHN]. (2000). *Museu do Homem do Nordeste*. São Paulo: Banco Safra.
- REVISTA TERRA. (2007). Museu do Marajó. O delírio genial de padre Gallo. *Revista Terra*, Edição 422. Disponível em <http://www.terra.com.br/revistaplaneta/edicoes/422/artigo70342-1.htm>. Acedido em 02 de Fevereiro de 2010.
- TORRES, Heloisa Alberto. (1953). *Museums of Brasil*. Ministry of Foreign Affairs. Cultural Division. Publication office.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. COMISSÃO DE PATRIMÔNIO. (2000). *Guia de Museus Brasileiros*. (Uspiana - Brasil 500 anos). São Paulo: Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado.

#### **Reuniões da Sociedade de Arqueologia Brasileira**

- REVISTA CLIO – SÉRIE ARQUEOLÓGICA n. 14. (2000). *Anais da X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Recife, UFPE.
- REVISTA DE ARQUEOLOGIA. (1994). *Anais da VII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. v.8, n.1.
- REVISTA DE ARQUEOLOGIA. (1994/95). *Anais da VII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. v.8, n.2.
- SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. [SAB]. (1987). *IV Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Programação Oficial e Resumos*, Santos.
- SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. [SAB]. (1989). *V Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Programação Oficial e Resumos*, Santa Cruz do Sul.
- SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. [SAB]. (1993). *VII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Programação Oficial e Resumos*, João Pessoa.
- SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. [SAB]. (1995). *VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Programação Oficial e Resumos*, 11 a 15 de Setembro de 1995, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.



- SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. [SAB]. (1997). *IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Programação Oficial e Resumos*, 22 a 26 de Setembro de 1997, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. [SAB]. (1999). *X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Programação Oficial e Resumos*, 20 a 24 de Setembro de 1999, Recife, Pernambuco.
- SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. [SAB]. (2001). *XI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Livro de Resumos*, 23 a 29 de Setembro de 2001, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. [SAB]. (2003). *XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Livro de Resumos*, 21 a 25 de Setembro de 2001, São Paulo, São Paulo.
- SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. [SAB]. (2005). *XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Livro de Resumos*, 04 a 08 de Setembro de 2005, Campo Grande, Mato Grosso do Sul.
- SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. [SAB]. (2007). *XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Livro de Resumos*, 30 de Setembro a 04 de Outubro de 2007, Florianópolis, Santa Catarina.
- SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. [SAB]. (2009). *XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Livro de Resumos*, 20 a 23 de Setembro de 2009, Belém, Pará.

#### **Relatórios relacionados aos projetos de experimentação museológica**

- ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. & ZANETTINI, Paulo. (2000). *Salvamento e Monitoramento Arqueológico Projeto Ecoturístico Costa do Sauípe, Bahia*. Relatório Final, São Paulo.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2006a). *Programa de Resgate Arqueológico – Empreendimento Ponte de Concreto sobre o rio Mogi-Guaçú – Cachoeira de Emas, Município de Pirassununga, São Paulo*. Relatório Final, São Paulo.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2006b). *Programa de Resgate e Monitoramento Arqueológico – Empreendimento Quintas de Sauípe, Município de Mata de São João, Bahia*. Relatório Final, São Paulo.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2006c). *Projeto Fronteira Ocidental. Arqueologia e História - Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso*. Relatório Final Fase 3, São Paulo.

- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2007a). *Programa de diagnóstico arqueológico Usina Guarani S/A – Açúcar e Alcool (Usina Cruz Alta – Unidade III), Municípios de São José do Rio Preto e Olímpia, Estado de São Paulo*. Relatório Final, São Paulo.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2007b). *Programa de Prospecções e Resgate Arqueológico. Área destinada à instalação de planta industrial, Usina Guarani S/A - Unidade Pedranópolis. Município de Pedranópolis, Estado de São Paulo*. Relatório Final, São Paulo.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2007c). *Projeto Fronteira Ocidental. Arqueologia e História - Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso*. Relatório Final Fase 4. Relatório Final, São Paulo.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2007d). *Projeto São Francisco. Vila Bela da Santíssima Trindade e Conquista do Oeste. Mato Grosso*. Relatório Final, São Paulo.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2008a). *Programa de Educação Patrimonial do Empreendimento Ponte de Concreto sobre o rio Mogi-Guaçú – Cachoeira de Emas, Município de Pirassununga, São Paulo*. Relatório Final, São Paulo.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2008b). *Programa de Resgate Arqueológico dos Sítios Lavra II, Lavra III e Lavra IV – Projeto de Lavra da Mina F4 e Ampliação do Depósito de Estéril, Município de Araxá, Minas Gerais*. Relatório Final do Programa de Educação Patrimonial, São Paulo.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2008c). *Programa de resgate e monitoramento arqueológico. Usina Guarani S/A – Açúcar e Alcool (Usina Cruz Alta – Unidade III), Município de Olímpia, Estado de São Paulo*. Relatório Final, São Paulo.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2009a). *Organização da Reserva Técnica do Laboratório de Arqueologia de São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul*. Relatório Final, São Paulo.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2009b). *Programa de Prospecções Arqueológicas – Parque Fonte Missioneira, Município de São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul*. Relatório Final, São Paulo.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2009c). *Programa Guarani de Gestão dos Recursos Arqueológicos. Programa de Resgate - Área de expansão de cultivo da Usina São José, Estado de São Paulo*. Relatório Final, São Paulo.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2010). *Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico da Ferrovia Transnordestina*. Relatório Final, Novembro de 2010, São Paulo, *no prelo*.

### **Sítios Eletrônicos Consultados**

- A NOVA DEMOCRACIA. (2010). Acedido em 12 de Novembro de 2010. <http://anovademocracia.com.br/index.php>.
- AMAZÔNIA. (2010). Acedido em 11 de Novembro de 2010. <http://www.amazonia.org.br/>.
- ARQUEOLOGIA BRASIL. (2010). Acedido em 12 de Novembro de 2010. <http://arqueologiabrasil.com.br/empresa/acervo.shtm>.
- ARQUEOLOGIA BRASILEIRA.ZIP. (2010). Acedido em 14 de Novembro de 2010. <http://arqueologiabrasileira.zip.net/>.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. [PNUD]. (2000). Acedido em 25 de Outubro de 2009. <http://www.pnud.org.br/atlas/>.
- BELÉM DO PARÁ, PORTAL DE ENTRADA DA AMAZÔNIA. [BELÉM DO PARÁ]. (2010). Acedido em 11 de Novembro de 2010. <http://belemdopara.tur.br/>.
- BIBLIOTECA NACIONAL. (2010). Acedido em 19 de Janeiro de 2010. [http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=fbn\\_dig\\_pr&db=fbn\\_dig&use=autor&disp=list&ss=NEW&arg=ferrez,|marc](http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&use=autor&disp=list&ss=NEW&arg=ferrez,|marc).
- BLOG DO CURSO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. [ARQUEOLOGIA – UNIR]. (2010). Acedido em 14 de Outubro de 2010. <http://arqueologiaunir.blogspot.com/>.
- CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS. [CNM-IBRAM]. (2010). Acedido em 20 de Janeiro de 2010. [http://museus.ibram.gov.br/sbm/cnm\\_conhecaosmuseus.htm](http://museus.ibram.gov.br/sbm/cnm_conhecaosmuseus.htm).
- CADASTRO NACIONAL DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. [CNSA/ IPHAN]. (2010). Acedido em 13 de Março de 2010. <http://sistemas.iphan.gov.br/sgpa/>.
- CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. [CEPA]. (2010). Acedido em 13 de Novembro de 2010. <http://www.humanas.ufpr.br/orgaos/cepa/cepa.html>.
- CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA. [CEOM]. (2010). Acedido em 14 de Novembro de 2010. <http://www.unochapeco.edu.br/ceom>.
- COMISSÃO DA PASTORAL DA TERRA. [CPT]. (2009). Acedido em 10 de Novembro de 2009. <http://www.cptnacional.org.br/>.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. [CNM]. (2009). Acedido em 25 de Outubro de 2009. <http://www.cnm.org.br/>.
- ECOMUSEU DE ITAIPÚ. (2010). Acedido em 15 de Novembro de 2010. <http://www2.itaipu.gov.br/meioa/ecomuseu.pdf>.
- CULTURA PARÁ. (2010). Acedido em 12 de Novembro de 2010. <http://www.culturapara.art.br/>.

- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. [DIEESE]. (2008). Acedido em 15 de Novembro de 2009. <http://www.dieese.org.br/>.
- DIARIOWEB. (2010). Acedido em 14 de Novembro de 2010. <http://www.diarioweb.com.br/>.
- FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE MARABÁ. [FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA ]. (2010). Acedido em 11 de Novembro de 2010. <http://www.casadaculturademaraba.net/nam.htm>.
- FUNDAÇÃO CASA GRANDE MEMORIAL DO HOMEM DO KARIRI. [FUNDAÇÃO CASA GRANDE]. (2010). Acedido em 11 de Novembro de 2010. <http://www.fundacaocasagrande.org.br/>.
- FUNDAÇÃO CULTURAL DE JACAREHY “JOSÉ MARIA DE ABREU”. [FUNDAÇÃO CULTURAL]. (2010). Acedido em 12 de Novembro de 2010. <http://www.fundacaocultural.com.br/web/index.php>.
- FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO. [FUNDARPE]. (2010). Acedido em 11 de Novembro de 2010. <http://www.fundarpe.pe.gov.br/>.
- CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE. [UNIBAVE]. (2010). Acedido em 7 de Outubro de 2010. <http://www.unibave.net/index.php>.
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO GRANDE DO SUL. [FEPAM]. (2010). Acedido em 16 de Maio de 2010. <http://www.fepam.rs.gov.br/central/licenciamento.asp>.
- FUNDAÇÃO PALMARES. (2010). Acedido em 15 de Maio de 2010. <http://www.palmares.gov.br>.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. (2010). Acedido em 11 de Novembro de 2010. <http://www.pa.gov.br/>
- GUIA DA SEMANA. (2010). Acedido em 13 de Novembro de 2010. <http://www.guiadasemana.com.br/>.
- GUIA QUATRO RODAS NA VIAJE AQUI DA EDITORA ABRIL. [GUIA QUATRO RODAS]. (2010). Acedido em 15 de Novembro de 2010. <http://viajeaqui.abril.com.br/guia4rodas/>.
- INDO VIAJAR. [INDO VIAJAR]. (2010). Acedido em 11 de Novembro de 2010. <http://www.indoviajar.com.br/>.
- INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS. [IAP]. (2010). Acedido em 12 de Novembro de 2010. <http://www.anchietano.unisinos.br/index1.htm>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [IBGE]. (2007). Acedido em 18 de Fevereiro de 2010. <http://www.ibge.gov.br/home/>

- INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE DA PUC DE MINAS GERAIS. [ICBS - PUCMG]. (2010). Acedido em 13 de Novembro de 2010. <http://www.icbs.pucminas.br/?pag=museu>
- INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. [IGPHA – UCG]. (2010). Acedido em 12 de Novembro de 2010. <http://www.ucg.br/ucg/Institutos/igpa/index.htm>.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. [ISA]. (2010). Acedido em 22 de Abril de 2010. <http://www.socioambiental.org/>.
- ARQUIVO NORONHA DOS DANTOS DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. [ANS - IPHAN]. Acedido em 15 de Outubro de 2010. [www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm](http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm).
- ITAIPÚ BINACIONAL. [ITAIPÚ]. (2010). Acedido em 12 de Novembro de 2010. <http://www.itaipu.gov.br/>
- JAGUARUNA. [JAGUARUNA]. (2010). Acedido em 14 de Novembro de 2010. <http://www.jaguaruna.com/>.
- JARDIM DAS BORBOLETAS DO MUSEU DE CIÊNCIAS NATURAIS DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. [JARDIM DAS BORBOLETAS]. (2010). Acedido em 13 de Novembro de 2010. [http://www.pucminas.br/jardimdeborboletas/index.php?miolo=miolo\\_principal.html](http://www.pucminas.br/jardimdeborboletas/index.php?miolo=miolo_principal.html).
- JORNAL DA CIÊNCIA, ÓRGÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. [JC – SBPC]. (2010). Acedido em 14 de Novembro de 2010. <http://www.jornaldaciencia.org.br/>
- JORNAL DE ITAIPU ELETRÔNICO. [JIE]. (2010). Acedido em 15 de Novembro de 2010. <http://jie.itaipu.gov.br/>
- JORNAL VS. (2010). Acedido em 13 de Novembro de 2010. <http://www.jornalvs.com.br/>.
- LAGOA SANTA NOTÍCIAS. (2010). Acedido em 13 de Novembro de 2010. <http://lagoasantanoticias.com.br/>.
- LAGOA SANTA. (2010). Acedido em 14 de Novembro de 2010. <http://www.lagoasanta.com.br/>.
- LAJEDO DA SOLEDADE. (2010). Acedido em 15 de Novembro de 2010. <http://www.lajedodesoledade.org.br/>.
- BRASIL ARQUEOLÓGICO – SITE DA EQUIPE DO LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. [BRASIL ARQUEOLÓGICO]. (2010). Acedido em 15 de Novembro de 2010. [http://www.magmarqueologia.pro.br/historico\\_equipe.asp](http://www.magmarqueologia.pro.br/historico_equipe.asp).

- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DO COMBATE À FOME. [MDS]. (2010). Acedido em 30 de Novembro de 2009. <http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/paif>.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. [MTE]. (2009). Acedido em 10 de Novembro de 2009. <http://www.mte.gov.br/>.
- MUSEU AMAZÔNICO. [MA]. (2010). Acedido em 11 de Novembro de 2010. <http://www.museumamazonico.ufam.edu.br/>.
- MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. [MA – UFG]. (2010). Acedido em 11 de Novembro de 2010. [http://www.museu.ufg.br/?menu\\_id=1228481349&pos=esq&site\\_id=120](http://www.museu.ufg.br/?menu_id=1228481349&pos=esq&site_id=120).
- MUSEU CÂMARA CASCUDO. [MCC]. (2010). Acedido em 13 de Novembro de 2010. <http://www.mcc.ufrn.br/wordpress/?cat=33>.
- MUSEU DA CIDADE DE SÃO PAULO. [MCSP]. (2010). Acedido em 15 de Novembro de 2010. <http://www.museudacidade.sp.gov.br/>.
- MUSEU DAS CULTURAS DOM BOSCO - BLOG. [MCDB - BLOG]. (2010). Acedido em 11 de Novembro de 2010. <http://museudasculturas.spaceblog.com.br/>.
- MUSEU DAS CULTURAS DOM BOSCO. [MCDB]. (2010). Acedido em 11 de Novembro de 2010. <http://www.mcdb.org.br/>.
- MUSEU DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. [MA – UNICAP]. Acedido em 05 de Novembro de 2010. <http://www.unicap.br/arqueologia/html/museu.html/>.
- MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA AMERICANA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. [MAEA]. (2010). Acedido em 13 de Novembro de 2010. <http://www.ufjf.br/maea/>.
- MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. [MAE – UFBA]. (2010). Acedido em 11 de Novembro de 2010. <http://www.mae.ufba.br/>.
- MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. [MAE – UFPR]. (2010). Acedido em 12 de Novembro de 2010. <http://www.proec.ufpr.br/links/mae.htm>.
- MUSEU DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. [MCT - PUCRS]. (2010). Acedido em 15 de Novembro de 2010. <http://www.pucrs.br/mct/>.
- MUSEU DE CIÊNCIAS NATURAIS DA PUC DE MINAS GERAIS. [MCN – PUC/MG]. (2010). Acedido em 13 de Novembro de 2010. [http://www.pucminas.br/museu/index\\_padrao.php](http://www.pucminas.br/museu/index_padrao.php).

- MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL E JARDIM BOTÂNICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. [MHNJB]. (2010). Acedido em 15 de Abril de 2010 <http://www.mhnjb.ufmg.br/>.
- MUSEU DE PORTO ALEGRE JOAQUIM JOSÉ FELIZARDO. [MPAJJF]. (2010). Acedido em 12 de Novembro de 2010. <http://museudepoa.blogspot.com/>.
- MUSEU DO HOMEM DO NORDESTE. [MHN]. (2010). Acedido em 18 de Maio de 2010. <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=289&date=currentDate>.
- MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. [MHN]. (2009). Acedido em 20 de Novembro de 2009 <http://www.museuhistoriconacional.com.br/>.
- MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS. [MJC]. (2010). Acedido em 13 de Novembro de 2010. <http://www.museujuliodecastilhos.rs.gov.br/>.
- MUSEU NACIONAL. [MN]. (2010). Acedido em 15 de Abril de 2010. <http://www.museunacional.ufrj.br/>.
- MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. [MPEG]. (2009). Acedido em 30 de Outubro de 2009. <http://www.museu-goeldi.br>.
- MUSEU UNIVERSITÁRIO DO EXTREMO SUL CATARINENSE. [MUESC]. (2010). Acedido em 12 de Novembro de 2010. <http://www.unesc.net/portal/capa/index/230/>.
- MUSEU UNIVERSITÁRIO OSWALDO RODRIGUES CABRAL. [MUORC]. (2010). Acedido em 14 de Novembro de 2010. <http://www.museu.ufsc.br/>.
- ONDE E QUANDO.COM. TUDO ACONTECE AQUI. [ONDE E QUANDO]. (2010). Acedido em 12 de Novembro de 2010. <http://ondequando.com/>.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. [UCG]. (2010). Acedido em 10 de Outubro de 2010. <http://www.ucg.br/puc/portal/home/>.
- PORTAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA [MINC]. (2010). Acedido em 15 de Abril de 2010. [http://www.cultura.gov.br/cultura\\_viva/?cat=4](http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/?cat=4).
- PORTAL AMAZÔNIA.COM. [PORTAL AMAZÔNIA]. (2010). Acedido em 11 de Novembro de 2010. <http://portalamazonia.globo.com/>.
- PREFEITURA DE GOIÂNIA. (2010). Acedido em 11 de Novembro de 2010. <http://www.goiania.go.gov.br/>.
- PREFEITURA DE JAGUARUNA. (2010). Acedido em 13 de Novembro de 2010. <http://jaguaruna.sc.gov.br/>.
- PREFEITURA DE MONTE ALTO. (2010). Acedido em 13 de Novembro de 2010. <http://www.montealto.sp.gov.br/>.
- PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. (2010). Acedido em 11 de Novembro de 2010. [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_novo/](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/).



- PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO. [PAC - BRASIL]. (2010). Acedido em 18 de Maio de 2010. <http://www.brasil.gov.br/pac/>
- RADAR SUL. (2010). Acedido em 12 de Novembro de 2010. <http://www.radarsul.com.br/>.
- REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS. [REUNI]. (2010). Acedido em 27 de Outubro de 2010. <http://reuni.mec.gov.br/>
- RESORT COSTÃO DO SANTINHO. [COSTÃO]. (2010). Acedido em 12 de Novembro de 2010. <http://www.costao.com.br/EcologySitos.aspx>.
- SÃO PAULO NOTÍCIAS. [SP NOTÍCIAS]. (2010). Acedido em 15 de Novembro de 2010. <http://www.spnoticias.net/>.
- SECRETARIA DE CULTURA DE ARARAQUARA. (2010). Acedido em 11 de Novembro de 2010. <http://www.easysite.com.br/secretariacultura/index.asp>.
- SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ. [SECRETARIA DE CULTURA – CE]. (2010). Acedido em 11 de Novembro de 2010. <http://www.secult.ce.gov.br/>.
- SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO RIO GRANDE DO SUL. [SECRETARIA DE CULTURA - RS]. (2010). Acedido em 14 de Novembro de 2010. <http://www.cultura.rs.gov.br/>.
- SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES. [SPM]. (2009). Acedido em 25 de Outubro de 2009. <http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php>.
- SISTEMA ÉTICO RELACIONAL DE BENEFÍCIOS. [SERBEN]. (2010). Acedido em 14 de Novembro de 2010. <http://www.serben.com.br/>.
- CURSO DE MUSEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. [MUSEOLOGIA – ICH – UFPEL]. (2010). Acedido em 12 de Outubro de 2010. <http://museologiaufpel.wordpress.com/curso/>.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. [USP]. Anuário Estatístico. Acedido em 12 de Dezembro de 2010. [http://sistemas3.usp.br/anuario/tabelas/T09\\_08.pdf](http://sistemas3.usp.br/anuario/tabelas/T09_08.pdf).
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. [UNB]. (2010). Acedido em 7 de Outubro de 2010. <http://www.unb.br/>.
- UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL. [UNISC]. (2010). Acedido em 13 de Novembro de 2010. <http://www.unisc.br/portal/pt/>
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS. [UEA]. (2010). Acedido em 11 de Outubro de 2010. <http://www1.uea.edu.br/>.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO. [UNESP]. (2010). Acedido em 14 de Novembro de 2010. <http://www.unesp.br/>.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. [UFBA]. (2010). Acedido em 10 de Outubro de 2010. <http://www.portal.ufba.br/>.

- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. [UFG]. (2010). Acedido em 10 de Outubro de 2010. <http://www.ufg.br/>.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. [UFMG]. (2010). Acedido em 10 de Outubro de 2010. <http://www.ufmg.br/>.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. [UFOP]. (2010). Acedido em 9 de Outubro de 2010. <http://www.ufop.br/>.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. [UFPEL]. (2010). Acedido em 12 de Outubro de 2010. <http://www.ufpel.edu.br/>.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. [UFPE]. (2010). Acedido em 11 de Outubro de 2010. <http://www.ufpe.br/ufpenova/>.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. [UFSC]. (2010). Acedido em 7 de Outubro de 2010. <http://ufsc.br/>.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. [UFS]. (2010). Acedido em 13 de Outubro de 2010. <http://www.ufs.br/>.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. [UNIRIO]. (2010). Acedido em 5 de Outubro de 2010. <http://www.unirio.br/>.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. [UFPA]. (2010). Acedido em 9 de Outubro de 2010. <http://www.portal.ufpa.br/>.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. [UFPI]. (2010). Acedido em 12 de Outubro de 2010. <http://www.ufpi.br/>.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. [UFRB]. (2010). Acedido em 8 de Outubro de 2010. <http://www.ufrb.edu.br/portal/index.php>.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. [UFRGS]. (2010). Acedido em 7 de Outubro de 2010. <http://www.ufrgs.br/ufrgs/>.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. [FURG]. (2010). Acedido em 10 de Outubro de 2010. <http://www.furg.br/>.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. [UNIVASF]. Acedido em 13 de Outubro de 2010. <http://www.graduacao.univasf.edu.br/arqueologia/arquivos/Matriz%20curricular%20do%20curso%20de%20Arqueologia%20e%20Preservacao%20Patrimonial.pdf>

## **FONTES SECUNDÁRIAS**

- ABREU, Regina. (1996). *A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.

- ABREU, Regina. (2007). Museus, patrimônios e diferenças culturais. *IN*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; SANTOS, Myrian S. (Orgs.). (2007). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas* (1º ed., pp.114-125). Rio de Janeiro: Garamond, MinC/ IPHAN/ DEMU.
- AB'SABER, Aziz Nacib (1974). O domínio morfoclimático das caatingas brasileiras. São Paulo, Instituto de Geografia, USP, *Geomorfologia*, n. 43.
- AB'SABER, Aziz Nacib (1977). Problemática da desertificação no Brasil intertropical. São Paulo, Instituto de Geografia, USP, *Geomorfologia*, n. 53.
- ACUTO, Félix A. & ZARANKIN, Andrés (Eds). (2008). *Sed non satiata II: acercamientos sociales en la arqueología latinoamericana*. Córdoba: Encuentro Grupo Editor.
- AFONSO, Marisa Coutinho & MORAES, Camila Azevedo. (2006). O Sítio Água Branca: Interações Culturais dos Grupos Ceramistas no Norte do Estado de São Paulo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 15-16, pp.59-71.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de (2006). *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez Editora.
- ALCÂNTARA, Aureli Alves de. (2007). *Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama – a Pré-História*. Dissertação apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre, São Paulo.
- ALMEIDA, Márcia Bezerra de. (2002) *O australopiteco corcunda: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola*. Tese apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor, São Paulo.
- ALMEIRA, Adriana Mortara. (2001). *Museus e coleções universitários: por que museus de arte na Universidade de São Paulo?* Tese apresentada na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor, São Paulo.
- AMARAL, Daniella Magri. (2008). *Arqueologia Histórica e Etnoarqueologia no Agreste Pernambucano: um estudo comparativo entre os conjuntos cerâmicos arqueológicos dos sítios Tacaimbó 1 e Tacaimbó 2 e a cerâmica etnográfica produzida pela população de Tacaimbó – PE*. Projeto de Mestrado apresentado ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
- ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello; CAMPOS, Marizilda C.; JULIANI, Lucia. (2006). O Departamento do Patrimônio Histórico e a arqueologia no Município de São Paulo: 1979-2005. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 204, p. 129-138.
- ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (orgs). (1995). *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM.

- ARAÚJO, Silvio Alberto Camargo. (2006). *Arqueologia de Itapeva, SP: contribuição a formação de políticas públicas para gestão patrimonial*. Dissertação apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre, São Paulo.
- BARCELLOS, Maria Luiz Flores C. (2004). Para falar dos museus de Porto Alegre. *IN: Porto Alegre em destaque: história e cultura*. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=oMv1Q4La3GqC&oi=fnd&pg=PA157&dq=%22museu+antropol%C3%B3gic+do+rio+grande+do+sul%22&ots=CCGsyepN06&sig=JWxIFTqUEzKiqFvLSPZdcxUMtp8#v=onepage&q=%22museu%20antropol%C3%B3gico%20do%20rio%20grande%20do%20sul%22&f=false>. Acedido em 11 de Novembro de 2010.
- BARRETO, Cristiana. (1999). Arqueologia Brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 3. pp. 201-212.
- BARRETO, Cristiana. (1999/2000). A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. *Revista da USP*, n. 43/44, pp.32-51.
- BARRETO, Mauro Viana. (1992). A história da pesquisa arqueológica no Museu Paraense Emílio Goeldi. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia*, v. 8, n. 2, pp. 203-294.
- BASTOS, Rossano Lopes. (2006). A Arqueologia Pública no Brasil: novos tempos. *IN: Patrimônio: Atualizando o debate*. São Paulo: 9º Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pp. 55-168.
- BASTOS, Rossano Lopes. (2010). *Uma Arqueologia dos Desaparecidos: Identidades Vulneráveis e Memórias Partidas*. São Paulo: Superintendência Regional do IPHAN.
- BASTOS, Rossano Lopes; SOUZA, Marise Campos de; GALLO, Haroldo. (2005). *Normas e Gerenciamento do Patrimônio*. São Paulo: 9º Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- BELLAIGUE, Mathilde. (1992). *O desafio museológico*. Comunicação apresentada no Fórum de Museologia do Nordeste, Salvador.
- BINFORD, Lewis R. (1962). Archaeology as Anthropology. *American Antiquity* 28, n.2: pp. 217-225.
- BINFORD, Lewis R. (1994). *En busca del pasado*. Descifrando el registro arqueológico. Crítica, Barcelona.
- BOLAÑOS, Maria. (ed). (2002). *La memoria del mundo. Cien años de museología 1900-2000*. Ediciones Trea.
- BOSI, Alfredo. (1992). *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras.

- BOURDIEU, Pierre & DARBEL, Alain (2007). *O Amor pela Arte. Os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: Edusp/ Porto Alegre: Zouk. (Publicado Original 1969).
- BOURDIEU, Pierre. (1974). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva. (Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli).
- BOURDIEU, Pierre. (2004). *Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP. (Publicado Original 1997).
- BOURDIEU, Pierre. (2007). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Publicado Original 1989).
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues Brandão. (1981). *O que é método Paulo Freire?* Coleção Primeiros Passos, n.38. São Paulo: Editora Brasiliense.
- BRAUDEL, Fernand. (1983). *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. Lisboa: Publicações Dom Quixote [v. I e II]. (Publicado original 1949).
- BRAUDEL, Fernand. (1992). *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992. (Publicado original 1969).
- BREFE, Ana Cláudia Fonseca. (2005). *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional*. São Paulo: Editora da UNESP/ Museu Paulista da USP.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (1984). *O museu Instituto de pré-história: um museu a serviço da pesquisa científica*. Dissertação de apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre, São Paulo.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (1995). *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema*. Tese apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor, São Paulo.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (1996). Museologia: algumas idéias para a sua organização disciplinar. *Cadernos de Sociomuseologia*, n.9. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (1997a). Museologia e Museus: Princípios, problemas e métodos. *Cadernos de Sociomuseologia*, n.10. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (1997b). Workshop: Musealização da Arqueologia: balanço e perspectivas. *IX Reunião científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (2000). *A luta pela Perseguição ao Abandono*. Tese apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de livre-docente, São Paulo.

- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (2004a). *Caderno de quadros referenciais*. Disciplina Patrimônio Arqueológico e Musealização ministrada na Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2º Semestre de 2004.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (2004b). *Principais Campos da Ação Museológica*. Comunicação apresentada no Seminário CCBB Museus e Exposições no Século XXI: Vetores e Desafios Contemporâneos, Julho de 2004.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (2005). Arqueologia e Antropofagia: A musealização de sítios arqueológicos. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, 31, 234-247.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (2006a). Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. *Cadernos de Sociomuseologia*, n.25, pp.1-16. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (2006b). Museus e pedagogia museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. *IN: MILDNER, S.E.S. As várias faces do patrimônio*. Santa Maria: Pallotti, pp. 119-140.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (2007a). *Musealização da Arqueologia - alguns subsídios*. Texto digitado.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (2007b). *Musealização da Arqueologia - antecedentes e conexões*. Texto digitado.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (2008). Museu e Museologia idéias e conceitos – Abordagens para um balanço necessário. *Anais do Workshop ICOFOM LAM 2008*, Rio de Janeiro.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira; FONSECA, Andrea Matos & NEVES, Kátia Regina Felipini. (2008). Mudança Social e Desenvolvimento no Pensamento de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos. *IN: Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento – Propostas e reflexões museológicas*. São Cristóvão: MAX/ UFS.
- BUENO, Lucas de Melo Reis & MACHADO, Juliana Salles. (2003). *Paradigmas que persistem: as origens da arqueologia no Brasil*. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq16.shtml>. Acedido em 11 de Dezembro de 2010.
- CABRAL, Mariana Petry & SALDANHA, João Darcy de Moura. (2008). Um sítio, múltiplas interpretações: o caso do chamado “Stonehenge do Amapá”. *Revista de Arqueologia Pública*. Disponível em <http://revistadearqueologiapublica2008.wikispaces.com/>. Acedido em 19 de Outubro de 2010.
- CALDARELLI, Solange Bezerra. (Org). (1996). *Atas do simpósio sobre política nacional do meio ambiente e patrimônio cultural. Repercussões dos dez anos da Resolução*

- CONAMA n.001/86 sobre a pesquisa e a gestão dos recursos culturais do Brasil. Goiânia: Universidade Católica de Goiás/ Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia.
- CALDARELLI, Solange Bezerra & SANTOS, Maria do Carmo M. M. (1999-2000). Arqueologia de Contrato no Brasil. *Revista da USP*, n. 43/44, pp.52-73.
- CALI, Plácido. (2005). *Políticas municipais de gestão do patrimônio arqueológico*. Tese apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor, São Paulo.
- CANCLINI, Néstor Garcia. (1994). O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, n.23, pp.95-115.
- CANCLINI, Néstor García. (2000). *Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da Modernidade*. São Paulo: Edusp. (Publicado Original 1989).
- CANCLINI, Néstor García. (2007). *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ (Publicado Original 2004).
- CANCLINI, Néstor García. (2008). *Consumidores e Cidadãos*. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ (Publicado Original 1995).
- CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. (2000). *Ondas do pensamento museológico brasileiro*. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Museologia apresentado ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. (2004). *Arqueologia musealizada: Patrimônio cultural e preservação em Fernando de Noronha*. Dissertação de apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre, São Paulo.
- CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. (2008). Ondas do pensamento museológico brasileiro. Balanço sobre a produção brasileira. *IN: Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento – Propostas e reflexões museológicas*. São Cristovão: MAX/ UFS.
- CARNEIRO, Carla Gibertoni. (2009). *Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia*. Tese apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor, São Paulo.
- CASTRO, Celso. (2006). Apresentação. *IN: BOAS, F. Antropologia Cultural*. (textos selecionados, apresentação e tradução Celso Castro) Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CERÁVOLO, Suely Moraes. (2004). Delineamentos para uma teoria da Museologia. *Anais do Museu Paulista Nova Série*, v.12, pp. 237-268.



- CHAGAS, Mário. (1986). *Museologia Norte-Nordeste. Algumas Considerações*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Instituto de Documentação/Museu do Homem do Nordeste. (datilografado).
- CHAGAS, Mário. (1994). *Novos Rumos da Museologia. Cadernos de Sociomuseologia*, n.2. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- CHAGAS, Mário. (1998). Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 13. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. (Publicado original como dissertação de mestrado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro 1997)
- CHAGAS, Mário. (2002). Memória e Poder: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia*, n.º19. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. pp. 35-67.
- CHAGAS, Mário. (2003). *Imaginação Museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Tese apresentada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro para obtenção do título de doutor, Rio de Janeiro.
- CHAGAS, Mário. (2004). Diabruras do saci: museu, memória, educação e patrimônio. *MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia*. Rio de Janeiro, v.1, n.1.
- CHAGAS, Mário. (2005). Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.31, pp.15-25.
- CHAGAS, Mário. (2007). Veredas e construções de uma política nacional de museus. IN: CHAGAS, Mário & NASCIMENTO JUNIOR, José do. (Orgs). *Política nacional de museus*. Brasília: MinC, pp.12-41.
- CHIARI, Selma Inês. (1999). *O Perfil Museo-Arqueológico do Projeto Paranapanema*. Dissertação apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre, São Paulo.
- CHILDE, Gordon (1969). *Piecing together the past*. Londres: Routledge & Kegan Paul (Publicado Original em 1956).
- CHOAY, Françoise. (2006). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade & UNESP. (Publicado Original 1992).
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. (2009). *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- CLIFFORD, James. (1994). Colecionando arte e Cultura. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, n.23, pp.69-89.
- COSTA, Carlos Alberto Santos. (2007). A legalidade de um equívoco: acerca dos processos legais para a guarda de materiais arqueológicos em instituições museais. *Anais do XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Florianópolis, 2007 (Cd-Rom).

- CRIADO BOADO, Felipe. (1996). El futuro de la Arqueologia. La Arqueologia del futuro? *Trabajos de Prehistoria*, n. 53, pp.15-35.
- CRIADO BOADO, Felipe. (2001). Problems, functions and conditions of archaeological knowledge. *Journal of Social Archaeology*, 11 (1), pp.126-146.
- CRISPINO, Luis Carlos Bassalo; BASTOS, Vera Burlamaqui; TOLEDO, Peter Mann de (Orgs). (2006). *As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi – aspectos históricos e iconográficos (1860-1921)*. Belém: Paka -Tatu.
- CRUZ, Maria Áurea Santa. (2001). *Sertão des-encantado*. Recife: Edição do autor.
- CURY, Marília Xavier. (2005) *Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção*. Tese apresentada a Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor, São Paulo.
- DEMARTINI, Célia Maria Cristina. (1995). Arqueologia e Comunicação: Propostas Educativas para a preservação do patrimônio arqueológico do Baixo Vale do Ribeira. *Trabalho apresentado na VIII Reunião científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*.
- DEMARTINI, Célia Maria Cristina. (1997). *Arqueologia e Comunicação: algumas propostas para o baixo Vale do Ribeira*. Dissertação apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre, São Paulo.
- DESVALLÉES, André. (1992). *Vagues: une anthologie de la nouvelle museologie. v.1*. Paris: W M. N. E. S.
- DESVALLÉES, André. (1994). *Vagues: une anthologie de la nouvelle museologie. v.2*. Paris: W M. N. E. S.
- DIAS, Adriana S. (1995). Um projeto para a Arqueologia Brasileira: breve histórico da implementação do Pronapa. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 19 (22), pp.25-39
- DIAS, Adriana S. (2000). A questão da variabilidade na obra de Lewis R. Binford e sua contribuição para a construção de uma teoria arqueológica. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 24 (31): pp.7-42.
- DIAS, Saint-Clair Gonçalves (2010). Forte do Presépio – Espaço, Memória Educação e Tecnologia. *IN: VI Seminário Regional de Cidades Fortificadas e Primeiro Encontro Técnico de Gestores de Fortificações*. Florianópolis – SC.
- DINIZ, José Alexandre Felizola (2005). Uma nova realidade museal em Sergipe: o Museu de Arqueologia de Xingó. *IN: Revista da Fapese de Pesquisa e Extensão*, v. 1, pp. 63-72, mar./jun. 2005.

- DUCLOS, Jean-Claude. (2008). *La co-écriture au musée*. Colloque Musée des confluences, 26 – 27 novembre 2008 (datilografado).
- ELIAS, Maria José. (1999). *Museu Paulista: memória e história*. Tese apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor, São Paulo.
- FERNANDES, Tatiana Costa. (2007). *Vamos criar um sentimento?! : um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil*. Dissertação apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre, São Paulo.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. (2002). *Vestígios de civilização: a arqueologia no Brasil Imperial (1838-1877)*. Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de mestre, Campinas.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. (2007). *Território primitivo: a institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de doutor, Campinas.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. (2008). Patrimônio, Pós-Colonialismo e Repatriação Arqueológica. *Ponta de Lança: História, Memória e Cultura*, n.1, pp.37-62.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. (2009). “Ordenar o Caos”: Emílio Goeldi e a arqueologia amazônica. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 4, n.1, pp. 71-91.
- FERREIRA, Lúcio Menezes & FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. (2009). Arqueologia como prática política. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 4, pp.1-4.
- FOUCAULT, Michel. (1979). *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal. (Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado).
- FOUCAULT, Michel. (1985). *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes. (Publicado Original 1966).
- FRANÇOZO, Mariana. (2005). O Museu Paulista e a história da antropologia no Brasil entre 1946 e 1956. *Revista de Antropologia*, v.48, n.2 São Paulo.
- FREIRE, Paulo. (1987). *Pedagogia do oprimido*. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Publicado original em 1970).
- FREIRE, Paulo. (1992). *Pedagogia da Esperança. Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREYRE, Gilberto. (1976). *Manifesto Regionalista*. 6ª ed. Recife, MEC – Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. (Publicado original em 1952).
- FREYRE, Gilberto. (1989). *Nordeste*, 6ª ed., Rio de Janeiro, Record. (Publicado original em 1937)

- FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. (1994). Arqueologia Brasileira: Visão Geral e Reavaliação. *Revista da História da Arte e Arqueologia*, n.1, pp.24-41.
- FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. (2001). Public archaeology from a Latin American perspective. *Public Archaeology*, v. 1, p. 239-243, 2001. London: James & James Science Publishers, pp. 239-243.
- FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. (2002). Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na arqueologia brasileira. *Horizontes Antropológicos*, v.8, n.18, pp. 131-153.
- FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. (2004). Public archaeology in Brasil. *IN: MERRIMAN, Nick. Public Archaeology*. Londres: Routledge, pp. 202-210.
- FUNARI, Pedro Paulo de Abreu & ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. (2008). Ética, capitalismo y Arqueología Pública en Brasil. In: ZARANKIN, Andrés & ACUTO, Félix A. (Eds). (2008). *Sed non satiata II: acercamientos sociales en la arqueología latinoamericana*. Córdoba: Encuentro Grupo Editor. pp.81-92.
- FUNARI, Pedro Paulo de Abreu; HALL, Martin; JONES, Siân. (Eds). (1999). *Historical archaeology: back from the edge*. London & New York: Routledge.
- FUNARI, Pedro Paulo de Abreu; OLIVEIRA, Nanci Vieira; & TAMANINI, Elisabeth. (2008). Arqueologia Pública no Brasil e as Novas Fronteiras. *Praxis Archaeologica*, n.3, pp.131-138.
- FUNARI, Pedro Paulo de Abreu; ORSER JR., Charles E.; SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. (Orgs.). (2005). *Identities, discourse and power: studies in contemporary Archaeology*. São Paulo: Annablume.
- FUNARI, Pedro Paulo de Abreu; ZARANKIN, Andrés; STOVEL, Emily. (Eds). (2005). *Global archaeological theory: contextual voices and contemporary thoughts*. New York, Boston, Dordrecht, London, Moscow: Kluwer Academic/ Plenum Publishers.
- GADOTTI, Moacir. (2002 ). Los aportes de Paulo Freire a la pedagogía crítica. *Revista Educación*, n.26, v.2, pp.51-60.
- GNECCO, Cristóbal. (2008). Manifiesto moralista por una arqueología reaccionaria. *IN: ACUTO, Félix A. & ZARANKIN, Andrés (Eds). (2008). Sed non satiata II: acercamientos sociales en la arqueología latinoamericana*. (1ª ed., pp.93-102). Córdoba: Encuentro Grupo Editor.
- GNECCO, Cristóbal. (2009). Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, 1 (4), 15-26.
- GODOY, Manuel Pereira. (1974). *Contribuição à História Natural e Geral de Pirassununga*. Prefeitura Municipal de Pirassununga, v.1.

- GOMES, Alexandre Oliveira & NETO, João Paulo Vieira. (2009). *Museus e Memória Indígena no Ceará. Uma proposta em Construção*. Fortaleza: SECULT.
- GONÁLVES, Alexandre & CARLSON, Victor E. (2003). *Aventura arqueológica na ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Lagoa Editora.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo (Ed). (2007). *Arqueología Simétrica: Un giro teórico sin revolución paradigmática*. Complutum, 2007, v. 18: 283-319.
- GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. (1990a). Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. *Cadernos Museológicos*, n. 3.
- GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. (1990b). Museologia e Identidade. *Cadernos Museológicos*, n.1 & 2. pp.39-48.
- GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. (s/d). *A Interdisciplinaridade em Museologia*. Texto de aula.
- GUIDON, Niède. (2007). Parque Nacional da Serra da Capivara. Modelo de Preservação do Patrimônio Arqueológico Ameaçado. IN: LIMA, Tânia Andrade. (org) (2007). Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº33, pp.74-93.
- HABER, Alejandro F. (2008). Adonde están lós 99 tíficos? Notas de campo de arqueologia subjuntiva. IN: ACUTO, Félix A. & ZARANKIN, Andrés (Eds). (2008). *Sed non satiata II: acercamientos sociales en la arqueología latinoamericana*. (1ª ed., pp.103-120). Córdoba: Encuentro Grupo Editor.
- HARTOG, François. (1999). *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- HECKENBERGER, Michael. (2001). Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana na *longue durrée*, 1000-2000 d.C. In: FRANCHETTO, Bruna & HECKENBERGER, Michael (Orgs). *Os povos do Alto Xingu: história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, pp.21-62.
- HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. (2006). *Planteamientos teóricos de la museología*. Gijón: Ediciones Trea.
- HIRATA, Elaine; DEMARTINI, Célia Maria Cristina; PEIXOTO, Denise Cristina; & ELAZARI, Judith. (1989). Arqueologia, educação e museu: o objeto enquanto instrumentalização do conhecimento. *Dédalo*, n. 27, São Paulo.
- HOBBSAWN, Eric J. (2002). *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HODDER, Ian. (1988). *Interpretación en Arqueología*. Corrientes actuales. Crítica, Barcelona.

- HODDER, Ian. (1992). *Theory and Practice in Archaeology*. London and New York: Routledge.
- HODDER, Ian. (Ed). (2001). *Archaeological theory today*. Cambridge: Blackwell Publishers.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. (1995). 20 anos depois de Santiago: a declaração de Caracas - 1992. IN: ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (orgs). (1995). *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. Comitê Brasileiro do ICOM, São Paulo: pp.32-35.
- JACOBUS, André. (1987). O Patrimônio Arqueológico Nacional: dos sítios aos museus. *Trabalho apresentado na IV Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*.
- JULIANI, Lucia de Jesus Cardoso Oliveira. (1996). *Gestão arqueológica em metrópoles: uma proposta para São Paulo*. Dissertação de apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre, São Paulo.
- KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda; CAZELLI, Sibebe; LIMA, José Matias. (2006). *Distinção ou inclusão cultural? Sobre o uso social dos museus: uma análise do perfil dos visitantes e das formas de visita no século XXI*. 30º Encontro Anual da ANPOCS. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/omcc/media/ANPOCS%202006.pdf>. Acedido em 3 de Dezembro de 2008.
- LE GOFF, Jacques. Memória. (1984). IN: *Enciclopédia Einaudi. Volume. I Memória – História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp.11-50.
- LEITE, Nívea. (1995). O Ensino da Pré-História nas Escolas de 1 e 2 Graus. *Trabalho apresentado na VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*.
- LEMOES DA SILVA, Tiago; RIETH, Flavia Maria Silva; REICHOW, Josué. (2008). História da Antropologia na UFPEL: entre os campos da antropologia física, cultural e filosófica. *XVII Congresso de Iniciação Científica/ X Encontro de Pós-Graduação da UFPEL*, Pelotas, novembro de 2008.
- LIMA, Luiz Fernando Erig. (2006). *A Ocupação Pré-Colonial na Fronteira Ocidental - Adaptabilidade Humana Versus Aspectos Geomorfológicos na Microrregião do Alto Guaporé - MT*. Projeto de Doutorado em Arqueologia apresentado ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
- LIMA, Tânia Andrade. (1985). *Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas*. Comunicação apresentada no 1º Seminário de Arqueologia Histórica. SPHAN/ FNPM, Rio de Janeiro, 30 de Outubro de 1985.
- LIMA, Tânia Andrade. (1988). Patrimônio arqueológico, ideologia e poder. *Revista de Arqueologia*, v.5, pp.19-28.

- LIMA, Tânia Andrade. (org.). (2002). *Atas do Simpósio - A Arqueologia no Meio Empresarial*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás; Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia.
- LIMA, Tânia Andrade. (2007). A arqueologia na construção da identidade nacional: uma disciplina no fio da navalha. *Canindé*, n. 10, pp. 11-26.
- LIMA, Tânia Andrade. (org) (2007). Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.33.
- LIMAVERDE, Rosiane. (2006). *Os Registros rupestres da Chapada do Araripe, Ceará, Brasil*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Preservação do Patrimônio da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do título de mestre, Recife.
- LINHARES, Ana Maria Alves. (2007). *Do caco ao espetáculo: A produção cerâmica de Cachoeira do Ariri (Ilha do Marajó, PA)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém.
- LOPES, Maria Margaret. (1993). *As ciências naturais e os museus no Brasil no século XIX*. Tese apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor, São Paulo.
- LOPES, Maria Margareth. (1997). *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais do século XIX*. São Paulo: HUCITEC.
- LOTUFO, Cesar Augusto. (1987). *Arqueologia e Educação: uma experiência com turmas do segundo grau de colégios da rede particular de ensino da cidade do Rio de Janeiro*. *Dédalo*, Publicações Avulsas n.1, São Paulo, 1989
- LOURENÇO, Jaqueline. (2009). *Visões sobre os povos indígenas durante o processo de independência do Brasil (1808-1831)*. Texto digitado.
- LOURENÇO, Jaqueline. (2010). *Um espelho brasileiro: visões sobre os povos indígenas e a construção de uma simbologia nacional (1808-1831)*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre, São Paulo.
- LUNA FILHO, Pedro Ernesto de. (2007). *Peter Wilhelm Lund: o auge das suas investigações científicas e a razão para o término das suas pesquisas*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor, São Paulo.
- MARQUES, Denise Cristina Peixoto Catunda. (2005). *Arqueologia e educação: uma proposta de leitura do patrimônio*. Dissertação apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre, São Paulo.



- MARTIN, Gabriela. (2005). *Pré-história do nordeste do Brasil*. 4. Ed. Recife: Editora Universitária/UFPE. (Publicado original 1999).
- MARTINS, Gilson Rodolfo (2009). Histórico da Criação do MuArq – Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. *I Encontro de Arqueologia de Mato Grosso do Sul*. 18 – 22 de Maio de 2009. Campo Grande/MS
- MARTINS, Luciana Conrado. (2000). *A Arqueologia de Contrato e os Desafios dos Processos de Musealização*. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Museologia apresentado ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MEGGERS, Betty J. (1971). *Amazonia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise*. Chicago: Aldine.
- MEGGERS, Betty J. (1985). Advances in Brazil Archaeology (1935-1985). *American Antiquity*, 50, pp.364-363.
- MELLO, Frederico Pernambucano. (2004). *Guerreiros do sol: violência e banditismo no nordeste do Brasil*. São Paulo: A Girafa.
- MELO, Isabel Margarida. (2007). *O museu inspirador. Exercício de aplicação da ferramenta de auto-avaliação Inspiring Learning For All em quatro serviços educativos de museus portugueses*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Departamento de Museologia, Lisboa.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. (1985?). *Natureza da arqueologia e do documento arqueológico: problemas gerais da arqueologia brasileira*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP). Texto mimeografado.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. (1987a). Identidade Cultural e Arqueologia *IN: Cultura Brasileira, Temas e Situações*, Série Fundamentos, São Paulo: Ática.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. (1987b). Para uma política arqueológica do SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.22, pp.206-209.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. (1988). *Arqueologia de Salvamento no Brasil: uma avaliação crítica*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP). Texto mimeografado.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. (1992). A exposição musológica: reflexões sobre pontos críticos na prática contemporânea. *IN: Debate - O Discurso Museológico: um Desafio para os Museus*. *Ciência em Museus*, n. 4, pp.103-127.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. (1993). A problemática da identidade cultural nos museus: de objeto (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista Nova Série*, n. 1, pp. 207-222.

- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. (1994). Do teatro da Memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista Nova Série*, n. 2, pp. 9-42.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. (2006). A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. *IN: Patrimônio: Atualizando o debate*. São Paulo: 9º Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pp. 33-76.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. (2007a). Os Museus na Era do Virtual. *IN: BITTENCOURT, José Neves, GRANATO, Marcus, BENCHETRIT, Sarah (orgs). Museus, Ciência e Tecnologia*. Livro do Seminário Internacional, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, pp. 49-70.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. (2007b). Os paradoxos da memória social. In: MIRANDA, Danilo Santos de. (Org.). *Memória e cultura. A importância da memória na formação cultural humana*. São Paulo: Edições SESC/SP, pp. 13-33.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. (2007c). Premissas para a formulação de políticas públicas em arqueologia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.33, pp. 37-58.
- MENSCH, Peter Van. (1994). *O objeto de estudo da Museologia*. Pretextos Museológicos 1, Rio de Janeiro: UNI-RIO/UGF.
- MERILLAS, Olaia Fontal. (2003). *La educación patrimonial. Teoría y práctica para el aula, el museo e Internet*. Gijón (Astúrias): Ediciones Trea.
- MERRIMAN, Nick. (2000). The crisis of representation in archaeological museums. *IN: MCMANAMON, Francis P. & HATTON, Alf. (Eds). (2000). Cultural resource management in contemporary society. Perspectives on managing and presenting the past*. London and New York: Routledge. pp.300-309.
- MERRIMAN, Nick. (2004). Involving the public in museum archaeology. *IN: MERRIMAN, Nick. (2004). Public Archaeology*. Londres: Routledge.
- MICELI, Sérgio (org). (1995). *História das Ciências Sociais no Brasil. V.1*. São Paulo: Editora Sumaré/ FAPESP.
- MICELI, Sérgio (org). (2001). *História das Ciências Sociais no Brasil. v.2*. São Paulo: Editora Sumaré (2º ed. Revista e ampliada) (Publicado Original 1989).
- MISAN, Simona. (2005). *A implantação dos museus histórico e pedagógicos no Estado de São Paulo (1956-1973)*. Tese apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor, São Paulo.

- MONTENEGRO, Antonio Carlos. (2000). Um Roteiro para Visita. *IN: MHN. (2000). Museu do Homem do Nordeste*. São Paulo: Banco Safra, pp. 22-25.
- MONTICELLI, Gislene. (2005). *Arqueologia em obras de engenharia no Brasil: Uma crítica aos contextos*. Tese de Doutorado apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de doutor, Porto Alegre.
- MORAES WICHERS, Camila Azevedo. (2008). A Interface Museologia-Arqueologia: elos e lacunas. *Anais do Workshop ICOFOM LAM 2008*, Rio de Janeiro.
- MORAES WICHERS, Camila Azevedo. (2009a). O patrimônio arqueológico nos museus universitários: fragilidades e potencialidades do cenário contemporâneo. In: VII Semana de Museus da USP, 2009, São Paulo. *VII Semana dos Museus da USP - O museu na cidade e a cidade no museu*.
- MORAES WICHERS, Camila Azevedo. (2009b). Patrimônio Arqueológico Paulista: propostas museológicas para sua preservação. Memorial de Qualificação de Doutorado apresentado ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MORAES WICHERS, Camila Azevedo. (2009c). *Musealização da Arqueologia Preventiva: desafios na estruturação de ações educativas continuadas*. In: Anais do XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2009, *no prelo*.
- MORAES, Camila Azevedo. (2007). *Arqueologia Tupi no nordeste de São Paulo: um estudo de variabilidade artefactual*. Dissertação apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre, São Paulo.
- MORAIS, José Luiz. (2006). Reflexões acerca da arqueologia preventiva. *IN: Patrimônio: Atualizando o debate*. São Paulo: 9º Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pp. 191-220.
- MORATTO, M.J. & R.E. KELLY. (1978). Optimizing Strategies for Evaluating Archaeological Significance. *Advances in Archaeological Method and Theory*, n.1, pp.1-30.
- MOREIRA, Fernando João. (1989). Museologia e Desenvolvimento. *IN: Museus e Sociedade. Reflexões sobre a função social do Museu. Cadernos de Patrimônio*, nº5. Monte Redondo: Museu Etnológico de Monte Redondo, pp. 107-112.
- MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes Bastos; GALLO, Haroldo. (2006). *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9º Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- MORTARA, Adriana (1989). Museus arqueológicos. *Revista de Pré História*, v. 7, pp. 187-188.
- MOSER, Stephanie. (2003). Transforming Archaeology Through Practice: Strategies for Collaborative Archaeology and the Community Archaeology Project at Quseir, Egypt.

- IN: BROWN, Alison K. & PEERS, Laura (eds.) **Museums and Source Communities: A Routledge Reader**. London, UK; New York, US, Routledge, pp. 208-226
- MOUTINHO, Mário. (1989). Museus e Sociedade. Reflexões sobre a função social do Museu. *Cadernos de Patrimônio*, nº5. Monte Redondo: Museu Etnológico de Monte Redondo.
- MOUTINHO, Mário. (1992). La nouvelle muséologie et l'ethnologie. *Cadernos do MINOM 2*, Lisboa: MINOM Portugal, pp.29-37.
- MOUTINHO, Mário. (1993). Sobre o conceito de Museologia Social. *Cadernos de Sociomuseologia*, nº1. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- MOUTINHO, Mário. (1994) A construção do objecto museológico. ULHT. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 4. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- MOUTINHO, Mário. (1995). A Declaração de Quebec de 1984. IN: ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina de Oliveira (orgs). (1995). *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. Comitê Brasileiro do ICOM, São Paulo: pp.26-29.
- MOUTINHO, Mário. (2004). A contemporaneidade da Política Nacional de Museus: um olhar de além mar. IN: MINC/ IPHAN/ DEMU. *1º Fórum Nacional de Museus. A imaginação museal: os caminhos da democracia*. Relatório, Salvador, 13 a 17 de Dezembro de 2004. pp.15-17.
- MOUTINHO, Mário. (2007). *Definição evolutiva de Sociomuseologia*. Atelier Internacional do MINOM, Lisboa/ Setubal, 2007.
- MOUTINHO, Mário. (2008). Os museus como instituições prestadoras de serviços. Revista de Humanidades Tecnologias. ULHT. *Cadernos de Sociomuseologia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. (Texto no prelo)
- NASCIMENTO JUNIOR, José & CHAGAS, Mário. (orgs) (2007). *Política nacional de museus*. Brasília: Ministério da Cultura.
- NAVA, Carmen. (2007). Formando futuros cidadãos nas escolas públicas brasileiras (1937-1945). IN: LAUERHASS, Ludwig & NAVAS, Carmen. *Brasil. Uma identidade em construção*. São Paulo: Editora Ática.
- NEDEL, Leticia Borges (2005). Breviário de um Museu Mutante. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, pp. 87-112, jan/jun 2005.
- NEVES, Walter A. & PILÓ, Luís B. (2008). *O Povo de Luzia*. São Paulo - SP: Editora Globo.
- NORA, Pierre. (1993). Entre Memória e História: a problemática dos lugares. IN: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28.
- NOVAIS, Fernando A. (1979). *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1979)*. São Paulo: Hucitec.

- OBSERVATÓRIO DE MUSEUS E CENTROS CULTURAIS. OMCC (2006). *Pesquisa Piloto Perfil- Opinião 2005. Onze Museus e Seus Visitantes*. Boletim I, Ano 01. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/omcc/media/miolo%20I%20boletim%20OMCC.pdf>. Acedido em 8 de Julho de 2008.
- OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. (2010). *Museu do Ceará. Um Breve Histórico*. IN: MUSEU DO CEARÁ. (2010). Catálogo. Fortaleza: SECULT, pp.10-11.
- OLIVEIRA, J. E. (2002). A Arqueologia Brasileira da Década de 1980 ao Início do Século XXI: uma avaliação histórica e historiográfica. *Estudos Ibero-Americanos*, v. XXVIII, n.2, pp.25-52.
- ORSER, Charles. (1996). *A Historical Archaeology of the Modern World*. New York: Plenum.
- ORSER, Charles & FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. (1992). A pesquisa arqueológica inicial em Palmares. *Estudos Ibero-Americanos*, n.18, pp.53-69.
- PANICH, Lee. (2007). *Collaborative Archaeology - South of the Border*. Published in News from Native California, 20(4), pp.12-15.
- PARDI, Maria Lúcia Franco. (2002). *Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação*. Dissertação apresentada a Universidade Católica de Goiás – IGPA, para obtenção do título de mestre, Goiânia.
- PARELLADA, Claudia Inês (2009). *Museus e Patrimônio Histórico*. IN: *II Encontro Cidades Novas - A Construção de Políticas Patrimoniais: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País*. Londrina / PR.
- PEREIRA, Edithe. (2009). O Museu Goeldi e a pesquisa arqueológica: um panorama dos últimos dezessete anos (1991-2008). *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v.4, n. 1, pp.171-190.
- PEREIRA, Marcele & KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. (2008). *Guia de fontes primárias. O Museu Nacional: seu público no século XIX e no início do XX*. Rio de Janeiro/ Brasília: Fundação Oswaldo Cruz/ Fiocruz.
- PHILLIPS, Philip & WILLEY, Gordon R. (1953). Method and Theory in American Archaeology: an operational basis for culture-historical integration. *American Anthropologist*, v.55, n.5, pp.615- 631.
- POLLAK, Michael. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, pp. 3-15.
- POLLAK, Michael. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, pp.200-212.
- POMIAN, Krzysztof. (1984). Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi. v. I Memória – História* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1º ed., pp. 51-86.

- POMIAN, Krzysztof. (1988). Musée archéologique: art, nature, histoire. *Le Débat*, Paris, n.49, pp.57-68.
- PRIMO, Judite. (1999a). Museologia e Patrimônio: documentos fundamentais. *Cadernos de Sociomuseologia*, n.15. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- PRIMO, Judite. (1999b). Pensar contemporaneamente a Museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, n.16. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- PRIMO, Judite. (2006). *Museologia e Design na Construção de Objectos Comunicantes*. Caleidoscópio. Revista de Comunicação e Cultura, pp. 109-116.
- PRIMO, Judite. (2007). *A Museologia e as Políticas Culturais Europeias: O Caso Português*. Tese apresentada a Universidade Portucalense Infante D. Henrique para obtenção do título de doutor, Porto.
- PRIMO, Judite & MATEUS, Diogo. (2008). *Normas para elaboração e apresentação de Teses de Doutoramento*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- PRIMO, Judite. & MOUTINHO, Mario. (2002). *O Ecomuseu da Murtosa*. Patrimônios, ano XXIII, 2º Serie. Aveiro: AEDPNCRA.
- PROUS, Andre (1992). *Arqueologia Brasileira*. Editora da Universidade de Brasília, Brasília.
- RAMOS, Francisco Régis. (2004). *A Danção do Objeto. O museu no ensino de História*. Chapecó: Argos Editora Universitária.
- REIS, Jose Alberione dos. (2004). *Não pensa muito que dói - um palimpsesto sobre teoria na Arqueologia brasileira*. Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de doutor, Campinas.
- RENFREW, Colin. & BAHN, Paul. (2004). *Archaeology: Theories, methods and practice*. London: Thames & Hudson. (Publicado Original 1991).
- RIBEIRO, Diego Lemos. (2007). *A Ciência da Informação em Ação: um estudo sobre os fluxos de informação no Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI)*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense para obtenção do título de mestre, Rio de Janeiro.
- RIVIÈRE, Georges Henri. (1958). *Seminário regional de la Unesco sobre la función educativa de los museos*, Rio de Janeiro, 7-30 de septiembre de 1958.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. (1999-2000). Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. *Revista da USP*, n. 43/44, pp.10-31.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. (2005). *Sociedade e Arqueologia*. Tese de Livre Docência apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

- ROBRIGUES, Robson Antonio. (2009). Petição à Procuradoria Geral da República. Araraquara.
- RÚSSIO, Waldisa. (1977). *Museu? Um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento*. Dissertação apresentada à Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo para obtenção do grau de mestre, São Paulo.
- RÚSSIO, Waldisa. (1980). *Um museu da indústria na cidade de São Paulo*. Tese apresentada na Faculdade de Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo para obtenção do título de doutor, São Paulo.
- RÚSSIO, Waldisa. (1984). Texto III. IN: ARANTES, Antônio Augusto. (org). *Produzindo o passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense. pp.59-78.
- SÁ, Ivan Coelho de. (2007). História e Memória do Curso de Museologia: do MHN à UNIRIO. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 39, pp. 10-42.
- SAID, Edward W. (2001). *Orientalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- SAID, Edward W. & BARSAMIAN, David. (2006). *Cultura e Resistência*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- SALADINO, Alejandra. (2010). *Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro para obtenção do título de doutor, Rio de Janeiro.
- SANJAD, Nelson Rodrigues. (2004). Charles Frederick Hartt e a institucionalização das ciências naturais no Brasil. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 11, n.2, pp. 449-455.
- SANJAD, Nelson Rodrigues. (2005). *A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907*. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz.
- SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. (1996). Processo Museológico e Educação: construindo um museu didático-comunitário. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 7. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. (Publicado original como tese de doutoramento na Universidade Federal da Bahia 1995).
- SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. (2008). A aplicação da Museologia ao contexto brasileiro: a práxis e a formação. IN: SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. *Encontros Museológicos - reflexões sobre a Museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: MinC/ IPHAN/ DEMU, pp.175-228. (Texto apresentado original 2004).
- SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. (2008). Reflexões sobre a Nova Museologia. IN: SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. *Encontros Museológicos - reflexões sobre a*

- museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: MinC/ IPHAN/ DEMU, pp.69-98 (Texto apresentado original 1999).
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. (2002). Políticas da Memória na Criação dos Museus Brasileiros. *Cadernos de Sociomuseologia*, n.19. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. pp. 99-120.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. (2003). *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. (2006). *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU. (Originalmente dissertação de mestrado defendida na IUPERJ 1984).
- SARIAN, Haiganuch. (1997). Curadoria sem Curadores? *Anais I Semana de Museus da Universidade de São Paulo*, pp.33-35.
- SARRAF, Viviane Panelli. (2009). *Ação Educativa para Pessoas com Deficiência*. Disponível em: <http://www.fundacaobunge.org.br>. Acedido em 3 de Janeiro de 2009.
- SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro. (1987). A divulgação da pesquisa científica junto à comunidade: o papel do Museu Regional. *Trabalho apresentado na IV Reunião científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*.
- SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro; CERAVOLO, Suely; DEMARTINI, Célia Maria Cristina. (1993). Cadastramento e divulgação de sítios arqueológicos no baixo vale do Ribeira. *Trabalho apresentado na VII Reunião científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*.
- SCHIAVETTO, Solange Nunes Oliveira. (2007). *Arqueologia Regional e Educação: Propostas de Estudos sobre um "passado excluído" de Araraquara/SP*. Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para a obtenção do título de doutor, Campinas.
- SCHIFFER, Michael Brian. (1972). Archaeological context and systemic context. *American Antiquity*, 37(2): pp.156-165.
- SCHWARCZ, Lilian K. M. (2001). O nascimento dos museus no Brasil. *IN: MICELI, Sérgio (org). (2001). História das Ciências Sociais no Brasil. V.1*. São Paulo: Editora Sumaré, pp. 29-90. (2º ed. Revista e ampliada) (Publicado Original 1989).
- SCHWARCZ, Lilian K. M. & DANTAS, Regina. (2008). O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. *Revista do IEB*, n. 46, pp. 123-164.
- SCIENTIA. (2009). *Diagnóstico arqueológico e histórico-cultural. Área de intervenção da pequena central hidrelétrica de Emas Nova, município de Pirassununga*. Relatório Final.
- SEÇÃO DE MUSEOLOGIA DO MUSEU NACIONAL. [MUSEOLOGIA – MN]. (2007 / 2008).



- Os diretores do Museu Nacional / UFRJ*. Rio de Janeiro. 2007/2008.
- SHANKS, Michael. (2004). *From a postprocessual to a symmetrical archaeology*. Disponível em: <http://traumwerk.stanford.edu:3455/symmetry/822>. Acedido em 2 de Dezembro de 2010.
- SHANKS, Michael & TILLEY, Christopher. (1988). *Social Theory and Archaeology*. Albuquerque: University Of New Mexico Press.
- SHANKS, Michael & TILLEY, Christopher. (1992). *Re-Constructing Archaeology*. London & New York: Routledge (Publicado Original 1987).
- SILVA, Abrahão Sanderson Nunes F. (2008). *Musealização da Arqueologia: diagnóstico do patrimônio arqueológico em museus potiguares*. Dissertação apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre, São Paulo.
- SIMÕES, Mario Ferreira. (1981). As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1981). *Acta Amazônica*, v. 11, n. 1, pp. 149-165.
- SOUZA, Alfredo Mendonça de. (1991). História da Arqueologia Brasileira. Instituto Anchieta de Pesquisas: *Antropologia*, (46): pp.11-157.
- SOUZA, Alfredo Mendonça de. (1997). *Dicionário de Arqueologia*. Rio de Janeiro: ADESA – Associação de Docentes da Estácio de Sá.
- SOUZA, Flávia Cristina (2007). *A Preservação do Patrimônio Arqueológico em Joinville/SC: Desamontoando conchas e evidenciando memórias*. Curitiba.
- SOUZA, Marcos André Torres & SYMANSKI, Luis Claudio Pereira. (1996). Análise distribucional intera-sítio em arqueologia histórica. *Revista Arqueologia*, 9: pp. 25-42.
- SOUZA, Rafael de Abreu. (2010). *Louça paulista para paulicéia. Arqueologia histórica da fábrica de louça Santa Catharina/ IRFM – São Paulo e a produção da faiança fina nacional (1913-1937)*. Dissertação apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre, São Paulo.
- STASKI, Edward. (1982). *Advances in Urban Archaeology*. In: SCHIFFER, M.B. *Advances in Archaeological Method and Theory*. V.5, pp.97-149.
- STURTEVANT, William C. (1969). Does the anthropology need museums? *Proceedings of the Biological Society of Washington*, v.82, pp.616-649.
- SYMANSKI, Luis Claudio Pereira & SOUZA, Marcos André Torres. (2007). O Registro Arqueológico dos Grupos Escravos; Questões de Visibilidade e Preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.33, pp. 215-243.

- TAMANINI, Elisabeth. (1994). *Museu arqueológico de sambaqui: um olhar necessário*. Dissertação apresentada a Faculdade de Educação da Universidade de Campinas para obtenção do título de mestre, Campinas.
- TAVARES, Gladis Maria Pippi. (2004). *Paisagens do Eterno: os Lugares de Memória Missioneira*. Dissertação de Mestrado em Integração Latino-Americana, PPGMILA/UFSM, RS (resumo).
- TENÓRIO, Maria Cristina & FRANCO, Teresa Cristina. (1993). *Projeto de implantação da temática pré-histórica no ensino de 1, 2 e 3 graus*. Trabalho apresentado na VII Reunião científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira.
- TIBIRIÇÁ, Rui. W. (1935). Arqueologia Brasileira. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, v. XV: pp.143-152.
- TORRES, Heloísa Alberto. (1937). Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.1, Rio de Janeiro.
- TREVISAN, Cristiane Daniela & SIMÃO, Édina Francini. (2007). A Descoberta de um tesouro: O Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, pp. 192-210, jul./dez. 2007.
- TRIGGER, Bruce G. (2004). *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus Editora. (Publicado Original 1989).
- TULLY, Gemma. (2007) Community Archaeology: General Methods and Standards of Practice. *Public Archaeology*, n.6, pp. 155-187.
- VAINSENER, Semira Adler. (2010). *Museu do Estado de Pernambuco*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>. Acedido em: 10 de Novembro de 2010.
- VARINE-BOHAN, Hugues de. (1995). A respeito da Mesa-Redonda de Santiago. *IN: ARAÚJO, Marcelo Mattos & BRUNO, Maria Cristina Oliveira (orgs). (1995). A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, pp.17-19.
- VARINE-BOHAN, Hugues de. (1996). Resposta de Hugues de Varine às Perguntas de Mário Chagas. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 5. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- VARINE-BOHAN, Hugues de. (2002). Patrimônio e educação popular. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n.31, pp.287-296.
- VETH, Peter; SMITH, Mike; HISCOCK, Peter. (Eds). (2005). *Desert Peoples: Archaeological Perspectives*. Cambridge University Press.

- VIANA, Hélder do Nascimento. (2002). *Os Usos do Popular: coleções, museus e identidades, na Bahia e em Pernambuco, do início do século à década de 1950*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de doutor, São Paulo.
- VIEIRA, Aline de Carvalho & FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. (2009). Arqueologia Pública: as relações entre a academia e a sociedade. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=31>. Acedido em 11 de Abril de 2009.
- ZANETTINI, Paulo Eduardo. (1988). Canudos: memórias do fim do mundo. *Horizonte Geográfico*, ano I, n.3, pp. 28-38.
- ZANETTINI, Paulo Eduardo. (1989). *Projeto Etnoarqueologia do Negro no Mato Grosso: reconhecimento arqueológico e cadastro de sítios*. Fundação Pró-Memória.
- ZANETTINI, Paulo Eduardo. (2005). *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na Casa Bandeirista*. Tese apresentada Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor, São Paulo.
- ZANETTINI, Paulo Eduardo. (2007). *Arqueologia e Sociedade*. Comunicação enviada ao Simposio "Arqueología y mercado" realizado no âmbito da IV Reunión Internacional de Teoría Arqueológica en America Del Sur, Inter-Congreso del WAC, Catamarca, Argentina.
- ZANETTINI, Paulo Eduardo. (2009). *Projetando o futuro para a Arqueologia brasileira*. Revista de Arqueologia Suramericana, no prelo.
- ZARANKIN, Andrés & ACUTO, Félix A. (Eds). (1999). *Sed non satiata. Teoria social en la Arqueologia Latinoamericana Contemporanea*. Buenos Aires: Ediciones del Tridente.
- ZARANKIN, Andrés. (2002). *Paredes que Domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista*. Campinas: Centro de História da Arte e Arqueologia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
- ZORTEA, Andréa de Souza. (1995). Arqueologia e Pedagogia: um intertexto possível sob a ótica interdisciplinar. *Trabalho apresentado na VIII Reunião científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*.

## ÍNDICE REMISSIVO

- antropofagia, 26, 27, 28, 32, 35, 42, 153, 257, 274, 280, 340, 397, 398, 399, 420, 421, 422, 441
- Arqueologia do Primitivo, 87, 89, 414
- Arqueologia Nobiliárquica, 71, 87, 89, 414
- Arqueologia Pós-Processual, 7, 32, 33, 295
- Arqueologia Preventiva, 29, 30, 50, 51, 54, 134, 146, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 186, 187, 191, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 205, 246, 264, 291, 294, 302, 307, 308, 311, 314, 318, 336, 337, 417, 419, 450
- Arqueologia Pública, 32, 51, 52, 181, 183, 184, 185, 191, 192, 193, 194, 224, 335, 405, 437, 439, 443, 444, 458
- Arqueologias Pós-Processuais, 59, 333, 336, 412
- cadeia operatória, 47, 50, 128, 142, 147, 185, 199, 208, 242, 290, 294, 302, 322, 370, 396, 399, 417
- Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, 9, 104, 105, 113, 115, 117, 120, 128, 132, 145, 175, 241, 242
- Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, 9, 133, 145, 146, 241, 242
- comunicação museológica, 41, 50, 51, 54, 58, 74, 85, 88, 89, 92, 97, 108, 114, 118, 124, 128, 130, 131, 142, 143, 149, 150, 178, 183, 184, 222, 232, 238, 239, 246, 251, 254, 257, 261, 265, 268, 297, 298, 304, 308, 310, 322, 323, 324, 325, 329, 345, 370, 375, 384, 394, 404, 405, 406, 407, 412, 414, 415, 418
- discurso expográfico, 246, 274, 284
- Ecomuseu de Itaipu, 133, 145, 147, 175, 228, 238, 242, 415
- Educação Patrimonial, 30, 51, 162, 178, 183, 184, 185, 192, 193, 223, 224, 241, 242, 243, 292, 294, 308, 326, 329, 343, 418, 428
- Exposição Antropológica, 15, 74, 75, 76, 84, 85, 87, 91, 94, 95, 97, 107, 148, 152, 260, 391, 414
- Fundham, 269
- IBRAM, 9, 55, 161, 162, 178, 195, 214, 215, 217, 219, 385, 404, 418, 423, 429
- identidade cultural, 36, 149, 290, 397, 448
- identidade nacional, 80, 98, 109, 111, 148, 150, 414, 419, 447
- Instituto Anchietano de Pesquisas, 9, 104, 105, 113, 114, 117, 120, 131, 132, 146, 242, 456
- Instituto de Pré-História, 9
- Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia, 9
- IPHAN, 9, 30, 55, 102, 112, 116, 125, 128, 129, 135, 141, 143, 145, 146, 149, 161, 162, 174, 177, 178, 190, 195, 196, 197, 208, 212, 219, 220, 222, 223, 225, 231, 232, 236, 237, 240, 241, 264, 268, 301, 322, 323, 328, 330, 359, 360, 361, 369, 380, 390, 401, 402, 403, 404, 417, 418, 425, 429, 431, 436, 437, 451, 454, 455
- Musealização da Arqueologia, 7, 15, 28, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 57, 61, 63, 64, 65, 67, 71, 72, 77, 85, 92, 93, 98, 109, 121, 132, 163, 175, 183, 184, 185, 195, 205, 220, 225, 231, 236, 240, 241, 246, 291, 322, 414, 417, 438, 439, 450, 456
- Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, 120, 123, 132, 232, 233
- Museu Arqueológico de Itaipu, 9, 143, 262
- Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, 9, 120, 131, 132, 146, 242
- Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville, 9, 48, 52, 116, 241
- Museu Câmara Cascudo, 9, 51, 117, 120, 122, 123, 132, 139, 226, 227, 230
- Museu das Culturas Dom Bosco, 10, 19, 104, 105, 111, 120, 124, 132, 141, 233, 234
- Museu de Arqueologia de Xingó, 9, 52, 147, 227, 228, 238, 442
- Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 9, 47, 52, 133, 139, 205, 237, 239, 312, 318, 436, 437, 439, 440, 443, 446, 447, 448, 450, 453, 456, 458
- Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia, 9, 133, 139, 140, 226, 227, 230
- Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná, 9, 120, 132, 145, 242
- Museu de Ciências e Tecnologia, 10, 120, 130, 132, 146, 242
- Museu de Ciências Naturais, 10, 133, 142, 237, 239

- Museu de História Natural e Jardim Botânico, 10, 20, 120, 125, 132, 141, 237, 239, 254, 266, 267
- Museu do Homem do Nordeste, 10, 20, 22, 132, 141, 227, 230, 254, 277, 280, 283, 285, 364, 384, 424, 426, 441, 450
- Museu Histórico Nacional, 10, 20, 100, 102, 103, 104, 151, 166, 238, 239, 254, 261, 262, 263, 269, 449, 454
- Museu Nacional, 10, 19, 56, 57, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 89, 95, 96, 97, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 115, 116, 120, 124, 129, 132, 143, 151, 152, 237, 239, 254, 257, 258, 259, 260, 261, 264, 414, 415, 424, 425, 452, 456
- Museu Paraense Emílio Goeldi, 6, 10, 20, 56, 72, 85, 89, 104, 105, 108, 111, 116, 117, 120, 121, 132, 134, 138, 179, 221, 222, 264, 265, 437, 442, 456
- Museu Paulista, 10, 56, 72, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 104, 105, 109, 111, 120, 126, 127, 128, 132, 143, 144, 414, 424, 425, 438, 440, 443, 448, 449
- Nova Museologia, 10, 31, 37, 39, 48, 118, 136, 145, 157, 158, 184, 303, 398, 415, 454
- Paulo Freire, 2, 118, 284, 337, 397, 398, 406, 408, 412, 438, 444
- PRONAPA, 10, 117, 121, 122, 123, 125, 131, 149, 271, 393
- realidade arqueológica, 15, 27, 47, 48, 54, 89, 91, 118, 121, 123, 143, 202, 220, 224, 225, 231, 236, 240, 241, 296, 303, 313, 319, 322, 323, 340, 345, 367, 368, 370, 399
- salvaguarda, 26, 27, 30, 41, 47, 49, 50, 53, 54, 55, 64, 89, 109, 118, 134, 147, 177, 178, 183, 184, 185, 191, 195, 196, 210, 212, 213, 218, 261, 264, 268, 291, 297, 303, 308, 322, 323, 324, 325, 328, 340, 370, 396, 399, 402, 404, 417, 418, 419, 421
- Sociedade de Arqueologia Brasileira, 10, 17, 56, 181, 182, 184, 185, 426, 427, 438, 441, 442, 446, 450, 455, 457, 458
- Sociomuseologia, 7, 27, 32, 33, 36, 39, 40, 41, 54, 56, 57, 59, 136, 145, 153, 159, 169, 181, 186, 223, 254, 255, 281, 289, 290, 291, 295, 314, 319, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 345, 395, 397, 398, 406, 412, 419, 421, 422, 438, 439, 441, 451, 453, 454, 455, 457
- Ulpiano T. Bezerra de Meneses, 48, 101, 149, 249
- Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, 2, 29, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 118, 336, 439

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE I

### REGIÃO NORTE

**Quadro 1.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado do Pará

Instituição	Município	Portarias	CNM
Museu Paraense Emílio Goeldi	Belém	X	X
Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Pará	Belém	X	
2ª Superintendência Regional do IPHAN	Belém	X	
Fundação Cultural do Município de Belém	Belém	X	
Museu do Forte do Presépio	Belém	X	x
Exposições Permanentes Memorial do Porto e Arqueologia e Restauro	Belém		X
Museu do Marajó Padre Giovanni Gallo	Cachoeira do Arari	X	X
Museu Histórico de Cametá	Cametá		X
Museu Municipal de Itaituba Aracy Paraguaçu	Itaituba		X
Fundação Casa de Cultura de Marabá	Marabá	X	
Museu Municipal de Marabá	Marabá		X
Centro de Memória da Fundação Zoobotânica, Núcleo Carajás da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	Parauapebas	X	
Centro Cultural João Fona	Santarém		X
Museu da Cidade de Vigia de Nazaré	Vigia		X
Museu Casa do Jarí	Não acessado	X	

**Quadro 2.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado do Amapá

Instituição	Município	Portarias	CNM
Núcleo de Pesquisas Arqueológicas (NPArq) do Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado do Amapá	Macapá	X	
Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá da Universidade Federal do Amapá	Macapá	X	X
Museu Histórico do Amapá "Joaquim Caetano da Silva"	Macapá	X	X
Museu Fortaleza de São José de Macapá	Macapá		X
Museu de Arqueologia e Etnologia	Macapá		X
Kuahí - Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque	Oiapoque		X

**Quadro 3.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado de Rondônia

Instituição	Município	Portarias	CNM
16ª Superintendência Regional do IPHAN	Porto Velho	X	
Universidade Federal de Rondônia	Porto Velho	X	
Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia	Presidente Médici		X

**Quadro 4.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado do Amazonas

Instituição	Município	Portarias	CNM
Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas	Manaus	X	X
1ª Superintendência Regional do IPHAN	Manaus	X	
Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza	Manaus	X	
Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto do Estado do Amazonas	Manaus	X	
Museu do Homem do Norte	Manaus		X
Museu de Minerais e Rochas Carlos Isotta	Manaus		X
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	Tefé	X	
Museu de Balbina	Presidente Figueiredo		X
Museu Magüta	Benjamin Constant		X
Centro de Preservação, Conservação da Cultura-Arte e Ciências de Maués	Maués		X

**Quadro 5.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado do Acre

Instituição	Município	Portarias	CNM
Departamento do Patrimônio Histórico e Cultural da Fundação Elias Mansour do Governo do Estado do Acre	Rio Branco	X	
Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre	Rio Branco	X	
Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil	Rio Branco	X	
Casa de Memória Daniel Pereira de Mattos	Rio Branco		X
Palácio Rio Branco	Rio Branco		X
Casa dos Povos da Floresta	Rio Branco		X
Museu da Borracha Gov. Geraldo Mesquita	Rio Branco		X
Museu do Xapury	Xapuri		X
Museu de Sena Madureira	Sena Madureira		X
Museu de Cruzeiro do Sul	Cruzeiro do Sul		X

**Quadro 6.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado de Roraima

Instituição	Município	Portarias	CNM
Museu Integrado de Roraima	Boa Vista		X

**Quadro 7.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado do Tocantins

Instituição	Município	Portarias	CNM
Núcleo Tocantinense de Arqueologia da Fundação Universidade do Tocantins	Palmas	X	
Museu de Artes e Ciências	Aparecida do Rio Negro		X



**REGIÃO NORDESTE****Quadro 8.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado da Bahia

<b>Instituição</b>	<b>Município</b>	<b>Portarias</b>	<b>CNM</b>
Centro de Documentação e Memória de Alagoinhas	Alagoinhas		X
Galeria Arte & Memória	Andaraí		X
Museu Municipal Napoleão de Mattos Macêdo	Barreiras		X
Instituto Popular Memorial de Canudos	Canudos		X
Museu Arqueológico de Central	Central		X
Universidade Estadual de Feira de Santana	Feira de Santana	X	
Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC	Ilhéus	X	
Museu do Cacau - Núcleo Ilhéus	Ilhéus		X
Museu do Mar e da Capitania	Ilhéus		X
Museu de Artes e Ciências de Itapetinga	Itapetinga		X
Fundação Museu Regional do São Francisco	Juazeiro		X
Museu Afro Omon Ajagunan	Lauro de Freitas		X
Núcleo de Arqueologia do Museu de Sauípe	Mata de São João	X	
Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso da Universidade do Estado da Bahia	Paulo Afonso	X	
ACERVO - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa	Porto Seguro	X	
Núcleo Avançado de Pesquisas Arqueológicas de Porto Seguro da Universidade Federal da Bahia	Porto Seguro	X	
Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia	Salvador	X	X
Centro de Estudos das Ciências Humanas	Salvador	X	
Faculdade Vasco da Gama	Salvador	X	
Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Salvador	X	
Museu Arqueológico da EMBASA	Salvador	X	
Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia	Salvador	X	
Museu Frei Germano Citeroni	Salvador		X
Memorial da Câmara Municipal de Salvador	Salvador		X
Casa da Cultura Américo Simas da Prefeitura Municipal de São Felix	São Felix	X	
Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da Universidade do Estado da Bahia	Senhor do Bonfim	X	
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Vitória da Conquista	X	
Museu Regional de Vitória da Conquista	Vitória da Conquista		X

**Quadro 9.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado do Ceará

<b>Instituição</b>	<b>Município</b>	<b>Portarias</b>	<b>CNM</b>
Instituto do Museu Jaguaribano	Aracati		X
Museu Comendador Ananias Arruda	Baturité		X
Museu Municipal Emílio Fonteles	Bela Cruz		X
Museu Euclides Rufino	Cariré		X
Museu Histórico do Crato	Crato		X
Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará	Fortaleza	X	
4ª Superintendência Regional do IPHAN	Fortaleza	X	
Museu do Ceará	Fortaleza		X
Museu Natural do Mangue	Fortaleza		X
Museu Casa de José de Alencar	Fortaleza		X
Instituto José Xavier	Granja		X
Museu Centro de Valorização da Cultura Ibiapinense	Ibiapina		X
Museu Iguatuense da Imagem e do Som Francisco Alcântara Nogueira	Iguatu		X
Museu de Pré-História de Itapipoca	Itapipoca		X
Museu de Ciências Naturais e de História Barra do Jardim	Jardim		X
Fundação Casa Grande-Memorial do Homem Kariri	Nova Olinda	X	X
Museu de Pacujá	Pacujá		X
Museu da Cidade de Parambu	Parambu	X	
Museu Municipal Padre Geraldo de Pedra Branca	Pedra Branca		X
Casarão da Memória Viva do Povo de Quixelô	Quixelô		X
Museu Padre Júlio Maria	Russas		X
Museu de Paleontologia de Santana do Cariri da Universidade Regional de Cariri	Santana do Cariri	X	
Museu Dom José	Sobral		X
Museu Regional dos Inhamuns	Tauá		X
Museu de Arte e Ofício Casa da Cultura	Tejuçuoca		X
Casa da Memória José Evangelista de Vasconcelos	Tianguá		X

**Quadro 10.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado de Pernambuco

<b>Instituição</b>	<b>Município</b>	<b>Portarias</b>	<b>CNM</b>
Museu Celso Galvão	Caruaru		X
Museu do Barro de Caruaru – Espaço Zé Caboclo	Caruaru		X
Museu Histórico de Igarassu	Igarassu		X
Museu do Forte Orange	Ilha de Itamaracá		X
Secretaria do Patrimônio, Ciência, Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Olinda	Olinda	X	
Espaço Ciência – Museu de Ciência	Olinda		X
Museu do Sertão	Petrolina		X
Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco	Recife	X	
Núcleo de Estudos Arqueológicos do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco	Recife	X	
Laboratório de Arqueologia do Departamento de Letras e Ciências Humanas da Universidade Rural de Pernambuco	Recife	X	
Núcleo de Estudos Indigenistas do Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco	Recife	X	
Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco	Recife	X	
Museu do Estado de Pernambuco - MEPE	Recife	X	X
Secretaria da Cultura de Pernambuco	Recife	X	
Museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco	Recife		X
Museu de História Natural Louis Jacques Brunet	Recife		X
Museu da Cidade do Recife	Recife		X
Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco	Recife		X
Museu do Homem do Nordeste	Recife		X
Centro Cultural Judaico de Pernambuco	Recife		X
Museu Histórico de São Caitano	São Caitano		X
Centro de Pesquisas Históricas e Cultura Popular - Museu Carlos Cleber	São Caitano		X
Museu do Una	São José da Coroa Grande		X

**Quadro 11.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado de Alagoas

<b>Instituição</b>	<b>Município</b>	<b>Portarias</b>	<b>CNM</b>
Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica da Universidade Federal de Alagoas	Maceió	X	
Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (Museu)	Maceió	X	X
17ª Superintendência Regional do IPHAN	Maceió	X	
Museu Guiomar Britto	Olho D'Água do Casado		X
Museu Xucurus de História, Arte e Costumes	Palmeira dos Índios		X
Casa do Poeta Jorge de Lima	União dos Palmares		X

**Quadro 12.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado do Piauí

Instituição	Município	Portarias	CNM
Museu Ozildo Albano	Picos		X
Fundação Museu do Homem Americano	São Raimundo Nonato	X	X
Universidade Federal do Vale do Rio São Francisco	São Raimundo Nonato	X	
Núcleo de Antropologia Pré-Histórica da Universidade Federal do Piauí	Teresina	X	
Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes	Teresina		X

**Quadro 13.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado do Maranhão

Instituição	Município	Portarias	CNM
Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão	São Luiz	X	
3ª Sub-Regional do IPHAN	São Luiz	X	
Memorial da Balaiada	Caxias		X

**Quadro 14.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado do Rio Grande do Norte

Instituição	Município	Portarias	CNM
Museu Histórico de Acari	Acari		X
Museu Ambiente Cultural Profa. Dona Tiquinha	Alto do Rodrigues		X
Museu Arqueológico do Lajedo de Soledade	Apodi		X
Museu do Seridó	Caicó		X
Museu Sacro João XXIII	Macaíba		X
Museu José Elviro	Macau		X
Museu Histórico de Martins	Martins		X
Museu Júnior Marcelino	Martins		X
Museu Casa Grande do Engenho Guaporé	Mirim		X
Museu Histórico Lauro da Escóssia	Mossoró		X
Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Natal	X	
Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	Natal	X	
Universidade Potiguar de Natal	Natal	X	
Museu Câmara Cascudo	Natal		X
Museu do Homem Missioneiro Potiguar	Parnamirim.		X
Museu Capitão Antas	Pedro Avelino		X
Memorial Mons. Exedito	São Paulo do Potengi		X
Museu Luiz Terceiro Jácome	Triunfo Potiguar		X

**Quadro 15.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado da Paraíba

<b>Instituição</b>	<b>Município</b>	<b>Portarias</b>	<b>CNM</b>
Museu Regional de Areia	Areia		X
Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da Universidade Estadual da Paraíba	Campina Grande	X	
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba	João Pessoa	X	
20ª Superintendência Regional do IPHAN	João Pessoa	X	
Cia Paraíba de Cimento Portland - Cimepar	Não acessado	X	
Museu Benedito Filgueiras de Góis	Soledade		X

**Quadro 16.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado de Sergipe

<b>Instituição</b>	<b>Município</b>	<b>Portarias</b>	<b>CNM</b>
Núcleo de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe	Aracaju	X	
Museu do Homem Sergipano da Universidade Federal de Sergipe	Aracaju	X	X
8ª Superintendência Regional do IPHAN	Aracaju	X	
Museu Galdino Bicho	Aracaju		X
Museu Arqueológico de Xingó	Canindé de São Francisco	X	X

**REGIÃO CENTRO-OESTE****Quadro 17.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado de Goiás

Instituição	Município	Portarias	CNM
Museu Histórico Alderico Borges de Carvalho	Anápolis		X
Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás	Goiânia	X	
Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás	Goiânia	X	X
Centro de Estudos e Pesquisas Biológicas da Universidade Católica de Goiás	Goiânia	X	
Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás	Goiânia	X	
Museu Goiano Zoroastro Artiaga	Goiânia		X
Centro Cultural Jesco Puttkamer	Goiânia		X
Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos	Jataí	X	X
Museu Histórico de Nova Veneza	Nova Veneza		X
Museu das Cavalhadas	Pirenópolis		X
Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura da Prefeitura de Porangatu	Porangatu	X	X
Museu Histórico de São Simão	São Simão		X
Museu de História Natural da Serra do Cafezal	Serranópolis		X

**Quadro 18.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado de Mato Grosso

Instituição	Município	Portarias	CNM
Museu Estadual de Paleontologia e Arqueologia	Alta Floresta		X
Museu de História Natural de Alta Floresta	Alta Floresta		X
Núcleo de Assuntos Indígenas da Universidade Estadual de Mato Grosso - Campus Cáceres	Cáceres	X	
Centro de Pesquisa e Museu de Antropologia, Etnografia, Arqueologia, Paleontologia e Espeleologia de Cáceres	Cáceres		X
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis	Campo Novo do Parecis	X	
Instituto Homem Brasileiro/ Museu Homem Brasileiro (em fase de implantação)	Cuiabá	X	X
Museu de Pré-História Casa Dom Aquino do Instituto Ecossistemas e Populações Tradicionais	Cuiabá	X	X
Instituto Descalvados	Cuiabá	X	
18ª Sub-regional do IPHAN	Cuiabá	X	
Museu de História Natural e Antropologia	Cuiabá		X
Museu de Pedras Ramis Bucair	Cuiabá		X
Museu Rondon	Cuiabá		X
Museu Municipal Histórico e Indígena de Rosário Oeste	Rosário Oeste		X
Laboratório de Arqueologia e Paleontologia do UNIVAG - Centro Universitário	Várzea Grande	X	
Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo Profeta da Cruz	Vila Bela da Santíssima Trindade		X

**Quadro 19.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado de Mato Grosso do Sul

<b>Instituição</b>	<b>Município</b>	<b>Portarias</b>	<b>CNM</b>
Museu de História Natural e Casa de Memória Kadiwéu	Bonito		X
Museu de Arqueologia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Campo Grande	X	X
Museu das Culturas Dom Bosco da Universidade Católica Dom Bosco	Campo Grande	X	X
Museu do Pantanal	Corumbá		X
Museu de História do Pantanal	Corumbá		X
Centro de Documentação Histórica da Região Norte de Mato Grosso do Sul e Memorial Henrique de Melo Spengler	Coxim		X
Museu Arqueológico e Histórico de Coxim	Coxim		X
Laboratório de Arqueologia, Etnologia e História Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados	Dourados	X	
Museu Histórico de Dourados	Dourados		X

**Quadro 20.** Instituições com patrimônio arqueológico no Distrito Federal

<b>Instituição</b>	<b>Município</b>	<b>Portarias</b>	<b>CNM</b>
Museu de Geociências da Universidade de Brasília	Brasília	X	
Museu de Artes e Tradição do Nordeste	Brasília		X

## REGIÃO SUDESTE

Quadro 21. Instituições com patrimônio arqueológico no estado de São Paulo

Instituição	Município	Portarias	CNM
Museu Nossa Senhora Aparecida	Aparecida		X
Museu Histórico e Pedagógico Marechal Cândido Rondon	Araçatuba		X
Centro de Ciências de Araraquara	Araraquara		X
Museu Histórico e Pedagógico "Voluntários da Pátria"	Araraquara	X	X
Casa de Cultura "Emílio Silvestre Wolf"	Araras	X	
Casa da Ecologia – Instituto Pau Brasil de História Natural	Arujá		X
Museu Municipal João Batista Conti	Atibaia		X
Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luis	Batatais		X
Museu do Café da Universidade Estadual Paulista (Campus Botucatu)	Botucatu	X	
Museu Histórico e Pedagógico "Francisco Blasi"	Botucatu	X	
Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista	Bragança Paulista	X	
Museu Municipal Oswaldo Russomano	Bragança Paulista		X
Memorial de Cajuru José Mariano Arena	Cajuru		X
Museu Universitário da PUC-Campinas	Campinas		X
Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas	Campinas	X	
Museu da Cidade da Prefeitura Municipal de Campinas	Campinas	X	
Museu Histórico e Pedagógico Dr. Cesário Motta Jr.	Capivari		X
Museu Histórico e Pedagógico "Alfredo e Afonso de Taunay" de Casa Branca	Casa Branca		X
Museu Histórico de Chavantes Adibi Abdo do Rio	Chavantes		X
Museu de História Natural de Cravinhos	Cravinhos		X
Museu Municipal Francisco Veloso (Centro de Cultura e Tradição de Cunha)	Cunha		X
Museu Público do Município de Descalvado	Descalvado		X
Museu do Índio - Centro de Informação da Cultura Indígena	Embu		X
Museu de Arte Sacra dos Jesuítas da Cidade de Embu das Artes	Embu das Artes	X	
Museu Histórico Municipal José Chiachiri	Franca		X
Museu Municipal Maria Carolina Alves Lellis	Guaíra		X
Prefeitura Municipal de Guarulhos	Guarulhos	X	
Museu Histórico e Cultural de Holambra	Holambra		X
Museu de Arqueologia de Iepê	Iepê	X	X
Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico de Ilhabela da Fundação Arte e Cultura de Ilhabela	Ilhabela	X	
Parque Estadual de Ilhabela	Ilhabela	X	
Museu Municipal "Padre Francisco de Paula Lima" de Itatiba	Itatiba	X	
Museu da Energia de Itu	Itu		X
Museu Histórico Capitão Joaquim Ribeiro da Rocha	Ituverava		X
Fundação Cultural de Jacarehy "José Maria de Abreu"	Jacareí	X	
Museu Municipal de Jaú	Jaú	X	X
Museu Histórico e Cultural de Jundiá	Jundiá		X
Museu Histórico Prof. Celso Zoega Táboas	Leme		X
Museu Histórico Major José Levy Sobrinho	Limeira	X	



Instituição	Município	Portarias	CNM
Museu de Arqueologia Industrial Thomaz Cruz - MAITC	Mairiporã		X
Museu Barão de Mauá da Prefeitura Municipal de Mauá	Mauá	X	
Museu Histórico e Pedagógico Marquês de Três Rios	Mococa		X
Núcleo de Arqueologia da Universidade Braz Cubas	Mogi das Cruzes	X	
Museu Histórico Municipal Hermínio Bueno	Mogi Guaçu		X
Museu Histórico Pedagógico Franco de Godoy	Mogi Guaçu		X
Museu Histórico e Pedagógico 'Dr. João Theodoro Xavier'	Mogi-Mirim	X	
Prefeitura Municipal de Mogi Mirim	Mogi-Mirim	X	
Museu de Paleontologia de Monte Alto Dr. Fernando Freire de Andrade	Monte Alto		X
Museu Municipal de Arqueologia de Monte Alto	Monte Alto		X
Museu Municipal Elizabeth Aytai	Monte Mor	X	X
Museu Histórico Pedagógico de Ourinhos	Ourinhos		X
Museu Cultural e Arqueológico de Ouroeste – Museu Água Vermelha	Ouroeste		X
Museu e Arquivo Histórico Jornalista José Jorge Júnior	Paraguaçu Paulista		X
Fundação Cultural Benedicto Siqueira e Silva	Paraibuna	X	
Museu Municipal de Paulínia “Bortolo José Ferro”	Paulínia		X
Museu da Porcelana “Adelino dos Santos Gouveia”	Pedreira		X
Museu Histórico e Arqueológico de Peruíbe	Peruíbe	X	
Museu Histórico e Pedagógico D. Pedro I e Dona Leopoldina	Pindamonhagaba		X
Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes	Piracicaba		X
Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas Mário Neme	Piraju	X	X
Museu São Norberto	Pirapora do Bom Jesus		X
Museu Histórico e Pedagógico das Monções	Porto Feliz		X
Museu Histórico e Pedagógico “Prof. Flávio da Silva Oliveira	Porto Ferreira		X
Fundação Museu de História Pesquisa e Arqueologia do Mar	Praia Grande		X
Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (Campus Presidente Prudente) - Centro de Museologia, Antropologia e Arqueologia	Presidente Prudente	X	X
Museu do Café Francisco Schmidt	Ribeirão Preto		X
Museu Histórico e Pedagógico Amador Bueno da Veiga	Rio Claro		X
UNESP - Rosana	Rosana	X	
Ecomuseu da Fazenda Boa Vista	Roseira		X
Museu da Cidade de Salto	Salto		X
Centro Cultural Eduardo Prado	Santa Cruz das Palmeiras		X
Museu Histórico e Cultural Professor Honório de Souza Carneiro	Santa Fé do Sul		X
Prefeitura Municipal de Santa Maria da Serra	Santa Maria da Serra	X	
Sabina Escola Parque do Conhecimento	Santo André		X
Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Chondrichthyes	Santos	X	
Instituto de Pesquisas em Arqueologia da Universidade Católica de Santos	Santos	X	
Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo	X	
Museu Histórico Municipal de São Caetano do Sul	São Caetano do Sul		X
Centro de Divulgação Científica e Cultural da Universidade de São Paulo	São Carlos		X
Museu Histórico e Pedagógico Dr. Armando de Salles Oliveira	São João da Boa		X

<b>Instituição</b>	<b>Município</b>	<b>Portarias</b>	<b>CNM</b>
	Vista		
Fundação Cultural Cassiano Ricardo	São José dos Campos	X	
Museu Municipal de São José dos Campos	São José dos Campos		X
Museu Histórico e Pedagógico Padre Manoel da Nóbrega	São Manuel		X
Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo	São Paulo	X	X
Museu da Cidade de São Paulo - Centro de Arqueologia (DPH)	São Paulo	X	
Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento	São Paulo	X	
Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo	São Paulo	X	
Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São Paulo	São Paulo	X	
Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo	São Paulo	X	
Museu Paulista da Universidade de São Paulo	São Paulo	X	X
Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand	São Paulo		X
Museu de História dos Salesianos no Brasil	São Paulo		X
Fundação Pública Deodato Santana	São Sebastião	X	
Fundação Museu de História Pesquisa e Arqueologia do Mar	São Sebastião	X	
Museu de Ciências, Tecnologia e Variedades Emília Lence Carluci	São Sebastião		X
Museu Histórico Simonense Alaur da Mata	São Simão		X
Museu Histórico Sorocabano	Sorocaba	X	
Museu Histórico Prof. Paulo Camilher Florençano	Taubaté		X
Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre de Tupã	Tupã		X

**Quadro 22.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado de Minas Gerais

Instituição	Município	Portarias	CNM
Museu Histórico de Aimorés	Aimorés		X
Museu de História e Ciências Naturais	Além Paraíba		X
Museu Histórico de Araxá - Dona Beja	Araxá	X	
Centro de Referência da Cultura Negra	Araxá		X
Museu Sacro da Igreja de São Sebastião	Araxá		X
Núcleo Museológico da Estação Ecológica de Corumbá	Arcos	X	
Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Belo Horizonte	X	X
Setor de Arqueologia do Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte	X	X
Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte	X	
13ª Superintendência Regional do IPHAN	Belo Horizonte	X	
Museu Histórico Abílio Barreto	Belo Horizonte		X
Museu Mineiro	Belo Horizonte		X
Museu do Escravo	Belo Vale		X
Museu da Cidade	Bom Despacho		X
Museu Histórico Geográfico Municipal	Carangola		X
Memorial Santa Clara	Carlos Barbosa	X	
Museu e Arquivo Histórico de Catas Altas da Noruega – Memorial Pe. Luiz Gonzaga Pinheiro	Catas Altas da Noruega		X
Museu Histórico e Artístico de Cláudio	Cláudio		X
Museu Histórico e Arqueológico de Conceição dos Ouros	Conceição dos Ouros		X
Museu Vivo de História Local da Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo	Curvelo		X
Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem do Instituto de Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Diamantina	X	
Museu do Diamante	Diamantina	X	
Museu Histórico Francisco Fonseca	Formiga		X
Museu da Cidade	Governador Valadares		X
Museu Antropológico de Ituiutaba	Ituiutaba	X	X
Museu Histórico-Cultural do Parque Nacional da Serra do Cipó	Jaboticatubas		X
Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora	Juiz de Fora	X	X
Fundação Museu Mariano Procópio	Juiz de Fora		X
Centro de Arqueologia Annette Laming-Emperaire	Lagoa Santa	X	X
Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa	Lagoa Santa		X
Museu Bi Moreira da Universidade Federal de Lavras	Lavras	X	X
Centro de Referência de Porto Coris	Leme do Prado	X	
Museu Municipal Francisco Leonardo Cerávolo	Muzambinho		X
Museu de Ecologia	Nanuque		X
Museu do Trem	Não acessado	X	
Museu Histórico Arqueológico e Cultural	Não acessado	X	
Museu do Acervo Arqueológico de Nova Ponte	Nova Ponte	X	
Museu Casa da Cultura de Nova Resende	Nova Resende		X
Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto	Ouro Preto	X	

Instituição	Município	Portarias	CNM
Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto	Ouro Preto	X	
Museu Municipal de Pains	Pains	X	
Museu Histórico, Documental, Fotográfico e do Som de Pará de Minas	Pará de Minas		X
Museu Histórico Municipal de Paracatu Pedro Salazar Moscoso da Veiga	Paracatu		X
Museu Municipal Alferes Belisário	Paraguaçu		X
Museu da Cidade de Patos de Minas	Patos de Minas		X
Fundação Casa da Cultura de Patrocínio	Patrocínio	X	
Museu de Arqueologia Professora Doutora Márcia Angelina Alves	Perdizes	X	X
Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas	Poços de Caldas		X
Museu Municipal de Visconde do Rio Branco	Rio Branco		X
Museu Histórico de Rio Pomba	Rio Pomba		X
Biblioteca Pública e Museu Regional Dr. Alípio de Araújo Silva	Rio Preto		X
Museu Histórico Aurélio Dolabella	Santa Luzia		X
Museu Municipal "Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro"	Santa Rita do Sapucaí		X
Museu Municipal Dr. Helio Carvalho Garcia	Santo Antônio do Amparo		X
Centro de Memória Municipal Dr. José de Magalhães Pinto	Santo Antônio do Monte		X
Museu Tomé Portes Del Rei	São João Del Rei		X
Museu Regional de São João del-Rei	São João del Rei		X
Escritório Técnico II - Serro/IPHAN	Serro	X	
Museu Histórico Chico Ribeiro	Tupaciguara		X
Museu Municipal de Varginha	Varginha		X
Museu de Ciências da Terra Alexis Dorofeef	Viçosa		X

**Quadro 23.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado do Espírito Santo

Instituição	Município	Portarias	CNM
Casa da Cultura Angelina Lopes Assad da Prefeitura Municipal de Anchieta	Anchieta	X	
Museu de Arqueologia	São Mateus		X
21ª Superintendência Regional do IPHAN	Vitória	X	
ECOS - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental	Vitória	X	
Museu de Ciências do Espírito Santo	Vitória	X	

**Quadro 24.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado do Rio de Janeiro

<b>Instituição</b>	<b>Município</b>	<b>Portarias</b>	<b>CNM</b>
Museu Arqueológico de Araruama	Araruama		X
Museu Oceanográfico do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira	Arraial do Cabo		X
Instituto de Arqueologia Brasileira	Belford Roxo	X	
Museu Campos dos Goytacazes	Campos dos Goytacazes		X
Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres	Itaboraí		X
Centro Cultural Melchíades Cardoso	Miracema		X
Museu de Arqueologia de Itaipu	Niterói		X
Museu de Armas Históricas Ferreira da Cunha	Petrópolis		X
Museu de Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba	Rio das Ostras		X
Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	X	X
Laboratório de Antropologia Biológica do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	X	
6ª Superintendência Regional do IPHAN	Rio de Janeiro	X	
Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico-Cultural da Cidade do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	X	
Museu Salles Cunha	Rio de Janeiro		X
Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya - Chácara do Céu	Rio de Janeiro		X
Museu do Índio	Rio de Janeiro		X
Museu Judaico do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro		X
Museu-Sítio Arqueológico Casa dos Pilões	Rio de Janeiro		X
Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba	Rio de Janeiro		X
Museu Olavo Cardoso	Rio de Janeiro		X
Sítio Roberto Burle Marx	Rio de Janeiro		X
Museu da Geodiversidade	Rio de Janeiro		X
Fundação Eva Klabin Rapaport	Rio de Janeiro		X

## REGIÃO SUL

Quadro 25. Instituições com patrimônio arqueológico no estado de Santa Catarina

Instituição	Município	Portarias	CNM
Museu de Arqueologia de Lomba Alta	Alfredo Wagner		X
Museu da Família Colonial	Blumenau		X
Casa da Memória da Escola número 1	Blumenau		X
Casa do Homem do Mar	Bombinhas		X
Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado	Caçador		X
Museu Arqueológico Sebastião Paz de Almeida	Campos Novos.		X
Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina da Universidade Comunitária Regional de Chapecó	Chapecó	X	X
Museu Histórico Hermano Zanoni	Concórdia		X
Setor de Arqueologia do Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas e/ou Museu Universitário da Universidade do Extremo Sul Catarinense	Criciúma	X	X
Museu Histórico Antonio Granemann de Souza	Curitibanos		X
Museu Universitário "Oswaldo Rodrigues Cabral" da Universidade Federal de Santa Catarina	Florianópolis	X	X
Museu Histórico de Santa Catarina	Florianópolis	X	
Fundação Catarinense de Cultura	Florianópolis	X	
11ª Superintendência Regional do IPHAN	Florianópolis	X	
Museu dos Brunidores	Florianópolis		X
Museu Arqueológico ao Ar Livre do Costão do Santinho	Florianópolis		X
Ecomuseu do Ribeirão da Ilha	Florianópolis		X
Centro de Visitação Projeto de Arqueologia Subaquática	Florianópolis		X
Museu do Jagunço	Fraiburgo		X
Museu Histórico Edvino Carlos Hoelscher	Guaraciaba		X
Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann	Ibirama		X
Museu Arqueológico Igreja Nossa Senhora dos Navegantes	Içara	X	X
Museu da Baleia de Imbituba	Imbituba		X
Museu Monge José Maria	Irani	X	
Museu Etno-Arqueológico de Itajaí da Fundação Genésio Miranda Lins	Itajaí	X	
Ecomuseu Univali	Itajaí		X
Museu Comunitário de Itapiranga	Itapiranga		X
Museu Histórico Municipal Jacinto Machado	Jacinto Machado		X
Museu da Cidade de Jaguaruna	Jaguaruna	X	
Museu Wolfgang Weege - Parque Malwee	Jaraguá do Sul		X
Universidade do Oeste de Santa Catarina	Joaçaba	X	
Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville	Joinville	X	X
Centro Cultural Deutsche Schule	Joinville		X
Museu Histórico Thiago de Castro	Lages		X
Museu Anita Garibaldi	Laguna	X	X
Museu da Terra e da Vida - CENPALEO - UnC/Mafra	Mafra		X
Centro Histórico Cultural Avetti Paladini Zilli	Maracajá.		X
Museu Municipal Pedro Fernando Nagel	Maravilha		X

<b>Instituição</b>	<b>Município</b>	<b>Portarias</b>	<b>CNM</b>
Museu Histórico de Pinhalzinho	Pinhalzinho		X
Casa da Cultura Quilombo	Quilombo		X
Museu Histórico Cultural de Rio do Sul	Rio do Sul		X
Museu Municipal Carlos Lampe	Rio Negrinho		X
Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas do Departamento de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul	Santa Cruz do Sul	X	
Museu Histórico de São Francisco do Sul	São Francisco do Sul	X	
Museu Histórico Municipal de São Joaquim - Espaço Assis Chateaubriand	São Joaquim		X
Museu Histórico Municipal de São José	São José		X
Museu Arqueológico Municipal São José do Cedro	São José do Cedro		X
Museu Histórico Municipal Ruy Arcádio Luchesi	São Miguel do Oeste		X
Museu Paleo Arqueológico e Histórico Prefeito Bertoldo Jacobsen	Taió		X
Núcleo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia da Universidade do Sul de Santa Catarina	Tubarão	X	
Museu Universitário Walter Zumblick da Universidade do Sul de Santa Catarina	Tubarão	X	X
Museu Público Municipal Ida Schneider	Tunápolis		X
Museu Histórico Municipal de Urussanga	Urussanga		X

**Quadro 26.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado do Rio Grande do Sul

<b>Instituição</b>	<b>Município</b>	<b>Portarias</b>	<b>CNM</b>
Núcleo de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade da Região da Campanha (Campus Alegrete)	Alegrete	X	
Museu de Arqueologia e Artes Dr. José Pinto Bicca de Medeiros	Alegrete		X
Museu do Gaúcho - Memorial de Alegrete Ícaro Ferreira da Costa	Alegrete		X
Casa do Imigrante Poplawski Samojeden	Áurea		X
Museu Dom Diogo de Souza	Bagé		X
Museu e Arquivo Histórico de Bom Jesus	Bom Jesus		X
Museu Lanceiros do Sul	Caçapava do Sul		X
Castelinho Caracol	Canela		X
Museu Histórico Municipal Capitão Henrique José Barbosa	Canguçu		X
Laboratório de Arqueologia e Etnologia do Museu de Ciências da Universidade Luterana do Brasil	Canoas	X	
Museu Olívio Otto	Carazinho		X
Museu Municipal de Caxias do Sul	Caxias do Sul.		X
Museu 25 de Julho	Cerro Largo		X
Universidade de Cruz Alta	Cruz Alta	X	
Museu Paulo Firpo	Dom Pedrito		X
Laboratório de Arqueologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões (Campus Erechim)	Erechim	X	
Museu Municipal Dona Ernestina	Ernestina		X
Museu Municipal de Garibaldi	Garibaldi		X
Museu Municipal de Giruá	Giruá		X
Museu Medieval Castelo Saint George	Gramado		X
Museu Municipal de Guarani das Missões	Guarani das Missões.		X
Museu Antropológico Diretor Pestana	Ijuí		X
Museu Internacional de Ufologia, História e Ciência Victor Mostajo	Itaara		X
Núcleo de Atividade Histórica Dr. José Manuel de Siqueira Couto – Museu Municipal de Jaguarí	Jaguari		X
Museu Alfredo Varela	Jaguarão		X
Setor de Arqueologia do Museu de Ciências Naturais do UNIVATES - Centro Universitário	Lajeado	X	X
Museu Municipal de Marau	Marau	X	
Fragmentos do Tempo	Mata		X
Museu Histórico Municipal Nice Antonieta Schüller	Montenegro		X
Museu Histórico Municipal	Muçum		X
Museu Municipal Honório Veloso de Linhares	Nonoai	X	X
Museu Histórico de Nova Hartz	Nova Hartz		X
Museu Histórico Municipal de Nova Petrópolis	Nova Petrópolis		X
Museu do Índio Tükuna	Novo Hamburgo		X
Museu Antropológico de Osório	Osório		X
Museu Municipal Dr. Dorvalino Luciano de Souza	Palmeira das Missões		X
Museu Irmão Paschoal Pasa	Passo Fundo		X
Museu Histórico Regional	Passo Fundo		X
Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas	Pelotas	X	
Museu Histórico Helena Assumpção de Assumpção	Pelotas		X



Instituição	Município	Portarias	CNM
Museu Etnográfico da Colônia Maciel	Pelotas		X
Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense	Pelotas		X
Museu Histórico Municipal Barbosa Lessa	Piratini		X
Museu Joaquim José Felizardo	Porto Alegre	X	X
Museu de Ciências da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Porto Alegre	X	X
Museu Antropológico do Rio Grande do Sul	Porto Alegre	X	X
Núcleo de Pesquisa Arqueológica do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Museu Universitário de Arqueologia e Etnografia - MUAE - UFRGS	Porto Alegre	X	X
12ª Superintendência Regional do IPHAN	Porto Alegre	X	
Museu Anchieta de Ciências Naturais	Porto Alegre		X
Museu Irmão Joaquim Francisco do Livramento	Porto Alegre		X
Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro / Memorial da Família Remião	Porto Alegre		X
Museu Municipal do Imigrante	Porto Mauá		X
Laboratório de Arqueologia do Departamento de Biblioteconomia e História da Universidade Federal do Rio Grande	Rio Grande	X	
Núcleo de Pesquisa Arqueológica da Prefeitura Municipal do Rio Grande	Rio Grande	X	
Museu do Homem e da Técnica	Rio Grande		X
Museu da Cidade do Rio Grande	Rio Grande		X
Museu da Natureza (Colégio Santa Joana d'Arc)	Rio Grande.		X
Museu Histórico Municipal Irene Zuchetto Ramos	Roque Gonzales		X
Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria	Santa Maria	X	
Núcleo de Educação Patrimonial e Memória da Universidade Federal de Santa Maria	Santa Maria	X	
Museu Vicente Pallotti	Santa Maria		X
Museu Educativo Gama d'Eça	Santa Maria		X
Museu Treze de Maio - Museu Afro-Brasileiro	Santa Maria		X
Museu Coronel Tancredo Fernandes de Mello	Santa Vitória do Palmar		X
Museu Municipal David Canabarro	Santana do Livramento		X
Museu Municipal Pedro Palmeiro	Santiago		X
Museu Municipal Dr. José Olavo Machado	Santo Ângelo	X	X
Museu Arqueológico da URI	Santo Ângelo		X
Museu Municipal Apparício Silva Rillo	São Borja		X
Museu Municipal Cônego Hugo Hartmann	São Francisco de Assis		X
Casa João Luiz Pozzobon	São João do Polêsine		X
Instituto Anchietano de Pesquisas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos	São Leopoldo	X	X
Museu Arqueológico de São Luiz Gonzaga	São Luiz Gonzaga		X
Museu Paroquial de São Marcos	São Marcos.		X
Museu das Missões	São Miguel das Missões		X
Museu Paleontológico Arqueológico Walter Ilha	São Pedro do Sul		X
Museu Municipal Silveira Martins	Silveira Martins		X
Museu Municipal Valmir Ayala	Tapes		X
Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul - MARSUL	Taquara	X	X

<b>Instituição</b>	<b>Município</b>	<b>Portarias</b>	<b>CNM</b>
Museu-Vivo de Comunicação O Taquaryense	Taquari		X
Museu Casa Costa e Silva	Taquari		X
Museu Geográfico Henrique Uebel	Teutônia		X
Museu Três Torres	Torres		X
Museu Municipal Armindo Laufer	Três Coroas		X
Museu Histórico Municipal Estela Maris Reinher	Três de Maio		X
Museu Farroupilha	Triunfo		X
Museu Crioulo	Uruguaiana		X
Museu Municipal de Vacaria	Vacaria		X
Museu de Venâncio Aires	Venâncio Aires		X
Museu Municipal de Victor Graeff	Victor Graeff		X

**Quadro 27.** Instituições com patrimônio arqueológico no estado do Paraná

Instituição	Município	Portarias	CNM
Museu Histórico Municipal João Rissatti	Cafeara		X
Museu Histórico de Cambé	Cambé		X
Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira	Campo Mourão		X
Fundação Cultural Desembargador Cid Caesar de Almeida Pedroso	Campos Novos	X	
Museu Magarancho	Capanema		X
Museu do Tropeiro	Castro		X
Museu de História Natural Mozart de Oliveira Vallim	Cornélio Procópio		X
Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná	Curitiba	X	
Museu Paranaense	Curitiba	X	X
Secretaria de Cultura do Governo do Paraná	Curitiba	X	
Museu Egípcio e Rosacruz	Curitiba		X
Ecomuseu de Itaipu	Foz do Iguaçu		X
Museu Municipal Visconde de Guarapuava	Guarapuava		X
Museu Casa das Conchas	Guaratuba		X
Museu Histórico Municipal da Prefeitura Municipal da Lapa	Lapa	X	
Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss	Londrina		X
Universidade Estadual de Maringá	Maringá	X	
Museu Histórico José Alexandre Vieira	Palmas		X
Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná	Paranaguá		X
Museu Municipal de Pirai do Sul	Pirai do Sul		X
Museu Campos Gerais	Ponta Grossa		X
Museu Histórico do Município de Ribeirão Claro	Ribeirão Claro		X
Museu Municipal Santo Antonio do Sudoeste	Santo Antonio do Sudoeste		X
Museu Histórico Municipal	São Jerônimo da Serra		X
Casa da Memória Padre Bahuer	São Mateus do Sul		X
Museu Municipal Edson Bloemer	Serranópolis do Iguaçu		X
Museu Histórico de Sertanópolis	Sertanópolis		X
Museu Histórico Desembargador Edmundo Mercer Júnior	Tibagi		X
Museu Histórico Willy Barth	Toledo		X
Museu Arqueológico do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo	Fênix		X